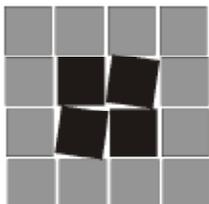


ISSN.BL 0041-8862 • Fortaleza, v.41, nº 02, p. 5-180, jul/dez, 2010, publicação semestral

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



Departamento de Ciências Sociais

Brasil / Portugal: Pesquisas Cruzadas

APOIO



**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Universidade Federal do Ceará / Programa de Pós-graduação em Sociologia
2010

Revista de Ciências Sociais
Volume 41 – Número 2 - 2010

Publicação do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará

Membro da International Sociological Association (ISA)

ISSN.BL 0041-8862

Comissão Editorial

Eduardo Diatahy Bezerra de Menezes, Antônio Cristian Saraiva Paiva, Irllys Alencar Firmo Barreira, Isabelle Braz Peixoto da Silva e Maria Sulamita de Almeida Vieira

Conselho Editorial

Bela Feldman-Bianco (UNICAMP), Boaventura Sousa Santos (CES, Universidade de Coimbra), Céli Regina Jardim Pinto (UFRGS), César Barreira (UFC), Fernanda Sobral (UnB), François Laplantine (Universidade de Lyon 2), Inaiá Maria Moreira de Carvalho (UFBA), Jakson Aquino (UFC), Jawdat Abu-El-Haj (UFC), José Machado Pais (ICS, Universidade de

Lisboa), Linda Maria de Pontes Gondim (UFC), Lucio Oliver Costilla (UNAM), Luiz Felipe Baeta Neves (UERJ), Manfredo Oliveira (UFC), Maria Helena Vilas Boas Concone (PUC-SP), Moacir Palmeira (UFRJ), Ralph Della Cava (ILAS), Ronald H. Chilcote (Universidade da Califórnia), Ruben George Oliven (UFRGS), Véronique Nahoum-Grappe (CNRS).

Edição

Projeto gráfico: Fernanda do Val

Editoração eletrônica: Francisco Batista

Revisão: Sulamita Vieira

Endereço para correspondência

Revista de Ciências Sociais
Departamento de Ciências Sociais
Centro de Humanidades – Universidade Federal do Ceará

Av. da Universidade, 2995, 1º andar (Benfica)

60.020-181 Fortaleza, Ceará / BRASIL

Tel./Fax: (85) 33-66-74-21 / 33-66-74-16

E-mail: rcs@ufc.br

Site: www.rcs.ufc.br

Publicação semestral

Solicita-se permuta / Exchange desired

Revista de Ciências Sociais – periódico do Departamento de Ciências Sociais. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará-UFC – V. 1, n.1 (1970) – Fortaleza, UFC, 2010.

Semestral

ISSN.BL.0041-8862

1. Brasil, 2. Portugal, 3. Intercâmbio acadêmico, 4. Pesquisa
I – Universidade Federal do Ceará. Centro de Humanidades.

CDU 3 (05)

SUMÁRIO

Dossiê: **Brasil / Portugal: pesquisas cruzadas**

- 05 TROCAS CULTURAIS E INTERCAMBIOS DE PESQUISA: UM FADO ACADÊMICO TROPICAL (Apresentação)**
Irllys Alencar F. Barreira
- 09 “MÃES DE BRAGANÇA” E FEITIÇOS: ENREDOS LUSO-BRASILEIROS EM TORNO DA SEXUALIDADE**
José Machado Pais
- 24 LISBOA SOB O OLHAR DO TURISTA**
Irllys Alencar F. Barreira
- 36 INTERAÇÕES E PRÁTICAS ECONÔMICAS NO CAPITALISMO GLOBALIZADO: O CASO DA PORTUGAL TELECOM**
Jawdat Abu-El-Haj
- 57 OS PARADOXOS DA EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A ESCOLA E A SOCIEDADE**
Pedro Hespanha
- 66 O RITUAL DO “LAVA-PÉS” NO OGUM MEGÊ: BRICOLAGENS DO IMAGINÁRIO UMBANDISTA PORTUGUÊS**
Ismael Pordeus Júnior
- 73 BANDITISMO E PRÁTICAS CULTURAIS: A CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIÇA POPULAR**
César Barreira
- 83 EMPRESÁRIOS PORTUGUESES E A “CAUSA EUROPÉIA”: INTERESSES E IDEOLOGIAS, CONSENSOS E DISSENSOS**
Maria Auxiliadora Lemenhe
- 106 DA GOVERNANÇA GLOBAL À SUSTENTABILIDADE LOCAL: PORTUGAL E O BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA**
Luísa Schmidt e João Guerra
- 125 REPRESENTAÇÕES PORTUGUESAS E BRASILEIRAS DA IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA NO SÉCULO XX**
José Manuel Sobral

Artigos

- 140 LUTA EM TORNO DO PARQUE ESTADUAL CRISTALINO (MT): QUAL A NATUREZA DO CONFLITO?**
Cristiane Leite Pereira e Elimar Pinheiro do Nascimento
- 155 REDES DE CIDADES E INOVAÇÃO SOCIAL**
Paulo Peixoto
- 163 IMIGRANTES, CIRURGIAS PLÁSTICAS E PODER EM DOIS TEMPOS: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA HIPÓTESE DE PESQUISA**
Marcelo Alario Ennes

Resenhas

- 175 LUFA-LUFA QUOTIDIANA: ENSAIOS SOBRE CIDADE, CULTURA E VIDA URBANA, de José Machado Pais**
Irllys Alencar F. Barreira

CONTENTS

Dossier: **Brazil / Portugal: researches and cross-references**

- 05 CULTURAL DIALOGUES AND RESEARCH EXCHANGE: A TROPICAL-ACADEMIC FADO (Presentation)**
Irlys Alencar F. Barreira
- 09 “THE MOTHERS OF BRAGANÇA” AND WITCHCRAFT: LUSO-BRAZILIAN PLOTS AROUND SEXUALITY**
José Machado Pais
- 24 LISBON UNDER THE TOURIST EYE**
Irlys Alencar F. Barreira
- 36 INTERACTIONS AND ECONOMIC PRACTICES WITHIN GLOBALIZED CAPITALISM: THE CASE OF PORTUGAL TELECOM**
Jawdat Abu-El-Haj
- 57 EDUCATIONAL PARADOXES: A CRITICAL REFLECTION ON SCHOOL AND SOCIETY**
Pedro Hespanha
- 66 THE RITUAL OF “FEET-WASHING” IN THE OGUM MEGÊ: IMPORTED IMAGINARY VALUES BY THE PORTUGUESE UMBANDA FOLLOWERS**
Ismael Pordeus Júnior
- 73 BANDITRY AND CULTURAL PRACTICES: THE BUILDUP OF POPULAR JUSTICE**
César Barreira
- 83 PORTUGUESE ENTREPRENEURS AND THE “EUROPEAN CAUSE”: CONCERNS AND IDEOLOGIES, CONSENSUS AND DISSENT**
Maria Auxiliadora Lemenhe
- 106 FROM GLOBAL GOVERNANCE TO LOCAL SUSTAINABILITY: PORTUGAL AND BRAZIL IN COMPARATIVE PERSPECTIVE**
Luísa Schmidt e João Guerra
- 125 PORTUGUESE AND BRAZILIAN REPRESENTATIONS OF THE PORTUGUESE NATIONAL IDENTITY IN THE 20TH CENTURY**
José Manuel Sobral

Articles

- 140 STRUGGLE SURROUNDING THE STATE CRYSTALLITIC PARK IN MATO GROSSO: WHAT IS THE CONFLICT’S NATURE?**
Cristiane Leite Pereira e Elimar Pinheiro do Nascimento
- 155 CITIES’ NETWORKS AND SOCIAL INNOVATION**
Paulo Peixoto
- 163 IMIGRANTS, PLASTIC SURGERY AND POWER IN TWO PERIODS OF TIME: CONTRIBUTION TO A RESEARCH HYPOTHESIS**
Marcelo Alario Ennes

Review

- 175 DAILY COMINGS AND GOINGS: ESSAYS ON CITY, CULTURE AND URBAN LIFE, from the work of José Machado Pais**
Irlys Alencar F. Barreira

TROCAS CULTURAIS E INTERCÂMBIOS DE PESQUISA: UM FADO ACADÊMICO TROPICAL

IRLYS ALENCAR F. BARREIRA

Brasil e Portugal. São muitos os poemas, canções e alegorias referentes ao encontro destes países, dotados de fortes identificações culturais, acrescentando-se também outras afinidades de natureza acadêmica baseadas em redes de pesquisa.

O consórcio entre pesquisadores tornou-se, nesse sentido, uma oportunidade rica de comunicação da qual emergiram vários frutos. Um deles materializa-se nesta edição da Revista de Ciências Sociais, por meio de dossiê formado por artigos de professores/pesquisadores portugueses e brasileiros que integraram o acordo CAPES/GRICES¹.

Com o título “Globalização, identidades culturais e conflitos sociais: Brasil e Portugal em uma perspectiva comparada”, o projeto de intercâmbio intelectual sustentou investimentos coletivos, acadêmicos, baseados em investigações realizadas nos referidos países. Viabilizou o desafio da coleta de dados efetivada fora do país de origem dos pesquisadores, com resultados expressos em publicações, participação em bancas examinadoras de teses, missões de trabalho e de pós-doutorado.

As pesquisas mobilizadas durante o período de vigência do Acordo tiveram como referência geral a análise de representações culturais, movimentos e processos sociais existentes nas duas sociedades. Processos reveladores de dinâmicas históricas diferenciadas, não obstante serem passíveis de comparação.

As investigações do Acordo priorizaram instituições e atores porta-vozes de ideologias, sociabilidades urbanas, políticas ambientalistas, valores religiosos e identidades culturais diversos. O eixo comparativo entre as pesquisas teve como referência a análise sobre o modo como se formam e se organizam diferentes configurações sócio-culturais associadas a tradições designadas como locais e/ou globais.

Com base em comparações sobre representações e práticas sócio-culturais existentes nas sociedades brasileira e portuguesa, o intercâmbio provocou

intenso diálogo com a produção bibliográfica nas Ciências Sociais vigente nos dois países.

O conjunto de artigos que integra este dossiê constitui, portanto, um dos registros significativos da experiência de pesquisa em rede, explicitada nos distintos recortes explanados a seguir.

O artigo de José Machado Pais, que abre o dossiê, aborda valores e representações sociais circunscritos ao tema da sexualidade. Considera o autor que a melhor forma de explicitar a sexualidade como tema de pesquisa é mostrando “como ela se veste”, utilizando artefatos retóricos que são indutores de ocultações. Mas, o que se mostra e o que se oculta nesse terreno?

Machado Pais analisa um *estudo de caso* no qual se apresentam convulsões sociais geradas pela presença de jovens brasileiras em Bragança, cidade do Norte de Portugal, caracterizada por fortes marcas de valores tradicionalistas. Na condição de *prostitutas, sedutoras e imigrantes*, essas mulheres eram percebidas como perturbadoras da ordem, dando origem a um movimento social autodenominado *Mães de Bragança*. O objetivo do movimento liderado por esposas era expulsar as “desordeiras da cidade”, acusadas de “enfeitiçarem maridos com encantos e magias”. A riqueza etnográfica da situação pesquisada apontou ainda a conjugação de valores morais associados a processos migratórios, sendo, portanto, um bom exemplo da materialização de preconceitos orquestrados por estruturas familiares. Os trânsitos geográficos efetivados por mulheres migrantes, para além do caso específico pesquisado, explicitaram o deslocamento de valores e percepções sobre o outro, ou melhor, a “outra”, como expressão emblemática de perturbação da ordem.

As mobilidades espaciais provocadas por visitas turísticas mais amenas e menos arriscadas são abordadas no artigo de Irllys Barreira que analisa representações de turistas ou moradores temporá-

rios sobre a Lisboa contemporânea. A pesquisa teve como pressuposto o fato de os investimentos urbanos, os rituais de consagração de pontos turísticos e os discursos sobre Lisboa, elaborados por turistas, fazerem parte de um circuito articulado no qual as informações se difundem, tendo em vista a apresentação de uma imagem atraente da capital portuguesa, dotada de prestígio similar a outras cidades européias. As representações de visitantes, de acordo com as informações obtidas por meio de entrevistas, não se separam também de outras práticas e opiniões partilhadas por moradores. As reflexões da pesquisa foram desenvolvidas tendo-se como pressuposto a idéia segundo a qual os turistas são vistos como narradores (BENJAMIN, 1985) secularizados de um mundo contemporâneo, caracterizado por processos amplos de comunicação e consumo. Tais processos criam a necessidade de marcas e registros urbanos baseados no poder de atração das metrópoles.

Seguindo a perspectiva das trocas culturais e tomando especificamente a experiência religiosa portuguesa como foco de interesse, o artigo de Ismael Pordeus trata da transmissão e das transformações localizáveis nas religiões afro-brasileiras, notadamente sob os efeitos dos deslocamentos e (des)localizações de práticas religiosas. Refletindo sobre a *performance* do ritual cristão do lava-pés no contexto umbandista lusitano, associada à migração de mulheres portuguesas iniciadas no Brasil, o artigo aborda o mercado de bens e serviços de salvação. Analisa também como esses deslocamentos religiosos exprimem a necessidade, por parte de seus praticantes, de (re)invenção e (re)criação dos cultos e dos ritos umbandistas. Se a pesquisa dialoga com cultos religiosos, acresce também aos dados empíricos investigados a temática das migrações e transformações culturais.

Mais voltado para o entendimento das ações de contravenção típicas da sociedade portuguesa, César Barreira aborda em seu artigo a presença recorrente na historiografia lusitana de Zé do Telhado, um personagem que ocupa, simultaneamente, o lugar de bandido e herói. O autor analisa a construção e reprodução de uma memória coletiva, entremeada de ficção e realidade, caracterizada pela mistura de valores que dizem respeito, não só à maneira como os bandidos são postos na função de heróis, mas tam-

bém, na condição de “fora da lei”. A pesquisa aborda os valores atribuídos a atores sociais que tiveram suas vidas construídas no “mundo das contravenções”, passando a serem vistos como “heróis populares” ou protagonistas e porta-vozes de uma “justiça paralela”.

As reflexões desenvolvidas no conjunto do texto, por Barreira, inspiram-se em perspectivas analíticas de Eric Hobsbawm e Edward Thompson, para os quais a ordem e a desordem, o legal e o ilegal, assim como as classificações sobre as práticas conflituosas e os comportamentos postulados como desviantes devem ser analisados como produção social e histórica, isto é, expressão de valores de uma época.

Deslocando-se um pouco do tema das trocas culturais e adentrando as práticas empresariais, sem perder o pressuposto da presença dos componentes ideológicos que incidem sobre as ações, o artigo de Jawdat Abu-El-Haj documenta um dos episódios mais polêmicos do mundo empresarial português, iniciado com o lançamento da OPA (Oferta Pública de Aquisições) da Sonae sobre a Portugal Telecom. Considera o autor que a derrota da Sonae de Belmiro de Azevedo, líder da burguesia portuguesa, é sintomática da transição do capitalismo nacional para o globalizado, constatando não ser possível, nesse contexto, uma sustentação econômica baseada na riqueza do único bilionário português com prestígio e habilidade gerencial. A diretoria da Portugal Telecom, armada com acesso ilimitado aos mercados financeiros e legitimada com a prioridade dada pelo governo à exportação de capital para o Brasil e a África, bloqueia a OPA e sustenta o controle do oitavo maior grupo europeu de telecomunicações. O episódio demonstra como a acumulação do capital continua sendo a finalidade da empresa, embora, para alcançá-la, tenha como instrumento não a propriedade privada dos meios de produção, mas o controle das organizações complexas, o acesso às redes financeiras e a legitimidade política da expansão externa. Diferentemente do capitalismo nacional, no qual a burguesia sustentava seu domínio pela apropriação direta do trabalho excedente, as novas classes dominantes priorizam o controle de mercados e o exercício de autoridade gerencial. A situação analisada apresenta, portanto, a nova dinâmica do capitalismo globalizado e o cerne da crise financeira de 2008.

Associando o campo das práticas empresariais ao tema dos posicionamentos políticos, o artigo de Auxiliadora Lemenhe analisa as diferentes posições assumidas por empresários portugueses, no contexto da inserção de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE). Tendo em vista a problemática em exame, a autora toma como marcos temporais o “25 de abril” de 1974, que assinala a queda do regime Salazar-Caetano, e janeiro de 1986, momento no qual foi formalizado o ingresso de Portugal na CEE.

Foram objeto de análise empírica as posições ideológicas e condutas políticas tomadas por empresários aglutinados nas duas entidades de maior expressão política em Portugal: a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) e a Associação Industrial Portuguesa (AIP). O artigo buscou construir os nexos explicativos das particularidades de cada uma das entidades, mediante o exame comparativo de suas trajetórias, partindo do princípio segundo o qual distintos percursos teriam configurado modos singulares de representação de interesses corporativos e de suas expressões políticas e ideológicas. As conclusões da pesquisa consideraram, ainda, que outras circunstâncias históricas de natureza sociopolítica e econômica, portuguesas, concorreram para a composição das conexões entre práticas empresariais e posicionamentos ideológicos.

Sob o prisma de fatores sociais e econômicos que incidem sobre as instituições portuguesas, Pedro Hespanha aborda em seu artigo os baixos níveis de escolaridade revelados nas elevadas taxas de abandono e insucesso escolar. Considera que as dificuldades de acesso ao primeiro emprego colocam Portugal em posição particularmente desfavorável, quando comparado a outros países pertencentes à União Europeia. O artigo reflete sobre questões associadas ao processo educativo, tais como: os padrões de escolha entre Escola e trabalho; a racionalidade do abandono precoce dos estudos; os custos de oportunidade no prolongamento da escolaridade e as políticas voltadas para os jovens. Aborda ainda o desconhecimento das aspirações e expectativas juvenis, por parte das políticas educacionais, e os efeitos geracionais e de estatuto na absorção dos não-diplomados associados a deficiências da cultura escolar em termos de cidadania.

Segundo Hespanha, as causas do problema

educacional em foco repousam em um conjunto complexo de variáveis sociais; assim, na interpretação do autor, tais causas não podem ser atribuídas, em separado, a qualquer uma das instituições que, de algum modo, se ocupam dos jovens, seja a escola, a família, a comunidade ou sejam empregadores ou, ainda, atividades de lazer.

A busca de uma perspectiva de totalidade na análise dos fatores de mudança social encontra-se também presente no artigo de Luísa Schimidt e João Guerra, que analisa o conceito de desenvolvimento sustentável, assim como os processos e as ferramentas importantes para alcançá-lo. Destacam os autores que na Agenda 21 (documento estruturante assinado no Rio de Janeiro, em 1992, por 178 países), exortavam-se as autoridades locais (nível de administração mais próximo das populações) a avançarem para formas inovadoras de governança. Na ótica dos seus proponentes, este instrumento deveria transformar-se numa plataforma de diálogo e de criação de consensos, numa estratégia participada de sustentabilidade local, pressupondo-se que políticas de maior proximidade geram maior interação entre governantes e governados, tanto na identificação como na resolução de problemas.

Para Schimidt e Guerra, na cena internacional, no entanto, diferentes posicionamentos e pertencas com blocos regionais distintos parecem implicar respostas diferenciadas, a exemplo das duas realidades portuguesa e brasileira que se aproximam, não só culturalmente, mas economicamente, considerando-se o chamado índice de desenvolvimento humano (IDH). As razões para as semelhanças e diferenças assinaladas no artigo parecem decorrer não apenas da simples capacidade de disponibilização de recursos para efetivar políticas de incentivo à implementação da sustentabilidade, mas de fatores mais amplos referentes ao contexto regional no qual os dois países se inserem.

O artigo de José Sobral, de caráter teórico e ensaísta, analisa as interpretações raciais e não-raciais da identidade nacional portuguesa no século XX, considerando as razões pelas quais algumas delas foram adotadas pelo nacionalismo oficial do Estado, em detrimento de uma outra. A alternância de representações, argumenta o autor, variava de acordo com

as conjunturas nacional e internacional. Conjunturas não só políticas, mas também ideológicas, relacionadas à prevalência de determinados discursos ou saberes científicos sobre o gênero humano informavam as interpretações analisadas. Em um primeiro momento, referente aos finais do século XIX e anos 40 do século XX, prevaleceram explicações raciais (e racistas) da identidade nacional. O segundo momento, configurado a partir de meados da década de 30 do século XX, correspondeu à difusão crescente da crítica às explicações baseadas no tema da identidade nacional.

A construção do argumento de Sobral baseia-se na leitura da obra de quatro intelectuais, dois portugueses e dois brasileiros, que exerceram grande influência sobre as representações da identidade nacional portuguesa: Mendes Correia, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Jorge Dias. A reflexão sobre o pensamento desses autores coloca em evidência relações, afinidades e confrontos entre os textos e os seus autores, revelando não só modificações operadas no campo intelectual, mas também evoluções na definição oficial do conceito de nacionalismo. A análise também levou em conta os contextos de produção das obras e suas formas peculiares de recepção.

O conjunto de artigos, diversos em seus registros empíricos, implicando ainda o aporte de várias teorias, reflete sobre os deslocamentos e as construções de sentidos advindos de interações entre Portugal e Brasil. Se os textos que compõem o **dossiê** são expressões de trabalhos de investigação provenientes do Acordo CAPES/GRICES, considero igualmente relevante registrar outras experiências de pesquisa que não se materializaram em artigos, abrindo, no entanto, frentes de futura investigação. A professora Sulamita Vieira realizou, em missão de três semanas em Lisboa, pesquisa bibliográfica sobre “música popular portuguesa”, sobretudo com registros do século XX, na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais e Biblioteca Nacional (iniciando, nesta, levantamento no setor especializado de música). Assim, em breve experiência, o acesso a trabalhos de autores como Fernando Lopes-Graça e Armando Leça, por exemplo, apontou a necessidade de dar continuidade à investigação, a fim de obter subsídios para a escrita de um artigo através do qual seja possível identificar aproximações entre produções musicais das tradições

portuguesa e brasileira (considerando, sobretudo, expressões encontradas no Nordeste); não só em termos de gênero, mas, também, no que se refere a certos instrumentos musicais, algumas danças e temas. Tais idéias integraram o seu plano de atividades, a ser desenvolvido em outra ocasião.

A professora Júlia Miranda, também em missão de curta temporalidade, iniciou de forma exploratória, contato com as práticas religiosas dos portugueses. Desenvolveu pesquisa bibliográfica no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, além de estabelecer contato com os colegas do Acordo mais próximos à temática de seu interesse. O mapeamento introdutório da pesquisa apontou as potencialidades de desenvolvimento posterior da investigação, considerando-se a complexificação e pluralização da esfera religiosa em Portugal incitadoras de um debate luso-brasileiro sobre esse tema. Nesse “sobrevôo” de apenas um mês, abriu-se para a pesquisadora um interessante caminho de estudos já anunciado por meio de “achados preliminares” que alimentam as reflexões sobre o lugar da religião no espaço público republicano, em comparação com as expressões públicas de culto e pertença religiosa no Brasil.

Os artigos assim como as experiências de investigação são indicadores importantes de uma rede de contatos afetivos e intelectuais ainda hoje em movimento. Com a publicação deste dossiê, a intenção do Acordo se fez gesto e pudemos materializar as trocas culturais e intercâmbios de pesquisa de um “fado acadêmico tropical”.

Nota

- 1 O Acordo, estabelecido através de edital, firmou parceria entre o Instituto de Ciências Sociais, da Universidade de Lisboa e o Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (Brasil), no período de março de 2005 a fevereiro de 2007.

Referência Bibliográfica

BENJAMIN, W. (1985). *Obras escolhidas, vol.1, Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense.

“MÃES DE BRAGANÇA” E FEITIÇOS: ENREDOS LUSO-BRASILEIROS EM TORNO DA SEXUALIDADE¹

1. O movimento das «Mães de Bragança»

Entre 1926 a 1974 Portugal viveu numa ditadura conservadora que impunha uma forte moral de contenção sobre a sexualidade. A tradição opunha-se à modernidade e a todos os estrangeirismos que perturbassem a cultura de «bons costumes». A família era uma das mais importantes bandeiras de doutrinação ideológica do regime. No domínio da sexualidade sobressaía a função sexual reprodutora da mulher de quem se esperava que fosse uma esposa carinhosa e submissa, para além de mãe sacrificada e virtuosa. Os gestos do quotidiano estavam permanentemente sujeitos a um escrutínio moral. Para Salazar, uma mulher de bom porte não devia fumar “sob o pretexto de que era um hábito comunista”.² A mulher casada possuía poucos direitos. Para viajar ao estrangeiro, necessitava de autorização do marido mesmo que fosse para se encontrar com ele. Apesar do tradicional machismo reinante na cultura portuguesa, nos jornais afectos ao regime apareciam “discussões bizarras sobre se os homens castos eram mais potentes do que os dissolutos”.³ Os bailes eram desaconselhados por, supostamente, conduzi-

JOSÉ MACHADO PAIS*

RESUMO

Neste artigo, propõe-se um debate sobre valores e representações sociais que encapotam a sexualidade, uma vez que a melhor forma de a colocar a nu é mostrando como se veste. Essas vestimentas são artefactos retóricos que devem ser percebidos como factos de construção ideológica. Assim sendo, há que os interpretar para alcançar a realidade que encobrem. A estratégia metodológica adotada aplica-se a um estudo de caso que aborda as convulsões sociais geradas pela presença de jovens brasileiras numa cidade do Norte de Portugal (Bragança), com fortes marcas de tradicionalismo. Pela sua condição de prostitutas, sedutoras e imigrantes, elas foram olhadas como um factor de perturbação da ordem. Algumas mulheres organizaram-se então num movimento social, autodenominado Mães de Bragança, para as expulsar da cidade, acusando-as de enfeitiçarem os seus maridos com encantos e magias.

Palavras-chave: sexualidade, valores, prostituição, movimentos sociais, feitiços.

ABSTRACT

This article propounds a discussion on values and social representations that veil sexuality, considering that the most effective way of laying sexuality bare is to show how it dresses itself. Those outfits are rhetorical tools that must be perceived as facts originating from an ideological conception. As a result, one has to interpret them in order to reach the reality that they hide. The propounded methodological strategy is directed toward a case study that approaches the social unrest created by the presence of Brazilian young girls in a city in northern Portugal (Bragança) revealing a strong trace of traditionalism. Due to their social status of prostitutes, charmers and immigrants they were seen as contributing agents to the breaking of the law. Some women, then, organized themselves into a social movement, self-denominated Mothers of Bragança, in order to expel the girls from the city accusing them of bewitching their husbands by means of enchantment and magic.

Keywords: sexuality, values, prostitution, social movements, witchcraft.

* Sociólogo, Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Convidado do ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa. Endereço: Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa – Portugal; e-mail: machado.pais@ics.ul.pt.

rem as jovens à esterilidade e perverterem o instinto de maternidade, para além de outros efeitos colaterais indesejáveis como “insônias”, “delíquios”, “perturbações circulatorias”, “fenómenos de auto-intoxicação”, “neurósias espasmódicas”, “anomalias de memória e linguagem”, etc.⁴ Manifestações de afecto amoroso em espaços públicos – como beijos ou mãos suspeitosamente entrelaçadas – eram alvo de repressão policial por atentarem contra os “bons costumes”.⁵

Com a *revolução dos cravos*, em Abril de 1974, houve uma clara liberalização dos costumes. Porém, cerca de três décadas depois, quando em pacatas cidades do nordeste de Portugal começaram a surgir discotecas e bares promovendo um comércio sexual às descarradas, a novidade transformou-se em falatório que ecoou por cafés, esquinas de rua, jornais e homilias. Enfim, um rebuliço social. Os ânimos exaltados rodopiavam em torno de baluartes fundamentalistas de uma tradição difícil de sustentar e de uma modernidade onde todas as liberdades se poderiam alcançar. Foi neste contexto que irrompeu, em 2003, o chamado movimento das *Mães de Bragança*.

A cidade de Bragança é capital do município com o mesmo nome, o qual abrange uma área com 1174 km² e 35 mil habitantes.

Faz parte da região de Trás-os-Montes, fronteira com a Espanha, a Norte e a Leste (Ourense e Zamora). A sua localização geográfica – de fronteira – coloca Bragança no eixo de um significativo fluxo rodoviário, principalmente na última vintena de anos, por efeito das novas vias rodoviárias. Deste modo, Bragança foi dos municípios portugueses a experimentar, nas últimas duas décadas, um embate mais chocante entre tradição e modernidade. Os custos da «interioridade» levaram muitos bragançanos a emigrar para o estrangeiro ou para o litoral do país, principalmente a partir de finais do século XIX. Retornavam apenas em Agosto, mês de férias e romarias de aldeia: “As nossas aldeias perdem-se na solidão dos velhos que gastam os olhos à espera que apareçam em Agosto breve os filhos que demandaram a Europa à procura de pão”⁶.

A década da revolução de Abril coincidiu com um forte desenvolvimento da cidade de Bragança. Em 1970, mais de 70% da população activa do Município de Bragança estava concentrada no sector primário (agricultura), trinta anos depois rondava apenas os 10%. Depois da “revolução dos cravos” a área urbana triplicou em 30 anos. A expansão urbana acompanhou o crescimento da população da cidade que, na década de 1970/1981, aumentou 55%. A partir dos anos 80 o ensino superior atraiu também um considerável número de jovens.⁷ Por outro lado, o crescimento urbano da cidade contribuiu para o crescimento do sector dos serviços e do comércio. Se em 1974 a capacidade hoteleira da cidade se circunscrevia a 246 camas, trinta anos depois passa para 1234.⁸ Todo este desenvolvimento, abrupto e incontrolável, provocou um choque entre estruturas morais e económicas, tradição e progresso, conservadorismo e desregramento, demandas morais e desmandos carnavais. Os cercos da prostituição assentaram arraiais na cidade.

O movimento das *Mães de Bragança* eclodiu em protesto contra o surgimento de várias *casas de alterne* (assim chamadas por as mulheres irem alternando no contacto com os homens; bordéis disfarçados) na cidade. Pelo facto de uma grande parte das empregadas de alterne ter nacionalidade brasileira, foi grande a animosidade por parte das *Mães de Bragança* contra as brasileiras, muitas delas imigrantes em situação ilegal. Uma primeira consequência do movimento das *Mães de Bragança* foi o empolamento mediático

do conflito, galgando fronteiras nacionais, nomeadamente por efeito de uma reportagem da *Time* em Outubro de 2003⁹. Curiosos vindos de Espanha e de outros países europeus passaram a frequentar Bragança e a desfrutar dos prazeres de «alterne» numa cidade tradicional que passou a estar no mapa das rotas do turismo sexual, também por efeito da sua localização fronteira. Uma segunda consequência foi a contra-maré de protestos reactivos em defesa das brasileiras e de crítica à suposta incapacidade das “pudicas mães” darem satisfação sexual aos seus maridos. Vejamos, com mais detalhe, o enredo dos acontecimentos, a partir de dois principais registos de observação: a consulta de fontes documentais, à cabeça das quais a imprensa jornalística que reportou amplamente o conflito¹⁰; e as informações obtidas através de entrevistas informais a mães traídas, maridos traidores, prostitutas brasileiras, comerciantes, bruxas, padres, polícias e outras autoridades.

O movimento das *Mães de Bragança* esboçou-se quando algumas delas, em desabafos do quotidiano, descobriram que padeciam de idênticas maleitas conjugais. Os maridos chegavam tarde à casa, com desculpas duvidosas. Nas roupas deles começaram a farejar vestígios de perfumes denunciadores de aventuras extra-conjugais. A desconfiança galopou quando a imprensa regional deu conta de cerca de uma centena de «brasileiras» residindo na cidade de Bragança, dispostas a converter em dinheiro seduções e préstimos sexuais. Na esquina das padarias ou do mercado, o movimento das mães alastrava e, sobretudo, consolidava-se. Trocavam-se conversas, suspeitas e lamentos. Espiavam-se as listas de contactos e de chamadas dos telemóveis [celulares] dos maridos, na convicção de que andavam em braços de outras. Na verdade, os que tinham posses “metiam apartamento para elas” e as “facadas” eram dadas, discretamente, durante o dia. A maior parte, contudo, esperava pela “calada da noite”, depois da saída do trabalho. Chegando à casa “tarde e a más horas”, os desvairados maridos transformavam as suspeitas em certezas cada vez menos questionáveis. A vanguarda do movimento aprontou então um manifesto que foi entregue ao Governador Civil, ao Presidente da Câmara e ao Comandante da Polícia de Segurança Pública de Bragança. Nele se lia:

Queremos evitar fazer justiça pelas nossas mãos, mas se a isso formos obrigadas, não nos esquivaremos, pois queremos, necessitamos, e merecemos ter paz nos nossos lares, nos nossos corações [...]. Somos agora invadidas e fustigadas por dezenas de prostitutas aquarteladas em boites, mesmo durante o dia, em bairros residenciais, em todo o canto e esquina da nossa cidade. Como é possível permitir-se a continuada abertura de casas de alterne, onde o flagelo da droga e da prostituição é incrementado?! [...] E nós filhas da Terra, aconchegamo-nos na tristeza e destruição dos nossos Lares, com o peso do sofrimento, porque elas vieram aliciar os nossos maridos com falinhas meigas, canas-de-açúcar e droga à mistura!

O manifesto, segundo consta, com «centenas de assinaturas», foi fotocopiado e badalado, lido e relido. O Presidente da Câmara de Bragança tomou o manifesto como pretexto para equacionar a legalização da prostituição e solicitou um reforço de policiamento, temendo os “*hooligans* do sexo” (corria o campeonato europeu de futebol). Em contrapartida, o bispo de Bragança reivindicou «esforços redobrados» para garantir “dignidade e santidade ao casamento cristão”. A polícia intensificou a cadência das rusgas sobre casas suspeitas de diversão nocturna. Uma autoridade local avançou com uma descoberta que originou um consenso inesperado: as *casas de alterne* não tinham “livro de reclamação”: concordaram uns porque os serviços eram clandestinos; anuíram outros porque as “meninas” faziam um “trabalho impecável”. Algumas dessas casas tinham sistemas sofisticados de vigilância. Quando os proprietários pressentiam as rondas da polícia, escondiam a maior parte das “meninas”. Estas embirravam com a subcomandante da Polícia de Segurança Pública (PSP) de Bragança, por ser mulher. Preferiam os polícias homens, pois – por dotes corporais ou “falinhas meigas” – acreditavam poder trocar o estatuto de perseguidas pelo de seduzidas.

A luta iniciada pelas *Mães de Bragança* contra as prostitutas começa a ganhar contornos de oposição moral entre a decência e a indecência, a fidelidade e a

promiscuidade, a castidade e a impureza, a virtude e o vício. Perante o alastramento do movimento há os que anseiam – e também os que temem – que as “bravas mães” alastrem por todo o país a “raça” e as “virtudes guerreiras” das mulheres do norte de Portugal. Há mesmo quem evoque *Maria da Fonte*, líder de uma histórica revolta popular (Maio de 1846) com grande participação de mulheres rurais que, alastrando por todo o Norte de Portugal, derrubou governos, mergulhando o país numa guerra civil¹¹. Uma das causas da sublevação fora a proibição dos enterros dentro das igrejas, por razões de “saúde pública”, mas o povo olhava a lei como “anti-religiosa”, acreditando ter a «chancela do diabo e da Maçonaria». Agora, com o levantamento das “mães” contra as prostitutas brasileiras, as mesmas razões de “saúde pública” vinham à baila. Num caso, enterrados fora da Igreja, os mortos ficavam desprotegidos. Noutra caso, enterrados nas *casas de alterne*, os maridos deixavam as mães desprotegidas, os filhos por criar e eles próprios ficavam sob a ameaça de doenças sexuais. Tudo por “obra do diabo”. Mas agora o “diabo” vestia a pele de mulher – de uma sedutora mulher, vinda de além-mar, com “falinhas meigas e canas-de-açúcar”.¹² Na imprensa mais conservadora surgem patrióticos manifestos de apoio ao movimento das *Mães de Bragança*: “Vós, *Mães de Bragança*, bradais aos céus aquilo de que sois vítimas. Sois vítimas das mulheres de vida fácil que vos tornam difícil viver [...]. Meretrizes! Hereges! Fogueira!”. Das hostes femininas há apelos nacionalistas para que o movimento alastre a todo o país, para que se cerrem “fileiras contra as brasileiras”, numa estratégia de «olho por olho, dente por dente», deitando mão das mesmas armas das invasoras: “Mulheres do meu país, vamos acabar com as brasileiras e demais prostitutas, entreguem-se de corpo e alma aos vossos esposos, façam-nos gemer de prazer todos os dias, façam loucuras na cama!!!”.

O levantamento das «mães» desencadeou fervorosos debates sobre a problemática da legalização da prostituição. Uns revelavam-se a favor: “Não castrem as vontades dos seres humanos... legalizem tudo e dêem condições de trabalho a todos”. Os do contra avançavam medidas radicais: “Coloquem as mulheres em trabalhos honestos e os bandalhos dos chulos¹³ na cadeia”. Um conhecido “empresário da noite”, astuto

e com estatuto, decidiu entregar na Assembleia da República um abaixo-assinado com mais de cinco mil assinaturas, requerendo a legalização da prostituição. Como a resposta tardava, os mais impacientes decidiram apelar directamente ao presidente da República: “O Sr. Presidente da República [...] devia prestar mais um dos seus serviços à nação, isto é, tornar legais todas as pocilgas ilegais”. Os mais românticos, embora não menos determinados, esgrimiam argumentos mais ou menos convincentes, dependendo do ponto de vista: “Há pouco tempo um velhote morreu quando estava com uma prostituta. Ele ao menos morreu feliz”. Outros observadores, armados de sensibilidade sociológica, começaram a alinhar enredos explicativos de maleitas conjugais. Urdiduras de tramas para explicar vidas de dramas. A fuga dos maridos seria consequência de disfunções matrimoniais, indiciadas por uma prova indesmentível: “esses gajos cheiram a putas e vinho”, expressão equivalente a “facada num casamento desfeito”. O cheiro “a putas e vinho” aparece aqui como sintoma de um problema cuja solução mais o complica. Na opinião destes entendidos da teoria-prática, “eles vão de livre vontade. E se vão, é certamente à procura de algo que há muito deixou de existir em casa”. Em casa passou também a faltar dinheiro por ser “mal gasto” na “má vida”. As carências económicas são denunciadas, com toda a carga de tragédia familiar: “É de lamentar que certos homens deixem por vezes as famílias a passar necessidades, por vezes fome!”. Esgrimem-se as mais variadas justificações para explicar a louca corrida às *casas de alterne*: a globalização, as migrações, as máfias, a crise de valores, a desmoralização dos costumes, os *media*, o consumismo, o machismo, etc. O advogado de algumas *boites* referenciadas na explosiva reportagem da *Time* anunciou que iria processar a revista por difamação. O bispo de Bragança mostrou-se indignado com o facto de uma tão prestigiada publicação ter dedicado oito páginas à prostituição da “sua cidade”, ainda por cima “cabeça de cartaz” [manchete] de capa da revista. Um empresário da noite, com ironia ou, possivelmente, equivocado com o alcance das palavras do bispo, rejubilou de contentamento: “A igreja ficou do nosso lado!”.

Tanto rebuliço social originou um incremento das rusgas policiais às *casas de alterne*. Algumas

fecharam, outras sobreviveram mais ou menos clandestinamente. Houve perseguições e prisões. Muitas prostitutas brasileiras rumaram para Espanha, fixando-se em localidades fronteiriças com Portugal. Em Fevereiro de 2004, abre em Alcañices uma casa – a *Play Boy* – acolhendo mais de meia centena de brasileiras que tinham deposto no tribunal de Bragança. A *Play Boy* tornou-se a grande atracção da pequena localidade de Alcañices. Ao princípio, os portugalenses machos que estavam habituados a satisfazer o vício à volta da esquina, ficaram nervosos. Na esquadra da polícia de Bragança foi-me referido que a violência doméstica, por denúncia de mulheres ou filhos, aumentou significativamente depois de as *casas de alterne* terem fechado: “deixou de haver escape; todos os homens davam largas à fantasia, iam beber um copo, lavar a vista”. Agora, confidenciou-me um polícia graduado, “deixaram de ter oportunidade de descarregar a bília”. Daí o provável empolamento de discussões, injúrias e agressões físicas¹⁴. Passada a fase de descontrolo inicial, o vício correu à procura da satisfação. Pular a cerca da fronteira com a Espanha instituiu-se como um verdadeiro “rito de passagem” para os prazeres do sexo. As “meninas” arrastaram os mais devotos clientes para terras de Quintanilha, Alcanices e Zamora (entre 50 a 80 km da cidade de Bragança). Com acentuada ironia, um deles confessou que agora vivia muito mais descansado: “Estamos longe de olhares indiscretos porque quem aqui vem procura o mesmo que nós”.

As “idas a Espanha” eram feitas em carro próprio, compartilhado com amigos, ou em carrinha fretada. Começou a especular-se que o próximo protesto das mães seria contra os gastos excessivos em gasolina nas fugas para a vizinha Espanha. Um inimigo das *Mães de Bragança* não perdeu o ensejo para as desafiar: “E agora [...] vêem os maridos a gastar mais dinheiro ainda, tendo que ir à vizinha Espanha. Mandem outro abaixo-assinado para o governo espanhol, quem sabe se elas [as brasileiras] não são expulsas de lá”. Perante o desconsolo dos comerciantes portugueses, os congéneres espanhóis recebem de braços abertos as “meninas”, a quem dedicam apodos de “chicas buenas”. À porta das casas nocturnas espanholas, a maioria dos carros estacionados ostenta matrícula portuguesa. Lá den-

tro a língua de Camões relega a de Cervantes para plano secundário. As “meninas” falam português, os clientes também e até os empregados de mesa são portugueses para que as hostes lusas se sintam em casa. Uma reportagem televisiva da SIC reportou vários comerciantes de Bragança queixando-se da “má sorte”, desde que as «meninas» tinham abalado para Espanha. O *Correio da Manhã* colheu alguns desses lamentos. Uma florista, nostálgica, recordava: “Eram muito educadas e gostavam de dar presentes umas às outras. É muito triste ver o estado em que o comércio ficou desde que elas abalaram”. Um taxista viu o seu negócio transformado numa indesejada ociosidade: “Antes trabalhava-se de dia e noite, hoje nem de dia, porque as praças estão a abarrotar de carros. Havia clientes que queriam beber uns copos [...]. A gente levava-os e depois ia buscá-los. Era uma maravilha, hoje está tudo vazio”. Uma cabeleireira, recordando o tempo do “chão que já deu uvas” retorquiu: “Quando as casas de alterne estavam abertas, trabalhava eu e mais duas funcionárias todos os dias sem parar. Hoje estou sozinha e o salão quase sempre vazio”. Os restaurantes ficaram com “os reservados às moscas”, espaços onde recebiam clientes especiais e suas especiais companhias, geralmente no primeiro piso, à meia-luz e com acesso privado. Muitos comerciantes deitam contas à vida, com a quebra dos negócios. Reclamando contra o que para outros bragançanos significava um retorno ao “sossego”, mostram-se nostálgicos perante a fuga das *meninas*: “Agora, em Espanha, é lá que o pessoal vai gastar o dinheirinho!”. Outro nostálgico comentava, desiludido: “Hoje não se vê uma alma durante a noite. O nocturno de Bragança acabou”. De novo se culpabilizam as mães: “Ah mães, mães... vede o que fizeste à economia da região...”. A vida também não melhorou para os concessionários de gasolneiras. Muitos portugueses aproveitavam a “voltinha” a Espanha, para atestarem os depósitos dos carros com combustível comprado do outro lado da fronteira, por ser mais barato. A pechincha tornou-se pretexto para um constante vaivém de voltinhas de carro, dando azo a ditos chistosos:

Maria: *Ó Manel onde é que vais a estas horas?*

Manel: *Vou a Espanha meter [comprar] gasolina que é mais barato.*

Os históricos sentimentos de afronta com a vizinha Espanha voltam a assolar o imaginário de alguns portugueses, feridos no orgulho nacional, ultrajados na sua incapacidade de se afirmarem perante a potência colonizadora vizinha: “Os espanhóis aproveitaram a deixa”; “Os Tugas são mesmo totós”; “Mais uma vez os espanhóis ganham com a nossa burrice”; “Os espanhóis até nisto nos comem!”; “Não há nenhum patriota que abra novas casas de alterne (ou reabra as anteriores) para dinamizar o comércio local e impedir a fuga do capital para o país vizinho?”. Entretanto, com o encerramento das casas de alterne e caindo em desgraça as malbaratadas justificações de abalada a Espanha para atestar os depósitos de gasolina, algumas “meninas” começaram a montar apartamentos em Bragança e redondezas, juntando-se três ou quatro, para custear a compra ou aluguer dos mesmos. Agora eram também elas a cruzar a fronteira entre Portugal e Espanha, num vaivém constante, tentando satisfazer uma procura geograficamente mais alargada. Uma delas confessou: “Como muitos clientes ficaram com o meu número privado de celular, cá me vou safando”. Enfim, as rusgas policiais não fizeram desaparecer do mapa de Portugal as brasileiras. Falando de “epidemia” e “praga”, os mais inconformados ripostavam queixumes: “A praga é maior do que os portugueses pensam, todos os dias a polícia e a Guarda Nacional Republicana prendem brasileiras e cada vez há mais”. Abanando a cabeça em sinal de reprovação por tanta hipocrisia, o dono de um café frequentado por prostitutas brasileiras confidenciou-me: “Eles falam, falam, falam, mas estão doidinhos para dar uma moça”.

2. Feitiços de amor

Há também quem fale de uma “epidemia” entre os homens portugueses, rumando doidamente às *casas de alterne*, onde as «brasileiras» personificavam o demónio, apesar de tudo beneficiado pelos “tons de pele morena dos trópicos”. As *Mães de Bragança* não tinham dúvidas, as «brasileiras» seduziam os maridos com drogas, feitiços, rezas, mezinhas [remédios caseiros], bruxarias e macumbas com pétalas de rosa e raízes de amor-perfeito. Quando questionei o assunto a um entendido da noite de Bragança¹⁵ revelou-me

que, de facto, as “brasileiras” usavam um chá. Anotei o nome. Eu, que até gosto de chá, nunca ouvira falar da espécie revelada. Pensei tratar-se de um chá importado do Brasil, qualquer variedade exótica das muitas que o rei D. João VI de Portugal mandara cultivar, em 1811, no Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

As viagens de exploração transoceânica fizeram chegar à Europa muitas substâncias inebriantes e entorpecentes, ervas curativas e ervas “do demônio”. Pensei também nas misturas usadas por *Celestina*, a famosa mercenária do amor, literariamente criada por Fernando de Rojas.¹⁶ Por outro lado, sabia que em terras onde aportaram as caravelas de Pedro Álvares Cabral – tanto quanto naquelas de onde elas debandaram – eram comuns os “sortilégios” e “filtros” para “prender alguém”. As poções mágicas, designadas de *veneficium*, tanto surtiam feitiço quanto envenenamento, seus efeitos ímpios sobrelevando os pios. No século XVI, o Tribunal do *Santo Ofício*, no Brasil, registava mezinhas feitas a partir das segregações do “vaso da mulher”: “O contacto com a ‘madre’, ou seja, com o baixo corporal feminino, conferia poderes mágicos e ora servia para querer bem, ora para sujeitar vontades; por isso a negra Josefa, em Minas setecentista, lavava as partes pudentes com a água que misturava à comida do seu marido e de seus senhores”.¹⁷

Quando consultei no Dicionário o nome do chá constatei que a palavra, em português arcaico, significa “pequena caixa ou saca redonda e fantasiada”. Mas é claro que não faria sentido falar de chá de *caixa* ou *chá* de “saca redonda e fantasiada”. Depois, vim a descobrir que, no Brasil, o nome misterioso do chá corresponde a um palavrão ordinário que é dado à vulva. De tão ordinário que é esquivo-me à sua reprodução. À coisa assim nomeada associam-se tremendos poderes o que, aliás, acontece em outras latitudes. Na Catalunha, chegou-me ao conhecimento o costume de as mulheres dos pescadores exporem os seus genitais ao mar antes de os maridos embarcarem. Acreditavam que, desse modo, o mar se acalmava – ao contrário do que sucederia se nele urinassem. A exposição dos genitais femininos é um recurso que tem sido usado, ao longo da História, para expulsar demónios, afugentar espíritos malignos, impedir que vários tipos de males aconteçam. Quando os perigos

espreitam ou as adversidades ameaçam, a sabedoria popular dita que a melhor opção de uma mulher é erguer as saias¹⁸. O mesmo recurso é usado em discussões e zaragatas públicas no Norte de Portugal. Numa dessas discussões, ocorrida numa feira, observei que o levantamento das saias era acompanhado de fortes batimentos numa das nádegas pela mão oposta à que segurava a saia. Não é fácil explicar esta exposição – ou insinuação – deliberada dos genitais femininos, de que existem abundantes referências no folclore e na literatura. Tentativa de humilhar os adversários? De os seduzir? De os atarantar? O poder da vagina foi também testemunhado por um colega meu¹⁹ quando, no noroeste de Portugal, descobriu que negociantes e caçadores ficavam atemorizados quando se cruzavam com uma jovem viúva. Mau presságio para negócios e caçadas. Os negociantes queixavam-se de que os ganhos iam por água abaixo – será que os desperdiçavam em prazeres sexuais com prostitutas, por efeito de apetites sugestionados pela jovem viúva? – e os caçadores lamentavam-se de que as espingardas perdiam a pontaria, por isso friccionavam o cano das mesmas entre as pernas, contra os genitais, para corrigirem a pontaria.

A *Time* fez referências a outras práticas mágicas que, segundo as *Mães de Bragança*, as “brasileiras” usariam: “Põem flores nos cruzamentos para conquistar os homens e os nomes dos inimigos nas solas dos sapatos”. Como resposta, algumas mulheres portuguesas tentaram o antídoto, acorrendo a bruxas e curandeiros para “limparem os maridos”. O proprietário de uma casa de alterne especulou: “elas de certeza gastam tanto dinheiro com os bruxos quanto os homens com as putas!”. Uma curandeira que entrevistei confessou-me que algumas portuguesas a procuravam, ofegantes e exaltadas, com propostas do “arco-da-velha”: “Às vezes, chegam-me aqui, com uma conversa... ‘Quero que mate aquela puta que anda com o meu homem!’ E eu digo assim ‘Ó filha, mas eu não mato ninguém! Você pega numa pistola chega ao pé dela e dá-lhe um tiro! Não consigo pôr as minhas mãos no mal, nessas magias negras’...”. Para além de recorrerem a bruxas e curandeiros, algumas mulheres enganadas – pelos maridos, e também pelos fabricantes de mezinhas – fazem promessas às suas santas devotas. Outrora existiam também relaciona-

mentos extra-conjugais e idas às putas. Todavia, o restabelecimento da ordem era conseguido através do poder afirmado pelas mulheres em praça pública: as mulheres resolviam este tipo de problemas com “um murro nas ventas da provocadora e com uma telha em cima da cabeça do marido”. Entre cabeças partidas e algazarra a condizer, o marido continuava em casa e “ficavam histórias vibrantes para contar aos netos”.

Quanto ao poder das “brasileiras”, há quem avalie os efeitos do feitiço a partir dos poderes da feiticeira: “Não há melhor feitiço que o melhor serviço”. Na verdade, vários entrevistados me garantiram que as brasileiras “são muito mais carinhosas e meigas” e “submetem-se a coisas que as portuguesas não se submetem”. Enfim, “são umas gatas”. Em alguma imprensa as brasileiras são representadas como “mouras encantadas”. Os menos quixotescos contestam esse imaginário ripostando que os portugueses que se “embeçam” por elas estão enganados; não são nada “mouras encantadas”, são apenas “brasileiras de tez índia... até ao primeiro dia em que lhes enfeitam a testa com ornamentos à medida da sua inteligência”. Alguns maridos – provavelmente com testas ornamentadas – acabam por se reconhecer vítimas de enfeitamento: “elas são enviadas pelo demônio”; “elas tentaram-me contra a minha família”; “roubaram-me o dinheiro, aquelas putas”. Os “pobres enganados” teriam caído em tentação, atraídos por forças malignas, havia que “expurgar a cidade daqueles diabos com pernas, ainda por cima boas”. Um polícia usou uma metáfora persuasiva para ilustrar a esperteza interesseira das “musas” do outro lado do Atlântico: “comem-lhe o isco e cagam-lhe no anzol”. Os dotes sedutores das brasileiras servem também para desculpar os “pobres homens” que, desse modo, são levados ao engano pelas «pecadoras», “viciosas” e “sedutoras” brasileiras. Os “pobres homens”, no entanto, culpam as suas mulheres de não terem os dotes sedutores das brasileiras e de não saberem fazer as “coisas” que elas sabem fazer. Em suma, os “pobres homens”, por uma ou outra razão, aparecem quase sempre como vítimas. As “danadas” acabam sempre por ser as mulheres, independentemente dos “danos” causados: ou porque se excedem na sedução e fervor sexual ou, pelo contrário, porque percam por defeito e castidade.

3. As ameaças de ferrugem

Os “pobres homens”, contudo, gostam de fazer alarde da sua virilidade. Num estabelecimento comercial bem no centro de Bragança, surpreendeu-me uma montra expondo uma enorme colecção de *t-shirts* com vários apelos sexuais. Desde logo, inscrições reveladoras de apetite sexual: “Procura-se. Mulher que adopte o animal que há em mim”; “Se eu estiver bêbado, e se você for bonita, aproveite-se de mim”; “Vou rezar 1/3 para arranjar 1/2 de te levar para 1/4”. Outras inscrições sugeriam invulgares capacidades eróticas e sexuais: “O meu cérebro é o meu 2º órgão”; “Se o teu namorado não faz bem eu faço”; “Instrutor sexual. 1ª aula grátis”; “Faço sexo com os olhos. Neste momento estou a comer-te”. Outras mensagens realçavam os benefícios da actividade sexual: “O sexo faz bem aos ossos”; “Sexo oral não dá cáries”. Finalmente, recenseei pensamentos embrulhados em fixações ou obsessões sexuais: “Só não penso em ti quando não respiro”; “Não sou o que tu pensas, mas tenho o que gostas”.

Estamos perante uma sexualidade ora reprimida ora insinuada, talvez uma coisa por via da outra. A sua afirmação pela negação, e vice-versa, faz parte de um jogo alimentado pelo vício de socializações enroscadas no decurso do tempo. Outrora como agora, a sexualidade pulsa no quotidiano de forma declarada ou implícita. Nos meios mais rurais, por exemplo, a alguns tipos de cereja são atribuídos nomes sexualmente conectados. A primeira cereja, que aparece prematuramente por inícios de Maio, é designada de “meia foda”. De entre outras variedades mais apetecidas, destacam-se a “lisboeta” e a “francesa”, esta última preferida em compotas por ser a mais “doce”. No mercado de Bragança, vi uma colecção impressionante de garrafas de vinho com a sugestiva marca de “Força no Pau”. Com o mesmo nome é designado um licor de ginja, necessariamente com “elas”: as ginja e umas garotas de *biquini* que, no rótulo da garrafa, deixam de olho arregalado um campónio encostado ao seu bastão.

Nos cafés da cidade mais frequentados por homens, de vez em quando fala-se de mulheres, menos de sexualidade. O tema parece continuar tabu e, provavelmente por isso mesmo, persiste enquanto

objecto de “brincadeiras” e “malandrices”. Em contrapartida, fala-se bastante de política ou de futebol. Das poucas vezes em que ouvi comentários sobre sexo, o tom da voz baixava, a língua retraía-se, a elucidação dava lugar à evasão, o entendível ao subentendido. Este entravamento da linguagem tem certamente razões que se prendem com o pano de fundo moral que envolve a sexualidade. Mas a gabarolice não deixa de ser exibida. É, aliás, entre os velhotes que mais se ostentam as conquistas de mulheres. Os mais novos são mais contidos. O patrão de um *café de subir* – assim designado por disponibilizar aposentos no piso superior para relacionamentos sexuais – segredou-me: “Olhe! [baixando o tom de voz]... Aqueles velhotes que estão ali... A maior parte... não fazem nada! Depois conversam: ‘ai, dei duas, dei três’, é a conversa deles [...] Gabam-se uns para os outros. Para eles é meia dúzia de uma vez! Picam-se a gabar-se”. Outros, contudo, confidenciam ao patrão o falhanço das investidas na expectativa de reaverem o dinheiro: “Dizem-me: ‘Ai, faltou! Perdi o meu tempo!’ – Faltou, pagou! Alguns nem tentam! Ficam a passar a mão... aquela coisa! Sei eu porque eles me dizem! Não vou lá ver! Tem só quem converse. E paga! Só para conversar. Alugam quarto, pagam! Dizem que não conseguem falar com a mulher [esposa]. Ali [apontando com a cabeça e baixando mais a voz], estão dois... dizem que não têm conversa possível com a mulher. Só aos berros!”

Os fracassos sexuais não impedem a gabarolice. Alguns ufanam-se do rodopio de mulherio à sua volta. Esta jactância de conquistas, corolário de um machismo exibicionista, não pode deixar de se correlacionar com as insistentes investidas às casas de alterne ou *café de subir*, não por acaso realizadas em grupo. Para uma boa parte dos seus frequentadores, “ir às putas” é um ritual de virilidade, mas também de sociabilidade, já que quem vai “às putas” vai também “aos copos”, até porque as raparigas das casas de alterne ou congêneres cobram comissão sobre as bebidas que os clientes consomem. É por entre *rodadas* de bebida e de garotas, que se comentam as “novidades”: nova “fruta” importada, seus atributos físicos ou a capacidade de envolvimento demonstrada na relação – “geme de prazer, heim?” – gaba-se alguém, deixando no ar a ideia de que o gemido é uma

inevitável consequência da mestria em fazer gemer. O que alguns ignoram é que os gemidos de prazer são falsos e desacreditados, denunciando orgasmos fingidos. Para elas, o objectivo é consumir o acto sexual o mais rapidamente possível. Recorrem, para o efeito, a estratégias para “queimar etapas”. Mal sobe ao quarto a prostituta despe-se rapidamente e incentiva o excitado cliente a fazer o mesmo, dando-lhe até uma mãozinha, ao ajudá-lo a desapertar as calças e os botões da camisa. O lema é: “Dinheiro na mão, calcinha no chão; dinheiro sumiu, calcinha subiu”.²⁰

Embora não tenha realizado nenhuma sondagem à boca das casas de alterne, as informações reunidas sugerem uma frequência muito diversificada: operários e empresários da construção civil, estudantes universitários, professores, advogados, juizes, polícias, empregados de balcão, comerciantes, pequenos industriais, e até um padre que “não é da terra”. Não posso garantir. Apenas poderei testemunhar o perfil dos clientes que acabei por entrevistar: dois comerciantes, um taxista, três aposentados, um jovem operário da construção civil e um *garçon* de café. Várias prostitutas me referiram a existência de clientes VIP, com prioridade de atendimento sobre os demais, apesar de que “todo o mundo cá vem, pobre e rico”. O proprietário de um café de frequência popular, também pouso de prostitutas, reforçou o que a “olho nu” já havia apreendido em outros estabelecimentos de “comes e bebes” e tudo o mais que se possa imaginar: “Quem procura as mulheres... é esse pessoal que trabalha a semana inteira... funcionários, trabalhadores, trolhas [pedreiros]... uma escapadela assim rapidinha; mais pessoal ligado a obras”. À hora a que o entrevistei, a meio da tarde, havia, contudo, uma predominância de idosos. Esclareceu-me que muitos são reformados: “Esses, os mais velhos... esses mais velhotes, reformados, recebem o salário... logo nos primeiros dias vai tudo!” – e em tom jocoso: “Para burro velho, capim novo!”

As “meninas” preferem os mais velhos ou *coroas*, como lhes chamam. Em primeiro lugar, porque têm mais “nota”, como o reconhece uma patroa de alterne: “Os bons clientes não são os estudantes. Os bons clientes são os ‘coroas’, como elas dizem. Os bons clientes são esses”. Em segundo lugar, porque são mais “meigos”. Uma jovem de Espírito Santo (litoral

do Brasil) reforçou a ideia: “Eles [os jovens] bebem, são mais agressivos... e os velhos não!”. Um cliente, com um sorriso desdentado e uma careca reluzente, justificou o interesse pelas “meninas”: “para que o Zeca não enferruje!”. A confissão pode interpretar-se como um temor à perda da virilidade. O problema é que – pela idade, embaraço psicológico ou sabe-se lá que mais – alguns Zecas chegam à hora da verdade com sinais evidentes de “enferrujamento”. Uns, mal levantam a cabeça, “disparam logo” e de imediato destroçam ou, na metáfora poética de uma prostituta que andava em aulas de condução, “ponto morto, engata a primeira e o motor vem logo abaixo”. Outros, como me disse moça de *alterne*, “não há meios de os pôr em pé”. Quando a bandeira não hasteia naturalmente, algumas prostitutas esmeram-se em manipulações, mas nem sempre com sucesso. A tentativa de colocar um preservativo num membro minguado e flácido é provavelmente um teste a que não resiste a mais pachorrenta das paciências. E “como tempo é dinheiro”, algumas mimam os clientes desarmados com vibradores e *consolos*²¹ para usar “ao gosto do freguês”. Ensejo para que alguns clientes concretizem fantasias que não se atrevem a realizar com as suas mulheres ou fora do mundo da prostituição. Os amigos não colocarão em causa a virilidade desses «desconsolados», pois sempre pensarão que quem *sobe* [expressão usada para *subir* aos aposentos da prostituta] é para ficar por cima.

Numa sociedade norteadada por valores machistas, os homens vêm-se obrigados a ter uma sexualidade disponível de forma permanente, indiscriminada, compulsiva. Chega-se a sustentar que tais características respondem aos impulsos biológicos de qualquer macho. Os valores machistas encontram-se de tal forma arraigados no tecido social que acabam por sobreviver ao “enferrujamento” dos impulsos biológicos. Nem que para tanto se recorra a *consolos* artificiais. Quanto mais ameaçadoras são as disfunções erécteis, tanto mais se procura defender a reputação de “macho” perante si próprio ou perante os outros – companheiros das idas às *casas de alterne*. Alguns moribundos sexuais tudo fazem para recuperar a sua masculinidade. Quando o conseguem, comprovam o poder de alguns produtos destinados a “levantar mortos”, como o “viagra” ou o famoso chá

de “pau de Cabinda”, proveniente da casca de uma árvore com o mesmo nome, existente na floresta de Cabinda, em Angola.

Muitos clientes são renitentes ao uso do preservativo, como me confessaram algumas prostitutas. Os mais velhos são dos que mais teimam em não o usar, alegando falta de hábito. Uma prostituta sugeriu-me que a rejeição do preservativo pode também se explicar porque “eles metem na cabeça que a camisinha atrapalha”, dificultando a erecção, ou mais grave, amortecendo-a. Alguns nem com *boquete* (sexo oral) lá vão. Num registo de interpretação científica, há quem sugira que a rejeição do preservativo por parte dos homens é uma manifestação de masculinidade, posta em evidência pelo assumir de um risco²². Nem sempre assim é. Para muitos idosos, a rejeição do preservativo não é assumir um risco, é fugir dele, do risco da confrontação decepcionante com o “enferrujamento do Zeca”. Com isto quero dizer que, umas vezes, a assunção do risco, ao estimular a “erotização”,²³ engrandece o sentimento de masculinidade. Outras vezes, contudo, o risco é a perda desse sentimento quando a erecção periclitante do pénis esmorece perante a ameaça de um enjaulamento forçado na chamada “camisinha”. A acreditar na fonte privilegiada e profissional de informação a que acedi, por vezes só com muitas habilidades o mirrado recupera a posição de levantado. A fonte, com toda a sua indesmentível experiência, confidenciou-me que uma das habilidades salvadoras consiste em camuflar o preservativo no céu-da-boca.

Mesmo com dificuldades de erecção, o macho tende a desculpabilizar-se, uma vez que a culpa é remetida para a “camisinha” que “atrapalha”. A consagrada *teoria da atribuição*²⁴ ajuda-nos a compreender estes mecanismos de defesa que levam a atribuir os êxitos a qualidades pessoais, enquanto que os fracassos são muito mais imputados a circunstâncias ambientais. A teoria da atribuição estabelece que quando um indivíduo centra em si mesmo as causas de sucesso ou de fracasso de uma acção (atribuições internas) surgem normalmente sentimentos de orgulho ou de vergonha. Na sexualidade masculina, o orgulho ou a vergonha associam-se à (in)capacidade de erecção. Se esta é mal sucedida, uma forma de contornar a vergonha é encontrar justificações externas ao fracasso

(atribuições externas). Pelos vistos, o preservativo é uma justificação recorrente para a incapacidade referida já que, alegadamente, “atrapalha”. “Correr risco”, como prova de masculinidade, pressupõe uma plateia que legitime, através do reconhecimento, um predicado valorizado: a capacidade de correr risco. Porém, na cama, a plateia resume-se a uma mulher e a prova de fogo encontra-se confinada à revelação da capacidade de levantar um estandarte.

Como quer que seja, se é certo que a rejeição do preservativo pode aparecer associada à afirmação da masculinidade pelo temor do insucesso (quando “eles metem na cabeça” que a camisinha “atrapalha”), noutros casos, porém, a afirmação da masculinidade projecta-se efectivamente na assunção de riscos. Porque o homem se vê (porque é visto) como “forte” não deverá ter “medo” de avançar para a faina sem armas defensivas. Também pode acontecer que o homem centre no preservativo uma disputa que lhe permita submeter a mulher ao seu poder. Ou seja, o que pode estar em jogo é o convencimento de que exerce um poder sobre a prostituta, obrigando-a a submeter-se à realização de suas fantasias. Ela quer usar o preservativo? E se ele não quiser? Quem manda? Uma vez, na cidade de Bragança, vi um carro estacionado em cujo espelho de retrovisor se dependurava uma miniatura de *T-shirt* com os seguintes dizeres: “Quem manda no carro e na cama sou eu”. O que está em causa é uma ideologia machista que para sobreviver reclama a submissão da mulher, seja no carro ou na cama, pois, como diz o velho ditado, “mal vai a casa em que a roca manda mais que a espada”. Andar no carro com o anúncio escarrapachado dessa dominação é uma forma de dar visibilidade a esse domínio.

A correlação entre assunção de virilidade e rejeição do preservativo pode, assim, ter diferentes determinantes. Como se sugeriu, entre os idosos, o temor de uma erecção falhada alimenta a convicção de que o preservativo “atrapalha”. Estranhamente, alguns inquéritos à sexualidade, não contemplam esta hipótese. É o caso de um recente Inquérito sobre “Os comportamentos sexuais da população portuguesa”, onde pura e simplesmente se desprezaram os inquiridos com mais de 65 anos. Ou seja, por preconceito ou qualquer outra razão oculta, talvez se tenha admitido que a partir daquela idade a sexualidade se eclipsa.

Surpreendentemente, a realização do Inquérito tinha como justificação o facto de Portugal ser um dos países da UE com uma das situações mais preocupantes no que respeita à infecção do HIV/SIDA. Por essa razão, o Inquérito propunha-se estudar as relações entre os comportamentos sexuais e os comportamentos de risco associados à transmissão do HIV na população residente em Portugal, a partir de uma reivindicada “amostra representativa”. Embora, à data, os dados deste Inquérito não tenham ainda sido publicados, foram recentemente apresentados em um seminário na Universidade de Lisboa.²⁵ Os dados revelados indicavam que os inquiridos mais jovens eram os que tinham condutas sexuais de menor risco, enquanto que as de maior risco se concentravam no escalão etário mais elevado, isto é, dos 55 aos 65 anos. A população presumivelmente de maior risco foi desprezada.²⁶

4. Notas finais: sexualidade e mudança

Algumas inquietações sociológicas justificaram a pesquisa sobre o movimento das *Mães de Bragança*. Desde logo, quais os contornos e implicações do confronto entre uma unidade de persistências (os *mores* das moralidades, as *valências* dos valores tradicionais) e as novas correntes sócio-culturais²⁷? Que efeitos terá tido a globalização de novas vivências da sexualidade em tal processo? Como decifrar o movimento das *Mães de Bragança* e o que nos poderia ele revelar? Se o método remete para o que está além (*meta*) do caminho (*hodos*) percorrido, estamos na altura certa para fazer uma reflexão metodológica do percurso realizado na tentativa de dar resposta a estas e a outras questões que foram levantadas ao longo da pesquisa realizada. O método que abracei foi o da descoberta de realidades ocultas, no pressuposto de que existem conexões entre a realidade que se mostra à observação e a que dela se esquia. Daí o interesse em analisar os valores e representações sociais de que se vestem e revestem as práticas quotidianas. Na sociologia clássica, as ideologias sempre foram consideradas como “desvios” ou “distorções”. Porém, as visões do mundo nem sempre deixam o mundo nas trevas. Elas também são constituídas por parcelas de verdade. Salvador Giner²⁸ alerta-nos para a necessidade de

procedermos com as ideologias da mesma forma que os antropólogos têm tratado os mitos: buscando as verdades profundas e escondidas que existem neles, segundo critérios convincentes e objectivos. As metáforas, narrações, símbolos e imagens de que os mitos se vestem são roupagens que requerem interpretação para chegarmos às verdades que encobrem.

Assim aconteceu quando procurei decifrar os estereótipos jogados sobre as *brasileiras* e mesmo sobre as *mães*, frequentemente designadas de *papa-hóstias*. A hipótese que justifica o movimento das mães pela sua «beatitude» parece-me simplificadora da sua complexidade. A religiosidade é uma explicação tão consensual quanto simplista. Talvez, por ser simplista seja consensual. No melhor dos casos, é uma paráfrase cujo poder tautológico é confirmado por algumas evidências analíticas, embora negado por outras. Se algumas mães eram praticantes católicas, outras estavam arredadas dos locais de culto. Por outro lado, a razão da revolta invocada por algumas delas tinha uma base económica e nem sempre religiosa: os maridos “estoiravam” com as “putas” o dinheiro que fazia “falta em casa”. Acresce que as ditas «mães» não se limitaram a enviar os seus manifestos às instituições de moral pública, insistindo, sobretudo, em recolher o apoio das autoridades civis e policiais. Aliás, nas suas reivindicações utilizavam um vocabulário tradicional actualizado. Em relação às *brasileiras*, o desafio foi o de decifrar os procedimentos que reificam os estereótipos, imperativo metodológico para desnaturalizar as diferenças.

A sexualidade encontra-se associada à salvação ou afirmação de valores identitários e estes, por sua vez, reflectem as representações sociais que a orientam. É neste sentido que se torna relevante desvendar os dispositivos simbólicos da sexualidade. Para tanto, é necessário tomar as representações sociais como formas de pensamento social cuja génese, propriedades e funções são, afinal, substrato das identidades.²⁹ O movimento do pensamento nasce geralmente de representações imaginadas. O próprio pesquisador, submergido numa análise de detalhes de um dado questionamento sociológico, começa por produzir construções abstractas, imagens. A criatividade do seu trabalho surge, provavelmente, no instante em que, ao confrontar-se com observações

dísparas, procura descobrir entre elas possíveis elos de sentido com que, afinal, se fabricam as interpretações. Assim sendo, interessou-me examinar de que modo os contextos sociais, a linguagem e os sistemas de comunicação intervêm na construção das representações sociais sobre a sexualidade. A orientação metodológica seguida não anda longe daquela que é reivindicada pelo chamado *interaccionismo simbólico*.³⁰ Quer isto dizer que me acerquei de distintos universos de representação social, privilegiando os significados que os indivíduos lhes atribuem, enquanto pessoas vinculadas reciprocamente aos seus actos. Por essa razão, num primeiro momento, condescendi com as opiniões que fui recolhendo, sem lhes atribuir juízos de valor, o mesmo se podendo dizer em relação ao tom escarninho da imprensa. Ou seja, reproduzi o tom do diz-que-diz do falatório que me chegava aos ouvidos ou do palavreado que jorrava da imprensa com o propósito de evidenciar, em ambos os casos, um poder de persuasão. No entanto, por imperativo metodológico, fui apelando à necessidade de desocultar os significados subjacentes às representações sociais que circulavam nesse falatório e palavreado.

Deste modo, tomando as *Mães de Bragança* como suporte de diversas representações sociais, interessou-me, em primeiro lugar, descobrir o que essas mães representavam para quem delas falava. Em segundo lugar, preocupei-me em descobrir os significados dessas representações e como os mesmos eram manipulados e se modificavam no decurso dos processos interpretativos que as pessoas desenvolviam a propósito da realidade representada por essas mães. O mesmo exercício foi realizado em relação às *raparigas de alterne*. Aparentemente, claro está que elas são prostitutas e, nesse sentido, o significado é inerente à coisa mesma. Mas não é assim tão claro que o significado de uma coisa apenas possa emanar da coisa mesma. O significado não é uma emanção mecânica da estrutura intrínseca das coisas que o possuem, antes resultando de processos concretos de interacção social. A prova do que acabo de dizer é que as “meninas” dividiram opiniões. Tanto eram olhadas como malvadas macumbeiras quanto como fonte de prazer ou ainda factor de desenvolvimento económico regional. Voltando ao movimento das *Mães de Bragança*, que razões o poderão explicar? A

questão não deixou de preocupar as elites pensantes de Bragança e do próprio país. Um periodista de *A Voz do Nordeste* sugeriu: “Até há bem pouco tempo era impensável um abaixo-assinado do género do que foi produzido pelas designadas *Mães de Bragança*. Se alguma delas se atrevesse a fazer um documento semelhante o mínimo que lhe podia acontecer era levar uma grande sova do marido”. De facto, os cânones tradicionais de moralidade restringiam a gestão da sexualidade à perenidade da família e do património. Os vícios e extravios eram desencorajados por uma moral revestida de temor a Deus. As prescrições morais circundavam a busca do prazer, limitando-o. Este ordenamento societal foi abalado por novas correntes socioculturais, onde a busca de prazeres terrenos se foi sobrepondo às exigências de obrigação moral e os vícios privados foram sucessivamente abalando as virtudes públicas. A partir do momento em que o prazer foi perdendo o seu elo com o pecado, acabou por se transformar num objectivo de vida. A cultura dos afectos e da sexualidade deixou de estar embebida em imperativos do dever para também contemplar os de prazer. O dever conectado com sanções e obrigações fez cedências ao hedonismo, à satisfação de anseios, à desoneração da culpa por juízo moral. Não é certo, todavia, que estas ondas de libertação sexual se tenham traduzido numa simetria de poder nas relações de género. Não temos instrumentos de avaliação dessas relações no âmbito do que se passa nos leitos conjugais. Como é que aí se jogam os afectos e a sexualidade? Mistério difícil de sondar. No entanto, a intimidade é expressão do social. É esse social – tanto mais esquivo quanto mais se refugia no leito conjugal – que nos intriga e nos empurra para uma aproximação do insondável.

Por outro lado, como interpretar a correria desmesurada às *casas de alterne*, principalmente por parte de homens casados? A esta pergunta não estará associada uma única resposta. Porém, é possível admitir que maleitas conjugais de diferentes espécies se constituam em condições favorecedoras do fenómeno. Não necessariamente suficientes nem certamente exclusivas. Aliás, nem as poderíamos entender isoladamente das circunstâncias sociais que as envolvem. Por exemplo, em meios rurais, as questões patrimoniais pesavam duradouramente sobre as

alianças matrimoniais. Um desenlace conjugal poderia significar um tumultuoso terramoto patrimonial, desmoronando negociatas familiares. Isto porque, outrora, eram frequentes os arranjos matrimoniais orientados para a conservação e acumulação de patrimónios. Pela mesma razão, os vínculos patrimoniais desencorajavam o divórcio. As desavenças conjugais eram assumidas como uma fatalidade. Todo este *status quo* assentava na submissão das mulheres, na sua suposta capacidade de sacrifício. Pelo contrário, os homens aliviavam as tensões nas tabernas ou nos prostíbulos, daí resultando toda a carga simbólica do “cheiro a putas e a vinho”. O gozo da sexualidade ocorria frequentemente fora da relação conjugal, uma vez que as mulheres eram olhadas como desprovidas do direito desse gozo, sob pena de serem acusadas de leviandade. Neste modelo, não é certo que o amor erótico estivesse ausente, mas não era assumido como um valor de fundamentação da vida matrimonial. Ou melhor, a mulher podia ser amada, mas não tanto como mulher quanto como mãe, governanta de casa, educadora dos filhos... enfim, era valorizada por sacrifícios quotidianos tantas vezes vividos em silêncio. Por esta razão é que numa situação de traição conjugal, com ameaças de dissolução do vínculo matrimonial, se reivindica o estatuto de mãe. Não por acaso, o movimento das “mães” não se denominou de “esposas” ou de «mulheres». Ao reivindicarem o estatuto de mães, elas não estariam, propriamente, a negar outros estatutos. Estariam, sobretudo, a colocar-se acima da fasquia moral das suas rivais. Umhas «puras» (*mães*), outras “putas” (*filhas da mãe*, no sentido pejorativo do termo).

Alguns conflitos conjugais poderão assim aparecer como resultado de assincronias e defasamentos entre os géneros na forma como as mudanças sociais foram vividas. Por outro lado, nem sempre coincidem os novos papéis que são socialmente exigidos às mulheres com os modelos afectivos por elas efectivamente internalizados. A tradição resiste à mudança social no plano da própria subjectividade. Também os homens passaram a alimentar expectativas cada vez mais contraditórias em relação às mulheres: se, em casa, idealizam que elas possam continuar a reproduzir o papel de suas próprias mães; na cama anseiam que se libertem de todos os preconceitos e estejam

disponíveis para todos os devaneios sexuais, como aquelas mulheres desinibidas que observam nas telas de cinema e da televisão, onde as telenovelas brasileiras sempre conseguiram atingir picos de audiência.

Como quer que seja, entre algumas mães de Bragança constatámos que o divórcio passou a ser equacionado por poder valer mais do que um matrimónio arrastado no prolongamento dos seus desfeitos. Ou seja, surgiu um clima de apelo a um novo ordenamento das relações entre os géneros, por efeito de novas representações da família e da conjugalidade. Orientados por valores tradicionais machistas, alguns homens não souberam adaptar-se à própria metamorfose da condição feminina. Retenhamos, no entanto, um dado importante, já atrás sinalizado. A corrida às *casas de alterne* não surgiu apenas como efeito inevitável de uma revolução de costumes. Num mundo onde os padrões morais associavam a sexualidade à reprodução, o reinado da *espermocracia* sempre montou arraiais nos bordéis.³¹ Sempre houve prostituição, embora exercida na clandestinidade³². Entre os casados as escapadelas faziam-se às escondidas. Depois tornaram-se muito mais notadas, sempre que associadas a noitadas. Com efeito, quando os maridos passaram a chegar a casa “tarde e a más horas”, cambaleando de bêbados e com “cheiro de putas” ... era impossível que suas mulheres de nada desconfiassem. O que aconteceu, portanto, foi uma maior visibilidade das escapadelas. E também uma maior recorrência delas, por efeito de uma euforia tornada moda que explica as viagens a Espanha em carrinhas alugadas com toda uma tonalidade excursionista. Nesta medida, pode dizer-se que houve uma *pressão social* – alimentada por sociabilidades de café e de taberna – de incitamento às visitas às *casas de alterne*. A visibilidade destas – tanto mais que tinham uma iluminação de luzes fluorescentes que não passavam despercebidas – acabou por desmascarar a mentira social de casamentos só na aparência felizes.

Toda a excitação em torno das *casas de alterne* foi também fomentada pelo surgimento de um novo-riquismo entre pequenos comerciantes endinheirados que passaram a desbaratar as mais-valias acumuladas nessas romarias profanas, a que acresce uma oferta frequentemente renovada de meninas, aguçando o apetite dos apreciadores da chamada

“fruta fresca”, para usar a gíria do meio. Ambas as hipóteses são sustentadas por uma sábia constatação quando se discutiu o feitiço das *mouras encantadas*: “comem-lhe o isco e cagam-lhe no anzol”. A euforia masculina em torno das *casas de alterne* foi também nutrida por uma espécie de *mobilização sexual* não de todo alheia à crescente influência dos *mass media*. Nos anos 1970, em Portugal, os cinemas começaram a exhibir filmes pornográficos e, na televisão, as telenovelas brasileiras – com cenas arrojadas para os costumes da época – substituíam o sermão da paróquia no que às moralidades quotidianas respeita. As proibições e interdições foram abaladas por uma profusão de imagens que, despudorosamente, passaram a exhibir o nu.

A hipótese da *mobilização sexual* pode jogar-se convocando outra constelação de variáveis. Por suposição, um grupo social que tenha suportado uma relativa contenção sexual, por razões de ordem moralista ou repressiva, tenderá a rejeitar essa mesma ordem logo que ela dê sinais de fraqueza. É uma hipótese que se enquadra nas chamadas teorias da mudança social «condicionadas» que frequentemente adoptam uma formulação probabilística: um dado acontecimento arrasta a probabilidade de ocorrência de um outro acontecimento. A ideia tem sido trabalhada no domínio da sociologia política. É conhecida a chamada lei Tocquevelliana da «mobilização política», sugerindo que um povo que tenha sido subjogado por leis opressivas, tende a rejeitá-las violentamente logo que essa ordem seja abalada.³³ O fundamento da hipótese é o da contenção provocar uma tensão acumulada de tal monta que a libertação é explosiva logo surja uma oportunidade (efeito «panela de pressão» quando lhe salta a tampa). É surpreendente que alguns proprietários de casas de alterne me tenham justificado a presença de algumas jovens portuguesas em suas casas por efeito do conservadorismo retrógrado dos seus pais: “Isso deve-se principalmente aos pais. Não aceitam as novas ideias, não se actualizam, reprimem muito... e elas... à primeira oportunidade vão embora! Tão claro como água! É culpa dos pais!”.

Os conceitos de *tensão* e *frustração* podem também ser convocados para explicar a predisposição individual para a mobilização. O próprio movimento das *Mães de Bragança* pode ser entendido à luz desse quadro teórico. Para tanto, pode usar-se um conceito

já clássico, o da *frustração relativa*. O conceito foi pioneiramente desenvolvido por Ted Gurr³⁴ para designar um estado de tensão que resulta de uma satisfação esperada e denegada. A frustração surge como um saldo negativo entre o reconhecimento e o prestígio que um indivíduo tem num dado momento e o que ele pensa que deveria ter. É o que se poderá ter passado com as *Mães de Bragança* por impulso de uma frustração transformada em *facto social*. É frustração *relativa* porque é tributária de comparação. Nasce de expectativas associadas a uma distribuição socialmente diferenciada de poderes simbólicos. As *Mães de Bragança*, ao se compararem com as prostitutas brasileiras sentiram-se ultrajadas no seu estatuto de mães. Ou seja, o sentimento de frustração emergiu da constatação do distanciamento entre expectativas socialmente construídas – associadas ao estatuto de mãe – e a percepção subjectiva da sua real situação: desvalorizadas, traídas, trocadas por outras, abandonadas. A intensidade da frustração, quando socialmente compartilhada, é um carburante de movimentos sociais. No caso em análise, parece estarmos perante um *movimento de status*, isto é, destinado a preservar e fortalecer o *status* de mãe e a reputação social que lhe é imputada. É neste sentido que a identidade de mãe aparece aqui como estratégia de acção colectiva, dada a convergência de sentimentos entre quem se mobiliza numa acção colectiva – concertada e intencionada – com objectivos definidos.

Mais uma anotação metodológica para finalizar. Correntemente toma-se por *método* um meio ou caminho para chegar a algum lugar, mas raramente se exploram outras possibilidades do método: uma forma de descaminho, uma fuga ao caminho que conduz a uma perda no labirinto de explicações não convincentes. Foi essa metodologia que segui ao avançar para o trabalho de campo. Quando na imprensa começaram a surgir alusões ao movimento das *Mães de Bragança*, o que transparecia era um confronto directo entre duas entidades inconciliáveis: *mães* e «*brasileiras*», como são abusivamente chamadas. Ora as *mães*, genericamente tomadas, constituem um sugestivo exemplo de uma entidade abstracta, tão abstracta que frequentemente me diziam: «nunca deram a cara». Por outro lado, as «*brasileiras*», genericamente tomadas, tão-pouco correspondem a

qualquer realidade concreta. Que brasileiras? Por um crasso desvio metonímico, a parte (constituída pelas prostitutas) era confundida com o todo, originando mal-entendidos com qualquer turista brasileira que passasse por Bragança ou redondezas. Como frequentemente as visões de mundo se impõem através de uma espécie de força persuasória, os caminhos da pesquisa devem ser tomados como uma força dissuasória. Por isso avancei com um método de desvelamento de realidades ocultas, vestidas e revestidas de estereótipos e preconceitos.

(Recebido para publicação em dezembro de 2009.
Aceito em fevereiro de 2010)

Notas

1. Numa de minhas incursões por Bragança contei com a companhia do Prof. Dr. Ismael Pordeus, da Universidade Federal do Ceará, e da Dra. Roselane Bezerra, doutorada pela mesma Universidade. Assinalo a minha enorme gratidão pelo apoio que me deram nessa aventura por terras transmontanas, em que quase ficámos imobilizados (e regelados) em estradas cortadas por nevões.
2. Maria Filomena Mónica, «A Evolução dos Costumes em Portugal, 1960-1995», in António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Edição do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1996, p. 221.
3. *Id. Ibid.*, p. 219.
4. A. G. Molho de Faria, *Os Bailes e a Acção Católica*. Braga, 1938, p. 106.
5. Luís Vicente Baptista, «Os discursos moralizadores sobre a família», in António Reis (Direcção), *Portugal Contemporâneo*, Volume IV. Lisboa: Publicações Alfa, 1990, p. 359.
6. Fernando Calado e Orlando Bragança, *O Dito e o Feito. A História das Empresas de Bragança*. Bragança: Edição da Revista Amigos de Bragança, 1996, p. 8.
7. O Instituto Politécnico de Bragança foi criado em 1984 e o Instituto Superior de Línguas e Administração em 1985.
8. Armando Fernandes (coord.), *Contrastes e Transformações na Cidade de Bragança: 1974-2004*. Bragança: Câmara Municipal de Bragança, 2004.
9. Ver artigo “*When the meninas came to the town*”: <http://www.time.com/time/magazine/article/0,9171,517712-5,00.html>, 28 de Dezembro de 2003.

- 10 Consultaram-se os seguintes jornais e revistas, no período de 2003 a 2007: Visão, A Bola, Expresso, Jornal Nova Guarda, Correio da Manhã, Semanário Transmontano, Diário de Notícias, A Voz do Nordeste, Jornal Nordeste, Jornal de Notícias e Público.
- 11 Ver Maria de Fátima Bonifácio, *História da Guerra Civil da Patuleia, 1846-1847*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.
- 12 A «cana-de-açúcar» é aqui jogada como metáfora da doçura e das atitudes sedutoras (melíferas) atribuídas às moças.
- 13 Em Portugal, “chulo” designa o homem que vive à custa da mulher.
- 14 Digo provável, pois não tenho informações sobre a violência doméstica no período precedente. Nada nos garante que a violência conjugal não fosse igualmente elevada, apenas seria mais silenciada. Se esta hipótese tiver tradução na realidade, uma outra emerge como plausível: a enganosa culpabilização das prostitutas por maus-tratos que pouco têm de circunstanciais, dado serem habituais. Por outro lado, não deixa de ser relevante que enquanto os homens se estejam a utilizar das prostitutas para bater nas mulheres, estas se estejam a utilizar delas para justificar suas recorrentes surras. Além disso, eles denunciam para o mundo (mesmo através da voz do polícia graduado) os seus descontentamentos sexuais, enquanto elas denunciam para o mundo as sovas que apanham deles.
- 15 Proprietário de uma das mais conhecidas «casas de alterne» de Bragança. Entrevistei-o em sua casa, pois encontrava-se em prisão domiciliária. Entretanto, dando crédito a rumores que circulam, terá fugido para o Brasil. Foi o que me disseram quando em vão o procurei para uma nova entrevista.
- 16 A sua primeira edição terá sido publicada em 1499, com o título *Comedia de Calisto y Melibea*.
- 17 Mary Del Priore, *História do Amor no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 53.
- 18 Catherine Blackledge, *A História da V. Abrindo a Caixa de Pandora*. Lisboa: Lua de Papel, 2006, pp. 17-76 (1ª edição em Inglês: 2003).
- 19 João de Pina Cabral, *O Homem na Família. Cinco Ensaios de Antropologia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, pp. 55-86.
- 20 Dito recolhido no relato de Eliane Azevedo, *Luísa. Uma Brasileira na Noite de Lisboa*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2007, p. 66.
- 21 Pênis de borracha afivelado por um cinto que se coloca à cintura.
- 22 Manuela Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Fernando Bessa Ribeiro e Octávio Sacramento, *Prostituição Abrigada em Clubes (Zonas Fronteiriças do Minho e Trás-os-Montes. Práticas, Riscos e Saúde*, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Coleção Estudos de Género, 3, Lisboa, 2005. A ideia aparece repetida naquele que considero ser um dos melhores estudos sobre a prostituição em Portugal: Manuela Ribeiro, Manuel Carlos Silva, Johanna Schouten, Fernando B. Ribeiro, Octávio Sacramento, *Vidas na Raia. Prostituição Feminina em Regiões de Fronteira*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, pp. 384-391.
- 23 *Id. Ibid.*, p. 385.
- 24 Ver B. Weiner, *Achievement Motivation and Attribution Theory*, Morristown (N.J.), General Learning Press, 1974 e N. Dubois, *La Psychologie du Contrôle: Les Croyances Internes et Externes*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble, 1987.
- 25 Os dados do Inquérito, coordenado por Pedro Moura Ferreira, foram apresentados num seminário realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, no dia 6 de Maio de 2008.
- 26 Aliás, os mais novos já nasceram numa sociedade sob o risco da AIDS e, por conseguinte, num contexto de propagação do uso dos preservativos.
- 27 Robert Nisbet *et al.*, *Cambio Social*. Madrid: Alianza Editorial, 1979 [1ª edição em Inglês: 1972].
- 28 Salvador Giner, «Descrédito de la verdad y banalización de la ideología. Notas de sociología cognitiva», in Arturo Rodriguez Morató (ed.), *La Sociedad de la Cultura*. Barcelona: Ariel, 2007, pp. 169-196.
- 29 Denise Jodelet (Ed.), *Les Représentations Sociales*. Paris: PUF, 1989.
- 30 Herbert Blumer, *El Interaccionismo Simbólico: Perspectiva y Método*. Barcelona: Hora, 1982 [1ª edição em Inglês: 1969].
- 31 Janice Raymond, *Women as Wombs. Reproductive Technologies and the Battle over Women's Freedom*. New York: Harper Collins, 1994.
- 32 Em 1963, a prostituição foi proibida em Portugal, passando a ser considerada crime punido com pena de prisão. Vinte anos depois, em 1983, a lei foi revogada e a prática da prostituição deixou de ser crime. Apenas se manteve a criminalização de quem fomenta a prostituição ou explore as prostitutas.
- 33 A. de Tocqueville, *L'Ancien Régime et la Révolution*. Paris : Gallimard, 1952, T. II, vol. 1, p. 69, cit. por Raymond Boudon, *O Lugar da Desordem*, Lisboa, Gradiva, 1990, pp. 26-27.
- 34 Ted Gurr, *Why Men Rebel?*, Princeton: Princeton University Press, 1970.

LISBOA SOB O OLHAR DO TURISTA

IRLYS ALENCAR F. BARREIRA*

RESUMO

No universo de práticas e projeções imagéticas de cidade, o artigo registra e analisa representações de turistas ou moradores ocasionais sobre a Lisboa contemporânea, captadas por meio de entrevistas feitas com homens e mulheres de várias localidades. Tem-se como pressuposto o fato de que o circuito dos investimentos urbanos, dos rituais de consagração de pontos turísticos e dos discursos feitos por turistas sobre Lisboa não se constituem fatos isolados. As representações de visitantes, de acordo com a pesquisa, não se separam de outras práticas e formas discursivas vigentes na cidade. As reflexões são desenvolvidas na perspectiva de pensar os turistas como narradores do mundo contemporâneo globalizado.

Palavras-chave: Lisboa, turista, representações, cidade.

ABSTRACT

This article aims at registering and analyzing representations by tourists and occasional visitors of modern Lisbon involving the universe of practices and images related to the cities as captured by means of interviews with men of women from different places. It has as its major assumption the fact that the area of urban investments, the consecrating rituals of tourist niches and the discourse by tourists about Lisbon are not isolated issues. Visitors' representations, according to data collected in the research, are not independent from other practices and discourse found in the city. The resulting reflections are developed within the perspective of assessment of tourists in the effort to determine their role as announcers of a new globalized world.

Keywords: Lisbon, tourist, representations, city.

* Socióloga, Professora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Endereço: Av. da Universidade, 2995, 1º andar, Benfica, 60020-181, Fortaleza/CE – Brasil; e-mail: ialencar21@uol.com.br.

A rigor, as práticas ligadas ao turismo e ao cotidiano remetem a ações e espaços dotados de conotações diferentes, senão contrárias. Enquanto a primeira atividade evoca a ruptura com o desconhecido e a aventura, a segunda se põe no sentido do vivido, da rotina e da repetição.

O turista contemporâneo, na acepção de Bauman (1997) seria comparado ao vagabundo, ao aventureiro e ao errante que usa o espaço e o tempo de forma diferenciada, supostamente na contramão das ordenações de moradores submetidos ao trabalho e às tarefas próprias de sua cidade. As diferenças de condição são assim formuladas por um visitante de Lisboa: “Enquanto turista, acordo no hotel, é-me servido o pequeno almoço ao mesmo tempo em que penso no percurso do dia. Já em casa, tenho que preparar o pequeno almoço, ver se minha filha tem tudo na mochila, levá-la na escola, só então paro para pensar no dia”¹ (turista belga, 38 anos, sexo feminino).

Em um outro contexto histórico, Simmel reporta-se à aventura como a expressão do rápido aproveitamento de oportunidades, a presença da ousadia e o abandono das certezas da vida (2004: 187). A experiência aventureira, vivenciada em curto espaço de tempo, que pode ser comparada ao momento das mobilidades espaciais, representa uma espécie de intervalo entre um antes

e um depois; algo similar ao comportamento do viajante que vivencia situações inusitadas na descoberta de novos lugares.

Considerando-se a lógica desse aparente antagonismo entre a situação do turista e a do morador citadino, a sugestão de uma enquete a ser feita por alunos, enfocando o modo como visitantes viam a cidade de Lisboa pareceu, à primeira vista, deslocada da natureza do curso denominado Sociologia do Cotidiano. Mais um ato de generosidade do professor da disciplina, José Machado Pais, solidário com o tema da minha investigação sobre as narrativas da cidade de Lisboa².

Uma observação mais acurada dos achados obtidos no decurso da investigação feita pelos discentes revelou, no entanto, possibilidades de pensar o cotidiano e o turismo não como oposições, e sim como zonas fronteiriças e articuladas, supondo-se que os visitantes eram também portadores de sentidos e interpretações sobre o tempo vivido em suas cidades de origem, tal como pensou Alfred Schütz (2004) a respeito

do caráter social das representações. Assim sendo, os estrangeiros eram suscetíveis de informar e direcionar as novas percepções construídas nas experiências de viagem. Em outras palavras, os turistas traziam em suas “bagagens culturais” a introjeção de um cotidiano de origem, capaz de informar, por oposição, complemento, ou continuidade, representações sobre

a cidade visitada. As projeções do cotidiano no lazer estabelecem, portanto, um elo significativo ou um sentido de comunicação entre experiências urbanas do passado e do presente capazes de apontar inovações ou reproduções de práticas e estilos de vida³.

Além disso, se a viagem feita a Lisboa realizava-se na procura de diferenças ou complementaridade entre cidade de origem e a cidade visitada, os contrapontos ou semelhanças presentes no discurso de turistas ou moradores ocasionais⁴ informavam elementos constitutivos de narrativas. Estas baseadas em um conjunto de visões, projeções e classificações a partir das quais os visitantes formulavam uma imagem da capital portuguesa.

O “olhar do turista” era também dialógico porque baseado em leituras de roteiros de Lisboa, incluindo informações presentes em roteiros turísticos e informações de parentes e amigos. Expressava, nesse sentido, o produto de um conjunto mais amplo de percepções significativas, provenientes de experiências pessoais e matrizes discursivas variadas.

Nesse universo de práticas e projeções imagéticas de cidade, o presente artigo tem por objetivo registrar e analisar as representações de turistas ou moradores ocasionais sobre a Lisboa contemporânea, captadas por meio de entrevistas feita com homens e mulheres de várias localidades, escolhidos ao acaso. As reflexões são desenvolvidas na perspectiva de pensar os turistas como narradores do mundo contemporâneo globalizado.

Pesquisando turistas

Supondo que o turista não constitui uma categoria unitária, algumas precauções se impuseram no decurso da investigação. A primeira delas referiu-se a uma configuração do espaço heterogêneo dos informantes. Foi possível encontrar visitantes ocasionais e visitantes que costumavam passar férias em Lisboa. Também estudantes que faziam intercâmbio acadêmico através do programa Erasmus, vivendo na cidade por um período de mais ou menos seis meses. A pesquisa registrou visitantes cujas famílias moravam em Lisboa e turistas sem vínculo familiar ou de amizade com moradores. Turistas europeus e turistas de outros continentes também fizeram parte do conjunto de

informantes. A perspectiva escolhida para dar conta desse universo diferenciado de informantes foi a de incluir, entre os entrevistados, as diversas situações capazes de apresentar redes mais complexas de interações e mobilidades espaciais. Trata-se, portanto, de uma abordagem qualitativa que, embora não tenha trabalhado com amostragem estatística, buscou levar em conta a representatividade variada de informantes, de modo a contemplar critérios gerais de fidedignidade baseados na saturação de dados.

As entrevistas, realizadas com base em um conjunto de questões, flexíveis e readaptáveis, segundo o local e as características do informante, tiveram como meta a captura de impressões ou opiniões construídas sobre a cidade de Lisboa. O roteiro foi composto pelos seguintes itens: motivações para a visita, conhecimentos prévios sobre a cidade, avaliações e descrições sobre os lugares visitados, comparações da experiência de turismo com situações já vividas em outras cidades, possíveis vinculações com o local de origem, rotinas mantidas e alteradas por ocasião da visita, motivações para um eventual retorno.

Os locais considerados como pontos turísticos sediaram o trabalho de investigação e a identificação dos visitantes. As entrevistas tiveram como princípio a boa vontade do informante em dispor parte de seu tempo para expressar impressões sobre Lisboa e suas relações com o conhecimento de outros lugares. As estratégias utilizadas para aproximação com os informantes foi a de abordá-los em locais que costumavam frequentar, estando geralmente ocupados em atividades de alimentação ou contemplação de espaços e monumentos.

A tentativa de manter o tom de uma conversa informal contribuía para o diálogo, em sua maioria, estabelecido de forma individual ou na presença de cônjuges, amigos, ou namorados. Alguns alunos do curso de Sociologia do Cotidiano eram também estrangeiros, o que favoreceu a liberdade de opinião dos entrevistados, impedindo constrangimentos provenientes de eventuais avaliações negativas sobre a cidade feitas na presença de moradores.

Achegar-se ao turista a ser entrevistado, esclarecendo sobre as motivações da pesquisa, supôs também encontrar momentos de descontração ou

situações de informalidade capazes de criar um “clima para o diálogo”. Supunha-se assim, a entrevista como uma relação de troca de afetos e simpatias, a ser mantida na percepção da vontade de colaboração dos entrevistados.

O turista, geralmente demandante de informações, uma vez colocado na condição de informante, demonstrava uma certa perplexidade quando solicitado para falar sobre uma cidade que pouco conhecia. Essa aparente inversão de papéis entre o que demandava e o que concedia informações era, no entanto, justificada pelo entrevistador, por conta da importância, para a pesquisa, de opiniões ou pontos de vista variados, em oposição à condição de um conhecimento preciso dado pelo morador.

Um “olhar de turista” e não de conhecedor da cidade era o que, de fato, interessava mais fortemente à investigação, sendo esse o argumento posto para os abordados que se desculpavam, no início da entrevista, por “não saberem muito falar da cidade”.

Portanto, catalogar as opiniões dos visitantes de Lisboa, verificando dimensões de “descoberta” do lugar visitado, comparações com outras experiências de viagem ou com a cidade de origem justificaram o empreendimento de busca de captação das narrativas do espaço urbano feitas por turistas.

As reflexões a seguir buscam sintetizar o modo como a capital portuguesa aparece na fala de visitantes e moradores ocasionais.

Adjetivos que falam da Cidade

A cidade de Lisboa é nomeada, na versão dos informantes, por meio de vários adjetivos e vocábulos que podem ser agrupados nas categorias especificadas a seguir.

Ambiente – espaçosa, pitoresca, iluminada, acolhedora, imponente, magnífica.

Humor – alegre, popular, ruidosa, sensível, relaxante.

Estética – histórica, bela, patrimonial, monumental, pitoresca.

Expectativa – férias, descanso, passeio, rememoração.

Nomeações - cidade do sol, das colinas, das ruas, do fado, dos cafés antigos.

Os adjetivos têm em comum o caráter positivo atribuído à cidade que é vista como unidade ou conjunto orgânico dotado de traços coerentes. As hipérbolos são também recorrentes na descrição da cidade: “Lisboa é uma das mais belas capitais europeias”, fazendo parte das atribuições por meio das quais os turistas classificam e comparam as experiências de visita feitas ao longo do tempo – nas idas e vindas a Lisboa ou no circuito feito entre diferentes cidades, dentro e fora do continente.

É importante ressaltar que os turistas, diferentemente da maior parte dos moradores, falam a partir de uma condição de externalidade, não referida a um bairro ou a um espaço específico da cidade com o qual teriam relações de intimidade. O discurso genérico sobre o espaço urbano lisbonense, quando muito, particulariza recantos turísticos (Bairro de Alfama e Bairro Alto, entre outros), considerando a cidade como um complexo unificado por meio do qual os entrevistados difundem opiniões e expõem narrativas. Reafirmam assim, o princípio de instituição dos vocábulos utilizados para nomear o espaço urbano, corroborando com a perspectiva de Paul Wald (2004) de que as palavras sobre a cidade adquirem significado pelo uso da língua em uma situação prática. O emprego de expressões diferenciadas para falar do tempo e do espaço ilustram a dependência contextual dos sentidos do olhar, das coisas já ditas e dos argumentos produzidos. Mapas, cadastros e a evolução do vocabulário demonstram esse processo.

As opiniões sintomáticas de um primeiro olhar percebem a cidade como articulação de lugares coerente, sem evidência, à primeira vista, de contrastes. Na verdade, o turista busca “o melhor da cidade” e o faz subtraindo de sua experiência de visita o cotidiano de dificuldades experimentadas usualmente pelo morador submetido ao cumprimento de horários. Nesse sentido, a menos que venha em missão de negócios, sua prática fundamental é a de seguir roteiros capazes de informar o que a cidade “oferece de mais prazeroso”. Uma perspectiva de totalidade capaz de ordenar a narrativa do visitante faz com que a cidade a ser conhecida figure como uma espécie de essência a ser absorvida de forma rápida e eficiente.

Além de atributos positivos conferidos à cidade encontram-se, em um conjunto significativo de

informantes, outros qualificativos atribuídos a seus moradores: “o povo português é muito afável e recebe muito bem os turistas”; “as pessoas aqui têm a mente aberta”; “Portugal é um país de histórias”; “Lisboa é um sonho metropolitano, projetado em um povo”. Essas opiniões que reiteram os adjetivos encontrados em folhetos de propaganda sobre Lisboa estão presentes em discursos de vários turistas. Não me causa surpresa a frequência maior de versões positivas sobre a cidade, considerando-se que o turista já programa a sua viagem tendo em vista informações prévias capazes de contornar eventuais surpresas desagradáveis. Nesse sentido, é possível também compreender a evidência de comparações com outras cidades que aparecem em depoimentos de alguns informantes.

Aspectos negativos da cidade são também mencionados: “falta um pouco de organização na cidade, existem poucos espaços verdes e espaços para os pedestres passearem” (turista francês, estudante, 23 anos); “aqui é bom para passear, mas não para trabalhar. É uma cultura difícil para se adaptar” (turista chinês, 30 anos).

A probabilidade de os informantes formularem estereótipos é grande, considerando-se que impressões iniciais, mesmo quando vivenciadas de forma superficial podem afirmar ou denegar a condição de hospitalidade ou rejeição conferidas à cidade. Desse modo, situações consideradas negativas ou positivas, experimentadas durante a estadia dos visitantes, vão formar a imagem que passam a ter do lisbonense como “acolhedor” ou “pouco solidário”.

A rápida experiência deixa, muitas vezes, pequena margem para relativizar opiniões resultantes do caráter episódico das visitas. Assim, viagens feitas de forma institucional, por meio de agências de turismo, ou com ajuda de parentes que residem em Lisboa têm potencial papel diferenciador, considerando-se a existência de mediações capazes de controlar eventuais conflitos ou desentendimentos. Também uma permanência mais longa, propiciada por situações de intercâmbio cultural, ou a quantidade de visitas já realizadas à cidade certamente pode modificar a versão do informante. Alguns entrevistados tinham clara noção do conhecimento deficitário proveniente de uma rápida estadia, afirmando o desejo de voltar a Lisboa para solidificar o conhecimento da cidade.

As experiências de visita podem, assim, ter a vulnerabilidade das primeiras impressões. Eventuais incidentes, a exemplo de um atraso de transportes, ou encontros indesejáveis com “moradores de rua” podem ser decisivos na construção de opiniões contundentes, que corroboram para a formação de classificações ou estereótipos sobre a cidade.

Na realidade, os “visitantes de primeira viagem” não são inteiramente neófitos; chegam a Lisboa com um conjunto de opiniões acumuladas, obtidas por meio de guias turísticos, catálogos de agências de viagem e *internet*. Parte significativa dos visitantes entrevistados revelou essa forma prévia de conhecimento, destacando também informações obtidas através de amigos ou parentes. Por outro lado, a experiência de visita também produz novas percepções sobre a cidade, alterando informações prévias contidas nos ensinamentos dos materiais turísticos. A visita, nesse caso, funciona como uma espécie de teste *in loco* das expectativas, podendo ser capaz de reiterar ou denegar as representações construídas por meio dos *sites* e impressos de turismo. “Viver a informação” pode fazer do visitante um depoente privilegiado: “Eu aconselharia a um visitante a fazer primeiro uma volta no centro da cidade e de ver toda a cidade do miradouro, antes mesmo de visitar Belém, Sintra e os vários museus. Entre estes é preferível começar pelo Golbenkien” (turista espanhol, 43 anos).

Informações colhidas através da experiência de visitantes ou obtidas em guias e *sites* sobre Lisboa muitas vezes se somaram. Entre alguns dos entrevistados, a curiosidade com o desconhecido instigava a busca de novos conhecimentos, sendo a cidade parte de um mapa também idealizado. O rol das expectativas servia como referência, ou melhor, contraponto ao que eles não tinham em sua própria cidade, ou em outras localidades já visitadas. Havia, portanto, um compasso de encontro e desencontro entre um mapa geográfico e outro cognitivo, sendo este referente importante na fabricação de projeções sobre a viagem a ser realizada.

Com base no conjunto das opiniões colhidas nas entrevistas, foi possível elaborar uma espécie de tipologia de discursos convergentes e passíveis de uma classificação a respeito da experiência de

visitação. Trata-se de uma tipologia flexível, baseada em opiniões não-excludentes, que direciona as percepções dos visitantes.

1. Discursos de turistas influenciados pela busca de um diferencial entre Lisboa e cidade de origem

Buscar na cidade visitada experiências não vividas em sua cidade constitui parte das perspectivas mais comuns de turistas atraídos pela idéia da diferença. Alguns dos depoimentos expressam esse fato:

- Moro em São Paulo e não tem comparação possível entre Lisboa e a minha cidade. Lisboa é uma pequena cidade calma, São Paulo é uma cidade com milhões de habitantes em escala planetária. Lisboa é pouco poluída, simpática e ainda pouco industrializada (turista brasileira, empresária, 41 anos).

- Eu encontrei policiais que foram rascistas comigo, mas acho a polícia de Portugal menos agressiva que a da França. Eu acho Lisboa mais pequena e preservada do que Paris. É mais quente e com mais sol. Nas aulas as pessoas entram e saem na metade. Em Paris isso é inimaginável (turista francês, 22 anos, estudante do programa Erasmus).

- Evito fazer comparações porque vai distorcer a realidade. Mas, por exemplo, acho Madrid uma cidade muito linda, cosmopolita com uma bela arquitetura, no entanto, falta-lhe alma, falta paisagem. É tudo muito plano. Já Lisboa é uma cidade de colinas, podes subir, descer... e depois tem o rio que visto daqui é lindo (turista espanhol, arquiteto, 34 anos).

- Não faço turismo e é a primeira vez que eu viajo. Pode ser que a vida seja melhor aqui para meu filho e minha nora, porque a vida está muito difícil no Brasil. Por isso muitos brasileiros vêm para cá. Penso que os portugueses são simpáticos, mas os brasileiros são mais dados, estamos sempre em festa; aqui as pessoas são mais reservadas (turista brasileira, 64 anos, empregada doméstica).

Para aqueles que se deslocam em situação de férias, Lisboa figura como lugar no qual é possível ver passar o tempo e dedicar-se à contemplação. As associações entre o cá e o lá informam o peso do local de origem no cômputo das representações sobre a cidade visitada. A comparação estende-se também a outras experiências de conhecimento de cidades.

2. Representações baseadas em comparações entre Lisboa e outras cidades

- Acho que Lisboa é uma cidade muito interessante e muito diferente das outras capitais europeias que eu já visitei. É uma cidade com o seu carácter... É uma cidade que tem lugares interessantes e lindíssimos (turista estudante, sexo feminino, 21 anos, Lituânia).

- Lisboa é considerada mais tranquila que outras metrópoles, menor e mais calma do que Amsterdã ou Paris. Tem melhor clima que a maioria das capitais europeias (turista técnico em informática, 30 anos).

- Lisboa é uma cidade com mais luminosidade e tem um lado pitoresco que são as roupas estendidas na janela. A cidade é romântica. Vê-se casais de idosos nas janelas. Existem ruas feitas de pedra. Lisboa tem um tempo mais flexível que em outras, comparando-se com outras cidades da Alemanha (turista alemão, aposentado 60 anos).

- (...) Diria que Lisboa é uma cidade com uma luminosidade única na Europa. Iluminada e alegremente acidentada. É uma cidade de contrastes, dos bairros quase a brincar, com avenidas modernas e pós-modernas. Aqui se passa tudo com muito vagar, não deixa de fruir o rio e o sol e sobretudo a maravilhosa gastronomia... (turista francês, 61 anos, jornalista).

Observa-se que nas comparações feitas entre Lisboa e outras cidades da Europa a singularidade emerge como atrativo principal. As alusões, diretas ou indiretas, à natureza, ao tempo e à paisagem corroboram com a imagem geralmente atribuída a Lisboa de cidade banhada pelo mar e pelo Rio Tejo.

3. Representações associadas ao sentido da “descoberta”

A idéia de explorar a cidade de forma relativamente autônoma, movida pelo ideal da “descoberta” é partilhada por um segmento de visitantes, tal como foi explicitado em um dos depoimentos: “Há turistas que não recorrem a guias. Por serem mais jovens ou terem amigos portugueses embarcam no sentido da aventura” (estudante do programa *Erasmus*, espanhol, 24 anos).

O discurso apresentado a seguir pode também servir de ilustração à idéia de uma visitação mais flexível ao inusitado, configurando o turista que ensaia um olhar curioso, detendo-se em aspectos pouco convencionais em observações usuais de cidades.

- Gosto de observar as pessoas. Se eu dividir as classes sociais das pessoas que se cruzam comigo na rua, nos estabelecimentos comerciais e nos locais culturais, o que eu observo é uma espécie de “postal ilustrado”. Posso observar não só os locais, mas as pessoas e contextos que as compõem. A forma como se vestem, falam e quais os ambientes que nos rodeiam. Essas são particularidades do que eu estou a visitar (turista espanhol, comissário de aviação, 46 anos).

- Viajo para conhecer o mundo, para conhecer as pessoas de outros países, para conhecer as culturas diferentes, para ser mais educada e culta, para aprender novas línguas (turista estudante de Economia, 21 anos, Lituânia).

- Lisboa é uma cidade grande, tem muito para se ver, é uma cidade bonita, tem muita história, arte e comércio... As ruas são simples e se vê beleza e arte. As pessoas são simpáticas e sempre respondem a informações. Gosto de andar à aventura, passear a pé, visitar monumentos (turista francês, 42 anos, professor de ensino secundário, BAC).

Os turistas como narradores

O narrador de viagens encontra-se muito bem figurado na bela obra literária de Ítalo Calvino, nomeada *Cidades Invisíveis*. Nela o autor apresenta

narrativas feitas pelo viajante veneziano, Marco Polo, que descreve cidades sem se preocupar com a linha divisória entre imaginação e realidade.

A literatura de viagens, associada a práticas de visitação desde a época das navegações, também exprime um tipo de narrativa que faz do viajante um informante privilegiado. As mobilidades asseguradas pelo turismo, embora apresente característica de um planejamento contido no uso racional do tempo e espaço, pode ser visto como uma experiência indutora de narrativas.

Existem, na percepção de parte significativa dos visitantes, opiniões construídas sobre o espaço urbano que, na realidade, constituem espécies de reiteração de pontos turísticos ou percepções já difundidas sobre “a história da cidade”. À experiência de visitação soma-se uma rede de discursos construídos sobre a cidade, que antes de se opor o que pode ser designado de realidade urbana, com ela interage, dando substância ao conjunto de representações construídas e difundidas (MONDADA, 1999). A construção supõe incorporações e acréscimos que se alimentam e induzem à formação de uma rede de classificações.

Trata-se de uma rede de discursos baseada em opiniões geradoras de motivações para conhecer a cidade, conforme pode ser visto nos depoimentos a seguir:

- Tinha muita curiosidade de conhecer Portugal que é muito falado no Brasil e para onde continuam e emigar muitos brasileiros que acham Lisboa uma cidade muito legal, bonita, com gente simpática e acolhedora (Solange, 41 anos, brasileira, empresária).

- Sempre tive curiosidade em conhecer Lisboa. Também gostava de conhecer o Porto, mas Lisboa está em primeiro lugar. Na altura em que surgiu a Expo 98, eu era muito novo e não tinha dinheiro para vir até Lisboa. Decidi vir agora com quatro amigos para conhecer a cidade (turista espanhol, 28 anos, grau superior, técnico em informática).

Os sentidos experimentados pelos turistas na ocasião do conhecimento da cidade não se separam, por outro lado, dos incitamentos sugeridos nos

guias. Cada vez mais, o potencial visitante obtém conhecimento do local a ser visitado, o que permite a reiteração de discursos já contidos em materiais informativos: monumentos, museus, miradouros etc.; em síntese, o que faz parte do “dicionário turístico” de Lisboa. Rituais de visitação contribuem, outrossim, para solidificar roteiros partilhados em grupo, organizados por empresas de turismo.

A título de exemplo, descrevo um dos roteiros turísticos de Lisboa realizado em outubro de 2007 com o objetivo de apresentar a capital portuguesa a turistas.

O ônibus que passeou em localidades consideradas representativas da cidade era identificado desde longe, seja pelo seu colorido suntuoso com anúncios apelativos aos turistas, seja pela velocidade lenta com que percorria a cidade, impondo um passeio peculiar por sobre o fluxo contínuo das atividades cotidianas.

Os dois andares do veículo permitiam visões diferenciadas aos ocupantes; os do andar superior, por exemplo, viam a cidade pelo alto. A voz da apresentadora, amplificada pelo uso do microfone, coordenava o passeio com breves comentários sobre os pontos considerados importantes de Lisboa, ressaltando a imagem que ocupavam no circuito dos monumentos mundiais.

O trajeto realizou-se em período de uma hora e 40 minutos, podendo ser interrompido segundo a vontade dos usuários. A paragem em alguns dos dezoito pontos considerados estratégicos significava a suspensão temporária do percurso a ser retomado na passagem de outros veículos que compunham a frota dos coletivos *City Line*.

O percurso itinerante supunha a possibilidade de iniciar o *tour* pela cidade a partir de vários “começos”, pois se tratava de um passeio panorâmico e não de um roteiro guiado, segundo explicações da locutora ao referir-se aos locais e monumentos enunciados no mapa.

As explanações feitas em inglês, português e espanhol sobre os pontos a serem observados eram sucintas, contendo, no entanto, breves comentários sobre aspectos singulares do local que o tornavam representativo da cidade. Monumentos, ruas, praças, museus, centros culturais, igrejas, zoológicos e centros comerciais (*shopping centers*) constituíam locais de

referência a receberem atributos distintivos. É nesse sentido que o Mosteiro dos Jerônimos é apresentado como “o mais puro e representativo da arquitetura manuelina do século XVI”, sendo o zoológico o local que contém “uma das coleções mais completas de animais”. A dimensão comparativa entre cidades também emerge no circuito das narrativas, a exemplo da ponte 25 de Abril que “segue o modelo da ponte sobre o Rio São Francisco”.

Os participantes de roteiros vivenciam uma performance de escuta e concessão da palavra ao guia, respondendo às vezes em uníssono às perguntas, opiniões e os locais visitados. O valor de culto que Benjamin (1986) supõe desaparecer no decorrer do processo de modernidade, ao ser substituído pela primazia da exposição é, de alguma forma, reposto nas práticas de visitação que aliam contemplação, uso, sentido tático e ótico.

É importante não esquecer que as práticas de turismo são acompanhadas de investimentos materiais e simbólicos, para alguns designados como indústria, com implicações sobre políticas locais, empresas ou instituições, fazendo com que as viagens traduzam um complexo de ações, agentes e representações, funcionando à moda de um *campo*, na acepção de Pierre Bourdieu. Nesse sentido, é preciso “vender a imagem da cidade”, o que implica custos, investimentos e profissionais em competição por exercer, da melhor forma, a condição de mediadores do conhecimento urbano. A existência de *sites*, livros, empresas de aviação e lojas, empreendimentos em parceria com governos locais e tantas outras atividades comprovam a visibilidade de um ramo de atividades que passou a constituir uma nova espécie de capital produtivo.

O conjunto de atividades ligadas ao turismo encontra-se também vinculado a versões e visões de mundo que valorizam visitas a locais mais ou menos desconhecidos. A “descoberta de lugares” constitui uma espécie de norma de vida e sonho para aqueles que buscam prazer, também associado a desejo de prestígio. As viagens passam, cada vez mais, a fazer parte de uma espécie de currículo simbólico dos que “sabem e podem aproveitar a vida”.

As narrativas estão, assim, articuladas a múltiplos pontos de referência, sendo o turista portador de valores simbólicos sobre o ato de viajar e discorrer

sobre os contextos visitados. Trata-se de uma prática não apenas oriunda de vontade individual, considerando-se as formulações de Urry (2000) acerca das práticas de mobilidade como fenômeno central da sociedade contemporânea associado a padrões de socialidade.

A reiteração de pontos turísticos como representação de uma totalidade urbana não é apenas produzida por visitantes. Pesquisa realizada com moradores sobre o modo como vêem a cidade demonstra que os discursos sobre Lisboa reproduzem também imagens e percepções em circulação, que não podem ser consideradas autóctones ou externas⁵. Da mesma forma, os monumentos mais visitados⁶ por moradores, assim como as casas de fado contribuem para a criação de “identidades” e formas de descrição da cidade.

Dentre as imagens associadas a Lisboa, destacam-se as marchas populares e o fado, sobretudo mencionados por moradores integrantes de gerações intermediárias. Os mais jovens relacionam a cidade ao colorido e ao meio ambiente. As expectativas sobre o que aconteceria em Lisboa em 1994, tendo em vista a promoção da cidade como *capital mundial da cultura*, registraram a existência de “boas oportunidades de incremento de criação cultural”, por conta dos estímulos à captação de novos recursos e aumento do fluxo turístico na capital. Houve, nesse sentido, uma circularidade de discursos que se realimentavam e se reforçavam mutuamente, contribuindo para solidificar certas estruturas narrativas que dignificavam lugares, práticas sociais e espaços urbanos: a Lisboa das marchas populares, que nos últimos anos vêm se solidificando como ícone, percorre o discurso de gestores, de moradores e de visitantes.

Conclui-se, portanto, que uma cidade não se deixa descrever por critérios objetivos e factuais relativos à densidade, concentração de atividades econômicas e serviços. Sendo ao mesmo tempo material e imaterial, as descrições sobre a cidade fazem parte de uma multiplicidade de construções contraditórias, concorrenciais e complementares sobre o espaço urbano. As descrições nesse sentido são plurais, incorporando categorização, estrutura e articulação ordenada (MONDADA, 2000).

A polifonia característica da cidade, da qual a urbanidade é um dos exemplos, argumenta

Mondada, é definida por um princípio de “hibridização” que lhe estrutura de forma plural, conferindo à urbe várias ordens e inteligibilidade que se inter cruzam, se imbricam e se integram no espaço público, autorizando sua “governabilidade” e apropriações por atores heterogêneos. A cidade integra, assim, várias lógicas descritivas que não são postas de forma irredutível.

Foi observado na pesquisa que os turistas descrevem a cidade menos a partir de propriedades materiais (tamanho, densidade, transporte) e mais em termos de propriedade simbólica. O caráter funcional da cidade aparece como um dado relacional, no qual a experiência pessoal é fundamental. O turista fala menos da cidade como um contexto objetivo e mais da experiência nela vivida. Referencia-se mais da cidade como imagem e como registro de memória. Sua interpretação sobre a urbe supõe também uma avaliação do seguinte teor “vale a pena ter visitado a cidade?”. Trata-se de uma questão que não se impõe ao morador, mas ao visitante considerado autorizado a dar informações a serem difundidas para novos potenciais visitantes. Vários *sites*, no reforço à legitimidade de porta-vozes, são hoje evocados por estrangeiros interessados em tomar “dicas” e opiniões de turistas experientes sobre as cidades visitadas. Observam-se, nesse sentido, opiniões sobre hotéis, locais a serem conhecidos e experiências traduzidas como “conselhos”.

Representações, circularidades e contextos de referência

Não é possível compreender as imagens e os discursos construídos sobre a cidade fora de um contexto histórico de referência, circunscrito ao tema da mobilidade espacial. O turismo contemporâneo é inseparável de processos macrossociais ocorrentes em Lisboa, perceptíveis desde o final do século passado, configurando uma espécie de abertura para o visitante sobre o “despertar” da cidade, seguindo a expressão de Freitag (1998).

Lisboa, na visão da pesquisadora, seria menos valorizada que Londres, Paris, Nova Iorque ou Berlim, à exceção da literatura de Eça de Queiroz, Fernando

Pessoa e, acrescentaria mais recentemente, a obra de José Saramago.

Alguns elementos indutores da imagem contemporânea da capital portuguesa são mencionados. Lisboa, ao assumir a presidência da União Européia em 1992, torna-se a capital da Europa, em 1994, e sedia a EXPO 98. Nessa ocasião, o tema dos mares e dos oceanos que serviu de referência à Exposição reforçou a singularidade do País em seu momento de expansão marítima, contribuindo também para a efetivação de um imaginário com efeitos sobre o modo de apresentar e descrever Lisboa (FERREIRA, 2005). Esses foram eventos que serviram de impulso à colocação de Lisboa no rol das capitais turísticas européias, fazendo com que a cidade tivesse uma crescente visibilidade, ascendendo ao palco da história em sintonia com outros contextos europeus.

Ao mesmo tempo em que a capital portuguesa inseriu-se no circuito da rede européia, buscando redefinir seu papel na divisão do trabalho, os representantes da Câmara Municipal, no período de 1990-1995, falam de Lisboa como a capital “atlântica da Europa”, referindo-se à situação portuária privilegiada. Outras vertentes ressaltam a situação mediterrânica de Lisboa, considerando que a experiência de Portugal – ao lidar com diversos povos e culturas, incluindo conflitos e tensões religiosas – habilitaria o país a liderar as regiões de Roma e Istambul, mediando Oriente e Ocidente, Europa e África. Outros ainda, mais conservadores, pensam Lisboa como representante da comunidade de países de língua portuguesa. A mesma língua, as mesmas tradições religiosa e cultural poderiam fazer de Portugal uma espécie de liderança (FREITAG, *op. cit.*).

A decisão de transformar Lisboa em capital cultural da Europa promoveu novas medidas de infra-estrutura e embelezamento, sendo construídos, nesse contexto, o Centro Cultural de Belém e os projetos de saneamento urbano nos bairros de Alfama, Madre Deus e Mouraria. O projeto denominado “A Sétima Colina” se propôs a valorizar 35 prédios históricos no trajeto que liga Cais do Sodré ao Largo do Rato, construídos à época da “Lisboa Romântica”, na passagem do século XIX ao século XX. Ressalta-se, nessa

altura, a proposta de “reanimar e reavivar” o Bairro Alto, considerado em situação de decadência.

Esse circuito de imagens e investimentos colaborou para a construção de narrativas da cidade, sendo propagado em guias turísticos, com algumas referências gerais que serão descritas a seguir.

Guias e práticas de turismo

Lisboa figura nos guias turísticos como a cidade que tem o “centro histórico mais antigo e mais rico da Europa, preservando monumentos de quase todos os séculos” (*Your guide Lisboa – Aeroporto*, 2007).

Os sentidos do olhar e as práticas do caminhar são evocados em materiais escritos sobre o turismo, sendo funções obrigatórias do visitante estrangeiro interessado em “ver de perto” a capital portuguesa. As chamadas para se conhecer Lisboa, a pé, fazem ressaltar a subidas íngremes, atenuadas por elevadores e bondes elétricos. A idéia de explorar a cidade está presente na seguinte chamada: “Lisboa é ótima para passear a pé, em especial nos bairros antigos como Alfama e Bairro Alto” (*Como circular em Lisboa, Guia American Express*, Lisboa, Livraria Civilização Editora, Porto, 2004).

Referências para contemplar Lisboa encontram-se também em *sites* sobre a cidade com indicações de locais por onde passear: “(...) Do castelo, tem-se a melhor vista da cidade. Depois, perca-se ao descer pelas ruelas da Alfama e só consulte o mapa na hora de voltar para o hotel”⁷.

As evocações ao olhar encontram-se nas referências constantes aos miradouros, locais situados em bairros elevados, de onde se torna possível ver a cidade à distância. Estando no Bairro Alto ou em Alfama o visitante pode perceber a existência de pátios com miradouros típicos de uma cidade construída sobre colinas.

Tirar proveito da paisagem significa, nessa condição, superar o obstáculo de um relevo acidentado, hoje transformado em um dos aspectos considerados típicos da feição urbana lisboense. É nesse sentido que guias turísticos fazem referência a miradouros, chamando atenção para as possibilidades de “desco-

bertas”, passíveis de tornar o visitante um explorador individualizado; ou seja, aquele que descobre por entre as frestas da paisagem mais evidente os ângulos peculiares propiciados pelo olhar curioso e suscetível à apreensão dos detalhes. A cidade para ser vista e explorada chama atenção tanto para monumentos como para a natureza exuberante do rio e do mar, considerados ícones que fazem parte dos cartões postais da cidade. Pontos a partir dos quais é possível ver toda a cidade são mencionados em manuais e guias de apresentação de Lisboa, acrescentando-se as menções a festas populares e bairros típicos.

Enriques (1969), comparando os guias turísticos do século XIX com outros recentes, produzidos entre 1989 e 1993, chama a atenção para a proeminência da arquitetura religiosa na representação textual da Lisboa turística, ocupando, em média, 20,6% das indicações de visitas distribuídas nas categorias temáticas: obras de engenharia, instituições públicas, atividades econômicas, culturais etc. Observa o autor que a atenção dispensada nos finais do século XIX a equipamentos e instituições públicas, fundada no caráter de disciplinamento da cidade é substituída atualmente pela presença mais evidente de visitas a museus.

De fato, a imagem de uma cidade higiênica e organizada, segundo o circuito do planejamento racional, enfatizava os “malefícios” de bairros como Alfama, hoje recuperados à luz da apresentação da “história da cidade”. Desse modo, bairros atualmente considerados típicos passaram a constituir espaços de celebração do passado, condizentes com uma visão eufórica mais recente, difundida sobre a cidade de Lisboa.

Pude também observar em vários registros jornalísticos e televisivos a articulação de investimentos culturais e políticos recentes, explicitados em circuitos internos ou ampliados.

As jornadas européias do patrimônio, realizadas no período de 28 a 30 de setembro de 2007, tiveram como objetivo “sensibilizar os povos europeus para a importância da salvaguarda do patrimônio”. Nessa ocasião, cada país celebrava seu conjunto de atividades, mantendo acessibilidade gratuita ao público. O tema escolhido pelo Instituto de Gestão do Patri-

mônio Arquitetônico e Arqueológico (IGESPAR) para as jornadas européias de 2007 foi “Patrimônio em Diálogo”, partindo da idéia básica de que “todas as comunidades possuem os seus monumentos de referência, mas é importante ter em consideração que tais realizações não estão isoladas do tecido cultural que as envolve e que as justifica” (folheto de difusão do evento, veiculado pelo IGESPAR, em convênio com o Ministério da Cultura).

A chamada dirigida aos eventuais participantes atribuía ao projeto a perspectiva de “contribuir para o reconhecimento, proteção e valorização das paisagens culturais nas suas múltiplas dimensões – humana, cultural, simbólica e memorial”. Convidava o público a “sair” do monumento e tentar “compreendê-lo nas suas múltiplas vertentes”. Os idealizadores convocavam ainda os participantes para o exercício do diálogo e a partilha entre todas as entidades responsáveis pelo patrimônio “através de um processo de participação integrada que torna sustentável a política de valorização do patrimônio”.

O evento em Portugal incluiu a visita a monumentos, igrejas, espaços culturais e zonas de preservação. As atividades realizadas em vários Concelhos se materializavam em conferências, apresentações musicais ou teatrais, visitas orientadas e ações educacionais, envolvendo narrativas e roteiros especializados.

Em Lisboa, por exemplo, o trajeto feito com alunos e pais pelo bairro Belém demonstrava a busca de apresentação da “história da localidade”, considerada ponto de atração turística. A oficina pedagógica que convocava a escuta de um conto que deveria “soltar a imaginação e desenhar uma história” voltava-se para um público infantil na faixa etária de 2 a 6 anos. Outro ateliê pedagógico, “mãozinha de artista: brincar ao patrimônio”, se dedicava a crianças e jovens, compondo o circuito das estratégias variadas de envolvimento e diversificação do público.

A “descoberta” de bairros como Alfama e Santa Clara era feita através de fotografias e pistas percorridas por visitantes com trajeto que finalizava no Panteão Nacional. Na apresentação do bairro Rossio e da Praça do Comércio situada no centro de Lisboa, eram destacados “personagens típicos”, assim designados freqüentadores dessas localidades

que tiveram papel importante nas práticas urbanas: a lavadeira, o aguadeiro, o amolador, o vendedor de gelados, que representavam os “pregões” históricos do contexto citadino.

Observa-se no evento, o modo como cada localidade expunha seus “tesouros patrimoniais”, envolvendo instituições e tradições culturais que punham diferentes espaços no circuito dos bens simbólicos de tradição e preservação. Associações culturais e artísticas, Câmara Municipal, museus e igrejas entre outras, forneciam bases de apoio para a realização do conjunto amplo de eventos.

Os apelos a um público diversificado, incluindo todas as faixas etárias, demonstravam as formas de construção e difusão do conhecimento sobre os bens culturais urbanos, reiterando percursos legitimados, baseados em valores de conservação ou preservação. A culinária entrava também como referente importante, a exemplo da visita, em Lisboa, à confeitaria de Belém e observação da feitura dos pasteis típicos, hoje mencionados em todos os *sites* e guias turísticos.

Entender o circuito dos investimentos urbanos, dos rituais de consagração de pontos turísticos e dos discursos sobre Lisboa feito por turistas não se constitui fato isolado. As representações de visitantes, a julgar pelas informações obtidas na pesquisa, não se separam de outras práticas e formas discursivas vigentes na cidade.

(Recebido para publicação em agosto de 2010.
Aceito em novembro de 2010)

Notas

- 1 As entrevistas referidas neste artigo foram concedidas aos estudantes do curso de Sociologia do Cotidiano, ministrado pelo Professor José Machado Pais, durante no primeiro semestre de 2008, no Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE).
- 2 Trata-se de pesquisa realizada no âmbito de minha experiência de pós doutorado, no período de agosto de 2007 a março de 2008, inserida no Acordo CAPES/GRICES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior, Brasil, e Gabinete

de Relações Internacionais da Ciência e do Ensino Superior de Portugal), envolvendo o Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará e o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

- 3 Para uma reflexão sobre as articulações entre turismo lazer e cotidiano, ver Barros José da Cunha, *A projecção do quotidiano no turismo e no lazer: o lugar dos actores dos contextos e dos paradigmas*, Lisboa, ISCSP, 2004.
- 4 Duas entrevistas foram feitas com estudantes integrantes do programa *Erasmus* que cumpriam um estágio de seis meses em universidades da cidade de Lisboa.
- 5 Ver, a esse respeito, *Práticas culturais dos lisboetas*, Machado Pais (coordenador científico). Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994.
- 6 Dentre os monumentos mais visitados pelos entrevistados na referida pesquisa, destacaram-se: o Mosteiro dos Jerônimos e a Torre de Belém, ambos freqüentados por distintos estratos sociais.
- 7 Ver o site http://www.deltari.com.br/dic_lisboa.htm, consulta feita em 7/7/2006).

Referências Bibliográficas

BARROS, José da Cunha. *A projecção do quotidiano no turismo e no lazer: o lugar dos actores dos contextos e dos paradigmas*. Lisboa: ISCSP, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BENJAMIN, Walter. Theologico-Political Fragment” in: *Reflections: Essays, Aphorisms,*

Autobiographical Writings. Org. Peter Demetz, Trad. inglês Edmund Jephcott, Nova Iorque: Schocken Books, 1986.

_____. *Obras Escolhidas I*, Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *Obras Escolhidas II*. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho e José Carlos Martins Barbosa. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ENRIQUES, Eduardo Brito. *Lisboa Turística, entre o imaginário e a cidade*. Lisboa: Edições Colibri/

Faculdade de Letras de Lisboa, 1969.

FERREIRA, Claudino. “A Expo ’98 e os imaginários do Portugal contemporâneo”, tese, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, 2005.

FREITAG, Bárbara. “Urbanização no Portugal de Hoje: o caso de Lisboa”, *Sociedade e Estado*, vol XIII, nº1, Jan-julho, 1998.

MONDADA, Lorenza. *Décrire la ville, la constructions des savoirs urbains dans l ’interaction et dans le texte*, Paris: Anthropos, 1999.

PAIS, José Machado (coord.). *Práticas Culturais dos Lisboetas*, Lisboa, ICS, 1994.

SCHÜLTZ Alfred. *Las estructuras del mundo de la vida*, Buenos Aires: Amorrortu editores, 2004.

SIMMEL, Georg. *Philosophie de la modernité*. Paris: Payot, 2004.

URRY, John. *Sociology Beyond Societies*. London: Routledge, 2000.

WALD, Paul. *Parler en ville, parler de la ville, essays sur les registres urbains*. Paris: Unesco/ Éditions de Sciences de l ’Homme, 2004.

INTERAÇÕES E PRÁTICAS ECONÔMICAS NO CAPITALISMO GLOBALIZADO: O CASO DA PORTUGAL TELECOM

O artigo documenta um dos episódios mais polêmicos do mundo empresarial português, iniciado com o lançamento da OPA (Oferta Pública de Aquisições) da Sonae sobre a Portugal Telecom (PT). Considera a derrota da Sonae, de Belmiro de Azevedo, líder da burguesia nacional, sintomática da transição do capitalismo nacional para o globalizado. Não adiantava a riqueza do único bilionário português, seu prestígio e habilidade gerencial. A diretoria da PT, armada com acesso ilimitado aos mercados financeiros e legitimada com a prioridade dada pelo governo à exportação de capital para o Brasil e a África, bloqueia a OPA e sustenta o controle do oitavo maior grupo europeu de telecomunicações. O episódio demonstra como a acumulação do capital continua sendo a finalidade da empresa; no entanto, seus instrumentos não são mais a propriedade privada dos meios de produção, mas o controle das organizações complexas, o acesso às redes financeiras e a legitimidade política da expansão externa. Diferentemente do capitalismo nacional, onde a burguesia sustentava seu domínio pela apropriação direta do trabalho excedente, as novas classes dominantes priorizam o controle de mercados e o exercício de autoridade gerencial. Essa é a nova dinâmica do capitalismo globalizado e o cerne da crise financeira de 2008.

O desenrolar dos eventos está documentado em quatro fases que demonstram como se

JAWDAT ABU-EL-HAJ*

RESUMO

A OPA (Oferta Pública de Aquisições) da Sonae sobre a Portugal Telecom, um dos episódios mais polêmicos da vida empresarial portuguesa, é apresentada, aqui, como um estudo de caso revelador das forças propulsoras do capitalismo globalizado. O desenrolar dos eventos mostra como o controle gerencial e as redes de interligação com o setor bancário internacional substituíram a propriedade privada dos meios de produção e a apropriação direta dos excedentes de trabalho como os instrumentos de aquisição de riqueza pelos globalizados conglomerados empresariais.

Palavras-chave: globalização, empresariado, políticas públicas, burocratização e controle gerencial.

ABSTRACT

The OPA (Offer of Public Acquisition), a hostile takeover by Sonae to assume share control of Portugal Telecom in one of the most polemic episodes of Portuguese corporate history, is presented as a case study of globalized capitalism. The sequence of events showed how managerial control and international financial networks, substituted the private property of the means of production and the direct appropriation of surplus labor as instruments of capital accumulation by globalized conglomerates.

Key words: globalization, business, public policy, bureaucratization and managerial control.

* Professor Associado II, do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. CAPES visiting scholar no ILAS-Columbia University (2009-2010). Endereço: Av. da Universidade, 2995, 1º andar, Benfica, 60020181, Fortaleza/CE – Brasil; e-mail: jaa@oi.com.br.

sustentam as classes dominantes no capitalismo globalizado. Na primeira, a Sonae avança sobre a PT, defendendo a concorrência como meio para resolver a baixa densidade das telecomunicações. Na segunda, a PT entra em crise interna perante a ofensiva da Sonae, levando à queda do seu histórico dirigente, Miguel Horta. A terceira fase é marcada pela reação da nova diretoria da PT, liderada por Henrique Granaideiro e seus dois vice presidentes, Zeinal Bava e Rodrigo Costa. Bava assume o controle gerencial e a coordenação com o setor financeiro internacional, enquanto Costa se responsabiliza pela elevação da qualidade técnica e da redução de custos operacionais. A derrota da Sonae já se manifesta na quarta fase. Bava havia assegurado uma nova composição acionária oriunda do setor financeiro. Costa intensifica a apropriação de trabalho, produzindo a mais elevada taxa histórica de lucro

da PT com a demissão em massa de empregados. A capacidade de reação da PT ainda modifica a posição governamental de um apoio tácito a Belmiro de Azevedo para a defesa da internacionalização como vocação natural da PT.

O lançamento da OPA

Eram 20h15min do dia 06 de fevereiro de 2006, quando Belmiro de Azevedo, presidente do grupo

Sonae, atendeu ao telefone após, insistentemente, ser indagado por jornalistas quanto ao boato do lançamento de uma OPA para aquisição de uma grande empresa de telecomunicações. Questionavam, inicialmente, se a OPA visava a Portugal Telecom Multimedia (PTM), uma subsidiária da Portugal Telecom (PT) – 8ª maior empresa do ramo na Europa, e com investimentos bilionários na África, Ásia e Brasil.

Belmiro de Azevedo, *self-made man* do mundo dos negócios, certamente fez jus a sua reputação de ser o empresário mais ambicioso de Portugal contemporâneo. Sim! A PTM entraria nas negociações, porém, o alvo era outro mais grandioso, a própria PT. Durante a coletiva, repetiu numerosas vezes: “É o maior negócio da minha vida!”, dando ares de uma obsessão existencialista, uma predestinação para cumprir uma missão vitalícia.

Às 21h00min, a Sonaecom, presidida por seu herdeiro, Paulo de Azevedo, divulga um comunicado oficializando a OPA e deflagrando, ato contínuo, um dos confrontos empresariais mais memoráveis da história recente portuguesa. A oferta da Sonae para a compra da PT envolveria fundos da ordem de 10% do PIB, constituindo a maior transação financeira jamais vista naquele país. O preço fixado excedia em 16% a última cotação das ações da PT, somando um valor total de € 10,7 bilhões. O sucesso da OPA custaria à Sonae € 11,1 bilhões, financiados através de bancos europeus com maturidade de sete anos e pagamento de 50% do total nos primeiros dois anos. (http://static.publico.clix.pt/docs/economia/opa_pt.pdf).

A aprovação de uma OPA desta envergadura requer um complexo processo institucional, levando, usualmente, sete meses. Três pareceres são necessários para autorizar ou não a transação: 1) o da Autoridade da Concorrência (AdC), que examina o efeito da OPA sobre a concorrência e possíveis práticas monopolistas; 2) o da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), que visa resguardar os direitos dos acionistas das empresas envolvidas e 3) o da Agência Nacional das Comunicações (ANACOM), centrada nos direitos dos consumidores. Dentre os três, o parecer da AdC é o único de natureza decisória,

embora seja costumeiro que este solicite um parecer técnico, não vinculativo, ao regulador setorial para subsidiar sua decisão final.

Uma vez recebido o pedido da Sonae, a AdC teria 30 dias para emitir um parecer com três possibilidades: negar a OPA, solicitar ajustes para realizá-la ou iniciar uma “investigação aprofundada”. Esta última opção implica um prolongamento do processo administrativo por mais três meses, envolvendo negociações, levantamento de dados, exame de relatórios e depoimentos de especialistas. Caso a OPA seja negada pela AdC, o proponente ainda tem duas opções: recorrer ao Tribunal de Comércio de Lisboa ou ao Ministério da Economia, que poderá declarar a OPA válida “pelos benefícios para a economia nacional”. Porém, esses dois recursos jurídicos jamais foram utilizados em Portugal, por representarem uma intervenção drástica do Estado, em detrimento do consenso político-partidário e das normas da União Européia (Lei da Concorrência, nº 18/2003 <http://www.concorrenca.pt/Download/34503461.pdf>).

Além do peso jurídico formal das instituições públicas, o governo dispunha de outros dois mecanismos para influenciar os rumos da Portugal Telecom: primeiro, o governo controla 500 golden shares, o que lhe dá poderes extraordinários para designar um terço do conselho da administração, nomear o presidente da empresa e vetar as decisões do conselho; e segundo, além de 1,88% das ações ordinárias com poderes de voto na Assembléia Geral, o banco estatal Caixa Geral dos Depósitos (CGD), sendo o terceiro maior acionista, com 5,11% das ações votantes, exerce papel decisivo na Assembléia Geral.

Contudo, havia outro entrave: sem a “desblindagem” das ações, a autorização da CMVM para a Sonae apresentar uma proposta para os acionistas não teria qualquer efeito prático sobre o controle da PT. A blindagem de ações é uma regra comum entre as grandes sociedades anônimas, funcionando como defesa contra ataques especulativos. Ou seja, a blindagem torna o voto “equânime” em um patamar previamente estipulado: por exemplo, se o acionista A controla 10% do capital, o acionista B, 20% e o acionista C,

30%, todos, nas Assembléias Gerais, se limitarão a 10% dos votos. No caso da PT, seu estatuto reza que nenhum acionista tem direito a voto superior a 10% do capital, ainda que detenha uma parcela maior. Assim, para que haja paridade entre o controle acionário e o peso da votação (“desblindagem”), é necessário que se realize uma Assembléia Geral extraordinária, na qual dois terços dos presentes votem a favor da “desblindagem”. A manutenção da blindagem de ações seria, então, a última linha de defesa da direção da PT contra a OPA da Sonae (Estatuto da Empresa http://www.portugaltelecom.pt/NR/rdonlyres/CC4220E2-E6C7-49F9-BC2C-B8378EA2995A/1436264/Estatutos_PT_SGPS_P_28042009.pdf).

O requerimento da Sonae à CMVM para o registro da OPA, entregue no dia 27 de fevereiro, argumentava a viabilidade do negócio para os acionistas, tendo em vista a aprovação, por parte de 17 bancos internacionais, do preço de € 9,5 por ação, 10% acima da média do valor das ações nos últimos quatro meses na Bolsa de Lisboa. Além disso, o preço refletia uma média compatível com o da Telefônica, Deutsche Telekom, France Telecom, Telecom Itália, Telenor, Belgacom e da OTE. No relatório financeiro da Sonae para CMVM, um fato considerado secundário pela família Azevedo, indicativo, porém, do grau de dificuldade que a empresa enfrentaria durante o episódio, era a ausência de qualquer banco português no financiamento dos empréstimos da OPA. (<http://www.cmvm.pt/nr/rdonlyres/f458ceae-f084-4a56-889f-af7cd82a0c0c/6189/fr8140.pdf>).

Segundo declarações divulgadas pelo setor bancário português, a OPA representava uma aventura de alto risco para a Sonae. Alegavam que, enquanto em 2004, o volume de negócios do grupo Sonae totalizara € 6,9 bilhões, os lucros líquidos eram pífios, limitando-se a meros € 27 milhões. Naquele ano, o grupo PT, incluindo as suas subsidiárias, arrematou € 15 bilhões em financiamento, cinco vezes os valores conseguidos pela rival Sonae. Mesmo assim, porém, na opinião dos observadores europeus, inevitavelmente a PT sucumbiria à OPA da Sonae, considerada líder de desempenho em Portugal, com

capacidade gerencial e agressividade nos negócios bem maiores do que qualquer outra empresa lusa.

O boicote dos bancos portugueses à OPA apontava um confronto além de meras transações de mercados. Resguardava uma disputa pela hegemonia entre as duas facções principais do empresariado português, a monopolista enraizada no capital bancário e a competitiva. Durante 14 meses, as duas empresas, Sonae e PT, digladiariam-se, polarizando políticos, instituições governamentais e a opinião pública. Enquanto as estimativas mais pessimistas para o desfecho do episódio colocavam meados de setembro de 2006 como prazo limite, a disputa se prolongou até 02 de março de 2007, quando a Assembléia Geral da PT, seguindo a recomendação de Henrique Granadeiro, presidente da empresa, negou a “desblindagem” das ações, vetando a OPA e derrotando, assim, Belmiro de Azevedo.

Nesse episódio, que envolveu estratégias de ataque da Sonae, de um lado, e de defesa da Portugal Telecom, de outro, identifiquei quatro intervalos possíveis de análise:

A primeira instância, documentada no mês do lançamento, reflete a gestão de Miguel Horta e Costa e é marcada por uma atitude positiva a favor da Sonae, alimentada pelos dados negativos sobre o desempenho do setor;

O segundo intervalo inicia-se em 03 de março de 2006, quando Henrique Granadeiro substitui Horta e Costa no comando da empresa, com poderes extraordinários para estabelecer a defesa contra a Sonae;

A terceira fase começa em 27 de junho, quando a estratégia de Granadeiro objetivou a pacificação da opinião pública e a neutralização do apoio implícito à OPA na Autoridade da Concorrência. Neste momento, o comando da Portugal Telecom inicia uma estratégia financeira apoiada pelo Banco Espírito Santo e comandada por Zeinal Bava, criando um núcleo duro de investidores estratégicos contrários à OPA. A partir dessa data, pela primeira vez desde a sua privatização, as ações da Portugal Telecom, são controladas, majoritariamente, por um conjunto de grandes investidores aliados da administração Granadeiro;

O último intervalo, sob o comando de Rodrigo Costa, o segundo vice-presidente da PT, é identificado a partir fevereiro de 2007, quando a publicação de seus balanços de alta lucratividade eleva os preços das ações além da oferta da Sonae, culminando na rejeição da “desblindagem” das ações pela Assembléia Geral, em 02 de março de 2007.

Primeiro intervalo: o discurso da concorrência como estratégia do empresariado local

O confronto entre Sonae e PT desencadeou a divulgação de vários relatórios sobre a situação das telecomunicações em Portugal. Além da excessiva concentração do setor – 87% sob o comando da Portugal Telecom –, os dados mostravam que ocupar o 8º lugar no ranking das empresas continentais do ramo, não era suficiente para promover um desenvolvimento interno compatível com os padrões europeus.

Inicialmente, surgiu o problema da concentração, bem acima da média, quando comparada a outros países da região. Na telefonia fixa, das 12 operadoras registradas em atividade, somente 2 eram operantes, contra 9 no Reino Unido, 11 na Suécia e 6 na Dinamarca. O maior provedor português detinha 83% do mercado das ligações telefônicas nacionais em minutos e 75% da quota internacional. A mesma tendência é detectada na telefonia móvel, onde três empresas (TMN, Optimus e Vodafone Telecel) eram as únicas que operavam no mercado português. Esta concentração é replicada na banda larga: enquanto o maior provedor controlava 79% do mercado, a média europeia era de 55%. Em países como o Reino Unido, o percentual de concentração era bem menor, limitado a 25%; já na Holanda, este índice atinge 44%, na Suécia, 40% e na Bélgica, 51%. Somente a Alemanha possuía uma média superior à de Portugal, com 87% do mercado controlado por um único provedor.

Segundo, os estudos concluíram que a concentração produziu um desequilíbrio tanto na oferta de serviços entre a telefonia fixa e a móvel quanto na infra-estrutura básica das telecomunicações. A taxa de penetração da telefonia fixa em Portugal

praticamente ficou congelada desde a privatização da Portugal Telecom, em 1996 (39%), diminuindo de 42,4% em 2001 para 40,1% em 2005. Novamente a média portuguesa ficou bem inferior aos padrões europeus: Dinamarca, 61,9%; Alemanha, 66,7%; Reino Unido, 56,1% e França 57,2%. Consequentemente, a conversação por minutos na telefonia fixa despencou 60%, entre 2001 e 2005.

Terceiro, o recuo da telefonia fixa assinalou a opção da Portugal Telecom por um modelo centrado na telefonia móvel. Enquanto a média europeia indicava uma taxa de penetração em torno de 98%, a média portuguesa subiu para 108%, em 2005. Exceto o Reino Unido e a Suécia, com médias de 110%, a taxa em Portugal era a segunda mais elevada da Europa, superando a Dinamarca (99%), a Alemanha (91%) e a França (75%). Enquanto o percentual de conversação, em minutos, na telefonia fixa, diminuiu em comparação a 2001, a conversão através da telefonia móvel cresceu 143%, no mesmo período, indicando a existência de uma opção estratégica da Portugal Telecom em induzir o desenvolvimento da telefonia móvel em detrimento da telefonia fixa. O resultado dessa decisão gerou um desequilíbrio estrutural na infra-estrutura básica. De fato, os dados mostravam que 38% dos domicílios portugueses possuíam apenas telemóvel, o dobro da média europeia (18%), e que 9% de todos os domicílios não tinham acesso a qualquer meio de comunicação, representando a segunda pior taxa do continente.

Quarto, além dos gargalos infra-estruturais, o desequilíbrio do modelo de telecomunicações elevou o preço dos serviços e estancou o acesso à banda larga. Em 2004, a média de uma cesta de serviços residenciais de telefonia fixa era € 45,92, 74% mais elevada do que a média europeia, 90% em relação à Dinamarca, 76% ao Reino Unido, e 40% maior do que na França. Esse fato atingiu igualmente o setor empresarial, onde a cesta de telefonia fixa para serviços não-residenciais chegou a € 77,27, isto é, 9% acima da média da UE, 4% do Reino Unido, 115% da Dinamarca e 18% da França. Os elevados preços dos serviços propagaram-se também na telefonia móvel apesar do seu

hiper-desenvolvimento. Em 2004, em Portugal, o preço da chamada em rede móvel, por minuto, durante o pico (base de chamada de duração de três minutos) era € 0,208, ou seja, 39% superior ao da Dinamarca, 40% ao de Luxemburgo, 55% ao do Reino Unido e 85% ao da Suécia. A mesma elevação foi constatada para chamadas fora do pico, com o custo de € 0,199, 1.239% maior do que o da Dinamarca, 53% do que Luxemburgo, 48% do que Reino Unido e 77% acima dos valores da Suécia.

Essa tendência de elevação dos preços de serviços é reproduzida nas ligações inter-européias e internacionais. O custo de uma ligação de 10 minutos para um país europeu próximo era de € 2,80, enquanto a média européia era de € 2,10, colocando Portugal “na lanterna” da UE. Uma ligação com duração de 10 minutos para um país europeu distante custava, em 2005, € 3,11, enquanto a média da UE era de € 2,60. Para os EUA, com uma duração de 10 minutos, os portugueses despendiam € 3,11, enquanto a média da UE ficava em € 2,10. Nesta categoria, Portugal ocupava a 20ª posição. Enquanto os demais países pagavam em média, € 5,20 por uma ligação de 10 minutos para o Japão, os portugueses pagavam € 12,69 e ocupavam o 22º lugar.

Quinto, com o estancamento da telefonia fixa, o custo da banda larga em Portugal ficou 62% acima dos preços da média européia. Por exemplo, enquanto a France Telecom-Orange da oferecia uma mensalidade de € 29,90 por acesso de 8MB, a British Telecom cobrava € 26,85, TV a cabo, € 45,98, Cabovisão, € 40, Sapo, € 49,50 e Ar Telecom, € 45,98 (http://www.oecd.org/document/10/0,3343,en_2649_33757_37486858_1_1_1_37441,00.html).

O relatório da Arthur D. Little sobre as telecomunicações, encomendado pela AdC em 2004, documentou quatro dificuldades da banda larga: 1) a velocidade e a qualidade eram 40% abaixo da média européia; 2) Portugal era um dos mais concentrados dos países da EU, com 84% do mercado controlado por uma única empresa; 3) a baixa penetração dos PCs bloqueava o ingresso da população na era digital e 4) a limitada difusão da educação tecnológica deixou 22%

da população à margem do uso da internet. Relativamente à adesão à banda larga, quatro impedimentos foram mencionados pelos entrevistados portugueses: i) a dificuldade de ter uma linha telefônica fixa; ii) o custo elevado dos PC; iii) os preços dos serviços, os segundos mais caros na Europa e superiores às taxas americanas e japonesas e iv) as limitadas opções para escolher planos de acesso.

Os resultados do relatório da Arthur D. Little foram confirmados pelo Eurobarómetro, em um estudo encomendado pela Comissão Européia. Através de dados compilados entre 07 de dezembro de 2005 e 11 de janeiro de 2006, descobriu-se que 82% dos portugueses não tinham acesso à internet a partir de casa. Dos 18% com acesso à internet domiciliar, 72% o faziam através da banda larga. Em uma inversão do padrão europeu, cujo acesso via ADSL é a norma, em Portugal, a deficiência infra-estrutural da telefonia fixa exigia que 59% dos usuários acessassem via cabo, ficando o sistema ADSL limitado a 39%. Em países tais como o Reino Unido, a ADSL responde por 73% de acesso à banda larga, alcançando 96% na França e 86% na Suécia e Finlândia. A menor taxa de ADSL entre o grupo desenvolvido da UE foi a da Dinamarca com 59%. Este fato significava um acesso bem mais oneroso em Portugal do que nos outros países europeus. Os preços normalizados (corrigidos pelo PPC) da oferta de 512Kbps, através da ADSL em Portugal, eram estimados em € 51,83 mensais, isto é, 62% acima da média européia e 480% mais elevado em relação à Alemanha, 230% superior à da Holanda e da Bélgica e o dobro do Reino Unido. Para o Eurobarómetro, o gargalo português residia na excessiva concentração, já que 91% dos serviços da banda larga eram fornecidos pela Portugal Telecom enquanto o concorrente, a Cabovision, se limitava a 6% (http://www.concorrenca.pt/Download/050715_AD_L_Broadband_Benchmark_Report_pub.pdf).

Outros estudos tais como o da ECTA (European Competitive Telecommunications Association), através do seu Broadband Scorecard, posicionaram Portugal na 13ª colocação entre 15 países de penetração da banda larga (número de assinantes por

100 habitantes) com uma taxa de 12,6%, enquanto a média europeia era de 15,9%. Portugal ficou somente à frente da Grécia e da Irlanda. O último levantamento da OCDE revelou que o número de assinantes em Portugal passou de 1.031.491 para 1.355.602, assinalando um crescimento na ordem de 24%, porém, aquém da taxa de aumento de 33% dos países da OCDE (<http://www.ectaportal.com/en/basic663.html>). Os números da pesquisa revelaram, ainda, um recuo, iniciado no primeiro semestre de 2005, da 10ª para 12ª posição, entre os 25 países da UE (www.apritel.org/apritel/press/down/APRITEL Entrevista Comunicacoes 2006).

Finalmente, os dados da ANACOM indicaram uma diminuição dos investimentos internos da Portugal Telecom para subsidiar a internacionalização de suas operações. Apesar de a empresa controlar 87% do mercado de telecomunicações, os seus investimentos em Portugal caíram pela metade entre 1998 e 2004 como consequência do seu ingresso no Brasil com a compra da Telesp, passando a representar 51% dos recursos privados investidos no setor de telecomunicações brasileiras. Conseqüentemente, enquanto o número de empregados nas filiais externas da Portugal Telecom aumentou em torno de 750% entre 1996 e 2004, os empregos domésticos diminuíram 26%. Os retornos para a empresa com a transferência de investimentos para países com salários mais baixos foram, obviamente, estrondosos. Estima-se que entre 1996 e 2003 os custos operacionais foram cortados em 42%, porém, o retorno por empregado em unidades de 1.000 euros subiu, no mesmo intervalo, 270%. Aparentemente, a liderança da Portugal Telecom no mercado português serviu para alavancar os seus investimentos internacionais, produzindo altos lucros sem necessariamente ter efeitos positivos tanto sobre a geração de empregos domésticos quanto nos investimentos na infra-estrutura compatível com os padrões europeus (<http://www.anacom.pt/render.jsp?categoryId=520#horizontalMenuArea>).

A divulgação dos relatórios críticos da imprensa induziu um clima favorável à OPA, na opinião pública, e um apoio nos círculos políticos tanto do

PS (Partido Socialista) como do PSD (Partido Social Democrata). Em 06 de março, o primeiro ministro José Sócrates defendeu a separação entre as redes fixas de cobre e cabo para reduzir os controles da PT sobre o mercado.

Segundo intervalo: crise interna e mudança de comando da Portugal Telecom

O desenrolar oficial da OPA começou em 27 de março de 2006, quando a CMVM autorizou a Sonae a adquirir até 10% das ações da Portugal Telecom sem “desblindagem” de estatuto, tendo quatro exigências: a) pagar o preço de € 9,5 a ação, estipulado pela OPA, além dos dividendos anunciados para 2005; b) negociar a compra antes da realização da assembleia-geral da PT, para evitar hostilidades com a Comissão executiva; c) pagar os dividendos no prazo de 30 dias após a decisão da assembleia e d) comunicar qualquer transação à Anacom (<http://dossiers.publico.clix.pt/noticia.aspx?idCanal=1647&id=1247040>).

Paralelamente, a CMVM requisitou da PT relatórios da auditoria da empresa Delloitte & Touche para esclarecer a fonte de recursos dos dividendos (no valor de três bilhões de euros) a serem distribuídos aos acionistas até 2008. O pedido foi estendido aos resultados contábeis da PT que, havia registrado, em 2005, um lucro de € 654 milhões, o maior da sua história. (“Sonae vai utilizar empresa holandesa para lançar OPA sobre Portugal Telecom”, *Diário Económico*, 01 de março de 2006).

Junto ao registro da OPA na CMVM, a Sonae, com o intuito de apaziguar possíveis relutâncias das agências reguladoras, anexa a sua concepção do modelo das telecomunicações. A empresa faria ofertas na rede fixa, negócio grossista, televisão a cabo e acesso a internet via banda larga. E, para afastar as especulações de intenções monopolistas, Paulo Azevedo comprometeu-se a não ultrapassar 50% do mercado fixo, desfazendo-se ou da rede de cobre ou de cabo (<http://www.cmvm.pt/nr/rdonlyres/a017aca9-6d55-4f0e-befb-fec6f25e7739/6066/fr8144.pdf>). No caso específico da telefonia móvel, justificou a fusão entre

TMN e Optimus em função da presença da Vodafone, a maior empresa europeia do ramo, como uma exigência competitiva frente à pressão externa (http://www.destakes.com/especial/opa_sonae_pt).

A opinião geral mostrava que o sucesso da OPA era uma questão de tempo. Porém, a mudança no comando da Portugal Telecom, em março de 2006, desviou os rumos do confronto. Com o apoio do Banco Espírito Santo e CGB, Henrique Granadeiro substituiu, no comando da empresa, Miguel Horta Costa, um dos últimos da velha guarda da Portugal Telecom e o mentor da sua expansão internacional, principalmente no Brasil. Com esta nomeação, o confronto entra em nova fase, marcada por uma defesa estratégica da Portugal Telecom, aproveitando as suas duas principais vantagens comparativas: o apoio do setor bancário português e o controle do mercado de telecomunicações.

No dia 03 de março do mesmo ano (2006), Henrique Granadeiro assume com poderes extraordinários, acumulando a presidência executiva (CEO) e a presidência não-executiva (Chairman). Sua escolha foi imposta pelo maior acionista português e o terceiro em volume, o Banco Espírito Santo. Henrique Granadeiro representava uma mudança significativa na direção da Portugal Telecom. Até então, o poder da empresa emanava da sua posição privilegiada de monopólio das telecomunicações, em Portugal. A cultura organizacional refletia a tradição do BES (Banco Espírito Santo), com suas alianças com investidores internacionais e acesso privilegiado aos mercados do circuito cultural lusitano na África e no Brasil. O lançamento da OPA e a divulgação de novos dados sobre o atraso das telecomunicações tornou a administração de Horta e Costa insustentável. Granadeiro era, portanto, o “tipo” ideal para assumir o comando em um período no qual tanto os ventos políticos quanto o próprio desempenho ameaçavam a continuidade da empresa: auxiliado por um novo conjunto de gerentes financeiros e técnicos de larga experiência internacional inicia, então, a reação contra a Sonae¹.

Diferentemente do quadro gerencial anterior da PT, Granadeiro traz uma nova cultura empresarial, orientada para a produção de resultados e agilidade de respostas identificadas com setores financeiros mais

agressivos, tanto na mobilização de investimentos externos quanto na captação de poupança interna. Em grande medida, Granadeiro representa uma convergência entre as duas facções do capital financeiro português. A primeira, representada pelo BES, surgiu do complexo empresarial anterior à revolução de 1974. A segunda se estrutura com o BCP, propulsor de ingresso das novas classes médias urbanas no mercado consumidor nas duas décadas posteriores à revolução de 1974. Enquanto o BES dependia de um acesso privilegiado ao mercado interno e colonial, como catalizador de alianças com o capital financeiro internacional, o BCP fazia as inovações gerenciais para captar a poupança interna e agilizar o crédito para o consumo de massa.

Ao lado de Henrique Granadeiro, dois novos vice-presidentes, Zeinal Bava² e Rodrigo Costa³, dividiam o comando. O primeiro no planejamento financeiro e o segundo garantia a primazia técnica à PT.

A presença de Bava como indutor da internacionalização da Portugal Telecom é marcada pela negociação com a Telefônica para criar a Brasilcel, em dezembro de 2002. Visando facilitar a integração dos investimentos das duas multinacionais é nomeado para as diretorias da Tele Sudeste Participações, da CRT Celular Participações, da Tele Leste Participações e da Tele Centro Oeste Celular Participações. Sua projeção na PT é coroada em maio de 2003, ao se tornar o diretor executivo da PT Multimedia, cargo que mantém até abril de 2006, quando alcança a vice-presidência do grupo, na gestão de Henrique Granadeiro. Em 28 de março de 2008, é eleito presidente da Comissão Executiva da PT, tornando-se o principal gestor do grupo. Essa indicação, patrocinada pelo Banco Espírito Santo, foi uma retribuição à derrota da OPA da Sonae na qual Zeinal Bava era tido como seu principal articulador.

Terceiro intervalo: maioria acionária e controle gerencial, estratégia de Zeinal Bava

A estratégia de defesa de Henrique Granadeiro seguiu a receita clássica de elevar os preços das ações além da oferta da OPA. O primeiro passo foi dado no dia 06 de março, quando a PT anunciou a distribuição de dividendos, até 2008, no valor de três

bilhões de euros, o equivalente a € 0,385 por ação. O segundo, uma medida utilizada anteriormente por Zeinal Bava para atrair pequenos investidores interessados em lucro rápido, foi a *share buy-back*, a aquisição das próprias ações. Nestas circunstâncias, a diretoria compra lotes de ações, provocando uma subida brusca de preços e uma “correria” de pequenos investidores. Esta opção foi bloqueada pela CMVM no dia 06 de abril, exigindo que o *buy-back* passasse pelo aval da assembléia extraordinária. Com esta medida, a CMVM anulava os poderes extraordinários de Henrique Granadeiro de tomar decisões que influenciassem os rumos da OPA.

Fracassadas as estratégias clássicas contra a OPA, Granadeiro, Bava e Costa partem para uma nova linha de defesa mais complexa, envolvendo três metas: a neutralização tanto da opinião pública como das instituições governamentais no apoio à Sonae; uma reorganização acionária para criar um grupo estratégico de investidores e uma recuperação da lucratividade para elevar os preços da Portugal Telecom a níveis inalcançáveis pela Sonae.

A primeira defesa procurou deslocar a disputa do terreno das definições políticas do modelo de telecomunicações português para o terreno estritamente empresarial. Granadeiro e seus assistentes sabiam das dificuldades da Portugal Telecom em convencer a opinião pública da sua contribuição ao desenvolvimento do setor, à luz dos relatórios negativos divulgados na imprensa. O terreno empresarial e, principalmente o financeiro, era bem mais favorável face às ligações históricas de Granadeiro com o BCP e ao apoio irrestrito do Banco Espírito Santo e da Caixa Geral dos Depósitos, fato que garantia o suporte do setor financeiro português e, conseqüentemente, o bloqueio da Sonae ao crédito local. Uma semana após o convite feito a Granadeiro, o BCP, maior banco português, declarou sua objeção à OPA. Com isto, os dois maiores bancos portugueses se uniram contra as pretensões de Belmiro de Azevedo.

A falta de parceiros financeiros portugueses levou Belmiro de Azevedo a contratar três bancos europeus, a custos mais elevados, para financiar a

OPA: o BNP Paribus, a Societe Générale e o Sanpalo IMI. Assim, além dos encargos financeiros mais pesados impostos à Sonae, esta ainda foi enquadrada como aliada do capital externo francês, conspirando contra um dos marcos empresariais do país, a Portugal Telecom – grupo que projetava a imagem de um autêntico capital nacional, apoiado por grandes empresários portugueses que desfrutavam de uma credibilidade incontestável.

Na tentativa de anular os fatores políticos, Granadeiro pressionou o Primeiro Ministro a declarar sua neutralidade na disputa. Adicionalmente, induziu a ANACOM a questionar a qualidade técnica dos relatórios da AdC – instituição que havia contratado consultores internacionais para examinar os entraves das telecomunicações. A disputa dos relatórios seria uma estratégia de Granadeiro para adiar, ao máximo, a decisão da AdC, enquanto reforçava a sua articulação com o setor bancário português.

Em 29 de março de 2006, o objetivo de neutralizar a ação governamental mostrou-se frutífero, quando o Primeiro Ministro José Sócrates retratou-se frente às críticas iniciais à concentração e à demanda pela separação entre telefonia fixa e a cabo, como meio para aumentar a concorrência na oferta dos serviços. O recuo de Sócrates retirou o Estado da disputa, deixando as duas empresas à mercê dos recursos privados.

No dia 04 de abril, teve início a fase dos relatórios quando a AdC requisitou parecer técnico à ANACOM. O que era um procedimento padrão para autorizar ou recusar a OPA, transformou-se em uma disputa acirrada entre as duas instituições, prolongando-se até 05 de dezembro de 2006, quando a AdC, em seu parecer final, contrariou as recomendações da ANACOM de negar a OPA. O primeiro relatório técnico da ANACOM parecia corroborar as intenções da Sonae, ao admitir que a aprovação da OPA beneficiaria o consumidor. O relatório identificou o problema da concentração e recomendou a “separação da propriedade ou da exploração das duas infraestruturas de rede desde que se verifique um aumento da intensidade concorrencial...”. A OPA

aceleraria a introdução da triple-play (oferta de voz, dados e televisão na mesma linha) e, eventualmente, introduziria VOIP (Voice over IP) e televisão sobre IP. Essa posição reafirmava as declarações anteriores apresentadas pela Sonae, quando esta se comprometera a limitar a sua fatia da rede fixa em 50%, desfazendo-se de um dos seus componentes, fixo ou a cabo. Nesse relatório, a ANACOM considerou a OPA uma operação legítima, embora solicitasse a apresentação de mais dados para verificar sua viabilidade.

Posição similar foi reiterada pelo presidente da AdC, no dia 26 de abril, na Aritel, durante a cerimônia de assinatura do protocolo de criação do simulador de tarifas. Abel Mateus deu a entender que a OPA era um fato admissível, todavia, pendente dos “remédios” da AdC à Sonae. Apesar do apoio verbal à OPA, as duas instituições governamentais desentendiam-se em relação aos “remédios”. Colidiam dois modelos de concorrência. Enquanto a AdC acreditava que a centralização de 67% da telefonia móvel nas mãos de uma única empresa nacional promoveria a concorrência, ao exigir da Vodafone, o único investidor externo, a introdução de serviços mais acessíveis e tecnologias mais aprimoradas, a ANACOM, por outro lado, considerava a OPA prejudicial à concorrência da telefonia móvel, uma vez que reduzia o número de agentes econômicos de três para dois, além de favorecer a dispersão do fixo com a separação das duas redes. Como consequência da discórdia entre as duas reguladoras, o Ministro das Obras Públicas e Comunicações, visando evitar o desgaste do setor, demandou uma solução negociada, levando a AdC a solicitar, em 17 de maio de 2006, uma “investigação aprofundada” do objeto em apreço. Henrique Granadeiro e sua equipe saíram novamente vitoriosos ao adiar em, no mínimo três meses, o parecer definitivo da AdC.

No dia 27 de setembro, a AdC divulgou uma prévia de seu relatório. Embora não se opusesse à OPA, requisitou da Sonae a adoção de seis “remédios” para evitar a concentração: 1) separação horizontal da rede fixa, entre o fixo e a cabo, e verticalmente entre os negócios grossista e retalhista; 2) venda de uma

das duas redes fixas e a cabo ou cobre; 3) devolução das frequências de acesso fixo via rádio; 4) transparência na conduta para os investidores interessados na nova empresa; 5) desmembramento dos negócios de conteúdo da PT e 6) fácil acesso ao mercado de operadores móveis virtuais, inclusive na rede fixa. Apesar de considerar os “remédios” excessivamente duros, a Sonae aceitou as exigências da AdC como medidas conciliáveis com os seus propósitos de ampliar sua presença na telefonia móvel e oferecer triple play na rede fixa. Imediatamente após a prévia da AdC, o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações declarou que o Estado não utilizaria as suas ações preferenciais (os 500 golden shares) para bloquear a OPA.

Enquanto a bolsa de valores tomava a OPA como fato consumado, Paulo Azevedo mostrava cautela, ao perceber a resistência velada da ANACOM. Embora o artigo 30 da Lei da Concorrência considere de natureza consultiva os pareceres da ANACOM, prevalecia um respeito implícito da AdC às suas recomendações. No caso da OPA da Sonae existia uma complicação adicional, pelo fato de Paulo Azevedo ter firmado um entendimento, no ato da apresentação da justificativa da OPA, obrigando-se a acatar as demandas da reguladora por mais lamentáveis que fossem.

A cautela demonstrada por Paulo Azevedo tinha fundamento. Amado da Silva, presidente do Conselho de Administração da ANACOM, admitiu que os seus técnicos, desde a deflagração do confronto, divergiam da AdC sobre os “remédios” necessários para garantir a concorrência. Enquanto a AdC se contentava com a separação entre a telefonia fixa e a cabo, a ANACOM exigia a devolução de uma das duas licenças da telefonia móvel para a reguladora. Essas posições constavam nos relatórios técnicos encaminhados à AdC em 24 de julho, 11 e 18 de agosto (de 2006), estabelecendo um prazo máximo de seis meses para que uma das duas licenças de telefonia móvel fosse devolvida.

Percebendo a ameaça embutida nos relatórios da ANACOM à autorização da OPA, a Sonae propôs a venda de uma das duas redes fixas, a separação

entre os negócios grossista e retalhista e a criação de uma operadora móvel virtual (<http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=356819>). Contudo, os novos “remédios” da Sonae não divergiam, em essência, da proposta inicial de limitar a separação à rede fixa. No dia 11 de julho, entretanto, a Sonae endureceu sua posição quando, em entrevista, Paulo Azevedo declarou que a OPA só teria sentido se a fusão da TMN e Optimus fosse autorizada pela AdC. Para reforçar o seu argumento, a Sonae recorreu ao nacionalismo. Para Paulo Azevedo, a integração da TMN (PT) e Optimus formaria uma empresa nacional com 63% do controle da telefonia móvel contra 37% da multinacional Vodafone. Com um terço do mercado português e acesso a recursos financeiros externos, a Vodafone ainda assim teria condições suficientes para concorrer. Em outra entrevista ao Diário Económico, Belmiro de Azevedo argumentou que a Vivo havia perdido 17% do mercado brasileiro, desde 2004, e registrava prejuízos financeiros constantes como reflexo da submissão da PT à Telefónica da Espanha. Nesse sentido, a OPA devolveria a Portugal a soberania sobre um setor estratégico liderado por uma empresa local estável e sólida, capaz de concorrer com outras operadoras européias.

No dia 03 de agosto, o impasse institucional se agravou, quando a AdC autorizou a fusão entre TMN e Optimus, contrariando as recomendações da ANACOM que exigia a separação jurídica das duas operadoras. Entre 11 e 24 de outubro, a discórdia entre as duas instituições públicas se intensificou. A AdC defendia uma política de competitividade nacional, enquanto a segunda assumia uma concepção neoclássica de concorrência. Para a ANACOM, a posição da AdC não teria efeito caso não promovesse a separação jurídica entre Optimus e TMN (ou simplesmente a devolução de uma das licenças para a reguladora) após a OPA. No dia 20 de novembro, a AdC entregou uma proposta reiterando sua posição inicial, enquanto a ANACOM, no dia 23 de novembro, devolveu o relatório com 28 objeções, rejeitando o raciocínio da AdC e citando o perigo de oligopolização do mercado português no segmento da telefonia móvel.

No mesmo dia da divulgação das objeções da ANACOM, o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, convocou o presidente da AdC para exigir uma solução definitiva. Sob pressão, o presidente da AdC, Abel Mateus, divulgou, no dia 05 de dezembro, um parecer definitivo favorável à OPA, ao incorporar parte das críticas da ANACOM, principalmente sua insistência na devolução de uma das duas licenças da telefonia móvel para a reguladora. Quando a Sonae, para facilitar a decisão final, consentiu em cumprir as exigências da ANACOM, a AdC considerou suas demandas atendidas (<http://www.anacom.pt/render.jsp?contentId=425317>). A autorização da OPA tornou-se mais enfática no dia 11 de dezembro, quando a AdC recusou a expansão do prazo em dez dias, a pedido da PT, para discutir uma suposta participação da France Telecom na OPA da Sonae. Abel Mateus defendeu sua decisão a favor da OPA, embasando-se nos ganhos para os consumidores e o setor de telecomunicações português. Além da consolidação competitiva de empresas portuguesas capazes de fazer frente à competição internacional, os consumidores teriam mais opções com a entrada no mercado das operadoras virtuais. No dia 12 de janeiro, a CMVM registrou a OPA da Sonaecom sobre a PT, estabelecendo o período de 16 de janeiro a 09 de março de 2007 para a compra de ações no valor de € 9,50 para PT e € 9,03 para PTM.

Paralelamente à batalha para provocar uma “investigação aprofundada”, Granadeiro deflagrava sua segunda linha de defesa. A reorganização acionária da Portugal Telecom induzia ao êxito de investidores estritamente financeiros e ao ingresso de acionistas aliados da administração. O primeiro dos investidores antigos a se retirar foi o Capital Group Companies, que, em oito de março, reduziu sua participação de 4,4% para 3,63% ou 1,82% das ações votantes. A ABN AMRO, que manteve seus investimentos financeiros até o dia 12 de maio de 2006, inclusive dobrando sua participação para 3,63%, praticamente desfaz suas ações no dia 12 de junho, ficando com 1,28% do capital social. Outros antigos investidores financeiros a aumentarem e em seguida retirarem, respectivamente-

te, sua presença na PT foram JP Morgan (de 2,07% das ações votantes, em 22 de maio para 1,96% em 01 de junho); Credit Suisse (de 2,13%, no dia 25 de maio para 1,22% no dia 19 de julho) Deutch Bank (de 2,07% para 0,73% das ações votantes, no dia 19 de junho) e Telexpress (último investidor financeiro na PT a reduzir sua participação que caiu para 1,99%). O Cinvest cresce para 1,95% no dia 07 de junho, mantendo, contudo, sua participação. (<http://www.portugaltelecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/Investidores/Pressrel/Noticias/2006/>)

A construção de uma preponderância acionária começou em meados de julho, prolongando-se até a assembleia geral, realizada em 08 de março de 2007, quando a “desblindagem” de ações foi rejeitada por uma maioria esmagadora de acionistas. A consolidação do núcleo duro de investidores estratégicos iniciou-se formalmente no dia 28 de julho de 2006, quando o empresário Nuno Vasconcelos, proprietário do grupo Ongoing e acionista do BES, comprou as ações de Patrick Monteiro de Barros – o maior investidor individual da PT – e declarou sua oposição à OPA. Três dias após a transação, José Berardo, empresário do setor imobiliário, adquiriu uma quantia igual, apoiou a nova direção da PT e criticou a Sonae por desvalorizar a PT. Paulson & Co, um fundo Hedge, repentinamente passou a controlar 2,34% das ações, enquanto a Telmex, no dia 11 de agosto, se tornou o quarto detentor de ações com 3,41%. A entrada da Telmex, controladora da Claro no Brasil e principal concorrente da Vivo, foi uma incógnita. Enquanto alguns analistas especulavam sobre a existência de uma OPA rival, outros achavam que Carlos Slim (controlador da Americel) apoiaria a Sonae, como alternativa à Telefónica no controle da Vivo. No dia 15 de novembro de 2006, Barclays comprou 2,07% das ações, seguido pela UBS, no dia 6 de fevereiro, e Stark & Roth, outro fundo Hedge, adquiriu 2%, no dia 23 de fevereiro. O Credit Suisse, que havia reduzido a sua participação, voltou a controlar 2,34% das ações, no dia 23 de janeiro de 2007 (<http://www.portugaltelecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/Investidores/Pressrel/Noticias/2007/>).

Entre agosto de 2006 e março de 2007, consolidada-se, portanto, uma maioria de investidores estratégicos. Enquanto no dia 11 de agosto de 2006 nove acionistas com mais de 2% controlavam 43,88% das ações, na véspera da decisão da Assembleia Geral, treze acionistas detinham 51,37% do total, a maior margem desde a privatização. A nova distribuição transferiu a decisão para uma maioria identificável, reduzindo, assim, a margem de risco de vendas aleatórias dos pequenos acionistas. Era notório que os novos ingressos apoiavam a decisão da Assembleia Geral em rejeitar a OPA da Sonae. O Hedge fund Paulson & Co., por exemplo, declarou no dia 23 de fevereiro que se posicionava contra a OPA, admitindo que, a pedido da direção da PT, recolhera fundos para fazer frente a Sonae. Stark & Roth, também fundo Hedge, comprou 2,12% das ações da PT no dia 23 de fevereiro, declarando em seguida o seu apoio a Granadeiro. Credit Suisse não somente criticou a OPA, como foi além, vendendo suas ações da Sonae, enfraquecendo sua posição na bolsa e alimentando rumores sobre a sua incapacidade em honrar os pagamentos. No dia 28 de fevereiro, a direção da PT comunicou que o fundo Hedge Citadel havia se tornado o sexto maior detentor de ações da PT, comprando 2,37% do seu total. Nesta data, 14 acionistas com mais de 2% do capital da PT ampliaram o controle para 53,73% do total. Um dia antes da assembleia geral da PT, a maioria a favor da administração havia alcançado 55,04% do total, conforme Quadro I.

Quadro I – (Re)distribuição percentual de cotas de ações inter investidores, no período de 2005 a 2007

Empresa	15/06/05	11/08/06	23/02/07	28/02/07	01/03/07	01/03/07	08/03/07
Barclays (1)			2,07	2,07	2,07	2,69	2,06
BES	9,2	8,36	8,08	8,08	8,08	10,66	7,77
BPI	2,5						
Brandes	7,1	8,51	7,67	7,67	7,67	10,12	7,41
Capital Group	5,4						2,04
CGD	5	5,14	5,11	5,11	5,11	6,74	5,11
Cinveste	2,4						
Citadel Horizon				2,37	2,37	3,2	
Credit Suisse			2,34	2,34	2,34	3,08	2,13
Fidelity	2	2,09	2,09	2,09	2,09	2,75+	2,09
Joe Berardo		2,07	2,07	2,07	2,07	2,69	2,07
Ongoing		2	2	2	2	2,64	4,17
Paulson & Co.		2,34	2,34	2,34	2,34	3,08	2,34
Stark & Roth			2,21	2,21	2,21	2,91	2,21
Telefónica	9,7	9,96	9,96	9,96	9,96	9,96	9,96
Telmex		3,41	3,41	3,41	4,71	3,41	3,41
UBS AG			2,02	2,02	2,02	2,66	5,42
Total	43,3	43,88	51,37	53,73	55,04	66,6	58,19

Fonte: <http://www.portugaltelecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/Investidores/Pressrel/Noticias/2010>.

Quadro II – Data de ingresso do investidor

Empresa	Data Ingresso
Barclays (1)	15/11/06
BES	
BPI	
Brandes	
Capital Group	
CGD	
Cinveste	
Citadel Horizon	23/02/07
Credit Suisse	23/01/07
Fidelity	
Joe Berardo	31/07/06
Ongoing	28/07/06
Paulson & Co.	09/08/06
Stark & Roth	23/02/07
Telefónica	22/04/04 a 12/04
Telmex	11/08/06
UBS AG	06/02/07

Fonte: <http://www.portugaltelecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/Investidores/Pressrel/Noticias/2010>.

Quarto intervalo: a autoridade gerencial como instrumento da apropriação do trabalho excedente

Enquanto a reorganização acionária teve a marca de Zeinal Bava, a reação técnica foi encabeçada pelo mais recente vice-presidente da PT, Rodrigo Costa. A nova direção reconhecia que, em última instância, somente a subida das cotações das ações da Portugal Telecom nas bolsas de valores, para além dos € 9,50 por ação, garantiria a rejeição da OPA. Na prática, isso implicava a obtenção de lucros e dividendos superiores aos anos anteriores. A reestruturação interna da Portugal Telecom envolvia um *spin-off* (autonomização) da Portugal Telecom Multimedia e a fusão entre suas operadoras fixa e móvel com o fito de reduzir custos, otimizar instalações e elevar lucros.

A reestruturação interna da PT começou em 03 de agosto, quando foi anunciado o *spin-off* (separação gerencial com perspectiva de vendas de ações) da PT Multimedia (detentora da TV Cabo e cinemas Lusomundo) para expandir a oferta de dividendos, de € 3 bilhões para € 3,5 bilhões. Além disso, o *spin-off* agregaria aos acionistas mais 4 ações da PT Multimedia para cada 25 da PT. Isso implicaria um acréscimo no valor de € 1,47 para cada ação da PT. No mesmo dia, Henrique Granadeiro acusou a Sonae de oferecer um valor demasiadamente aquém do valor real

da PT. Contra atacando a OPA como estratégia de monopolização, ressaltou que, enquanto a Sonae objetivava a concentração do mercado, a PT, com o *spin-off* da PT Multimedia, aumentava a concorrência nos setores de cabo, internet e cinema. Zeinal Bava, vice-presidente da PT, em entrevista ao Diário Econômico, complementou a ofensiva de Granadeiro, questionando o poder da Sonae em honrar os juros anuais de € 800 milhões, sem contar com a amortização da dívida, tendo lucros totais, em 2006, em torno de € 600 milhões. As duas declarações faziam parte da mesma estratégia de mostrar uma PT bem posicionada para assumir seus compromissos, e sendo gerida por administradores especializados nas telecomunicações, ao passo que a OPA da Sonae se movia estritamente pela especulação financeira, comprometendo o sistema português de telecomunicações em uma iniciativa irresponsável (<http://www.portugaltelecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/Investidores/Pressrel/Noticias/2007/COM071107.htm>).

No dia 24 de agosto, a PT despacha seu projeto de reestruturação para o Ministério de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, formalizando o *spin-off* da PT Multimedia e a unificação da PT Comunicações (telefonia fixa) com a TMN (móvel) em uma empresa designada PT Portugal, com 9 milhões de clientes. Referia-se ao modelo adotado pela Telefónica da Espanha e pela British Telecom como um novo padrão organizacional imprescindível para assimilar a nova tecnologia IPTV (televisão através da rede de cobre). Para Henrique Granadeiro, o modelo europeu das telecomunicações encaminhava-se no sentido de evitar a concorrência entre fixo e móvel, oferecendo ao consumidor uma plataforma única de *triple play* (fixo, móvel e cabo). A fragmentação de serviços, em sua opinião, encareceria as tarifas e promoveria uma ineficiência no aproveitamento da infra-estrutura física e tecnologias disponíveis. Para permitir a convergência entre fixo e móvel, o *spin-off* da PT Multimedia foi adiado para 2008. Essa decisão conseguiu evitar uma exigência tanto do governo português quanto da Comissão Européia para reduzir o seu controle do mercado. Ao protelar, a PT reiterou sua intenção de insistir na liderança incontestável no mercado português. O plano da PT, na prática, implicava uma separação vertical entre cabo e fixo com a

venda da PT Multimedia, mas mantinha o monopólio da telefonia móvel através da TMN.

Os dados da ANACOM, todavia, revelavam que o *spin-off* da PT Multimedia ainda não teria o efeito esperado sobre a concorrência na telefonia fixa. A PT controlava 71,6% da banda larga, em 2006, com uma taxa de penetração de 13,8%. Apesar do aumento de 23% dos assinantes, de 2005 até a finalização do processo, o peso da PT Multimedia diminuía em relação às outras subsidiárias do grupo.

Desagregando-se os dados da ANACOM por operador, percebe-se a inversão de importância entre as PT Comunicações e Multimedia. A partir de 2006, a PT Comunicações passou a fornecer serviços de banda larga para 44,1% dos clientes contra 23% da PT Multimedia; 10,1% da Cabovisão; 9% da Novis e 6% da Oni. Como a Portugal Comunicações já detinha o dobro de clientes da PT Multimedia, a separação horizontal proposta pela PT através do *spin-off* da Multimedia teria um efeito insignificante sobre a concentração do mercado, atingindo menos de um quarto dos clientes (http://www.anacom.pt/streaming/sit_comunicacoes07.pdf?contentId=742578&field=ATTACHED_FILE).

O objetivo de manter o monopólio do mercado português foi complementado pela reorganização acionária a favor dos investidores financeiros. Essa aliança histórica, costurada desde a privatização, residia em um pacto estratégico em torno da internacionalização de investimentos, principalmente para a África e o Brasil. Em entrevista ao Sol, Granadeiro resumiu sua intenção:

(...) de criar as condições para a existência de um grupo acionista com perspectivas de médio e longo prazo para a empresa, que consolide a PT no mercado interno e no internacional, particularmente nas geografias em que já opera, no Brasil e em África, sem prejuízos de outras operações de menor porte, que também temos na Ásia. Essa visão estratégica precisa de um grupo acionista mais coeso e motivado, com uma perspectiva de longo prazo para a empresa.

Em janeiro de 2007, intensificaram-se as acusações mútuas entre Belmiro de Azevedo e Henrique Granadeiro. No mesmo dia do registro da OPA na CMVM (12 de janeiro), Granadeiro acusou a Sonae de minimizar o valor real da PT, enquanto Belmiro

questionou a viabilidade financeira dos dividendos. No dia 01 de fevereiro, pela primeira vez desde o lançamento da OPA, Ricardo Salgado, presidente do BES, engrossou a contra ofensiva da PT. Anunciou que, caso a OPA da Sonae hesitasse, o BES venderia a sua participação por não acreditar nem nas intenções e nem na liderança de Belmiro de Azevedo. Para Salgado, a então administração da PT, com suas estratégias de internacionalização, representava uma direção mais segura e experiente. A posição do BES foi referendada em 05 de fevereiro pela Associação de Acionistas Minoritários da PT, criada para defender os interesses dos detentores de menos de 2% do capital, quando da solicitação de uma audiência com a AdC e a CMVM, para esclarecer os motivos da autorização da OPA.

No dia 08 de fevereiro, o equilíbrio de forças definitivamente pendeu para a PT, quando Granadeiro apresentou o relatório anual referente a 2006. Para surpresa dos analistas de mercados, o lucro de € 866,8 milhões, além de ser o maior de sua história, superava todas as previsões dos analistas financeiros. Dresdener Kleinwort publicou nota, informando que a taxa de lucro de 38% havia superado suas estimativas. Para Bear Stearns, os resultados excederam em 15% as suas previsões. Lisbon Brokers, com todas as suas expectativas otimistas, surpreendeu-se com a magnitude de lucro previsto, na melhor das hipóteses, não exceder € 850 milhões. A analista do Banif, Teresa Martinho, imediatamente avisou aos acionistas que a Sonae teria que rever seu preço de € 9,50, enquanto o BCP reiterava suas objeções à OPA e recomendava um preço mínimo de € 11,50 (http://www.telecom.pt/NR/rdonlyres/83A7DC06-8C27-47F2-8C8C-080E6C18E592/1386213/FY06_presentation_por.pdf)

O aumento de lucro foi impulsionado por resultados positivos no segundo semestre e uma redução drástica de despesas principalmente nos custos da mão-de-obra. No primeiro semestre, o lucro chegou a € 211 milhões, incluindo os ganhos fiscais de € 53 milhões. No segundo semestre o ganho praticamente dobrou para € 401,5 milhões, atribuído à queda dos impostos sobre rendimento. O mais impressionante, contudo, foi o corte de despesas, que caíram em € 315 milhões. Somente com as demissões, a PT reduziu seus custos em € 229 milhões. Esses dados resultaram

do Programa de Reestruturação de Activos Humanos, forçado pela PT sobre a Comissão dos Trabalhadores, que previa a demissão de 2.500 empregados entre 2006 e 2008. Para evitar a OPA, aparentemente, a Comissão não somente aprovou o plano de demissões como passou a defender Granadeiro e sua equipe, temendo uma reestruturação mais drástica sob a direção da Sonae.

Surpreendida, a Sonae envia um comunicado, no dia 15 de fevereiro, à CMVM informando a elevação da sua oferta para € 10,5 por ação com custo total de € 16 bilhões. Este valor representava aproximadamente € 05 bilhões a mais do que o previsto no lançamento da OPA, em fevereiro de 2006. No anúncio, a Sonae explicou que havia assegurado € 14,75 bilhões através de um consórcio de oito bancos europeus, nenhum português: Banco Santander, Banca IMI, BNP Paribas, Société Générale, Banco Bilbao Vizcaya, Caja Madir, La Caixa e WestLB. Alegou que o motivo do aumento era transformar uma “OPA hostil em amigável união”. Ato contínuo, a CMVM deu um prazo de cinco dias (até 21 de fevereiro) para o Conselho de Administração deliberar sobre a oferta e, em seguida, convocar uma Assembléia Geral, em 02 de março, para decidir a “desblindagem” dos estatutos da empresa. No decreto a CMVM proibia a Sonae de aumentar o preço além dos € 10,50, condicionando o lançamento de uma nova OPA à existência de outra oferta concorrente. Na ausência destas condições, a Sonae seria impedida de lançar outra OPA em um prazo de 12 meses, contados do dia da Assembléia Geral (<http://dossiers.publico.clix.pt/noticia.aspx?idCanal=1647&id=1285837>).

Granadeiro reagiu ironicamente: “não faço idéia de qual a motivação ou fundamento que a Sonae encontrou para contradizer de forma tão clara os argumentos repetidos com tanta insistência de imutabilidade do preço da OPA”. Ademais, acreditava que a subida de preço era insuficiente para decidir a questão. O Conselho de Administração faria reunião e convocaria uma assembléia geral para decidir o impasse no dia 02 de março. Granadeiro rebateu ironicamente Belmiro, sugerindo à Sonae que apresentasse seus resultados de 2006 antes da Assembléia Geral. O núcleo duro liderado pelo BES, o investidor madeirense José Berardo e o controlador da Ongoing

Nuno Vasconcelos, somando 12,15% das ações da PT, confirmou que apesar da elevação dos preços pela Sonae decidira votar contra a “desblindagem”. No mesmo dia, o BCP reiterou sua posição de desaconselhar a venda de ações por € 10,50, estimando o preço mínimo equivalente a € 11,50, enquanto o Banif Investment Bank colocou como cota mínima € 10,80.

O mercado, dando mais um sinal de crédito para Belmiro de Azevedo emplacar a OPA, valorizou em 27% os preços das ações da Sonae ou € 8,90. O clima otimista foi motivado pelas declarações da Telefónica, que se mostrou favorável à “desblindagem”, defendendo, pela primeira vez abertamente, as intenções da Sonae. Apesar do entusiasmo do mercado financeiro, a corretora de valores WestLB AG registrou uma reviravolta, ao perceber que o recuo da Sonae de sua oferta inicial de € 9,50 abalara a confiança dos investidores. Após meses de insistência em sustentar o preço original de € 9,50, Belmiro, em poucas horas, modifica repentinamente para € 10,50 a oferta, demonstrando insegurança sobre o verdadeiro valor da PT.

Na véspera da Assembléia Geral, iniciam-se as últimas manobras dos investidores estratégicos, liderados por Ricardo Salgado, para intimidar os aliados da Sonae na Assembléia Geral da PT. Pressionando diretamente a Telefónica da Espanha, o presidente do BES declarou que a empresa seria convidada a se retirar do Conselho e desfazer a sua parceria com a Vivo. Tal declaração sobre um assunto de estreita responsabilidade gerencial revelava o peso verdadeiro exercido pelo BES no Conselho de Administração da PT. Essas reações foram complementadas com uma contraproposta fatal à OPA, lançada por Henrique Granadeiro, às 19 horas do dia 20 de fevereiro. O que designou como “o preço da paz” reunia duas medidas que aumentavam radicalmente a remuneração dos acionistas como incentivo à rejeição da OPA. Em vez dos € 3,50 bilhões de dividendos prometidos entre 2006 e 2008, o novo valor passaria para € 6,20 bilhões. A proposta contemplava um share-buy-back (recompra de ações próprias) dentro do limite permitido pelo CMVM, de € 2,10 bilhões para € 11,50 por ação; distribuição de 180,6 mil de ações da PT Multimedia no valor de € 02 bilhões e o resto em dividendos, pagos entre 2007 e 2009, na seguinte ordem: € 0,475 em 2007; € 0,575 em 2008 e € 1,75 em 2009.

Para Granadeiro, o share-buy back serviria tanto para blindar a empresa contra futuras OPAs como para assegurar aos acionistas que a direção da empresa honraria seus compromissos com os investidores.

Apesar da nova oferta da PT, uma semana antes da Assembléia Geral, 08 dos 13 analistas financeiros entrevistados pelo Canal de Notícias acreditavam no êxito da OPA da Sonae. A principal fonte de otimismo continuou a ser a posição favorável da Telefónica à “desblindagem”. Porém, a percepção de que a operadora espanhola – quarto maior grupo mundial – se posicionava como aliado estratégico de Belmiro em troca de possível acordo clandestino em torno da Vivo teve um efeito inverso. Ricardo Salgado acusou a operadora espanhola de conspirar contra um “projeto nacional” ao incentivar o “desmembramento” da PT. Referiu-se a tal acordo secreto com a Sonae que comprometeria 50% da Vivo para a Telefónica, em troca de apoio à OPA. Para Salgado, o projeto nacional implicava continuidade do modelo de telecomunicações controlado por uma empresa hegemônica que utilizava o mercado interno como plataforma de exportação de capital para o círculo cultura lusófono. Enquanto Salgado mostrava clareza política, a reação da Sonae foi confusa e tímida. Paulo Azevedo rebateu vagamente, afirmando que a Sonae “era a única empresa que mostrou... que pode estar em condições de garantir que a Portugal Telecom continue a ser uma empresa com controle nacional”.

As notícias negativas para a Sonae pioraram no dia 23 de fevereiro quando o grupo canadense Brandes Investment Fund – o terceiro maior investidor, com 7,37% das ações da PT – declarou que o preço de € 10,5 oferecido na OPA, “está significativamente abaixo do valor justo...” e que não intencionava vender as suas ações e nem apoiar a “desblindagem”. Pela primeira vez, desde o lançamento da OPA no início de 2006, a Sonae sofreu uma punição na bolsa de valores, despencando 5,38% e anulando todos os ganhos adquiridos após a sua subida de preços, no dia 15 de fevereiro.

No último relatório do BCP sobre os melhores investimentos portugueses, emitido antes da Assem-

bléia Geral, a PT passou à primeira colocação, com expectativas de valorização de 13%. Apesar de a Sonae melhorar o seu desempenho no relatório, subindo no ranking para o terceiro melhor, ficou com menos da metade do potencial da PT. Consequentemente, a Credit Suisse reagiu vendendo 1.505.600 ações e reduzindo sua participação na Sonae para menos de 2% do seu capital.

O colapso das bolsas de valores no dia 27 de fevereiro não alterou as cotações da PT e da PTM. Apesar das perdas pesadas da Bolsa de Lisboa, a Merrill Lynch, assessora do Conselho de Administração, em sua defesa contra a OPA, sustentou a liquidez da PT comprando, no mínimo, metade dos sete milhões de ações transacionadas na bolsa de valores. Convém lembrar que Zeinal Bava era o responsável, na Merrill Lynch, pelo arquivo da PT e, desde 2003, como diretor financeiro, era conhecido pela prática da valorização de ações a partir de share buy-back. Como a PT não poderia utilizar esta estratégia no período da OPA, por determinação da CMVM, a Merrill Lynch assumiu esse ônus.

No dia 27 de fevereiro, a Sonae lança sua última incursão para conquistar os investidores indecisos, oferecendo € 5,7 bilhões em dividendos (€ 1,80 bilhões em 2007; € 2,10 bilhões em 2008; € 700 milhões em 2009 e € 1 bilhão em 2010) para os acionistas que votassem a favor da OPA e optassem por permanecer na empresa. Fora os € 10,50 por ação oferecidos pela Sonae, os prêmios acumulariam € 5,10 por ação, até 2010. Além da proposta financeira, a empresa de Belmiro de Azevedo comprometia-se com a CMVM a realizar uma OPV (Oferta Pública de Venda) de todas as ações acima dos 60% adquiridos na OPA, permitindo aos acionistas o direito de aumentar os seus investimentos na nova empresa até o limite de sua participação anterior à compra pela Sonae. Finalmente, aceitou repartir com os acionistas os valores da venda de ativos comercializados após a OPA.

O mercado reagiu bem à proposta da Sonae, elevando o valor de suas ações em 8%. Porém, o esforço da Sonae para apaziguar o núcleo duro da resistência fracassou. A primeira reação veio de Nuno Vasconcelos, aliado e acionista do BES, ao duvidar da credibilidade da proposta e da habilidade da empresa em honrar sua palavra. José Berardo, outro acionista

minoritário, aliado de Granadeiro, acusou a Sonae de “desonestidade”, alertando que a empresa não disporia de recursos suficientes para pagar suas dívidas, quanto mais os dividendos. A Sonae rebateu advertindo que seus dividendos seriam pagos em dinheiro e não em benefícios, a exemplo da proposta da PT.

A primazia da Portugal Telecom: monopolização interna, internacionalização do capital e subdesenvolvimento social

No dia 02 de março de 2007, finalmente, o futuro da OPA seria decidido. Na reunião da Assembléia Geral, pela primeira, 62,53% dos acionistas da Portugal Telecom estavam presentes. Para a Sonae, a “desblindagem” das ações da PT já seria uma tarefa difícil, pois eram requeridos, no mínimo, dois terços das ações presentes, enquanto que, para manter a blindagem, a direção da PT precisava somente de um terço. Em outras palavras, na reunião da Assembléia Geral, a Sonae precisava do apoio de 44,9% dos presentes, contra 22,4% da direção da PT. Os sinais de derrota da Sonae já apareciam antes da Assembléia, quando o governo português, detentor de 500 golden shares, declarou que se absteria da votação, deixando para os acionistas privados a decisão final sobre os rumos da empresa. A CGD (Caixa Geral dos Depósitos), detentora de quase 6% das ações, apesar de não antecipar seu voto, havia dado sinais de que apoiaria a direção de Granadeiro, seguindo a tendência do setor bancário português.

Após diversas manobras da Sonae para adiar a decisão, às 15h00min, os acionistas votaram, dando vitória esmagadora à direção da PT. Dos presentes, 55,3% votaram contra a “desblindagem” das ações, enquanto 44,7% a favor. Aparentemente, a estratégia de Granadeiro e sua equipe funcionaram de acordo com o previsto: durante um ano neutralizaram o Estado, ganharam a simpatia dos sindicatos apesar das pesadas demissões, construíram uma maioria estratégica dentro da Assembléia Geral e produziram fabulosos lucros que elevaram as cotações das ações da PT além da oferta da Sonae. Todavia, em última instância, foi o apoio decisivo do setor bancário português à sua direção que garantiu a vitória. Granadeiro foi capaz de aglutinar no mesmo bloco de apoiadores os dois maiores rivais (o Banco Espírito Santo e o BCP), angariar adesão sólida do banco estatal (CGD) e de

atrair investimentos dos *hedge funds* interessados em lucros rápidos e fáceis.

Quadro III – A votação para a “desblindagem” ou não das ações da Portugal Telecom

Acionista	Capital detido	Voto
Telefónica	9,96	Desbloqueia
Banco Espírito Santo	8,08	Chumba
Brandes Investments Partners	7,36	?
Caixa Geral de Depósitos	5,11	Chumba
Telmex	4,7	?
Ongoing Strategy Investment	3	Chumba
Grupo Citadel	2,37	?
Credit Suisse	2,34	?
Paulson & Co. Inc.	2,34	?
Stark & Roth	2,21	?
Grupo Fidelity	2,09	?
Fundação Jose Berardo	4	Chumba
Grupo Barclays	2,07	Chumba
UBS AG	2,02	?
Governo Português	1,88	Abstenção
ABN Amro	1	Desbloqueia
Sonaecom	1	Desbloqueia
Associação Minoritários	1	Chumba
Total presença	62,53	
Capital que chumba desblindagem	21,19	

Fonte: <http://www.portugaltelecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/Investidores/Pressrel/Noticias/2010/>

A derrota maculou a credibilidade da Sonae junto aos investidores. No dia 05 de março, suas ações sofreram uma desvalorização de 18%, acarretando uma perda de € 691 milhões. Para estancar o colapso de suas cotações, a Sonae foi obrigada a aumentar seus custos realizando um *share buy-back*. Enquanto a PT atraía novos investimentos, a sangria da Sonae continuou acentuada. No dia 06 de março, o Deutsch Bank, penalizando a Sonae pela derrota da OPA, reduz sua participação para menos de 1% do seu capital social e, no dia seguinte, a Sonae perde um contrato importante para a construção de um centro comercial na Alemanha.

A Sonae havia desenhado três cenários, caso a OPA fracassasse: 1) manter seus negócios atuais nas telecomunicações, centrados na Optimus, 2) desfazer-se de seus negócios das telecomunicações, restringindo-se ao comércio e serviços e 3) lançar uma OPA sobre a PT Multimedia para entrar no segmento fixo das telecomunicações. Contudo, as opções da empresa ficaram ainda mais limitadas não somente pelo desgaste refletido na queda brusca do valor de suas ações, mas também por ameaças de possíveis OPAs contrárias da PT ou da Vodafone contra seu setor de telefonia móvel, a Optimus. Uma OPA da PT contra a Sonae foi cogitada por Granadeiro em entrevista concedida em 05 de março de 2007. Neste mesmo dia, outra ameaça foi lançada por Antônio Carrapatoso, presidente da Vodafone Portugal, sugerindo que a melhor saída para o setor de telecomunicações em Portugal seria a aquisição da Optimus pela Vodafone. Para o presidente da operadora inglesa, embora a PT pudesse lançar uma OPA contra a Sonae.com, para o bem estar da concorrência, o mais saudável seria a aprovação, pela Autoridade da Concorrência, de uma OPA da Vodafone contra a PT Multimedia e uma fusão com a Optimus. Como a PT controlava 52% do setor, a Vodafone 19%, a Optimus 12% e PT Multimedia 10%, a junção das três últimas empresas criaria um mercado mais concorrencial e beneficiaria o consumidor. As dificuldades para os negócios de telecomunicações da Sonae aumentaram mais ainda com as intenções de outros bancos portugueses de assumirem um papel ativo na PT Multimedia. O BPI, no dia 28 de fevereiro, havia duplicado a sua participação na PT Multimedia para 5% do capital social, obtendo os votos máximos permitidos para os acionistas na Assembléa Geral que decidiria a venda da empresa. Como o BPI estava enfrentando uma OPA do BCP, era provável que o maior banco português demonstrasse interesse em estender o seu controle sobre a PT Multimedia.

O dia 06 de março evidenciou o peso do capital financeiro na estratégia de defesa da PT. No mesmo dia da Assembléa Geral, o banco suíço UBS adquiriu mais ações da PT, tornando-se o terceiro maior investidor e passando a CGD. A UBS é a empresa detentora da Warburg na qual Zeinal Bava havia trabalhado como diretor executivo de relações junto à PT, entre 1989 e 1996. A UBS é controlada pelos maiores depósitos de securities no mundo: Depository Trust Company dos EUA e Chase Nominees

Limited de Londres. Importante mencionar que o Depository Trust Company, maior acionista da UBS com 9,95% das suas ações, é o centro coordenador dos investidores financeiros mundiais que, em 2005, maneja transações na ordem de US\$ 30 trilhões (04 vezes o PIB americano) e acumulou um volume de movimentos financeiros mundiais em torno de US\$ 1 quatrilhão. De sua direção participam os maiores representantes dos bancos internacionais e das corretoras mais sólidas dos mercados de ações, com uma destacada presença da Merrill Lynch – assessora de Granadeiro durante a OPA – e corretora na qual Zeinal Bava trabalhava como diretor financeiro junto à Portugal Telecom.

O investidor Nuno Vasconcelos, um dos principais acionistas do BES e aliado da administração da PT, no mesmo dia da Assembléa Geral se tornou detentor de 4,17% das ações votantes, sexto na relação dos acionistas. No dia 07 de março, o presidente da Associação de Pequenos Investidores da PT, Jorge Neto, aparentemente havia representado Nuno Vasconcelos na Assembléa Geral, reforçando a importância do BES na direção da empresa.

No dia 08 de março de 2007, a composição dos acionistas da PT havia se alterado novamente para 14 grandes investidores, controlando 58,19% do capital social, o maior percentual na história da empresa. No dia da Assembléa, Granadeiro deflagrou contra-ataque à Telefónica e ao banco espanhol Santander, o principal financiador da OPA da Sonae. Primeiro, questionou a continuidade da aliança com a Telefónica, principalmente no Brasil, quanto ao controle compartilhado com a Vivo. Pelas regras da Brasicel, controladora da Vivo, os dois investidores são obrigados a vender suas participações entre si em caso da retirada do investimento. Segundo, no dia 07 de março, o Santander sofreu uma retaliação da Comissão Executiva sob a alegação de apoio financeiro à OPA, quando seus serviços financeiros prestados à PT foram transferidos para a CGD e o BES.

Um novo remanejamento de ações ocorreu no dia 09 de março, quando a imprensa soube da compra de 4,735 milhões de ações pelo grupo Ongoing de Nuno Vasconcelos, aliado do BES, passando de 12º para 5º e o segundo entre os acionistas nacionais. Neste dia, o Hedge Fund Stark & Roth, que havia comprado ações na véspera da Assembléa Geral, reduziu sua presença abaixo da participação qualificada,

indicando que o seu ingresso era parte da estratégia defensiva da Comissão Executiva. O novo remanejamento de acionistas indicou duas tendências: maior concentração de ações entre os grandes investidores oriundos do setor bancário e a consolidação de um bloco sólido de apoio à administração da PT. A aliança entre o capital bancário e a administração da PT é revelada na consolidação de um núcleo de cinco grandes investidores (BES, Brandes, UBS, Ongoing e CGD) com 31,06% das ações votantes, apoiados por uma blindagem de pequenos fundos de investimentos (Credit Suisse, Paulson, Fidelity, José Berardo, Barclays, Capital Group e Stark&Roth), os quais acumulam uma participação de 14,59%. Dois acionistas potencialmente hostis, Telefónica e Telmex, apesar de sua extensa importância no setor de telecomunicações, foram contornados, mantendo somente 13,37% das ações votantes e sob ameaça de expulsão da empresa.

Apesar da alteração da composição dos investidores, a aliança entre a Portugal Telecom e o setor financeiro continua sólida. A tradicional aliança com Banco Espírito Santo, Caixa Geral dos Depósitos, Brandes e Barclays é reforçada com o ingresso de Norges Bank, o banco central de Noruega e um dos maiores administradores de fundos de pensão da Europa. Outro importante investidor é Visbeira, empresa especializada em projetos de instalação de fibra ótica e cabo e com presença importante em Moçambique e Angola.

Quadro IV – Estrutura acionária da Portugal Telecom em outubro de 2009

Investidor	Capital social	Voto
Telefónica	10	10
Brandes	9,48	7,52
BES	8,63	8,63
CGD	7,28	7,28
Ongoing	6,74	6,74
Barclays	2,54	2,54
Visbeira	2,01	2,01
Controlinvest Comunicações	2,17	2,17
Barclays Global Investor	2,01	2,01
Norges Bank	2,01	2,01
Total	52,87	50,91

Fonte: <http://www.portugaltelecom.pt/InternetResource/PTSite/PT/Canais/Investidores/Pressrel/Noticias/2010/>

A estratégia de internacionalização da PT foi reforçada no dia 13 de março de 2007, quando Granadeiro declarou abertamente que "... mais importante do que ficar com a operadora Vivo, é permanecer no Brasil". Três alternativas foram cogitadas: comprar as ações da Telecom Itália no Brasil Telecom e Telemig Celular; adquirir a TIM Brasil ou comprar a Telemar (atualmente Oi). Aparentemente, a TIM seria uma opção superior por seu desempenho altamente positivo. No último semestre de 2006, a TIM conseguiu ocupar o primeiro lugar na receita bruta de serviços, ultrapassando a Vivo, pela primeira vez, desde a privatização. A estratégia internacional da Portugal Telecom, apesar da crise financeira de 2008, não demonstra recuo. Concomitantemente ao anúncio, em 01 de setembro de 2009, de que a Portugal Telecom e a Telefónica transfeririam o seu controle de 32,18% da Meditel para investidores locais por € 400 milhões, intensificaram-se os investimentos em Moçambique e Angola. Numa aliança com o grupo Visabeira, controlador de TV Cabo Angola e TV Cabo Moçambique, e líder na instalação de redes de fibra ótica, concentra a sua presença nos países de língua portuguesa.

O naufrágio da OPA sinalizou um rompimento da aliança estratégica entre Portugal Telecom e a Telefónica da Espanha. No dia 30 de março de 2007, a Portugal Telecom junto com o BES, além de iniciarem uma negociação para a compra das ações da Telefónica na Portugal Telecom, discutiram a possibilidade de compra das participações em Marrocos e Brasil. Ricardo Salgado, presidente do BES, junto com Henrique Granadeiro, havia mobilizado o Hedge Funds para a compra dos 9,96% das ações controladas pela Telefónica e de sua participação na Vivo.

Considerações finais

A estratégia de defesa da Portugal Telecom consistiu no uso de suas vantagens comparativas para derrotar a Sonae. Inicialmente, evitou que a OPA se transformasse em uma disputa em torno da política de telecomunicações, levando o confronto para o terreno estritamente financeiro. Em seguida, construiu

uma maioria de acionistas estratégicos alimentados por investimentos bancários e fundos financeiros de curta duração. Como dispunha do monopólio das telecomunicações em Portugal, reduziu custos e elevou lucros ao ponto de tornar a oferta da Sonae irrisória perante o seu valor potencial no mercado. Finalmente, estabeleceu uma estratégia internacional de longo prazo sustentada por uma sólida maioria de acionistas ligados ao setor financeiro.

As ações e as reações das duas empresas, em essência, refletiam as origens do capital. Enquanto a Sonae centrava-se no mercado português como fonte principal de sua acumulação de capital, a PT olhava as potencialidades dos investimentos externos. As opções postas evidenciavam duas linhagens distintas da burguesia portuguesa. Enquanto a Portugal Telecom continuava o legado da doutrina pré-revolucionária de tornar Portugal uma ponte de interligação da Europa com a África e o Brasil, a Sonae se formou dentro da conjuntura de mudanças sociais e políticas, trazidas pela revolução de 1974, com ênfase na descolonização, aumento da renda interna e expansão do consumo das classes médias.

O triunfalismo inicial da Sonae, baseado na reputação de Belmiro de Azevedo, tido como o empresário mais bem sucedido de Portugal e um dos símbolos do orgulho nacional, teve apoio natural da opinião pública e dos círculos governamentais. Todavia, no decorrer do confronto, novas questões influenciaram seus rumos. A estratégia das telecomunicações da Sonae, centrada exclusivamente no mercado português, na prática, tornaria a PT insignificante no continente europeu. Portugal, um país de pequenas dimensões e distante do centro geográfico da União Europeia, teria limitadas possibilidades de crescimento empresarial nas telecomunicações. Além deste fato, o estilo centralizador de Belmiro e sua insistência em submeter todos os joint ventures internacionais, dentro do mercado português, sob o comando da Sonae, o transformou em persona non grata junto aos bancos internacionais com investimentos na Portugal Telecom. Aliado a isso, suas origens sociais de classe média baixa, além de sua habitual agressividade nos negócios, o transformaram no inimigo mortal do setor bancário português.

Repentinamente, Belmiro de Azevedo conseguiu aglutinar interesses contraditórios à OPA. O governo português percebeu que a tomada da Portugal Telecom pela Sonae ameaçaria o seu status na Europa, minimizando sua projeção externa. Os sindicatos, prevendo uma reestruturação dolente para honrar os custos da OPA, inclinaram-se para a antiga administração. O setor financeiro, temendo o afastamento dos investidores internacionais, decidiu unir-se contra as pretensões de Belmiro de Azevedo.

A OPA revelou que recursos do poder sustentam as classes dirigentes do capitalismo globalizado. Apesar de concordar com a tese da aquisição de trabalho excedente, defendida pela análise marxiana, considera a categoria da propriedade privada dos meios de produção insuficiente no capitalismo corporativo marcado pela separação entre o controle de propriedade e a governança corporativa. Nesse sentido, a dominação social, vista por Weber como a finalidade das ações sociais nas organizações complexas, se transforma na variável determinante da sustentação da classe dirigente. Seu prestígio (ou reputação), tido por Durkheim como o meio de alocação de valores consensuais, derivou-se da posição gerencial e redes sociais. Enquanto a finalidade do capitalismo globalizado continua coerente com a tese de aquisição, em Marx; seus novos instrumentos de sustentação se manifestam na autoridade, em Weber, e na reputação, em Durkheim.

Siglas

AdC – Autoridade da Concorrência

ANACOM – Agência Nacional das Comunicações

ADSL – Assymmetric Digital Subscriber Line ou Linha Digital Assimétrica para Assinante

CGD – Caixa Geral dos Depósitos

OECD – Organization for Economic Co-operation and Development.

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

PT – Portugal Telecom

PTM – Portugal Telecom Multimedia

PS – Partido Socialista

PSD – Partido Social Democrata.

Glossário

ADSL - Sigla para Assymmetric Digital Subscriber Line ou “Linha Digital Assimétrica para Assinante”. Tecnologia que permite a transferência digital de dados em alta velocidade por meio de linhas telefônicas comuns.

“Golden shares” – Instrumento de intervenção estatal na atividade econômica, por meio de um mecanismo societário criado em empresas privatizadas.

Fundo Hedge - Os fundos de Hedge, ou Hedge funds, são fundos que adotam um número de estratégias que não podem ser replicadas por fundos tradicionais de investimento, embora isso não implique necessariamente que sejam mais ou menos arriscados. Embora o nome indique hedge (em finanças, uma estratégia de “hedging” visa proteger operações financeiras do risco de grandes variações de preço em um determinado ativo) não significa que todos os fundos desta categoria utilizem estratégias de hedge para proteger o desempenho de suas carteiras.

OPA - Oferta Pública de Aquisição. Oferta realizada mediante registro – autorização prévia – para compra de ações em circulação em bolsas de valores. Esse instrumento permite realizar uma oferta pública para compra de ações com objetivo de atender diversas finalidades, tais como: adquirir ações com o objetivo de fechar o capital de uma determinada empresa; aumentar a participação acionária de um investidor (assunção do controle) e adquirir a participação de investidores minoritários em função de uma troca de controle (tag along).

Self-made man – Empreendedor.

SONAE - Conglomerado português nas mãos do empresário Belmiro de Azevedo.

(Recebido para publicação em dezembro de 2009.
Aceito em maio de 2010)

Notas

- 1 Henrique Granadeiro começou sua carreira como professor de economia, integrando a Fundação Eugénio de Almeida da Universidade de Évora. Em 1979, chefia a Casa Civil do presidente Ramalho Eanes e inicia a sua carreira pública como embaixador de Portugal junto à OECD (Organization For Economia Co-operation and Development). Retorna à Universidade de Évora, permanecendo até 1987, quando assume a direção do IFADAP (Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas). Em 1990, ingressa definitivamente no setor privado, ligando-se durante uma década ao grupo Francisco Pinto Balsemão e administrando Sojornal e Controljornal. Em 1993, aproxima-se do novo setor financeiro, representado pelo BCP (Banco Comercial Português), ao ser eleito presidente do Conselho Fiscal da sua subsidiária, Seguros e Pensões Gere, e, em 2001, é designado membro do Conselho Estratégico do Banco Finantia. Em 2002, participa do grupo Portugal Telecom ao ser convidado para presidir a Comissão Executiva do grupo Lusomundo Media, empresa adquirida em novembro de 2000. Logo em seguida é nomeado administrador da Portugal Multimedia e, em 2003, é convidado para se integrar à Assembléia Executiva da PT. Como todos os outros administradores da PT, a partir de 2005 ingressa na diretoria da Espírito Santo Resources, a empresa de financiamento do Banco Espírito Santo.
- 2 Zeinal Bava, apesar de engenheiro eletrônico de formação pela Universidade de Londres, iniciou a sua carreira como gestor, em 1989, como diretor executivo de Warburg Dillon até 1996, período em que se desloca para Deutsch Morgan Grenfell, como diretor executivo, encarregado das relações com a Portugal Telecom. Em 1998, é contratado pela Merrill Lynch International como diretor de investimentos em Portugal, centrando-se nas relações com a Portugal Telecom e o Banco Espírito Santo. A convite do então presidente da Portugal Telecom, Murteira Nabo, em 2000, assume a diretoria financeira da PT e a vice-presidência da PT Ventures. No mesmo ano é eleito membro da Comissão Executiva com a indicação da presidência do grupo. A sua atuação na PT, associada a sua experiência no setor de investimentos financeiros internacional, levou à expansão da PT no Brasil quando, em maio de 2001, acumula as diretorias do BEST (Banco Eletrônico de Serviço Total – *joint venture* entre Portugal Telecom e Banco Espírito Santo) com a da Telesp Celular Participações. Retorna do Brasil a Portugal para assumir a vice-presidência da PT Multimedia.
- 3 Rodrigo Costa, também engenheiro eletrônico, seguiu, por outro lado, uma carreira mais próxima à sua formação técnica. Entre 1979 e 1990, trabalhou em Lisboa como programador em várias empresas, quando foi convidado para liderar a instalação do escritório da Microsoft em Portugal, passando à sua direção. Em 2001, é promovido e deslocado para presidir a Microsoft no Brasil. Um ano após a sua promoção, é transferido para Seattle, como vice-presidente corporativo encarregado do gerenciamento das relações da Microsoft com os fabricantes asiáticos de telemóveis e equipamentos de comunicações. Em dezembro de 2005, aceita convite para dirigir a TMN (a subsidiária de telefonia móvel da PT) e, em abril de 2006, acompanha Henrique Granadeiro à segunda vice-presidência (http://www.telecom.pt/NR/rdonlyres/0C468DC8-FD4D-46F4-8FD1-497169381A00/1403249/PT20F_2006.pdf).

OS PARADOXOS DA EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE A ESCOLA E A SOCIEDADE

No domínio da educação e desde o século XIX, o Estado tem-se comportado como se fosse uma “fábrica de diplomados” destinada a formar cidadãos dotados de saberes, em abstracto, úteis para a sociedade.

Por razões conhecidas e, em particular pela democratização do ensino, pela diversificação e especialização dos mercados de trabalho, pela multiplicação dos riscos e pela emergência de riscos novos, verificou-se não bastar o universalismo das políticas do Estado. Passa a ser necessário também garantir a sua eficácia, em termos de objectivos concretos (aprendizagem efectiva, adequação ao mercado, inserção social). Problemas como o elevado insucesso escolar, a saída precoce do ensino, o trabalho infantil, o desemprego dos licenciados, no caso da educação; ou como o desemprego de longa duração, as persistentes taxas elevadas de pobreza ou o desemprego dos trabalhadores sem qualificações profissionais, no caso da protecção social não se resolvem, a não ser atacando as causas, o que raramente está ao alcance das pessoas sem qualquer ajuda. Porém, a melhoria desejável da sua situação só é possível se o Estado desenvolver outras políticas distintas das políticas clássicas centradas num ensino cego ao que

PEDRO HESPANHA*

RESUMO

Os baixos níveis de escolaridade, as elevadas taxas de abandono e insucesso escolar, as dificuldades de acesso ao primeiro emprego colocam Portugal numa posição particularmente desfavorável quando se comparam esses dados com os de outros países nossos parceiros na União Europeia. As causas do problema são diversas e têm sido amplamente estudadas, sabendo-se hoje que elas não são atribuíveis em exclusivo a nenhuma das instituições que têm a cargo ocupar-se dos jovens, sejam elas a escola, a família, a comunidade, os empregadores ou as actividades de lazer, mas sim a todas elas em conjunto. Neste artigo, examinam-se questões a ter em conta por quem está envolvido nos processos educativos, designadamente as que se prendem aos contextos em que se produzem os problemas.

Palavras-chave: educação, Estado, sociedade, trabalho.

ABSTRACT

Low educational levels, high taxes of students that drop out of school or fail to succeed, and difficulties to get the first job constrain Portugal to a particularly unfavorable stand when one contrasts those data to other countries' that are our partners in the European Union. Causes are many and have been amply discussed, and it known today that they are not a sole outcome from shortcomings of institutions that are entrusted with the development of youngsters such as schools, community, hiring businesses or promoters of leisure activities, but rather all of them together. With this intervention one seeks to address some issues considering the agent behind educational processes, specifically those issues related to the environment where they are engendered.

Keywords: education, State, society, work.

* Sociólogo, Professor da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Sociais. Endereço: Colégio de S. Jerónimo, apartado 3087, 3001-401 Coimbra – Portugal; e-mail: pedro.hespanha@gmail.com.

fica fora das paredes da escola na mera garantia de rendimentos (políticas indemnizatórias), políticas que ajudem verdadeiramente as pessoas a (re)inserir-se na sociedade.

Para isso é necessário que as políticas de educação e a missão da Escola sejam reconhecidas pela sociedade e que, inversamente, as políticas e as instituições entendam a sociedade, os diferentes grupos que a constituem e as regras do seu funcionamento. Sem isso, os equívocos sucedem-se, as expectativas são goradas e a missão da escola fica comprometida. Os sinais mais comuns deste descompasso são o abandono e o insucesso escolar.

São hoje razoavelmente bem conhecidos e têm sido abundantemente tratados os factores sociais que, em geral, contribuem para o abandono e o insucesso escolar.

Esses factores são de diferente natureza – económicos, políticos, culturais – e respeitam aos diferentes tipos de relações sociais que envolvem a actividade educativa: relações da escola com a família, relações da escola com a comunidade, relações da escola com o mundo do trabalho, relações da escola com o poder político etc.

Cada um dos diferentes subsectores da sociedade, ou mundos distintos do mundo da Escola, interfere na acção educativa, favorecendo ou dificultando

a realização dos seus objectivos: a família, quando coloca expectativas demasiado elevadas ou demasiado baixas na educação dos seus filhos; a comunidade, quando não valoriza o esforço na educação, desconfia dos professores ou exige deles mais do que eles podem seriamente oferecer; as empresas, quando concorrem com a escola na atracção dos jovens em idade escolar, incentivando-os a um abandono precoce numa altura em que a sua preparação é ainda insuficiente; o poder político, local ou central, quando se alheia da precariedade das condições de ensino que muitas escolas enfrentam e de como isso pode contribuir para o insucesso e o abandono. O diagnóstico está feito, mas a terapêutica adequada parece tardar.

Esta incapacidade de inverter o curso das coisas e reduzir os factores sociais do abandono e do insucesso deve-se, em boa parte, a um conjunto de condições – umas de carácter geral e outras de carácter específico – relacionado com os contextos, rural ou urbano, em que a Escola opera, que vale a pena analisar.

Começarei pelas condições de carácter geral, ligadas à actual conjuntura sociopolítica.

Primeiro, o carácter recente e ainda pouco institucionalizado do processo de democratização do ensino (apesar dos quase 40 anos volvidos sobre as reformas de Veiga Simão que impulsionaram esse processo em Portugal), aliado, por um lado, à instabilidade demográfica dos territórios escolares e, por outro, às exigências crescentes de um reforço tecnológico em todos os níveis do ensino. Daqui resultam, em parte, a insuficiência das estruturas do ensino (em crise de crescimento) e as grandes assimetrias regionais no âmbito dos equipamentos.

Segundo, o carácter recente e incompleto do processo de modernização das estruturas sociais e económicas. Manifesta-se, fundamentalmente, na persistência de actividades económicas tradicionais que absorvem trabalho pouco qualificado: as empresas são pouco exigentes na qualificação dos seus trabalhadores e a produção assenta mais no trabalho físico do que no trabalho intelectual. Apesar das mudanças que se estão a operar em todos os domínios da vida social, incluindo o dos valores, não desapareceu ainda a velha ética camponesa do trabalho segundo

a qual todo o tempo roubado ao trabalho – mesmo para estudar ou para se cultivar – é considerado tempo perdido.

Terceiro, a profunda reestruturação que está a sofrer a economia mundial e os reflexos que isso produz nas economias nacionais obrigadas a ajustamentos estruturais ou à convergência de políticas para não perderem a competitividade. A manifestação mais evidente dessa mudança identifica-se com a crise do mercado de trabalho (difícil inserção dos jovens no mundo do trabalho, aumento do desemprego, precarização das condições de trabalho).

Quarto, a crescente diversificação da condição social dos jovens. Ela decorre dos processos anteriores e manifesta-se nas clivagens que separam, por exemplo, os jovens que trabalham e os jovens que estudam; o filho do médico e o filho do operário; o jovem da grande cidade e o jovem da pequena aldeia.

Uma crítica mais radical dos efeitos da modernização em sociedades como a portuguesa vê nela um processo, simultaneamente, de desapropriação cultural e de imposição cultural. Populações anteriormente auto-suficientes nas suas competências tradicionais tornaram-se, hoje, completamente dependentes de agentes novos, portadores de conhecimentos e de uma lógica de actuação que elas não dominam e, sobretudo, pouco atentos às formas de agir e às particularidades dos saberes e das culturas locais. Como referia Ivan Illich, há muitos anos, as pessoas são forçadas, cada vez mais, a depender dos médicos para a sua saúde, dos professores para a sua educação, da televisão para a sua distração, dos patrões para a sua subsistência... e por aí a diante.

Apesar das críticas, este modelo de modernização tornou-se irreversível e revelou poder contribuir para a emancipação económica e cultural dos povos, através de instituições, como a Escola, capazes de preparar as pessoas para enfrentarem novos desafios. Só que a resposta que a escola portuguesa oferece no nosso contexto actual é, ainda, muito deficiente em virtude das particularidades da conjuntura económica e social assinaladas.

Em primeiro lugar, a Escola veio criar ou alimentar expectativas que não pode, ou pode cada vez menos, garantir, como o acesso a empregos

compatíveis com a formação escolar. Em segundo lugar, ela não está a formar os profissionais de que o mercado precisa, se bem que o seu papel não se esgote neste objectivo de formação para o emprego, tendo também importantes funções cognitivas e comportamentais a desempenhar. Em terceiro lugar, a Escola orienta-se por objectivos que são reconhecidos apenas por uma parte da população. Para a restante parte, a opacidade dos objectivos conduz directamente ao insucesso e, para vencer este, as pessoas procuram todas as saídas; inclusive, pedir ao médico para “receitar umas vitaminas” aos filhos para passarem nos exames. Finalmente, em quarto lugar, a escola transformou a aprendizagem num sacrifício e não num prazer e os alunos em consumidores passivos de um saber quase inútil.

Vale a pena atentar para algumas das consequências deste estado de coisas:

O analfabetismo funcional — isto é, a incapacidade de usar no dia a dia os conhecimentos adquiridos na Escola — tem uma expressão elevadíssima no nosso país, como todos sabemos.

A mão-de-obra jovem tem cada vez maior dificuldade em encontrar ocupação e, quando encontra, emprega-se em postos de trabalho pouco qualificados.

A atitude generalizada de desinteresse relativamente à Escola contribui poderosamente para o sentimento de frustração e de desilusão que tomou conta de uma grande parte dos jovens.

O trabalho, que devia ser uma fonte de satisfação e de realização profissional, transformou-se quase exclusivamente numa fonte de obtenção de rendimentos.

O insucesso escolar, por seu turno, converte-se num dos mais eficazes mecanismos de exclusão social, marginalizando selectivamente os filhos das famílias de menores rendimentos, do interior ou das periferias suburbanas.

Mas, existem também condições específicas do insucesso escolar que decorrem do meio social em que se vive. Servir-me-ei dos resultados de alguns estudos realizados por mim ou alunos meus para abordar este ponto. São quase todos exemplos colhidos em áreas rurais ou pequenos centros urbanos.

De um certo ponto de vista — isto é, do ponto de vista das políticas educativas e do discurso oficial —, as situações que vão ser apresentadas revelam-se de certo modo paradoxais, tal a sua estranheza relativamente ao que devia ser ou ao que é suposto ser a racionalidade do sistema educativo. Valorizarei, por isso, uma distinção clássica nas ciências sociais que consiste em separar a racionalidade do sistema da racionalidade dos agentes.

1. Começarei por uma situação que parece intrigar-nos quando analisamos as trajectórias escolares e profissionais da população. Muitas pessoas que tiveram insucesso na Escola registram um apreciável grau de sucesso na sua vida profissional.

Constatamos, hoje, a existência de uma indubitável melhoria das condições de vida nas nossas aldeias; mas, atribuir essa melhoria aos progressos obtidos pela escolarização seria, no mínimo, exagerado. Outros factores contribuíram mais do que a Escola para essa melhoria. Os empregos fora da agricultura e fora das aldeias asseguraram rendimentos mais estáveis e mais elevados, ao mesmo tempo em que o trabalho nas terras (depois do emprego ou aos fins de semana) permitiu complementar esses rendimentos com a produção agrícola para consumo próprio ou para venda. Parte dos salários, convertidos em modernos factores de produção (adubos, máquinas, sementes), aliviou o trabalho agrícola do esforço de outrora e permitiu aumentos de produção consideráveis. O investimento público em bens de consumo colectivo tornou a vida das aldeias menos desconfortável e mais próxima das comodidades que a cidade oferece aos que nela habitam. O alargamento da protecção social à população rural, nos domínios básicos da saúde e de segurança social, permitiu reduzir o risco e a ansiedade perante as situações de doença, de invalidez ou da velhice.

Ao mesmo tempo, os diplomas correspondentes aos níveis cada vez mais elevados de escolaridade atingidos pelos jovens parecem não ter já o mesmo valor no mercado de trabalho. Isto é, quando uma proporção mais elevada de jovens acede a cursos médios ou superiores, os diplomas parecem insuficientes para arranjar um emprego condigno.

Por outro lado, verifica-se a continuidade ao longo das gerações de um mesmo estatuto escolar,

em larga escala, em áreas rurais, mostrando como é possível a Escola funcionar como mero mecanismo de reprodução social.

Um dos estudos, realizado numa aldeia da região centro-litoral, mostrou que uma percentagem elevada de pais analfabetos (40%) ou de pais com escolaridade primária tem filhos cuja escolaridade terminou com o ciclo preparatório. Uma leitura directa destes dados diria que as oportunidades escolares continuam a depender largamente da condição social dos pais.

Um outro aspecto a salientar é o de que o meio social dos jovens motiva muito menos para o estudo do que para o emprego, ainda que uma parte apreciável dos jovens se mantenha no sistema escolar porque não consegue arranjar emprego. Por isso, a condição de jovem desempregado à procura do emprego é pouco aparente, precisamente porque ela se encontra muitas vezes mascarada pela permanência dos jovens no sistema escolar até arranjam emprego.

No mesmo estudo, as principais razões apresentadas para o abandono escolar precoce são, pela ordem de importância: preferir trabalhar para ganhar dinheiro (48,9%); não gostar de estudar (14,9%); ter dificuldades económicas/precisar de trabalhar (14,9%); ter dificuldades em aprender (6,4%); e não conseguir entrar para o curso que queria (4,3%).

2. Um segundo paradoxo consiste no facto de, sob certas circunstâncias, não ser racional para muitos jovens (e suas famílias) prolongarem a escolaridade para além do ensino obrigatório (nono ano de escolaridade).

As circunstâncias típicas para este comportamento são a existência de oportunidades de emprego para jovens com baixa escolaridade e a inexistência de oportunidades para jovens que atingiram os níveis mais elevados de ensino. Assim, foi possível detectar em comunidades locais com essas características *uma opinião comum* de que não compensa fazer sacrifícios para prolongar os estudos dos filhos. É que aqueles jovens da mesma geração que abandonaram cedo a Escola desfrutam já de um invejável nível de vida no momento em que os seus colegas que concluíram um curso superior procuram um emprego compatível e não o encontram.

Isto aconteceu, pelo menos em duas situações bem distintas:

- numa aldeia próxima de Coimbra onde muitos rapazes (o mesmo não se passou com as raparigas, nem com todos os rapazes) que deixaram de estudar aos 15 e 16 anos se envolveram em actividades por conta própria e rapidamente acumularam rendimentos que lhes permitiram reinvestimentos lucrativos: num talho, em transportes, em plantas ornamentais, em criação de cães de raça, etc, tornando-se símbolos locais de sucesso. Por seu turno, os seus colegas da mesma idade que prolongaram os estudos por mais oito a dez anos, para obter um diploma de ensino universitário, não encontravam emprego ou não se sujeitavam a qualquer emprego;
- numa outra aldeia, no distrito de Santarém, o destino “normal” dos jovens era ir trabalhar nas pedreiras ou nas quatro fábricas existentes na zona que oferecem empregos pouco qualificados. Aí fomos encontrar jovens com baixa escolaridade a par de jovens com curso superior (incluindo raparigas), sem qualquer diferença nas remunerações.

O que é que se pode retirar destes dados que nos perturbam tanto?

Relativamente ao primeiro caso, sempre se poderá dizer que aquela opinião comum de que não compensa prolongar a escolaridade até obter um grau superior se baseia em experiências de sucesso que não podem ser generalizadas ou que ela é fruto de um erro de perspectiva que consiste em comparar a situação dos dois grupos – os que abandonaram precocemente e os que prolongaram a escolaridade – no momento em que os segundos ainda estão à procura de emprego. Porventura, se a comparação fosse feita cinco anos depois, os níveis salariais dos segundos seriam bem superiores aos dos primeiros. Porém, errada ou não, a opinião fez o seu curso e influenciou pais e jovens nas suas decisões, tal como pudemos constatar.

No que concerne ao segundo caso, a reduzida acessibilidade a centros urbanos ou a mercados de trabalho mais qualificados pode explicar a resistência à saída dos mais escolarizados. Em outras circunstâncias, os jovens licenciados iriam à procura de emprego onde quer que ele estivesse; mas não foi o que aconteceu naquela localidade.

– Eu digo sinceramente, aqui nesta zona não compensa estudar. Não há nada aqui na zona que dê pr'a investir (...). Aqui é só pedreiras e fábricas e pr'a essas coisas não é preciso estudos nenhum. Na altura em que eu saí da escola, a lógica que eu tive foi esta: 'Porque é que eu ando aqui a estudar, a matar a cabeça? Pr'a depois ir trabalhar pr'a uma pedreira ou pr'a uma fábrica?'. Lá na fábrica estão a trabalhar muitas pessoas com o 12º ano, a fazer o mesmo que eu faço... e isso deve-lhes custar muito. Olha, a irmã do Orlando tem o 12º ano e tem um emprego que é capaz de ainda ser pior do que o meu: está a contar parafusos numa fábrica. E o irmão dele também tem o 12º e está a trabalhar numa pedreira. As pessoas andam a estudar e depois não conseguem empregos que tenham a ver com aquilo que estudaram. Por isso não vale a pena... (18 anos, 6º ano, empregada fabril).

- Alguns que andam a estudar muito, daqui por mais tarde ou mais cedo eles vão ver aonde é que vão parar! Vão todos parar à pedreira, vais ver! Vão porque, prontos, mesmo que andem no 10º ou isso, eu acho que, prontos, já não há escritórios e coisas que cheguem... Vai tudo parar à pedreira. Logo vêem! Há tanta gente com o 12º e até com a Universidade que estão lá a trabalhar porque não conseguem nada noutros sítios (19 anos, 6º ano, cabouqueira).

3. Um terceiro paradoxo resulta daquelas situações em que a Escola não consegue valorizar as competências e saberes locais, em que não responde às expectativas e projectos dos alunos na sua diversidade e que por isso não consegue atrair certas faixas de alunos mais inconformados ou inadaptados. Existem imensas situações que cabem nesta categoria, mas vou mencionar um caso que me parece particularmente exemplificativo não só da inadaptação perante a Escola, mas também do papel das redes sociais na recuperação do insucesso escolar e na concretização de projectos que a Escola não valoriza.

António e Duarte eram da mesma terra (uma vila do Distrito de Leiria), tinham a mesma idade

e foram colegas de carteira na Escola Primária. O primeiro era filho de operários e o segundo era filho de proprietários abastados e quadros da administração local. Estudaram juntos no mesmo colégio da vila, mas não tiveram o mesmo grau de sucesso. Enquanto António era bom aluno, gostava de estudar e queria tirar um curso que lhe permitisse ter uma vida melhor do que a dos seus pais, Duarte estudava pouco, não se interessava pelas matérias e só gostava de passar o tempo na quinta. O resultado é que o António concluiu o secundário com boas notas e foi estudar para Coimbra. Aí tirou uma licenciatura, fez mestrado e hoje é professor do Politécnico. O Duarte nunca tirou nenhum curso, ficou com o 9º ano e até a expectativa de tirar um curso de cartografia na Força Aérea acabou por falhar. Na altura da entrevista e com 25 anos, o Duarte estava feliz, pois conseguira, finalmente, arranjar um emprego. O seu amigo António aceitara fazer uma sociedade consigo e financiar o projecto que ele tanto ambicionava: criar cães de raça lá na quinta.

Não vou explorar os detalhes deste caso nem as muitas questões que ele suscita em termos de relações sociais, dos efeitos de geração ou amizade, ou dos traços de uma cultura juvenil. Limitar-me-ei a sublinhar o papel da Escola na criação de laços duradouros e expressivos que, por sua vez, se transformam em capital social alternativo ao capital escolar.

4. Um quarto paradoxo tem a ver com a quantidade e a diversidade de políticas e programas que existem orientados para os jovens das regiões do interior e a sua aparente ineficácia traduzida em níveis baixos de retenção perante as dinâmicas da atracção urbana e litoral.

Desde os anos 60 do século XX, muitas regiões do país deixaram de ser capazes de assegurar a reprodução económica das suas populações e assistiram a um fluxo de abandono sem precedentes em direcção a outras regiões mais ricas ou dotadas de maior capacidade de emprego do país ou do estrangeiro. Os dados dos Censos confirmam esse fenómeno: o declínio demográfico tocou, nos últimos quarenta anos, a grande maioria dos concelhos situados a norte do Tejo, deixando de fora apenas uma pequena faixa do litoral representando uma parte diminuta do território nacional.

O êxodo rural, o abandono das terras e o envelhecimento costumam servir para caracterizar este processo de mudança e, ao mesmo tempo, para antecipar as suas consequências em termos de agravamento dos desequilíbrios regionais, perda de iniciativa local e marginalização económica e social das regiões afectadas.

Por isso, é compreensível que as políticas procurem contrariar estas consequências, oferecendo mais oportunidades à população para evitar que esta saia ou suavizando os efeitos mais dramáticos da marginalização. A melhoria das condições de vida para todos é hoje bem visível nas localidades do interior – principalmente nos centros urbanos – em resultado de políticas de desenvolvimento local.

Mas importa saber o que se passa com os jovens e avaliar os resultados das políticas que a eles se dirigem. Estudos realizados em França nos anos 1960 mostraram que a atracção da cidade e as representações negativas sobre o viver no campo são determinantes nas decisões dos jovens rurais sobre ficar ou partir, mesmo quando as condições de vida nas zonas rurais tenham melhorado bastante e as zonas urbanas piorado.

Ora, relativamente aos jovens, assistiu-se a um forte investimento na descentralização de infraestruturas de uso juvenil e na disseminação de programas para aumentar a sua participação em actividades colectivas. No domínio do emprego, persistindo enormes carências, os jovens se beneficiam, atualmente, de um conjunto de incentivos sem precedente para se envolverem em actividades produtivas. Por seu turno, o insucesso escolar, o abandono precoce e os muito baixos níveis de escolaridade e de qualificação que têm particular expressão nas regiões do interior são, hoje, objecto de políticas de correcção que mobilizam importantes recursos humanos e financeiros.

Como chegam essas políticas aos jovens? Como estão os jovens a responder a todas essas mudanças? Pouco se sabe de definitivo sobre o assunto, tanto mais que as avaliações dos programas raramente têm em conta a experiência dos públicos envolvidos. Não será, porém, incorrecto afirmar que o investimento que está a ser feito só pode ter êxito se os programas se adequarem ao perfil, às expectativas e às aspirações

dos jovens e se estes virem as suas ideias e propostas suficientemente ouvidas e seriamente tidas em conta no desenho dos programas.

- Não dizem nada! Nunca vi nada disso escrito em lado nenhum! E há muita gente que não sabe nada disso. É a tal coisa, as aldeias ficam sempre de fora, é tudo para os da cidade... Os da cidade se calhar também têm muito mais informação sobre estas coisas, porque têm mais facilidade em ir ao Centro de Emprego. Prontos, se eu não tivesse arranjado emprego, se calhar podia ter ido fazer um estágio profissional ou um curso qualquer..., prontos, mas não..., nunca soube nada disso. (17 anos, 7º ano, serralheiro mecânico).

- Na televisão, que é o bocadinho de informação que a gente pode ter ao fim do dia, não passam nada disso. Por outro lado, para perguntar aos colegas que trabalham, eles estão igual à gente. Pronto, a informação não passa! (18 anos, 7º ano, empregado fabril).

- Para os trabalhadores que não têm escolaridade mínima poderem estudar, podia-se fazer assim: por exemplo, numa semana havia 2 dois dias em que o Estado pagava à empresa, ou alguma coisa do tipo, e os empregados iam estudar... Pronto, prà uma escola qualquer mesmo feita só para aquelas pessoas que andam a trabalhar e depois tinham aqueles dois dias ou um dia por semana. Era um dia por semana em que era só ter aulas prà acabar o 9º ano ou o 12º ano. Assim, em vez de uma pessoa ir estudar de noite todo cansado do trabalho e não sei quê, tirava um diazinho por semana. O dinheiro que a empresa dava à gente, pagava o Estado à empresa... Porque, prontos, se a empresa tivesse 4 ou 5 empregados nessa situação ia logo perder muito dinheiro. O Estado então poderia cobrir essa despesa para nós irmos acabar o 9º ano (7º ano, serralheiro mecânico).

5. Um último paradoxo diz respeito à própria Escola enquanto organização burocrática e foi-me sugerido por um trabalho recente de um professor que tive oportunidade de acompanhar. O paradoxo consiste no facto de a mesma Escola que se mobiliza para desenvolver um projecto educativo amplo e democrático – fazer aceder o maior número de jovens a padrões mínimos de escolaridade (a escolaridade obrigatória), ela também se retrai perante os casos mais difíceis de integração escolar, assumindo comportamentos que poderíamos classificar, sem grande custo, de discriminatórios ou mesmo de excludentes.

O trabalho seguiu um método experimental para tentar avaliar a receptividade das Escolas Básicas do 2º e 3º ciclos ou Secundárias com 3º ciclo a acolher um aluno problemático que não tinha concluído o 9º ano embora já tivesse 15 anos.

A situação forjada era a seguinte:

“Um ex-emigrante português de sucesso no Luxemburgo, assume-se como interessado no futuro educativo do seu sobrinho e dirige-se à Escola da localidade onde pensa instalar-se, através de um requerimento, solicitando informações sobre os procedimentos a adoptar a fim de integrar/matricular esse seu sobrinho nesse Estabelecimento de Ensino, do qual obteve boas referências. O jovem de 15 anos, tendo frequentado sem êxito, no ano lectivo anterior, o 7º ano de escolaridade, é apresentado como possuindo um percurso escolar marcado por acusações de comportamentos indesejados e como vítima da situação de instabilidade provocada pelo divórcio dos pais”.

“Frequentemente, jovens nesta situação são “empurrados” pelos responsáveis pelo ensino regular para o ensino recorrente nocturno – oferta de 2ª oportunidade – sem acautelar a garantia da sua disponibilização local ou, pura e simplesmente, lhes comunicam que “por falta de vaga, não é aceite a sua matrícula” ou, ainda e liminarmente, “porque está fora da escolaridade obrigatória é recusada a matrícula”.

Esta postura parece resultar de um equívoco quanto ao conceito de escolaridade obrigatória. Nesta pressuposta acepção, a escola básica só se sente obrigada a disponibilizar educação às crian-

ças até aos 15 anos. A partir dessa idade, caduca a sua obrigatoriedade/responsabilidade, ignorando ou querendo ignorar que à cessação do dever de frequência escolar não corresponde a cessação do direito à educação”.

Consultadas 289 escolas pertencentes a 139 concelhos do País, apenas uma percentagem insignificante (15%) acedeu a integrar o aluno sem condições. Nos restantes casos, a recusa foi taxativa em um quarto dos casos e aspectos burocráticos justificaram uma resposta inconclusiva em 60% dos casos¹.

A centragem nos princípios da educação democrática e da cidadania social permite uma visão crítica da escola e dos agentes educativos, detectar os desvios das práticas administrativas escolares e ainda as incorrecções da própria legislação. Por um lado, o estudo chama a atenção para o facto de a cultura da escola se confundir demasiadas vezes com a dos seus dirigentes, ou dito de outra maneira, com o facto de não existir propriamente uma cultura de escola como instituição de promoção da cidadania. Por outro lado, é a própria legislação que, deliberadamente ou não, favorece os comportamentos discriminatórios, como no caso do Estatuto do Aluno do Ensino Não Superior que impõe a “impossibilidade do aluno não abrangido pela escolaridade obrigatória continuar a frequentar o ensino até final do ano lectivo em curso”, por ter ultrapassado o limite de faltas injustificadas.

Importa reflectir sobre o significado destes paradoxos e sobre os aspectos que eles permitem evidenciar.

As duas primeiras situações mostram-nos algo que temos de saber compreender e assimilar em termos de intervenção e de políticas.

Em primeiro lugar, que as aspirações sociais de muitos jovens não passam ainda pela posse de um bom currículo escolar, mas sim por um trabalho remunerado, o que se relaciona, entre outras coisas, com a crescente importância dos consumos materiais na promoção social dos jovens e com o relativo sucesso de jovens que abandonaram a escolaridade precocemente.

Em segundo lugar, que, apesar da democratização, os custos do prolongamento da escolaridade para jovens provenientes de famílias de baixos ren-

dimentos são relativamente elevados e que, por isso, os custos de oportunidade são quase sempre tidos em conta nas decisões dessas famílias.

Em terceiro lugar, que as representações e os valores sociais dominantes na cultura local acerca da escolaridade interferem claramente no sucesso escolar. Dentre esses valores, destaca-se, por exemplo, um princípio da igualdade no tratamento dos filhos dentro da família – “O teu irmão andou na Escola até que quis; o que fiz ao teu irmão vou fazer-te a ti”.

Uma representação ética acerca do trabalho leva a que os jovens que deixaram de estudar tenham de começar a trabalhar, mesmo que o trabalho seja informal, precário e mal remunerado. Como referia um deles: “não me sentia mal sem estar a fazer nada, mas sentia-me incomodado por estar em casa e as pessoas comentarem: ‘mas o que é que ele anda aqui a fazer, não faz nada, todos os dias a dormir’”.

Porém, existem representações sobre o que é um emprego ideal. Segundo uma percepção muito corrente em meios rurais, o emprego ideal é aquele que permite um rendimento certo e, ao mesmo tempo, realizar, ao lado, a actividade independente que se deseja. Vistas as coisas deste modo, o emprego que se procura não corresponde necessariamente às ambições e desejos dos jovens, mas é uma pré-condição para que estes se possam concretizar.

Finalmente, muitos jovens não encontram na Escola nem as respostas que procuram para as suas ansiedades, nem uma atenção aos futuros previsíveis que têm pela frente, nem um aconselhamento com base na experiência de vida.

- Eu acho que a escola não ajuda e não prepara a gente pra enfrentar a vida e acho que devia preparar, porque nós apanhamos coisas pelo futuro que nos levam muito abaixo, e não estamos preparados para isso. Eu via que os professores não se interessavam com isso. Eles deviam ter conversas conosco, deviam dizer-nos que a escola faz falta, que um dia a vida não é como nós queremos... Eu, por exemplo, tenho trabalho como cozinheira, gosto, mas podia não ter arranjado. Naquela altura, só pensaste que querias autonomia financeira...?

[...] É, é a primeira coisa que nos vem à cabeça e é por isso que desistimos da escola, e se calhar se tivéssemos uma pessoa mais velha a ajudar e a conversar e a fazer ver as coisas... A Escola devia ter tipo uma disciplina mais... pra ajudar os alunos mesmo em conversa, exemplo, em vez de ser Religião e Moral, e não tem. Por essa disciplina devia passar a ser tipo pra conversar coisas pra vida futura, que nos fazem falta. Pronto, eu acho que faz falta uma disciplina que ajude os alunos a ter uma atitude diferente perante a vida e que mostre que a vida não é um mar de rosas, como nós pensamos em crianças. Eu agora já sei como é que são as coisas, só que agora já não há hipótese... Agora não posso voltar pra trás e ir pra escola... Agora tenho de pagar um carro, tive de pagar a carta... Se me tivessem mostrado que a vida ia ser tão dura, se calhar não tinha saído da escola (22 anos, 6º ano, cozinheira).

Perante este quadro, a resolução do problema do insucesso parece difícil, pela extensão e complexidade dos factores que o determinam. E, no entanto, os paradoxos apresentados apenas o são porque existe uma percepção errada das motivações e dos comportamentos das pessoas que resulta do facto de a escola ser considerada o centro de um universo em torno do qual se move e determina a população juvenil e as suas famílias.

De nada adianta recriminar as condutas que contribuem para o insucesso, se elas se mostram persistentes e bem estruturadas em princípios e normas sociais comumente aceites. O que é necessário é que essas condutas sejam compreendidas como factores de bloqueamento do sucesso escolar pelos seus autores e que se proporcionem alternativas que possam ser igualmente aceites por eles.

Por seu turno, as Escolas não podem nem devem arcar isoladamente com a responsabilidade de atacar os factores de insucesso. Sendo sociais e de natureza muito diversa, esses factores exigem uma acção concertada de muitas forças públicas e privadas, de actores colectivos e de indivíduos, de profissionais

e de leigos. Visto isto, é importante reconhecer, no entanto, que nessa acção as escolas devem ter um papel decisivo, enquanto mobilizadoras de esforços, adoptando uma atitude muito interventiva para forçar todos os sectores responsáveis a comprometerem-se.

Mobilizar esforços e propor alternativas constituem as duas tarefas mais desafiadoras que se lhes colocam para combater o insucesso escolar.

(Recebido para publicação em julho de 2010.
Aceito em outubro de 2010)

Nota

- 1 A maioria das escolas (38%) limitou-se a informar acerca dos procedimentos a adoptar quanto ao processo de transferência da criança, colocando uma tónica acentuada em tudo o que pudesse representar obstáculos à sua concretização, como seja: apresentação de documento comprovativo de residência, declaração probatória do estatuto de encarregado de educação, necessidade de conhecimento da língua estrangeira frequentada no 2º ciclo, expressando que, caso fosse Francês, não dispunha a escola desta língua de continuidade.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ana Nunes; VIEIRA, M. Maria (2006). *A Escola em Portugal. Novos Olhares, Outros Cenários*. Lisboa: ICS

BENAVENTE, Ana (1996). *A Literacia em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

BENAVENTE, Ana; CAMPICHE, Jean; SEABRA, Teresa; SEBASTIÃO, João (1994). *Renunciar à Escola – o abandono escolar no ensino básico*. Lisboa: Edições Fim de Século.

CANAVARRO, J. Manuel (2007) *Para a Compreensão do Abandono Escolar*. Texto Editores.

FERRÃO, João; André, Isabel; Almeida, Ana (2000). “ Abandono escolar precoce: olhares cruzados em tempo de transição” In *Sociedade e Trabalho*, 10: 9-21

HESPANHA, Pedro (1997) “O Insucesso Escolar. Ambiente Social”. In *Actas do Seminário Política de Educação*. Montemor-o-Velho, Câmara Municipal.

HESPANHA, Pedro (2001) “Desigualdades e exclusão num mundo globalizado. Novos problemas e novos desafios para a teoria social”. In Boaventura Sousa Santos (org.). *Globalização: fatalidade ou utopia?* Porto: Afrontamento.

HESPANHA, Pedro (2004). “Do abandono ao esquecimento...”. In Rui Jacinto e Virgílio Bento (org.) *Fronteira, Emigração, Memória*. Guarda, Centro de Estudos Ibéricos.

JORGE, Idalina (2010). “Abandono escolar precoce e desqualificado”. *Correio da Educação*, 305

PAIS, J. Machado (2003). 2ª ed. *Culturas Juvenis*. Lisboa: INCM

RAMBAUD, Placide (1969) *Société rurale et urbanisation*. Paris: Seuil.

O RITUAL DO “LAVA-PÉS” NO OGUM MEGÊ: BRICOLAGENS DO IMAGINÁRIO UMBANDISTA PORTUGUÊS

Há alguns anos conduzo pesquisas sócio-antropológicas sobre as religiões de matriz africana e/ou afro-brasileiras, não apenas sobre o Candomblé, mas também, e particularmente, sobre a Umbanda. Essas pesquisas, que abrangem realidades como brasileira, cubana e portuguesa, tratam da transmissão e das transformações localizáveis nessas religiões, notadamente sob os efeitos dos deslocamentos e (des)localizações de práticas religiosas. Dentre os vários ensinamentos adquiridos na vivência desses trabalhos de campo, tomo a experiência religiosa portuguesa como foco de interesse. Partindo, assim, dos processos de deslocamento e transformação de práticas locais brasileiras para o contexto português, proponho algumas reflexões sobre tais processos e sobre a necessidade, por parte de seus praticantes (sejam eles lusitanos ou brasileiros migrados), de (re)invenção e de (re)criação dos cultos e dos ritos umbandistas.

A Umbanda, uma religião em trânsito

A religião umbandista estruturou-se e sistematizou-se no Brasil nos anos 1930 do século passado, primeiramente no Rio de Janeiro, buscando distinguir-se das práticas religiosas afro-brasileiras urbanas conhecidas sob a rubrica de “Macumba”. A Umbanda

ISMAEL PORDEUS JÚNIOR*

RESUMO

Tomando a experiência religiosa portuguesa como foco de interesse, o presente artigo trata da transmissão e das transformações localizáveis nas religiões afro-brasileiras, notadamente sob os efeitos dos deslocamentos e (des)localizações de práticas religiosas. Refletindo sobre a performance do ritual cristão do lava-pés no contexto umbandista português, bem como sobre a migração de mulheres portuguesas iniciadas no Brasil e o mercado de bens e serviços de salvação, proponho algumas reflexões sobre tais processos e sobre a necessidade, por parte de seus praticantes, de (re)invenção e de (re)criação dos cultos e dos ritos umbandistas.

Palavras-chave: transnacionalização, religiões, luso-afro-brasileiras, performance, interritualidade.

ABSTRACT

Taking the Portuguese religious experience as the focus of interest, the following paper deals with the transmission and the localized transformations of Afro-Brazilian religions, especially under the effects of the displacements and transpositions of religious practices and reflecting on some facts like the performance of the Christian ritual of foot-washing within the Portuguese Umbanda context, the immigration of initiated Portuguese women and the market of goods and services for the faithful, it advances some ideas about such processes and the need of reinventing and recreating umbanda's cults and rituals by followers.

Keywords: transnationality, luso-afro-brazilian religions, performance, inter-rituality.

* Antropólogo, Professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Endereço: Av. da Universidade, 2995, 1º andar, Benfica, 60020-181, Fortaleza/CE – Brasil; e-mail: ismaelpordeus@uol.com.br.

encontra suas raízes na própria ideologia de formação da sociedade brasileira, a partir de três matrizes culturais localizáveis também na prática religiosa: refiro-me, aqui, às matrizes indígenas (especificamente índia), africana (que se refere à história da escravidão de etnias oriundas da África) e europeia (com o catolicismo, mas, no que tange à Umbanda, um catolicismo já transformado pelo espiritismo kardecista¹).

Nas práticas religiosas da Umbanda, o contato com a dimensão sagrada se faz por meio do mecanismo da possessão, quando o adepto “médium” “recebe” – no sentido metafórico e literal de “incorporar” – os espíritos que se apresentam sob a forma de personagens: pode-se, assim, encontrar personagens masculinos e femininos representando índios mestiços, pretos-velhos africanos, crianças e, por fim, os exus, espíritos de mediação que podem assumir ambos os gêneros. Os momentos de possessão, em que

cada adepto entra em contato com as divindades, se realizam através de estados de transe controlados e acompanhados coletivamente, sob a direção de um pai-de-santo ou de uma mãe-de-santo², nos rituais específicos que têm lugar no terreiro³. De certa maneira, podemos considerar que esses ritos de possessão, como também outras práticas religiosas umbandistas – na medida em que se constituem práticas de sacrifício, de caridade e de solidariedade – visam a tratar da relação e das reações de cada indivíduo ao

enigma inquietante que representa a experiência do “numinoso” em sua conexão com o sagrado, bem como a suavizar – como ocorre também em Portugal – o peso das aflições do cotidiano.

Pode-se dizer que uma das dimensões particularmente contemporâneas da Umbanda e de suas práticas reside na sua (des)localização, na sua transferência em direção à Europa, especialmente para Portugal, onde esse processo aparece intimamente ligado aos fenômenos de imigração de mulheres portuguesas. Algumas mulheres deixaram sua terra natal em direção ao Brasil e aqui se iniciaram na Umbanda. Como que por analogia, essas mulheres reproduziram um momento central nos rituais de iniciação, a saber, aquele que se refere à iniciação das mulheres ou das *iaos*. Elas ingressaram nessa terra estrangeira denominada *terreiro* e, uma vez iniciadas, tornaram a deixar seu lugar de iniciação para seguir na sua existência de iniciadas em outros lugares. Foi assim que essas mulheres que, logo após a Segunda Guerra mundial, retornaram a Portugal, encontraram as comunidades de Umbanda e, posteriormente, o Candomblé. E são essas mesmas mulheres ou algumas das suas iniciadas que criam em Portugal comunidades religiosas, logo após a dita “Revolução dos Cravos” de [1973] 1974, em um país em pleno processo de recomposição do campo religioso. Essas comunidades emergirão, por um lado, em torno desses terreiros transferidos e, por outro, em torno das esperanças ligadas à esfera privada, com o aparecimento de uma clientela em busca de soluções para as aflições do cotidiano.

Em minha estadia em Lisboa, no verão de 1998, me coloquei a tarefa de ler quase exaustivamente os anúncios de jornal que apareciam sob a rubrica de “ciências ocultas”, particularmente no *Correio da Manhã*. Percebi, pouco a pouco, que essas rubricas, que incluíam serviços religiosos e mães e pais-de-santo, constituíam uma espécie de vitrine de ofertas de serviços mágico-religiosos e que tinham um grande apelo junto à população. Em um segundo trabalho de campo, pude perceber que essa oferta era recorrente na mídia impressa de todas as regiões de Portugal. Assim, pode-se dizer que hoje existe, em Portugal, uma presença permanente de mães e pais-de-santo brasileiros(as) que se deslocam a Portugal, para breves estadias, em busca dessa clientela de anúncios; uma

clientela que, contrariamente às práticas tradicionais das religiões afro-brasileiras no Brasil, se utilizam de técnicas e de rituais que podem ser qualificados de “anti-comunitários”. É assim que, em um primeiro momento, encontraremos em Portugal dispositivos e rituais religiosos oriundos diretamente da Umbanda, mas praticados de maneira individual, perdendo dessa forma sua característica comunitária e conservando um caráter estritamente mágico-religioso.

É preciso aceitar o fato de que essa oferta de serviços mágico-religiosos na mídia impressa contrapõe-se à idéia de que a experiência urbana teria abandonado as práticas mágico-religiosas, sob o pretexto de que tais práticas seriam reveladoras, principalmente, do arcaísmo e da tradição, características de uma vida camponesa e de um mundo rural que não existe mais. É preciso, ainda, ter em mente que, se tais práticas apareceram e apresentam a tendência para se desenvolver em toda região portuguesa, isso ocorre em função da existência de um espaço de vacância, e que tais práticas assumiram um lugar outrora destinado a outros ritos e outros espaços.

Olhando de perto, percebe-se que essa oferta de serviços mediada pela magia abrange um inventário de demandas, ligado às necessidades ou aflições do cotidiano: financeiras, políticas, de trabalho; aflições ligadas aos problemas afetivos – incluindo-se aí os problemas em torno da homossexualidade masculina e/ou feminina –, problemas sexuais (como a impotência); ao salário; às doenças da alma; aos ataques de feitiçaria, à inveja, ao mau-olhado e a dependência química – álcool e tabaco. Tal oferta de serviços é realizada por aqueles que podemos considerar como os “profissionais” do mágico-religioso, tais como médiuns africanos, auto-proclamados professores, videntes, astrólogos, cartomantes, feiticeiros e pais ou mães-de-santo recém-chegados do Brasil. Esse tipo de atividade tomou dimensões tão amplas em Lisboa, por exemplo, que mesmo os padres do Santuário de Nossa Santa Aparecida chegaram a propor seus serviços de exorcistas (uma *expertise* que eles sempre tiveram) para tratar uma gama de problemas “espirituais”, o que evidencia, também, uma disputa em torno do “mercado de serviços mágico-religiosos”.

A fim de levar adiante nossa reflexão sobre a (des)localização das crenças e das práticas umban-

distas do Brasil para Portugal, duas observações se fazem necessárias. Primeiramente o fato de que fica clara a importância do espaço religioso luso-afró-brasileiro como vetor de comunicação da condição social da mulher, particularmente sob a figura da mãe-de-santo: ela pode, então, aparecer e assumir o estatuto de mediadora entre o cotidiano e o numinoso. Em segundo lugar, levanto, aqui, a hipótese da predisposição social ao transe, seja na cultura portuguesa, seja na brasileira, a partir de certos usos sociais e subjetivos das relações corpo/espírito(s) no campo religioso e/ou político. Nesse sentido, pode-se dizer que, em Portugal, a emergência dessas práticas como fenômeno social só foi possível a partir da “Revolução dos Cravos”, ou seja, a partir da perda da hegemonia da religião católica em sua aliança com o Estado. Como destacou José Machado Pais, em um país predominantemente católico, é clássica a idéia segundo a qual os poderes eclesásticos impulsionam processos de interiorização da religião, ao mesmo tempo em que controlam seus processos de exteriorização. Além disso, continua Pais, um povo busca sempre, a partir de suas próprias necessidades, as maneiras adequadas e praticáveis para exprimir a simbólica de seus modos de vida⁴. Assim, o fenômeno singular da possessão individual, visto negativamente a partir da categoria de “feitiçaria” – no Ocidente, desde a Idade Média ao século das Luzes, e mesmo hoje –, pode encontrar um novo espaço para sua prática: ao longo dos anos, os terreiros de religião afro-brasileira em Portugal tornaram-se verdadeiras instâncias sociais onde as pessoas podem entrar diretamente em contato com o sagrado, utilizando-se de seu corpo enquanto mediação principal para suas práticas religiosas.

Assim, passadas algumas décadas da “Revolução dos Cravos”, esses fenômenos religiosos (des) localizados e reinterpretados terminaram por fazer parte do universo religioso português, a exemplo das religiões de diáspora, inventando simultaneamente suas tradições e seus ritos próprios – como podemos observar nessa privatização e individualização, em terras portuguesas, dos ritos mágico-religiosos oriundos da Umbanda ou, como já destaquei em outro lugar, a importação e integração transformadora, por exemplo, do ritual cristão da lavagem de pés nos ritos umbandistas praticados em Portugal.

Identidades mestiças

Parece-me que a noção de “transnacionalidade”, entendida simultaneamente em termos de produção e representação sociocultural, permite dar conta da problemática da presença das religiões afro-brasileiras em Portugal.

Tomada em seu sentido restrito, a noção de transnacionalidade designa a adoção massiva de formas culturais em movimento – para além das fronteiras nacionais. Afinal, o campo religioso é massivamente caracterizado por esse fenômeno da transnacionalização. Os movimentos de transferência entre grupos sociais, mesmo no interior de uma relação de dominação, nunca se efetuam em um sentido único; são as relações sociais que se transformam sob a influência do processo de transnacionalização. De fato, os elementos de uma cultura podem passar para outra cultura, assim como podem continuar a existir simultaneamente nas duas, alcançando uma dimensão mais importante do que os vetores de passagem, isoladamente, permitiriam.

Tal processo pode, verdadeiramente, dar lugar à constituição de uma terceira via, espécie de produção híbrida de componentes culturais. As produções híbridas oriundas dessa terceira via, que constituem de fato uma terceira entidade em constante recomposição, são comuns em sociedades coloniais e pós-coloniais. Elas dão testemunho das exigências de invenção e (re)criação em face dos efeitos de censura, de privação, opressão, desestabilização e de desordem das relações de dominação ou de certos eventos históricos passíveis de fazer vacilar as estruturas de um ou de vários campos socioculturais, e do campo mágico-religioso em particular.

De maneira geral, é verdade que as questões relativas às identidades religiosas são intrigantes e fecundas para os pesquisadores sociais, uma vez que permitem a emergência de questões relacionadas a outros campos, como o político, o histórico, o filosófico, o sociológico e o antropológico. A crise da modernidade dilui as fronteiras e abre outros horizontes para repensar a tradição, a memória e a cultura. Nesse sentido, tentei escutar as vozes que subjazem nessas mutações e circunscrever suas conseqüências para a sociedade brasileira – e para outras, como no

caso da portuguesa –, uma sociedade estruturada em classes sociais, regida pela mestiçagem⁵ e a hibridação cultural⁶ que se manifesta na recomposição do campo religioso, particularmente no seio das religiões afro-brasileiras.

Na verdade, o que chamamos habitualmente de identidade é, de fato, um sistema de representações, de sentimentos e de estratégias organizado a serviço da conservação de seu objeto próprio, de seu controle, de sua mobilização e da sua mobilidade ideal: um sistema – como sugere Stuart Hall, na sua reflexão sobre a identidade cultural na pós-modernidade⁷ – por um lado, estruturado, diferenciado e ao mesmo tempo ancorado no seu movimento passado, nas suas raízes nas suas permanências; por outro, voltado para as condutas atuais, nos projetos, idéias e valores presentes. A identidade permitiria, então, a coordenação de múltiplas dimensões, sejam elas relacionadas às pessoas ou aos grupos. Nesse sentido, estudar a identidade permitiria não apenas ater-se aos aspectos estruturais, mas também levar em conta a dimensão individual dos atores sociais. A migração, a (des)localização, a passagem desses atores sociais pelos diferentes grupos religiosos e a interiorização de práticas e valores desses últimos, tanto do ponto de vista individual quanto coletivo, constituem o contorno das questões que tem feito, por tanto tempo, trabalhar as ciências sociais.

Enquanto pesquisadores em Ciências Sociais, seria preciso levar em conta a mobilidade e o movimento desses atores sociais; levar em conta suas (des)localizações e deslocamentos. E, no caso singular que estamos tratando aqui, os deslocamentos específicos em direção a esse imaginário religioso que assimila novos adeptos em busca de um outro pertencimento, que engendra novos valores nessa proliferação do religioso a partir de sua “performance ritual”. Por essa via, poderíamos mostrar, para o caso específico da experiência umbandista, uma espécie de “necessidade criativa” comumente ausente em outros campos, como destacam meus interlocutores praticantes da Umbanda em Portugal.

Uma gama de performances e técnicas (mentais e corporais) mobiliza a sensorialidade dos adeptos, favorecendo sua expressividade. A experiência e a efervescência religiosas preparam os adeptos para a

recepção e a incorporação de um sistema de significações e de significados, catalisando esses elementos no sentido da construção e, literalmente (pela via da incorporação), “disciplinamento” de uma identidade comum, a partir do interior do sistema de valores dessas novas (ou ressignificadas) formas religiosas.

Ao falar de “performance ritual”, utilizo a noção de performance – no sentido adotado por John Langshaw Austin⁸ – como instrumento operatório para pensar a conversação dos portugueses iniciados na Umbanda em suas (des)localizações imaginárias, voltadas para um novo pertencimento. A conversão aos novos valores da Umbanda a partir dessas performances rituais traduziria, assim, o lugar ou a função de cada adepto no interior do terreiro, atualizada a partir do fervor das emoções nos cultos praticados pelas diversas comunidades religiosas. Por outro lado, a noção de *performance* permite ainda pensar a dimensão coletiva dos fenômenos de possessão, em contraposição à sua variante individual, bem como abordar um certo número de questões relativas tanto à voz quanto ao corpo, questões particularmente enfatizadas nas religiões de transe em geral. A *performance* representa, então, o momento principal na reprodução de um encadeamento de operações distintas no seio da qual repousa a produção-invenção de movimentos singulares como os gestos, os passos de dança, os cantos, as palavras e a possessão em si. A transmissão, a recepção, a conservação e a repetição permitem, assim, diversas composições da prática religiosa.

Vale ainda destacar que, para uma disciplina como a etnologia, fundada sobre noções como a “observação participante” e o “trabalho de campo”, a idéia de performance permite dar conta de todo o ritual etnográfico, igualmente vislumbrando enquanto “performático” e “performativo”: trata-se, então, de incluir na reflexão antropológica (e, no caso em estudo, o trabalho de campo em Lisboa), não apenas a lógica da interpretação racionalmente controlada, que seria própria das ciências humanas, mas também minhas deambulações, meu olhar situado e singular, minhas observações detalhadas e o tipo de particular de participação que desenvolvo. Tais reflexões conduzem todo o percurso dessa pesquisa: desde as observações rabiscadas, as entrevistas, histórias

de vida, até as reflexões que emergem na descrição, uma vez realizada a mudança de regimes que implica a passagem das práticas de interlocução para as práticas de escrita.

Inter-ritualidades

Em uma das estadias de pesquisa em Portugal, fui convidado para participar de uma festa realizada na sexta-feira santa, no terreiro de Umbanda Ogum Megê, localizado no bairro do Benfica, em Lisboa. Essa festa é marcada por um rito particular, a “lavagem dos pés”, conforme destaquei anteriormente. Aqui vale destacar que o ritual da “lavagem dos pés na sexta-feira santa” é uma tradição específica da Umbanda portuguesa, e confirma, assim, a hipótese de que a sistematização dessa religião em Portugal tem lugar a partir de uma “bricolagem de crenças” já existente no Brasil. Esse fenômeno, que remete à mestiçagem e à hibridação cultural sugere que nos detenhamos um pouco sobre ele, a fim de circunscrever alguns de seus elementos lógicos.

Paul Connerton tem razão ao dizer que toda iniciação comporta, em si mesma, um elemento de rememoração do passado. Uma iniciação possui sempre alguma coisa à qual se agarrar, alguma coisa de fundamental, *a fortiori*, sempre que um grupo social inventa uma prática ou um rito a partir de um ponto radicalmente novo. Pode-se, então, vislumbrar que, toda iniciação concebida dessa maneira, comporta uma dimensão completamente arbitrária como parte constitutiva de sua própria natureza. Tudo se passa como se os iniciados devessem abolir suas próprias referências de temporalidade para que possam, literalmente, ser expulsos da continuidade da ordem temporal. E se a experiência do presente depende em grande parte do conhecimento do passado, as imagens do passado permitem legitimar o presente. Essas imagens e o conhecimento retido do passado são transmitidos, conservados e re-produzidos graças aos rituais performativos.

Podemos encontrar o ritual de “lavagem de pés” no imaginário cristão no momento da Santa Ceia, em que o Cristo lava e enxuga os pés de seus discípulos. Usualmente, a cena é interpretada na liturgia cristã

como um ato de humildade por parte de Jesus. Localizar esse ritual fora do catolicismo é particularmente interessante, mesmo se ele acontece em Portugal, onde podemos encontrar diversos fragmentos de práticas católicas já incorporados nas performances umbandistas.

Sabe-se que todas as grandes religiões como o budismo, o cristianismo e o islamismo desencadeiam conversões em massa de populações que aparentemente as adotam. Levando-se em conta que tais conversões são menos diretas ou menos francas, percebe-se que os povos mudam menos de religião e que operam uma mudança no nome ou nas nomenclaturas de suas antigas religiões. Na verdade, as novas crenças comportam modificações necessárias a fim de se manterem ligadas àquelas religiões que substituíram. Entretanto, essas novas crenças não se encontram em uma relação de pura continuidade com as antigas; elas se sobrepõem, como no caso do ritual da lavagem dos pés.

Por meio desse ritual, pode-se perceber o que denominamos aqui de “bricolagem do imaginário”, uma experiência passível de ser pensada e teorizada a partir da noção de *inter-ritualidade*, ou seja, da transformação de rituais diferentes, oriundos de matrizes culturais e religiosas distintas, ou da fusão de práticas religiosas diferentes no intuito de constituir novas práticas, numa espécie de terceiro espaço.

Proponho, então, pensar esses ritos mestiços e “híbridos” como inter-ritualidade(s), em consonância com a noção de “inter-textualidade” desenvolvida por Júlia Kristeva. A autora define a inter-textualidade ao comentar a obra de Bakhtin, a partir de um paralelo entre o estatuto da palavra e o do texto: da mesma maneira que a palavra pertence simultaneamente ao sujeito falante e ao seu destinatário, o texto se orienta sempre a partir de enunciados passados e atuais⁹. Dito de outra maneira, um texto é sempre um lugar de inter-cruzamento de outros textos, diz Kristeva, considerando que “todo texto se constrói como um mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto”. Um texto é uma combinatória, um lugar de troca permanente entre os fragmentos que a escrita dispersa e redistribui numa nova configuração; forma um novo texto a partir de outros textos, porém, com fórmulas e formulações

mais ou menos anônimas, citações inconscientes ou automáticas, fabricando, assim, a intertextualidade constitutiva das profundezas da memória social anônima. Nessa perspectiva, e a exemplo do texto, todo rito se constitui como um mosaico de performances: todo rito é absorção e transformação de outro(s) rito(s).

Sei que observar o mundo como um texto comporta, em si mesmo, consequências tão significativas quanto significativas: torna-se, então, possível “emendar” ou corrigir o mundo, modificá-lo por atos de interpretação; um mundo onde tudo se transforma em objeto possível de leitura singular e/ou coletiva. Mas não se deve perder de vista as intertextualidades já mencionadas, levando-se em conta uma perspectiva atenta aos efeitos que a variação possível de um texto pode provocar sobre outro texto, constituindo sempre o escopo de uma memória social comum, amparada numa determinada concepção do passado. E essa concepção do passado, que também adoto aqui a partir das tematizações de Bakhtin, Kristeva e Todorov, é aquela que diz respeito ao fato de que esse passado não é jamais fechado definitivamente, pois, de certa maneira, encontra-se sempre em processo de (re)construção. A partir de tal perspectiva, é possível fazer emergir a noção de “hibridação dialógica”, ou seja, de um sistema de fusão de linguagens com o propósito de fabricar uma “imagem viva” dessa formação terciária, que constitui uma terceira linguagem – sempre esse elemento terceiro, inédito enquanto tal, composto e composto.

Disposições singulares

Como podemos observar por meio dos fatos sociais descritos aqui, cada indivíduo constrói, de maneira relativamente autônoma, uma “disposição de sentimentos” que permite com que ele oriente sua vida, que oriente a si mesmo. Tal disposição responde também as suas aspirações espirituais, muitas vezes concentrada numa experiência privada em relação ao numinoso, ou seja, do divino. Dito de outra maneira, pode-se observar nos fenômenos aqui descritos, uma certa mutação moderna do individualismo religioso,

onde o indivíduo realiza sua própria “bricolagem místico-esotérica”, para utilizar aqui as palavras de Danièle Hervieu-Léger.

A função do rito é complexa e por assim dizer contraditória, permitindo, como destacou Jean Cazeneuve, delimitar o universo humano no estabelecimento de uma espécie de ligação com as forças inquietantes do numinoso¹⁰. De minha parte, e à guisa de conclusão, parece-me importante que, como antropólogos, concentremos esforços no sentido de ultrapassar o debate dicotômico “religião X magia”, “sagrado X profano”, para assim abrir novas vias interpretativas para a compreensão desses rituais, em suas bricolagens e hibridações, uma via fundada não na separação de cada pólo binário, mas na reunião de ambos.

A apresentação dessas inter-ritualidades, a partir da pesquisa sobre Umbanda em suas tribulações portuguesas, mostra de maneira convincente a plasticidade – fonte de invenção – das recomposições simbólicas, atualmente em curso no campo religioso português contemporâneo, a partir do qual um número considerável de pessoas busca formas de respostas para o enigma que representa o registro do numinoso. Formas de respostas que repousam sobre a necessidade de tratar das aflições e desafios que o cotidiano humano representa e fabrica.

(Recebido para publicação em maio de 2010..
Aceito em setembro de 2010)

Notas

- 1 Marion Aubrée, François Laplantine. *La table, le livre et les esprits*. Paris: Lattès, 1990.
- 2 Pai-de-santo e mãe-de-santo – são designações utilizadas para fazer referência ao líder – masculino ou feminino – de um grupo religioso afro-brasileiro.
- 3 Terreiro é o nome do local onde se praticam as religiões afro-brasileiras.
- 4 Pais, José Machado. *Souza Martins e suas memórias sociais. Sociologia de uma crença popular*. Lisboa: Grávida, 1994.
- 5 Gilberto Freyre. *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1974.

- 6 H. Homi Bhabha. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2002.
- 7 Stuart Hall. *Da Diáspora. Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.
- 8 J. L. Austin. *Quando dizer é fazer: palavras e ação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.
- 9 Julia Kristeva. *Séméioiké. Recherches pour une sémanalyse*. Paris, Le Seuil, 1969; Mikhail Bakhtin, *Esthétique et théorie du roman*, Paris, Gallimard, 1978; Tzvetan Todorov, *Mikhail Bakhtin, le principe dialogique*. Paris, Le Seuil, 1981.
- 10 Para esse autor, os ritos podem ser classificados em três grandes categorias: o rito *tabu*, que visa proteger o homem do perigo representado pelo registro do numinoso; o rito *mágico*, que permite ao homem entrar em relação com as formas do numinoso e assim adquirir a força e o poder; e o rito *religioso*, por meio do qual o homem tenta uma síntese entre o mundo profano e o mundo sagrado.

BANDITISMO E PRÁTICAS CULTURAIS: A CONSTRUÇÃO DE UMA JUSTIÇA POPULAR

A presença recorrente na historiografia de personagens que ocupam um lugar de bandido e de herói nos levou a refletir sobre a construção e reprodução de uma memória, entre um misto de ficção e realidade, desses atores sociais. Existe uma mistura de valores que diz respeito, não só à maneira como os bandidos são colocados na função de heróis, mas também, na função de “fora da lei”, tal qual é veiculado pelas instituições judiciárias. Procuo compreender, neste artigo, as representações realizadas sobre esses atores que constroem suas vidas no “mundo das contravenções” e passam a ser vistos como “heróis populares”. Fundamentalmente, procuro compreender a constituição ou a representação realizada sobre esses personagens, como também os sujeitos constitutivos de uma “justiça paralela”.

A representação do “bandido-herói” acompanha, geralmente, três momentos. O primeiro momento é o rompimento com os laços de dominação de um sistema opressor e injusto, representado, geralmente, por um grande proprietário de terra onipotente e cruel, reforçado por um sistema jurídico frágil, ausente ou parcial, que protege os poderosos. O segundo momento é demarcado pelas práticas ou atos delituosos, dos crimes, da vida nômade e aventureira do bandido-herói. E, por último, configura-se o momento em que o bandido-herói é transvertido de protetor, justiceiro ou repartidor público.

CÉSAR BARREIRA*

RESUMO

O artigo aborda a presença recorrente na historiografia portuguesa de um personagem (Zé do Telhado) que ocupa um lugar simultâneo de bandido e herói. Trata da construção e reprodução de uma memória, entremeada de ficção e realidade, caracterizada pela mistura de valores que dizem respeito, não só à maneira como os bandidos são postos na função de heróis, mas também, na condição de “fora da lei”. O autor analisa as representações atribuídas a atores sociais que têm suas vidas construídas no “mundo das contravenções”, passando a serem vistos como “heróis populares” ou protagonistas de uma “justiça paralela”.

Palavras-chave: bandido-herói, justiça popular, patrimônio cultural, historiografia portuguesa.

ABSTRACT

This article approaches the recurring presence within Portuguese Historiography of a character – Zé do Telhado – who simultaneously occupies the roles of thief and hero. He analyzes the construction and reproduction of a memory intertwined with fiction and reality, which consists of an ensemble of values related to the way thieves are turned into heroes, however remaining in the condition of an “outlaw”. The author discusses the representations of social actors whose lives are set up within a “world of contraventions”, and thus seen as “popular folk heroes” or leading figures of a “parallel justice”.

Keywords: hero-bandit, popular justice, cultural heritage, Portuguese historiography.

* Sociólogo, professor Titular do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Endereço: cbarreira8@uol.com.br. Av. da Universidade, 2995, 1º andar. 60020-181 Fortaleza-Ce.

O lugar do “bandido social”, definido por Eric Hobsbawm, é realçado por qualidades de valentia, ousadia, força e aventureirismo. Na condição de detentor destas qualidades é colocado como herói o que sempre vence. São eles justiceiros, repartidores públicos, cangaceiros, bandleiros ou mesmo matadores de aluguel. Nesta mistura de valores e de códigos os contornos de uma determinada forma de justiça, uma “justiça paralela”, são traçados. Os valores morais são pautados, tendo, de um lado, a generosidade, a lealdade, a coragem, a independência e o desprendimento e, do outro lado, a ganância, a falsidade, a subserviência e a avareza.

O bandido pode ser o criminoso, como também o protetor, o justiceiro, o repartidor público, o herói¹. Não existe nestas circunstâncias um culpado a ser punido, mas sim, um meio social adverso, injusto, que propicia o surgimento desses bandidos-heróis.

Poderíamos dizer que a construção do bandido-herói significaria algo próximo de uma “resistência popular” às formas convencionais de mando político ou de uma estrutura injusta e excludente? E, pelo mesmo raciocínio, seria correto afirmar que a constituição de uma “justiça paralela” responde à fragilidade das instituições judiciárias?

Este estudo tem como campo analítico e empírico um personagem da historiografia portuguesa, José Teixeira da Silva, conhecido por José do Telhado, que

viveu na primeira metade do século XIX, na região do distrito do Porto. O surgimento desse personagem é explicado ou justificado, nos romances que tratam dessa figura dramática, pela miséria econômica reinante, principalmente nas áreas rurais de Portugal, bem como, pela existência de outros bandos de salteadores, o desencadear das guerras civis, o clima de forte injustiça social e a ausência de uma justiça, por parte do Estado ou de uma “justiça imparcial”. Este quadro o impeliu para uma vida fora da lei, tornado-se um bandido ou um “herói abortado”, pelas condições sociais e políticas da época. A máxima é que ele tinha consciência das injustiças sociais e apregoava então proteger os humildes, distribuindo com eles os produtos dos seus assaltos, bem como, perseguia uma moral, uma honra, tendo como corolário ou contraponto a construção de uma “justiça popular”.

A análise que desenvolvo para compreender os valores e as práticas sociais deste personagem se enquadra nas perspectivas analíticas de Eric Hobsbawm e Edward Thompson. Ressalto, neste sentido, que tanto a ordem como a desordem, o legal e o ilegal, bem como as classificações sobre as práticas conflituosas, os comportamentos desviantes têm que ser analisados como produção social. Estes citados autores trabalharam na perspectiva de compreender as rebeliões populares, principalmente dos séculos XVIII e XIX. Para Hobsbawm,

O banditismo social, fenômeno universal e praticamente imutável, pouco mais é do que um endêmico protesto camponês contra a opressão e a pobreza; um grito de vingança contra os ricos e os opressores, um vago sonho de conseguir impor-lhes alguma forma de controle, uma reparação de injustiças individuais (1987: 15).

Hobsbawm (1976) com a preocupação de construir e analisar os rebeldes primitivos, enquanto bandidos sociais, aponta nove características que os definiriam: iniciam suas carreiras de marginalidade “não pelo crime, mas como vítimas de injustiça”; “corrigem os erros”; “tiram dos ricos e dão aos pobres”; “nunca matam, a não ser em legítima defesa ou vingança justa”; “se sobrevivem, retornam a sua

gente como cidadãos honrados”; “eles são admirados, ajudados e mantidos pelos seus povos”; “morrem invariavelmente, apenas por traição”; “são – pelo menos em teoria - invisíveis e invulneráveis”; e, por último, “não são inimigos do rei ou imperador, fontes da Justiça, mas apenas da nobreza local, do clero, e de outros opressores”.

Thompson, analisando os motins ou as ações populares, do século XVIII na Inglaterra, detecta uma noção legitimadora existente nessas práticas. Por noção de legitimação, o autor, entende:

(...) que os homens e as mulheres da multidão estavam imbuídos da crença de que estavam defendendo direitos ou costumes tradicionais; e de que, em geral, tinham o apoio do consenso mais amplo da comunidade. De vez em quando, esse consenso popular era endossado por alguma autorização concedida pelas autoridades (2005: 152).

Existia no interior do processo de dominação uma “solidariedade simbólica” entre a autoridade (governo) e os pobres, classificada como uma “economia moral”. O governo não reprimia determinadas ações, de quebra da ordem, pelo fato de serem ligadas diretamente ou decorrentes da luta pela sobrevivência, da busca pelo bem-estar comum. Essas noções estavam ancoradas na tradição paternalista das autoridades inglesas².

Na montagem deste estudo utilizo, fundamentalmente, a literatura existente sobre este “bandido-herói”. Busco analisar e compreender qual a representação feita pelos autores, principalmente romancistas, sobre esse personagem, privilegiando a construção de sua trajetória como “homem honrado” e “salteador”, tendo como suporte os valores de honra, coragem e justiça. Segui a orientação de Hobsbawm que diz que este tipo de estudo não pode se limitar somente aos documentos existentes, e que é importante um contato com as pessoas e lugares dos bandidos. Nesta perspectiva, realizei algumas entrevistas, na região do distrito do Porto, área em que ele morou, como também praticou seus “grandes assaltos”. Tais entrevistas foram feitas com pessoas mais idosas e com estudiosos do tema, privilegiando

o entendimento de um universo imaginário sobre esse “bandido-herói”. Realizei uma pesquisa em jornais, do século XIX, nas cidades de Porto, Lisboa e Penafiel. Os jornais funcionaram como um contraponto, ou mesmo, como uma busca de maior veracidade de algumas informações oferecidas nos livros. Li e assisti algumas peças de teatro, bem como, entrevistei os seus diretores. Assisti, também, dois filmes, da primeira metade do século XX, sobre o José do Telhado. As peças de teatro e os filmes entram, também, como patrimônio cultural deste personagem.

Diante de uma temática bastante complexa e com um volume muito grande de informações e muito rico sociologicamente, surge uma primeira preocupação: como abordar esta temática ou como construí-la sociologicamente? Não tenho intuito de desfazer equívocos ou refutar afirmações; persigo a memória ou poderíamos dizer a “memória cultuada” sobre este personagem, bem como as diferentes representações construídas sobre Zé do Telhado. Tento compreender como se configura a construção simbólica deste personagem e, mais especificamente, a construção do seu capital simbólico.

Uma construção, uma trajetória

José do Telhado ou José Teixeira da Silva ou, simplesmente, Zé do Telhado é natural de Telhado, Freguesia de Castelões de Recesinhos, Junta de Penafiel. Zé do Telhado era filho de um conhecido assaltante Português: Joaquim do Telhado. Nasceu no dia 22 de Junho de 1818 e faleceu em 1875, em Angola, na região de Malange. É classificado pela imprensa e por alguns romancistas que se dedicaram a esse tema como o maior salteador/bandido do século XIX, de Portugal, tendo sido degredado, para a África, no início da década de 1860. É cantado e decantado por poetas, escritores, cineastas, teatrólogos e cordelistas.

Este nosso Portugal é um país em que nem pode ser-se salteador de fama, de estrondo, de feroz sublimidade! Tudo aqui é pequeno: nem os ladrões chegam à craveira dos ladrões dos outros países! Todas as vocações morrem de garrote, quando se manifestam e apontam extraordinários destinos. A Calábria é um

desprezado retalho do mundo; mas tem dado salteadores de renome. Toda aquela Itália, tão rica, tão fértil de pintores, escultores, maestros, cantores, bailarinas, até em produzir quadrilhas de ladrões a bafejou o seu bom gênio! Aí corre um livro intitulado: Salteadores célebres de Itália. É ver como debaixo daquele céu está abalizada em alto ponto a graduação das vocações. Tudo grande, tudo magnífico, tudo fadado a viver com os vindouros, e a prelibar os deleites de sua imortalidade. Schiller, Victor Hugo, Charles Nodier, se fada má lhes malfadasse o berço em Portugal, teriam de inventar bandoleiros ilustres, a não quere-rem ir descrevê-los ao natural nos pináculos da República Apenas um salteador noviço vinga destramente os primeiros ensaios numa escalada, sai a campo o administrador com os cabos, o alferes com o destacamento, o jornalismo com as suas lamúrias em defesa da propriedade, e a vocação do salteador gora-se nas mãos da justiça. A civilização é a rasa da igualdade: desadora as distinções; é forçoso que os bandoleiros tenham todos os mesmos tamanhos, e roubem civilizadamente, urbanamente. Ladrão de encruzilhada, que traz no peito à bala e o bacamarte apontado ao inimigo, esse há-de ser o bode expiatório dos seus confrades, mais alumiados e aquecidos do sol benéfico da civilização. Roubar industriosamente é engenho; saquear a ferro e fogo é roubo. Os daquela escola tropeçam nas honras, nos títulos, nos joelhos dos servís, que lhes rojam em venal humilhação; os outros, quando escorregam, acham-se encravados nos artigos 343, 349, 87, 433, 351, e mais cento e setenta artigos do Código Penal.

Diz, algum tanto, como exemplo, desta lastimável anomalia a história de José Teixeira da Silva do Telhado, o mais afamado salteador deste século (CASTELO BRANCO, 2004: 310-312).

Com estas palavras Camilo Castelo Branco, o grande romancista português, notabilizou José do Telhado. O escritor o conheceu na Cadeia da Relação

do Porto, entre 1860 e 1861, e no livro *Memórias do Cárcere*, através de um longo relato, faz, praticamente, uma biografia desse salteador português. Tal biografia, preñe de valoração social, é carregada de admiração, e, sobretudo, de cumplicidade com práticas delituosas. Camilo germina um salteador ilustre, de renome e célebre, dando asas à imaginação popular na construção de um lendário bandido romântico.

A obra do Camilo Castelo Branco, *Memórias do Cárcere*, especificamente o capítulo 26, é preñe de simbolismo para se trabalhar a constituição da memória sobre José do Telhado. Podemos dizer que é o ponto impulsionador desse quadro. Esse capítulo foi e é importante para cultivar a memória do Zé do Telhado para os letrados e também para os não-letrados, na medida em que ele foi publicado em livros populares e vendido, como literatura de cordel nas principais feiras da região³.

Este personagem da história portuguesa, conhecido como Zé do Telhado, tem como distintivo o fato de “roubar dos ricos para distribuir com os pobres”, assumindo, neste sentido, o lugar de “repartidor público”. As representações presentes nos romances sobre Zé do Telhado são geralmente bastante elogiosas. Augusto Pinto escreve:

José do Telhado, uma relevante figura do século dezenove, foi um homem de personalidade forte, que reagiu com toda a sua força às injustiças que lhe bateram à porta (...). José do Telhado não perdoou, e como na guerra já tinha optado por defender os mais fracos, assim prosseguiu, e sem se ter na conta de ladrão profissional, antes se intitulava um “repartidor público”, roubando aos ricos para seu sustento e dos seus, e entregava uma parte desses mesmos roubos aos mais necessitados (2005: 5-6).

Zé do Telhado comandou uma quadrilha de salteadores que tinha como aspectos importantes o fato de evitar “o uso da violência física”, mas, principalmente, a máxima de fazer uma classificação moral das suas possíveis vítimas. Consta que os seus roubos eram cometidos somente contra pessoas represen-

tadas como “velhacas”: mau patrão, mau esposo e homens ricos e avarentos, incluindo, nesta classificação, clérigos da Igreja Católica. Em alguns romances, são relatadas situações em que o personagem Zé do Telhado anunciava os assaltados, como também ensinava uma solução, em um misto de acordo e ameaça.

Para os ricos, algumas vezes, dava o salvo conduto, o que lhes possibilitava circular seguramente, como também os mantinham enquadrados em determinadas normas comportamentais esperadas.

Na trajetória deste personagem mesclam-se, sempre, as figuras de um homem honrado e de um quadrilheiro, tendo como forte ingrediente, como é comum na vida de “bandidos-heróis”, uma grande paixão. No seu caso a paixão por uma prima, conhecida por Aninhas. Tal paixão configura um homem com sólidos princípios morais, leal e galante, sendo cobiçado por várias mulheres, mas mantendo sempre a fidelidade a sua escolhida. Depois de não obter permissão para casar com a prima (decorrente do fato de não possuir uma boa condição econômica) faz uma “jura de amor” e parte para outros lugares, quase um exílio, em busca de riqueza e, fundamentalmente, de respeito. Reproduz, no fato de partir, de migrar, as trajetórias de outros heróis populares. Ele segue para Lisboa, para assentar praça no quartel.

Os relatos existentes sobre a sua vida destacam atributos qualificativos, como por exemplo: sentido de liderança, fortes princípios morais, coragem e valentia. Zé do Telhado teve uma vida militar, vinculando-se intensamente ao exército do General Sá da Bandeira, sendo inclusive condecorado com a medalha “Torre e Espada”, por sua bravura, mas principalmente pela lealdade ao seu comandante.

José do Telhado depois de uma vida conturbada, entre assaltos e participação na guerra civil portuguesa de meados do século XIX, é preso e condenado ao degredo na África. Ele viveu em Xissa, Angola, região de Malange, até os últimos dias de sua vida, e era considerado “um branco bom”. Augusto Pinto relata que “os negros mais pobres (de Angola) durante muitos anos iam chorar, ajoelhados aos pés da sua campa, evocando ali muitas vezes o nome do pai dos pobres” (2005: 342). Consta que na África desapareceu o salteador e reapareceu o herói, com fortes valores morais, de generosidade, lealdade, coragem e desprendimento.

Memória, patrimônio e valores sociais

Na tentativa de compreender, um pouco mais, como um personagem, cuja representação social oscila entre um enaltecimento e uma negação, entre fatos que marcam a vida de um bandido e de um herói, consegue notoriedade perpetuada por mais de um século, busquei alguns traços de sua trajetória. Interessei-me em analisar como a biografia do Zé do Telhado é contada, quais os aspectos que são destacados e outros negados, ou não ditos, não revelados.

Um dado importante é a construção de um “patrimônio cultural”, sedimentado desse personagem, que possibilita o surgimento de uma “memória material”.

Uma “memória louvada” passa a ser construída pelos escritores, teatrólogos, cineastas e narradores, negando, em princípio, um possível lado violento, agressivo e cruel. Os textos escritos sobre este personagem, nesse estudo, ganham duas dimensões: aparecem como fonte de dados e como patrimônio cultural construído e amparado na figura de José do Telhado.

Um dado bastante recorrente, em sua memória, é o lado romântico e galanteador, negando ou desconstruindo aspectos de rudeza e violência. Aspectos estes constituintes, respectivamente, dos homens das aldeias e dos bandidos. O romance com Aninhas é cantado e decantado, carregado de juras de amor e fidelidade. A partir da negativa de obter “a mão de Aninhas”, passando pela vida de salteador, até a partida para o degredo, o casal é sempre apresentado dentro de um contexto de paixão e romantismo. No período em que morou no Brasil, segundo os romancistas, não suportou a saudade de Aninhas e teve que retornar para Portugal. Nos textos aparece, constantemente, o enfrentamento do perigo para visitar sua esposa, criando-se uma relação de superação do medo pela saudade. O lado galanteador para com as mulheres lhe rendeu amores platônicos, mas principalmente cumplicidade que facilitava suas espetaculares fugas após os assaltos. Constituíam-se uma figura que mesclava os atributos de protetor das mulheres e de um “Dom Juan”. No final dos assaltos ele sempre saía beijando as mãos das damas e fazendo elogios à beleza feminina. Mantinha uma postura de cavalheiro, mesmo

em situações delicadas, com algumas mulheres que exigiam cenas de amor.

Os valores, ressaltados anteriormente, de bondade, generosidade e desprendimento são atributos constantes nas representações sobre este personagem. As máximas são repetitivas em diversos livros que tratam deste autor: “a inata bondade de José do Telhado aconselhava-o a poupar a quem o rodeava, aos próximos”; “Ele era generoso, de uma generosidade particular, os humildes e necessitados viam nele um desvelado protetor que a providencia divina lhes enviou”. O lado de generosidade e desprendimento o colocava como salteador altruísta, sem apego aos bens materiais ou aos lucros dos assaltos. Nas narrações obtidas sobre José do Telhado, na região de Malange – Angola, é definido como um “branco bom, protetor dos negros”.

Do mesmo modo, outro conjunto de valores como coragem, valentia e firmeza punha Zé do Telhado em uma posição de superioridade e destaque diante dos outros, como que evocando o desempenho de papel messiânico de protetor, líder e condutor. São narrados diversos acontecimentos nos quais ele era chamado ou evocado na condição de líder. É importante ressaltar que esses atributos configuram também um “bandido-herói”.

Outro aspecto bastante destacado em sua trajetória, na literatura, é o senso de justiça, construindo, em princípio, uma possível “justiça popular”. José do Telhado ministrava justiça a seu modo: “Eu só vou tirar aos que têm mais para dar aos que têm menos... que proibia que alguma vez se tirasse aos pobres e aos que viviam honradamente do seu trabalho e que as mulheres seriam sempre respeitadas” (Suplemento do jornal *A Capital*, 8/8/1981).

Em uma construção simbólica, este personagem aparece como fruto do período histórico português, mas, fundamentalmente, do “destino”, retirando qualquer possibilidade de culpá-lo pelos seus atos. A justificativa do “destino” entrecruzada com uma herança, que vinha do pai e de um tio-avô, os quais já fomentavam o terror na região surge constantemente: “Eu pertencer a uma quadrilha de ladrões? Será que tenho razões suficientes para dizer que não sou eu o culpado? Ou isto faz parte do destino de cada um? Então José do Telhado levou os seus pensamentos até

a sua mais tenra idade, lembrando-se da saída de casa do pai aos catorze anos, da ‘profissão’ de que ouvia falar tanto em relação a este como até ao seu avô, e mais recentemente o seu irmão Joaquim, os quais eram todos conhecidos como salteadores” (PINTO, 2005, 71).

Existe uma frase, que é colocada como sendo do Zé do Telhado e que aparece em diversos livros, que diz: “É sina! A fatalidade obriga-me a receber a herança do meu pai, que eu queria repudiar, meu irmão não resistiu à voz do sangue, a desgraça atira-me para o mesmo charco. Cumpra-se o destino”.

Corroborando com essa idéia de “destino”, que como diz um ditado popular, “com destino nem Deus pode”, surge constantemente, na biografia do Zé do Telhado, referência a “tentações” que ele teve que enfrentar. Tentações com forte teor cristão, no sentido de ser testado. As tentações das mulheres, para traír Aninhas e as convocações (tentações) por parte de salteadores (“maus elementos”) para entrar na quadrilha, no grupo de malfeitores. As tentações ou convocações eram carregadas de dimensões simbólicas: de ausência de um líder ou de uma pessoa com sentimentos nobres. Nesta perspectiva, as tentações, surgem com novos apelos: “Não serás um ladrão e sim um repartidor público” (PINTO, 2005, 72).

Depois de “cair em tentação” ou “seguindo o seu destino”, Zé do Telhado entra no grupo, conhecido como a Quadrilha do Marco, como referência ao Concelho do Marco de Canaveses, já ocupando a posição de líder, estabelecendo diversas regras de comportamento:

De hoje em diante, a malta aqui reunida não será um bando de ladrões. Governamo-nos, mas eu só vou tirar aos que têm mais, para dar aos que têm menos. Proíbo, ouvi bem: proíbo!, que alguma vez se tire aos pobres e a todos aqueles que vivem honradamente do seu trabalho. Nesta nossa comunidade, também não consinto que se matem pessoas; e só usaremos a força quando resistirem e nos obrigarem a isso. Também não admito que ninguém se aproveite da ocasião para abusar das mulheres. (...) De hoje em diante, eu só estou como Repartidor Público. Tudo

o que tirarmos aos outros não será só para nós. Uma parte é para os pobres (CASTRO PINTO, 2007: 68-69).

A suposta obediência a tais regras, por um grupo sob o comando de Zé do Telhado, diferencia-o de outros grupos de salteadores, mas fundamentalmente, contribui para configurar, mesmo nas práticas delituosas, a figura ambígua de bandido-herói, transvertido de “repartidor público”. Nesta perspectiva ganha concretude uma frase recorrente nos textos e narrações: “era um ladrão, mas era um ladrão bom”.

Em 1849, participa do 1º assalto realizado contra o solar do Sr. Maciel da Costa, na freguesia de Macieira Porto. Em 1852, ocorre o assalto ao Solar de Carrapatelo, considerado, pelos seus analistas, o mais importante e com maior divulgação. A partir deste assalto foi feito um grande cerco para a prisão de Zé do Telhado. A imprensa do Porto e uma boa parte da população começaram a exigir um maior empenho das autoridades. Esse assalto maculou bastante a trajetória (considerada correta) do Zé do Telhado nos assaltos, em decorrência de dois aspectos. O primeiro é que ele ocorreu no mesmo dia e poucas horas depois do funeral do dono da casa. O segundo é que um trabalhador da casa foi assassinado barbaramente⁴.

Como dito em partes anteriores, este personagem se inscreve em um momento da história portuguesa com graves crises política, econômica e social. Esse período, em meados do século XIX, é marcado pela existência de guerrilhas no campo, guerras civis, existência de diversas facções políticas, revoltas populares (as principais foram a revolta da Maria da Fonte e a Guerra da Patuléia), e a escassez de alimentos, principalmente, nas áreas rurais, havia uma crise de subsistência. Essa época é classificada, pelos estudiosos, como um período agitado e turbulento das lutas civis, predominando desmandos e arbitrariedades das autoridades, o que possibilitava ou impulsionava as organizações populares. Tais organizações terminaram sendo o celeiro onde eram arregimentados os futuros combatentes nas guerras de facções políticas.

Como diz Augusto Pinto:

(...) uma estúpida guerra civil, em que pra-

ticamente os envolvidos nem sabem por que lutam. Uma guerra civil é a pior escola que qualquer pessoa pode freqüentar, pois tudo se pode fazer sem temer qualquer lei; fica sempre a ganhar aquele que mais matar e mais roubar, pois são estas façanhas que dão baixas ao inimigo e certo prestígio a quem as pratica (2005: 15).

É importante reter que, nos textos escritos e nas narrações dos entrevistados, aparece claramente esse contexto político como responsável pelo surgimento do salteador Zé do Telhado. A situação política aparece constantemente nas explicações: “é a política, desde que os Cabrais venceram não houve sossego para o Zé do Telhado. Alguns mudaram de lugar para sobreviver”. A perseguição ao Zé do Telhado decorre do fato de ele ter sido sargento patulêia e combatido contra os Cabrais. Consta, nos textos, que uma propriedade dele foi extorquida e os empréstimos, que ele foi obrigado a fazer, para sobreviver, foram sempre com juros muito elevados. Em determinado momento de sua vida, José do Telhado diz: “Eu nunca me meti em política, os senhores oficiais é que me meteram nela” (CASTRO, 1980, 11).

Nas narrações e nos livros é citado o fato de Zé do Telhado ter solicitado um lugar de Guarda do Controle no Porto e este lhe haver sido negado, com claras demonstrações políticas.

Atos heróicos e uma justiça popular

Na trajetória deste “bandido-herói” é importante reter também, para uma análise mais aprofundada, o sentimento de justiça e de honra, configurando uma possível “justiça paralela” ou a construção de uma “justiça popular”. Esta prática vai sendo constituída em diversas situações. Zé do Telhado dizia sempre ao seu bando, “os ricos e os políticos é que hão de pagar para os pobres”, fazendo uma crítica ao sistema social e político injusto e, ao mesmo tempo, justificava os seus atos delituosos. Para alguns escritores, estas palavras, decorriam do fato de ser um salteador inteligente, culto, de boas maneiras e com conhecimentos de estratégias militar.

Nesta dimensão colocava-se como repartidor

público, fazendo justiça, em um posto outorgado pelo povo:

(...) Os políticos têm sido a desgraça dos pobres. Prometem tudo, mas só prometem o que eles muito bem querem. Aos pobres passam a vida a mentir-lhes. De hoje em diante serei repartidor público. Podes dizê-lo a toda a gente. O povo há-de sabê-lo. E também quero que as autoridades o saibam. Porque este encargo foi-me dado pelo povo (CASTRO PINTO, 2007: 70).

Os rompantes de uma construção de justiça aparecem nos diálogos a ele atribuídos. Um diálogo sugestivo dessas ações é sempre reproduzido nos romances, sobre este personagem:

Em uma certa noite assaltou um lavrador abastado que namorava uma moça e ia visitá-la quase todas as noites. O rapaz teve que entregar o relógio, uma pulseira e algumas moedas para o Zé do Telhado.

- E disse: uma hora dessas você deveria estar em casa dormindo e não assaltando.

- E o Zé do Telhado teria dito e você também. Eu aproveito as trevas da noite para assaltar quem passa e você para ir ter com a rapariga. Tudo é roubar. Eu roubo dinheiro e você a honra de uma mulher. Qual de nós é mais ladrão?

Meses depois a moça aparece grávida e tinha sido abandonada pelo rapaz.

- O Zé do Telhado se encontra com o rapaz e diz: Há poucos meses encontramos-nos os dois de noite, ambos a roubar. Eu arrependi-me, e venho devolver o relógio, a corrente e o dinheiro que lhe roubei. Na certeza de que, se dentro de um mês você não tiver restituído à rapariga o que lhe roubou, casando com ela, é um homem morto.

Dias depois o lavrador casou (CASTRO PINTO, 2007: 98).

As ações em defesa dos pobres, dos humildes e das mulheres são recorrentes. Uma vez obrigou um

padre a realizar um batizado, de graça, de uma criança pobre, cuja mãe não tinha dinheiro para custear as despesas. Em outra situação, roubou uma “junta de bois” para dar a um pobre lavrador que não dispunha de dinheiro suficiente para a compra e o vendedor não aceitou a proposta do trabalhador; tendo, inclusive, humilhado o lavrador. Depois do ato consumado, Zé do Telhado diz: “isto é para aprender a não humilhar os humildes e deixar de ser tão avarento”.

Ganha destaque nas narrações e nos textos a forma ousada e destemida como enfrenta as autoridades e os poderosos, em defesa dos pobres e dos oprimidos. Essas ações são realçadas nas peças de teatro e nos filmes existentes sobre este personagem, ganhando importância o lado austero e não-subserviente.

É importante destacar as representações que surgem, nesta perspectiva, de um Robin dos Bosques “que tirava dos abastados e ricos sovinas para distribuir pelos necessitados honestos e labutadores”. São construídas as classificações, como dito anteriormente, que só roubava dos ricos sovinas e maus patrões, para distribuir com os necessitados e honestos trabalhadores.

As proezas ou atos heróicos são recorrentes nas representações sobre este personagem. Provavelmente, o primeiro ato de heroísmo praticado em sua região ocorreu na defesa de um amigo que estava quase sendo morto, em uma briga, na Feira de Penafiel. Os aspectos importantes dessa briga decorrem do seu amigo está sendo acusado, injustamente, de um ato não cometido, bem como, haver um total desequilíbrio de litigantes, bastante desfavorável para o Zé do Telhado e para o seu amigo. O saldo dessa disputa é que o nosso herói saiu muito ferido, quase à beira da morte.

Quando era Lanceiro da Rainha salvou um jovem, em uma procissão em Lisboa. Este jovem estava sendo arrastado por um cavalo, em alta velocidade, e foi socorrido, heroicamente, por José do Telhado. Nessa mesma procissão ele dominou um touro furioso, que tinha fugido do seu estábulo e que atacava a multidão.

Contam, também, proezas de Zé do Telhado em sua viagem de degredo, salvando uma mulher que se encontrava no interior de um navio em chamas e ninguém se habilitava para resgatá-la.

Neste tom épico, Eduardo Noronha (s/d), romancista e autor de várias obras sobre este personagem, diz que “José do Telhado foi ungido a sacerdote para dar a extrema-unção a uma moça que estava agonizando”.

Zé do Telhado serviu em Lisboa no 2º Regimento de Lanceiros, tendo participado da Revolta dos Marechais (1837), integrando a comitiva do Marechal Saldanha, mostrando suas qualidades de corajoso, destemido e valente. O lado heróico começa a ser configurado.

Em 1837 participa também da Revolução Popular, servindo a Junta como ordenança de Sá da Bandeira. Salva a vida deste, recebendo a Medalha da Torre e Espada.

O capital militar do Zé do Telhado, obtido quando este serviu nos Lanceiros da Rainha e, principalmente, sua participação nas guerras civil foram bastante úteis nas suas práticas como salteador.

Campos Monteiro, que escreveu um livro sobre Zé do Telhado em 1930, baseado em depoimentos de pessoas idosas, que conheceram o salteador, bem como, no relato do processo judicial, deste personagem, afirma que a quadrilha foi organizada de forma o mais militarmente possível. Ele era o Chefe e tinha um ajudante. Os salteadores eram divididos em três categorias: chefes de divisão, divisionários e auxiliares. Existiam quatro divisões cada uma com cinco homens. Os auxiliares eram os informantes, os quais não participavam dos assaltos, mas recebiam as suas cotas do “lucro”.

Campos Monteiro (2001) diz que a composição da quadrilha era bastante eclética tendo dois indivíduos com autênticos títulos de nobreza, um padre, lavradores pobres e prostitutas, que serviam, fundamentalmente, como informantes.

Depois do assalto a Carrapatelo, uma grande parte da quadrilha é presa e condenada.

É importante destacar que dentro de um clima de aceitação, negação e medo quase toda a população sabia quem eram os quadrilheiros, como viviam e onde moravam. O ato de não denunciar decorre de insegurança e medo, mas fundamentalmente, de uma aceitação social. Tal aceitação resulta da não-classificação das práticas dos bandidos sociais

como delituosas, bem como do fato de a população pobre necessitar de protetores e defensores.

Zé do Telhado dominou, assaltando nas estradas e nas quintas das pessoas mais abastadas da região, durante quase uma década em uma vasta área do Norte do país. Apareceu tanto na zona Amarante como no Douro e no Minho, freqüentando a serra do Marão e as estradas de Barcelos e Braga, assim como as feiras de Penafiel, Vila Meã, Vila Verde e Pico.

Um historiador, autodidata, residente em Vila Meã, e grande conhecedor da vida de José do Telhado, faz uma boa síntese das representações construídas sobre este personagem:

A história do Zé do Telhado é uma história popular. Toda a gente conhece o Zé do Telhado. E toda a gente fala do Zé do Telhado com simpatia. Era o Robin dos Bosques cá do sítio... ele era especial... naturalmente que na época, as vítimas não sentiram as coisas assim. Ele foi ferozmente perseguido, mas ele era um estrategista, de maneira que foi muito difícil apanhá-lo, mas acabou por ser apanhado, e a história acabou. Ele acabou por ir para Angola. Teve uma fase em que os pretos o consideravam quase um Deus, embora tivesse depois morrido na miséria, mas fez sucesso em Angola, lá entre os pretos, foi uma figura simpática para eles, ele continuou como uma personalidade especial até ao fim (entrevista realizada com José Mário Carvalho, em fevereiro de 2008).

Finalizando, é importante ressaltar que existe atualmente uma disputa simbólica em relação aos bens culturais do Zé do Telhado. O próprio personagem Zé do Telhado passa a ser disputado como capital cultural da região. Esta disputa configura-se de diversas maneiras: pelo lugar que ele nasceu, pelas casas que lhe pertenceram ou nas quais ele morou, bem como os principais lugares que ele assaltava, ou distribuía o resultado dos assaltos. Nesta perspectiva, é sedimentado um vasto patrimônio cultural, como por exemplo: uma Rua Zé do Telhado, um largo Zé do Telhado, um Hotel José do Telhado, um vinho Zé do Telhado (constando no rótulo uma pequena história

deste personagem), um edifício Zé do Telhado, uma receita de bacalhau Zé do Telhado e uma empada Zé do Telhado. Existe uma disputa sobre qual seria realmente a casa de José do Telhado: uma casa em ruína, que consta em diversos folhetos; uma casa em que, provavelmente, ele residiu após o casamento com Aninhas, atualmente bastante transfigurada, e uma casa tombada como patrimônio cultural, que deve ter sido construída no início do século XX.

O dado importante, desse patrimônio cultural do José do Telhado é que ele realimenta e sedimenta uma memória e as representações sociais sobre um personagem que configura com todas as letras um “herói popular”.

(Recebido para publicação em julho de 2010.
Aceito em outubro de 2010)

Notas

- 1 Thomas Carlyle, no livro **Os heróis**, que trata dos grandes homens, refere-se a seis tipos de heróis: herói como divindade; herói como protetor – Maomé; herói como poeta – Dante; herói como sacerdote – Lutero; herói como homem de letras – Rousseau; herói como rei – Napoleão.
- 2 É importante ressaltar que essa prática, classificada como uma “economia moral”, vai ser encontrada nos períodos de estiagem nos sertões do nordeste do Brasil, diante das ações dos trabalhadores definidas como “saques”.
- 3 Encontrei várias versões deste texto de Camilo Castelo Branco, em edições populares. Quase todas as publicações, se não todas, têm como grande fonte o trabalho deste romancista. Reproduzindo as virtudes e os defeitos, como datas e fatos não-verdadeiros. Podemos colocar como exceções um livro de literatura de cordel, publicado em 1898, de autor desconhecido, e o livro de Campos Monteiro que se baseou nos processos judiciais e em sobreviventes do tempo de Zé do Telhado.
- 4 Alguns entrevistados acham que deve ter havido um contato anterior de Zé do Telhado com o dono a casa, e que este, provavelmente, não cumpriu o acordo ou não cedeu qualquer quantia.

Referências bibliográficas

CASTRO, José Manuel de *Zé Telhado*: Tipografia Guerra. Viseu. 1980.

CASTRO PINTO, José Manuel de. *José do Telhado: culpado e inocente*. Lisboa: Plátano Editora, 2003.

..... *José do Telhado: o Robim dos Bosques portugueses?: vida e aventura*. Lisboa: Plátano Editora, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

HOBSBAWM, Eric J. *Rebeldes Primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2ª edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

Jornal A Capital, Portugal

MONTEIRO, Campos. *José do Telhado e os seus Quadrilheiros*. Amarante: Edições do Tâmega, 2001.

NORONHA, Eduardo de. *José do Telhado em África: romance baseado sobre fatos históricos*. 4ª edição. Porto: Domingos Barreira, 1984.

NORONHA, Eduardo de. *José do Telhado: romance baseado sobre fatos históricos*. 4ª edição. Porto: Domingos Barreira (s/d).

PINTO, Augusto. *Quem foi José do Telhado*. Lisboa: Moderna Editorial Laves, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

EMPRESÁRIOS PORTUGUESES E A “CAUSA EUROPEIA”: INTERESSES E IDEOLOGIAS, CONSENSOS E DISSENSOS

Introdução

A integração de Portugal à Comunidade Econômica Europeia (CEE) foi tocada pelo Partido Socialista (PS), como sua *causa política* maior na conjuntura 1977-1986. Estes anos assinalam, respectivamente, a apresentação formal à CEE do pedido de adesão feito pelo primeiro-ministro Mário Soares e a consagração de Portugal como membro de pleno direito da Comunidade. Tendo em vista a hegemonia do PS ao longo desse tempo, as ações externas e internas implementadas pelo governo objetivando a integração podem ser percebidas como um programa de governo na maior extensão do período considerado. O bordão *A Europa conosco*, cunhado pelo PS, é expressivo disto (ROYO: 2005: 36).

Estudos que analisam especialmente os processos políticos transcorridos em Portugal a propósito do tema (PINTO: 2005) revelam apoios e contestações originários de distintos flancos onde se situam os partidos¹. Contra a causa socialista opõe-se de forma contundente o Partido Comunista Português (PCP), porque temeroso da expansão do imperialismo em Portugal. No flanco da direita, o Centro Democrático Social (CDS) prestou seu apoio sem restrição², enquanto que o Partido Social Democrata (PDS),

MARIA AUXILIADORA LEMENHE*

RESUMO

O estudo tem como objetivo analisar diferentes posições assumidas por empresários portugueses relativas ao ingresso de Portugal na Comunidade Econômica Europeia – CEE. São tomados como marcos temporais o “25 de abril” de 1974, que assinala a queda do regime Salazar-Caetano, e janeiro de 1986, quando é formalizado o ingresso de Portugal na CEE. Foram objeto de análise empírica posições ideológicas e condutas políticas tomadas por empresários aglutinados em duas entidades de maior expressão política em Portugal: Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) e Associação Industrial Portuguesa (AIP). Buscou-se construir os nexos explicativos das particularidades de cada uma das entidades, mediante o exame comparativo de suas trajetórias e circunstâncias históricas de natureza sociopolítica e econômica portuguesas.

Palavras-chave: empresário português, União Europeia, interesses corporativos.

ABSTRACT

This study aims at analyzing different stances taken by Portuguese entrepreneurs involving Portugal's admittance to the European Economic Community – EEC. Two dates are selected for this end, namely, April 25, 1974, that marks the fall of the Salazar-Caetano regime, and January, 1986 that indicates Portugal's entrance to EEC. Ideological stances and political behavior shown by entrepreneurs huddled together under two major Portuguese entities were considered in the empirical analysis: Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) and Associação Industrial Portuguesa (AIP). The investigation is an attempt to build up the explanatory links involving idiosyncrasies of each one by means of a comparative examination of their trajectories and historical circumstances of a sociopolitical and economic nature.

Keywords: portuguese entrepreneur, European Union, corporate interests.

* Socióloga, Professora Associada do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará. Endereço: Av. da Universidade, 2995, 1º andar, Benfica, 60020-181, Fortaleza/CE – Brasil; e-mail: lemenhe@secrel.com.br.

partido de centro-direita, “defendeu uma aproximação matizada” (PINTO, 2005: 39). Quanto à posição dos empresários, referindo-se às duas maiores entidades do País (Confederação da Indústria Portuguesa, CIP, e Associação Industrial Portuguesa – AIP), o citado autor identifica convergência da parte de ambas com a ideia da integração de Portugal à CEE, “ainda que com tonalidades diferentes” (PINTO, 2005: 39). Considera “ocasionais” os ataques da CIP à causa da adesão e formula a hipótese de que as contestações “reflectiam mais uma tentativa de negociação [do governo português com a Comunidade Europeia] mais agressiva do que uma oposição de princípio...” (PINTO, 2005: 39/40). Quanto à AIP, fundamentando-se em estudo de LUCENA & GASPAR (1991: 899), Pinto considera que a aceitação tácita da mesma esteve fundada em pragmatismo “do tipo *on sengage et puis on vera*”.

Tendo em consideração análises precedentes³, a partir de evidências passíveis de serem tidas como até banais, indago: que razões impulsionam os dirigentes da AIP a saudarem o ato de consagração da adesão como “um grande evento da história de Portugal” e os da CIP a deixa-

rem desocupada a cadeira destinada pelo cerimonial naquele ato a seu presidente? Se é certo que há alguma particularidade reconhecida nos modos pelos quais cada uma das entidades manifestou sua adesão, que modos particulares são esses?

Busquei construir os nexos explicativos das particularidades mediante o exame comparativo das trajetórias de ambas as entidades, partindo do princípio segundo o qual distintos percursos teriam configurado modos singulares de representação de interesses corporativos e de suas expressões políticas e ideológicas. Circunstâncias históricas portuguesas, de natureza sociopolítica e econômica, concorrem também para a composição do quadro explicativo pretendido.

Esclarecimentos metodológicos

Tendo em vista a problemática em exame, tomei como marcos temporais principais o “25 de Abril” (1974), data e nome do movimento que assinala a queda do assim chamado Estado Novo, e o início de 1986, quando Portugal tornou-se membro de pleno direito da Comunidade Econômica Europeia. Recuos e avanços feitos relativamente a esse período decorrem da intenção de ampliar o escopo de minhas reflexões e assim tentar escapar das sínteses apressadas e inconsistentes.

Consultei de forma exaustiva matérias publicadas em revistas, boletins e livros editados por ambas as entidades⁴. Pressupondo que discursos de dirigentes de entidades de classe condensam ideias hegemônicas em seu meio e que, sobretudo, são instituídas como “palavra autorizada” (BOURDIEU, 1989) e como tal são reconhecidas por audiências que transcendem o espaço onde as mesmas são constituídas, analiso matérias assinadas pelos dirigentes e, em menor extensão, aquelas anônimas, mas veiculadas em nome da entidade.

Resta esclarecer as razões de haver centrado o estudo naquelas duas entidades. Tal detalhe se justifica especialmente em decorrência do pouco que nós brasileiros conhecemos sobre a estrutura portuguesa de representação de interesses de classe. Desenvolvendo projeto de pesquisa sobre o tema das relações entre os empresários da indústria portuguesa e o Estado⁵, deparei-me com uma complexa e segmentada estrutura, constituída em tempo relativamente recente. Tão logo foram dissolvidos pela “Revolução

dos Cravos” os dispositivos do sistema corporativo do regime salazarista – que restringiu e também protegeu as ações das classes proprietárias – desde o primeiro ano da “Revolução”, a partir da iniciativa dos empresários, foram sendo criadas associações patronais, inseridas nos diversos setores e subsetores das atividades econômicas. Uma das consequências desse processo é a existência, hoje, de um grande número de entidades empresariais distribuídas na pequena extensão territorial do País. Tendo como referência o setor industrial, por exemplo, existem associações organizadas por ramos industriais; segundo circunscrição político-administrativa (municipal, regional e nacional) e segundo a natureza dos filiados.

Indagações principais que orientavam a pesquisa e razões de ordem prática apontaram para a conveniência de tomar como campo de observação associações mais abrangentes, isto é, que congregam filiados mais diversificados e que, por suas ações na esfera pública, revelam maior inserção na vida política portuguesa. Duas entidades têm tais atributos: a Confederação da Indústria Portuguesa (CIP) e a Associação Industrial Portuguesa (AIP). A primeira tem existência mais recente (1974), agrega associações de empresários dos diversos ramos da indústria – circunstância que parece justificar o termo Confederação apostado ao nome de uma entidade presente em uma estrutura na qual inexistem federações – e é a única do segmento industrial que, de direito, tem assento em órgão do aparelho estatal, o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS). Por circunstâncias históricas que serão mais adiante referidas, a CIP se fez porta-voz dos grandes empresários, ainda que congregue o conjunto dos industriais. A segunda é de formação mais remota (1837). Seus filiados são, sobretudo, presidentes/prorietários de empresas não exclusivamente do ramo industrial. Integram-na, também, associações que congregam empresários dos setores industriais e dos serviços com bases territoriais diversas.

À guisa de síntese, considero que as relações entre cada uma das entidades e os governos e as relações entre ambas, em termos genéricos, podem ser assim descritas: a) A AIP no período em exame exibiu permanente posição pública de convergência com os governos; b) A CIP, à exceção de alguns curtos e raros

momentos em que buscou provar convergências com dirigentes, colocou-se em enérgica posição pública de conflito com os mesmos. c) Ambas disputaram entre si o poder no espaço corporativo dos empresários de forma nem sempre velada ao público externo.

Portugal no contexto das organizações internacionais: breves considerações

Os caminhos que conduziram a inserção de Portugal na Comunidade Econômica Europeia foram tortuosos para o país e, tudo indica, demandaram da parte da Comissão Europeia avanços e recuos táticos durante quase duas décadas. Duas ordens de questões teriam concorrido para tanto: de um lado, França e Itália fizeram restrições a Portugal, e ainda mais à Espanha, por temerem a concorrência dos têxteis, produtos agrícolas e da pesca; por outro, pretendeu a CEE que ambos os países da Península Ibérica promovessem elevação dos padrões de desenvolvimento (ROYO, 2005: 37), especialmente que estabilizassem as contas nacionais. Assim, o acordo definitivo foi precedido por alguns outros que envolveram créditos a fundo perdido para investimento em infra-estrutura e qualificação de mão de obra. As breves considerações feitas a seguir têm como objetivo clarear os argumentos elaborados a respeito das particularidades das posições assumidas pelas entidades empresariais frente à integração do País à CEE.

Comparativamente a outros países da Europa, em particular àqueles de desenvolvimento econômico incipiente, como Itália, por exemplo, que compôs o grupo de países fundadores da CEE (1957), Portugal teve ingresso tardio (1986). Os estudiosos do tema convergem ao encontrarem nas posições políticas e ideológicas hegemônicas na vigência do regime de Salazar, ou no chamado Estado Novo, as causas decisivas do referido retardo e as características que assumiram as tensões internas ao País, quando estiveram em pauta tentativas ou oportunidades apresentadas a Portugal para firmar acordos com entidades internacionais ou consagrar sua participação plena nas mesmas⁶. A expressão “nacionalismo autoritário” sintetiza as condicionantes dos movimentos de afastamento e

aproximações, usualmente temerosos, de Portugal em relação aos organismos internacionais, durante mais de quatro décadas de vigência do regime salazarista (1930-1974)⁷. Segundo formulação de Pinto,

O Estado novo colocou a transcendência da “nação”, e a interpretação do seu interesse, no centro do discurso político e ideológico, quer no campo interno, quer, sobretudo no seu ocaso, no campo das opções internacionais. Salazar recolheu a contribuição ideológica de várias correntes da direita conservadora e reacionária portuguesa do início do século XX, todas elas imbuídas pela procura de modelos de “regeneração nacional” no mercado europeu das ideias (2004: 60).

De igual modo, esse Estado implementou a apropriação da síntese entre nacionalismo e colonialismo, presente no imaginário político português em contextos anteriores da história do País e “transformou-a num dos dogmas mais duráveis da sua existência política... esta fusão transformou-se progressivamente no pólo central do nacionalismo do Regime de Salazar” (PINTO, 2004: 61). Mais do que antes, na vigência do regime, enraizou-se a ideia de que a grandeza da nação estava fundada na grandeza do império. Tal representação ganha novos contornos quando,

(...) prevenindo-se perante o início da época da descolonização, Portugal e as suas colônias, agora designadas como ‘províncias ultramarinas’, passaram constitucionalmente a formar um mesmo Estado ‘uno e indivisível’, sem qualquer traço de dominação formal da metrópole (PINTO, 2004: 61).

Acrescenta o autor citado que a teoria do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre contribuiu para a legitimação da representação de Portugal como uma nação-império.

Os movimentos tendentes à instituição de organizações de cooperação internacional, que se anunciaram no pós-guerra, despertaram um misto de descrença e desconfiança no chefe de governo português (ROLLO, 1998). Levados em conta os obstáculos interpostos pelo regime às relações econô-

micas e políticas de Portugal com países da Europa e com os Estados Unidos, da parte da elite dirigente, o fervor nacionalista português, cultivado como ideologia de Estado, poderia ser interpretado como um nacionalismo de tipo defensivo, e, como tal, muito distinto daquele herdeiro da tradição iluminista de que nos fala Guibernau (1997: 60/67). Segundo análise de Rollo (1998), Salazar resistiu aos acordos de cooperação dos organismos internacionais. Se, imediatamente ao término da Segunda Guerra, no contexto das discussões em torno da criação das Nações Unidas, manifestou sua concordância relativa ao papel de um organismo daquela natureza, o fez porque o percebeu como fundado na ideia da autonomia das nações. É o que se pode depreender da leitura do trecho de discurso de Salazar, proferido em Maio de 1945 (*apud* ROLLO, *op. cit.*: 52).

Seja qual for a evolução futura das sociedades humanas, que convém deixar entregues ao pendor natural das suas necessidades, as nações serão a perder de vista no tempo a base natural e mais simples de uma organização mundial. Nem federações artificialmente decretadas e impostas, nem super-Estados hegemónicos com seus Estados-vassallos, nem organizações de interesses em quadros acima das nações poderiam exceder em simplicidade, eficiência e colaboração uma organização dos agregados nacionais⁸.

Tal “espírito” resulta, por exemplo, na participação de Portugal – relativamente tardia se comparada aos demais – no rol dos países da Europa beneficiários do Plano Marshall. Nas razões da recusa incidem os receios em relação à hegemonia americana na Europa e, sobretudo, o temor da expansão americana na África. Perder as colônias para a nova força hegemônica (como para qualquer outra nação) significava dissolução do mito da grande nação-império. Acrescenta-se, ainda, que contestações europeias e americanas ao regime ditatorial também alimentaram a recusa. Contudo, um temor maior, o do comunismo, acaba fazendo Salazar capitular ao apoio econômico dos Estados Unidos. Assim argumenta Maria Fernanda Rollo (*op. cit.*: 54): Portugal estava acuado entre o te-

mor do avanço americano e o do perigo comunista. Por fim, as alianças renovadas com a Inglaterra e a expectativa ou real proteção daí advinda, somadas ao pragmatismo gestado na imediaticidade da situação de crise econômica, também concorreram para fazer Portugal pender para apoios e acordos externos como os acima mencionados.

Contudo, desse posicionamento nenhuma capitulação ideológica resultou, como considera Rollo (*op. cit.*: 52). Vários tratados de cooperação europeia, desde final dos anos cinquenta – na visão de Salazar, orientados por intenções federativas, vale dizer, percebidas como potencialmente ameaçadoras da soberania dos países membros – contam com severa restrição em Portugal. “Se posso ser intérprete do sentimento do povo português, devo afirmar [...] que a ideia da federação [...] lhe repugna absolutamente”, escreve Salazar em “uma circular enviada a várias missões diplomáticas” (*apud* ROLLO, *op. cit.*: 66).

Assim é que se pode entender a exclusão de Portugal do conjunto dos países que assinaram, em 1957, o Tratado de Roma, mediante o qual foi criada a Comunidade Econômica Europeia. De outra parte, a adesão a tratados de livre comércio parecia oferecer menor risco à pretendida soberania, especialmente se pudesse contar com a proteção inglesa, circunstâncias que resultaram na adesão de Portugal, em 1959, à Associação Europeia de Livre Comércio (mais conhecida pela sigla inglesa EFTA – European Free Trade Association).

Se “pender” para a Europa foi tido como um ato de risco, alianças com a tendência a formar blocos de nações fora do Continente foram pensadas necessárias e factíveis. Assim é que a diplomacia portuguesa idealiza a formação de um bloco ibero-americano, que envolveria Espanha e Brasil, a partir do qual seriam estreitados os laços econômicos e políticos com outras nações da América Latina. Subjacente a esta estratégia vigorava a ideia de que Portugal haveria de restaurar seu lugar de prestígio na banda Atlântica, particularmente tendo em vista a preservação de seus interesses geopolíticos e econômicos na África.

Discordâncias ou reservas às posições ideológicas oficiais do regime puderam ser explicitadas⁹, com a saída de Salazar da cena política e o enfraquecimento de seu grupo. Segundo o minucioso estudo de Castilho (1998), na vigência do governo de Marcelo

Caetano (1968-73), vêm à tona novas discussões sobre a integração de Portugal à CEE, motivadas sobretudo pela adesão da Inglaterra.

Nesse contexto, as posições favoráveis e contra a adesão foram polarizadas entre os assim chamados “europeístas” e “ultramarinistas”. Os primeiros – integrados por indivíduos destituídos de vinculações históricas com o salazarismo, orientados por princípios liberais – defendiam mudanças na ordem econômica e política interna e externa. A modernização do País seria viabilizada mediante abertura aos investimentos estrangeiros, para o que a participação na CEE era indispensável. Os segundos – integrados por figuras proeminentes do Estado Novo – posicionavam-se a favor da manutenção da política ultramarina e, portanto, contra a integração europeia percebida, desde antes, como ameaça ao domínio colonial. Permanecia em voga a intenção de que Portugal pudesse liderar uma “Comunidade Lusíada”, compreendendo as colônias e o Brasil (CASTILHO, 1998: 81). As posições contra a aproximação da Europa assumem o caráter de campanha e têm como fundamento ideológico o mito da nação-império portuguesa. Assim se expressa o personagem principal da causa “ultramarina”, Franco Moreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros no Estado Novo¹⁰:

(...) haveremos de ir buscar além e não aquém a nossa força e nosso poder político, e isso explica cinco séculos de vocação ultramarina. Não é facilmente concebível que os portugueses estejam em erro há cinco séculos, e não é tão-pouco plausível que, sem se haverem modificado os dados de facto nem alterado o condicionamento geográfico e político, alguns hajam de súbito descoberto uma outra verdade (...) Essa suposta verdade é um mito: é o mito da integração europeia: e se nós lhe sacrificamos o Ultramar, seríamos colonizados pela Europa, e esta colonizaria depois o Ultramar português.

A ênfase na vocação ultramarina agora se tornava indispensável e enfática, tendo em vista a expansão dos movimentos de libertação nas colônias. No interior do Executivo, a causa oposta tinha outros porta-vozes, que pareciam falar para uma audiência

mais restrita. Aos responsáveis pela política econômica, o argumento “europeísta” se expressava através da tese segundo a qual o desenvolvimento do País pressupunha rupturas com as estruturas de controle interno da atividade industrial – o chamado condicionamento industrial – e, de igual modo, a superação do isolamento da economia portuguesa em relação aos mercados da Europa (CASTILHO, 1990: 86). É nesta perspectiva que os industriais são exortados pelo Ministro da Indústria a olharem para a Europa como possibilidade de bem servir a pátria:

Temos que andar melhor e mais depressa que nesses anos de boa memória [referindo-se ao expressivo crescimento industrial resultante do ingresso de Portugal na EFTA] se quisermos ser coerentes como portugueses e cumprir o que prometemos como industriais; e sendo bons patriotas e bem informados do que se passa no mundo, ainda temos de estugar mais o passo, porque taxas que nos aproximem da Europa além-fronteiras devam rondar os 15 por cento. O tempo é de acção eficaz. Por aí passa o nosso modo de defender a Pátria e dar vigor à Nação (CASTILHO, op.cit: 82).

Antes da queda de Caetano (1974), os “europeísta” puderam celebrar a assinatura do Acordo de Livre Comércio Portugal – CEE (1972), postergando assim, por algum tempo, a candidatura à integração plena, que se dá em 1977, no início da vigência do primeiro governo constitucional do País que se seguiu ao fim do Estado Novo (1974) e ao fim dos governos da transição (1976), iniciados com a “Revolução dos Cravos”. A integração efetiva é consagrada em 12 de Junho de 1985, quando foi assinado o *Tratado de Adesão de Portugal à Comunidade Econômica Europeia*¹¹.

A Associação da Indústria de Portugal e a “causa europeia”: interesses e pragmatismo corporativos

A AIP surge na primeira metade dos oitocentos (1837), juntamente com outras¹², por iniciativa de empresários aos quais se vincularam homens de ciência, que no contexto do liberalismo então vigente,

teriam atuado como porta-vozes do progresso material (MATOS, 1996: 401). Dado que o termo *indústria* designava o conjunto das atividades econômicas (MATOS, 1996: 398) e considerando-se a incipiente atividade fabril, a rigor inexistentes, àquela época em Portugal, interesses industriais, no sentido contemporâneo do termo, a serem defendidos. Contudo, há registros esparsos que assinalam ações empreendidas pela entidade, dirigidas para salvaguardar nascentes interesses de empresários da indústria. Menciona-se, a propósito, que na vigência do governo Salazar – quando vigorou por longos anos o regime corporativo que instituiu o chamado “condicionamento industrial” (sistema de regulação e rígido controle estatal das atividades industriais, que envolvia decisões sobre implantação, expansão e funcionamento das empresas) e o sistema estatal de representação dos interesses patronais no qual imperava a “Corporação da Indústria” –, a AIP contradiz empresários e funcionários situados em lugares de decisão destes aparelhos estatais, avaliando tecnicamente projetos de criação ou expansão de indústrias. O prestígio da AIP entre os industriais fazia-a, aos olhos dos burocratas, uma adversária da entidade máxima, a Corporação da Indústria. Não é improvável que as gestões feitas pelo Ministro das Corporações para dissolução da AIP (LUCENA & GASPARELLO: 1991: 883) tenham sido motivadas pela relativa autonomia de uma entidade privada, atuando em uma ordem marcada por rígido controle estatal.

A realização de feiras e exposições parece ter sido a principal atividade da AIP desde suas origens até hoje. Estas atividades são o eixo em torno do qual a Associação escreve sua história, sempre rerepresentada em momentos especiais, tais como em eventos comemorativos da história da AIP (criação da entidade, inauguração da primeira feira internacional, dentre outros), quando busca ser reconhecida como órgão dinamizador da indústria nacional e promotor dos interesses dos empresários¹³. Há registros¹⁴ de sucessivas exposições e feiras, realizadas pela entidade, desde o século XIX. Ao longo da primeira metade do século XX, promove feiras de amostras internacionais, na Europa (Paris, 1937) e na América Latina (Rio de Janeiro, 1930).

Na segunda metade do século XX, passa a empreender exposição de produtos portugueses e

coloniais na África – Goa, em 1952; Luanda, em 1953; Lourenço Marques, em 1956. A expansão das atividades industriais no período que se abre após a segunda guerra mundial resultou na intensificação das feiras realizadas no País e fora dele, contando, já, a entidade com competência gerencial e condições financeiras para a edificação de uma área específica (inaugurada em 1957) para abrigar de forma permanente as exposições. Assim é que, em 1960, é inaugurada a primeira Feira Internacional de Lisboa (FIL), para o que foi edificada, como empreendimento estatal, uma extensa infra-estrutura física que tem possibilitado à AIP organizar, periodicamente, feiras internacionais que, em geral, abrigam, concomitantemente, congressos de empresários de outros países. Desde suas origens, a FIL se institucionaliza como um ente público-privado¹⁵, principal esteio financeiro e funcional da AIP, através do qual os empresários portugueses puderam se inserir no mundo europeu dos negócios¹⁶.

Em um país de industrialização incipiente – contida por longas décadas na vigência do regime de Salazar, que isolou a economia portuguesa do processo de industrialização na Europa no período pós segunda guerra mundial –, a realização periódica de feiras teria sido elo importante para a inserção da produção portuguesa em outros mercados. Considero que a AIP, ao fazer da bem sucedida carreira de promotora de feiras e exposições de âmbitos nacional e internacional o móvel central de sua existência¹⁷, consolidou-se, ela própria, como um empreendimento empresarial vitorioso e dotado de extensa base social. Além disto, a realização contínua daquelas atividades, possibilitou a socialização de empresários, nascidos em uma ordem política e econômica ainda predominantemente agrária e fechada para o exterior, condizente com a inserção dos mesmos no mundo dos negócios e das ideias, em circuitos europeus mais amplos.

Há que enfatizar aqui que a relevância das feiras e exposições para tal inserção tem estreita relação com a integração de Portugal à Organização Europeia de Cooperação Econômica (OECE), em 1948, e à Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA), em 1959. A ideia de que a abertura da economia para o mundo de negócios europeu era positiva, do ponto de vista dos interesses econômicos dos industriais,

foi validada, especialmente, pela efetiva e contínua expansão da economia em seu conjunto e da industrial em especial, desde início dos anos 1950, interrompida apenas em 1973, quando a chamada “crise do petróleo” desequilibrou o processo de acumulação na maior parte dos países. Conforme demonstram estudos, como os realizados por Pedro Lains (1991: 936), entre 1948 e 1973, há uma expressiva urbanização da economia, com a prevalência da expansão do setor industrial relativamente aos dos serviços e da agricultura. Alguns índices são ilustrativos. No período entre 1948 e 1973, o PIB português aumentou de 3,1% para 7,3%. No que diz respeito à expansão da produção industrial, os percentuais variam entre 1,8% (em 1948) e 8,6% (em 1973). Expressivos foram os percentuais relativos à expansão dos serviços, cuja ampliação é de 3,1% para 7,2%. A produção agrícola, entretanto, declina de 4,6% para 1,1%¹⁸.

Assim é que se pode compreender que, quando “ultramarinistas” e “europeístas” situados no Executivo e no Legislativo português polarizavam em torno dos perigos e das vantagens da adesão ou da simples celebração de acordos comerciais com a Comunidade Econômica Europeia, a AIP realiza (1970) um Colóquio de Política Industrial no qual figura entre os temas a problemática da aceleração do desenvolvimento industrial do País, condicionado à integração econômica europeia (CASTILHO, 1998: 87). É nesse mesmo evento que a AIP se abre como um palco no qual membro do governo da ala “europeísta” exorta os empresários a fazerem coro à adesão à Comunidade Econômica Europeia, em nome dos sentimentos pátrios.

Uma série de evidências sugere que a AIP, para além das feiras, mobilizou um conjunto de ações orientadas para a aproximação dos industriais ao mercado externo. Tanto quando pude constatar, as ações da entidade nos primeiros anos da década de 1970 são ilustrativas de seu empenho, via publicações regulares¹⁹, em dar a conhecer aos industriais detalhes das regulamentações e as possibilidades de ganho oferecidas pelos acordos comerciais então em vigor²⁰; informações sobre demanda de produtos portugueses por empresas estrangeiras e formulação de propostas a serem apresentadas ao governo, tendo em vista aumento da produção e das exportações. A generalização da percepção de que conhecimento

especializado em gestão empresarial e qualificação de mão de obra são meios indispensáveis para aumento da produtividade das empresas²¹, e consequente desenvolvimento econômico de Portugal, suscitou a efetivação de cursos e treinamentos orientados para a qualificação de mão de obra, particularmente no âmbito da administração e gerência das empresas, o que significa dizer, ações dirigidas também para o aperfeiçoamento das competências dos próprios empresários.

Os acontecimentos marcados pelo “25 de Abril” de 1974 – afastamento das forças remanescentes do regime de Salazar e tomada pacífica do poder por uma junta militar – suscitam manifestação política da AIP. As circunstâncias em que a entidade abre uma interlocução com os “dirigentes da nova ordem” e o conteúdo da mesma são emblemáticos de seus posicionamentos futuros, em relação tanto aos governantes nas conjunturas que se sucederam quanto ao tema da “causa europeia”. Uma nota oficial da entidade, endereçada aos líderes do movimento é a referência empírica principal para as afirmativas a seguir²².

Entre a constituição da *Junta de Salvação Nacional*, que ocorre no dia seguinte ao “25 de Abril”, e a indicação pela mesma do presidente e primeiro ministro de Portugal, em 15 e 16 de Maio, respectivamente, a AIP, através de uma Comissão Executiva, endereça à *Junta* uma nota “oficial” na qual explicita sua convergência com os princípios por ela defendidos e seu propósito de prestar “ampla e ilimitada colaboração” para uma causa específica. As afinidades pretendidas estão aí postas por meio de diferentes recursos discursivos. Por exemplo, de forma sintética no título que encabeça o editorial: “Corresponder à Esperança”, ou quando, dirigindo-se (no editorial) aos associados, evoca a experiência de vida associativa autônoma em uma ordem corporativa agora finda. Mas é através de argumentos e expressões mais diretas que as pretendidas afinidades se provam: “consciente da extrema importância dos princípios apresentados com tanta precisão e clareza como fundamento da acção do Governo Provisório”²³ fazem saber à Junta o seguinte²⁴:

1º - Que está decidida a prestar o seu completo e incondicional apoio à Junta de Salvação Nacional e ao Governo provisório que vier

formar-se, de acordo com as normas enunciadas no Programa publicado;

2º - Que a democratização das instituições nacionais no âmbito da livre iniciativa, é considerada por esta Associação como o primeiro passo indispensável ao progresso da economia nacional e à necessária associação à Comunidade Económica Europeia e a outras organizações económicas e políticas internacionais, verdadeira e única via para nosso desenvolvimento e progresso económico, à escala europeia;

3º - Que se propõe, na sua qualidade de associação livre de empresários a assumir formal e praticamente a representação da indústria, retomando a posição representativa dos interesses do respectivo Sector que lhe cabia antes das limitações que trouxe ao exercício da sua actividade a implantação da Organização Corporativa.

Finalmente,

4º - Que, tendo a perfeita noção dos instrumentos de que dispõe pela posição que a Associação Industrial Portuguesa ocupa no quadro empresarial português, pelos contactos que mantém nos círculos económicos internacionais e pelo valor da sua própria estrutura, que compreende diversos meios de acção, a mesma Comissão Executiva reafirma o decidido propósito de contribuir por uma colaboração ampla e ilimitada, para a obra gigantesca que se torna indispensável levar a cabo, no sentido de aproximar Portugal dos níveis económicos e sociais da maioria dos países europeus.

É notável a presteza com que a AIP manifesta, no calor da hora, apoio incondicional às novas forças políticas encabeçadas pela *Junta de Salvação Nacional*. Notável também a demonstração de convergência de posições políticas e ideológicas, construída na aproximação dos enunciados formulados pelos que assumem o comando da nação aos dos empresários que se expressaram através da entidade.

Não se trata aqui de buscar, de forma travessa, falsear ideias e valores no campo político de uns e de

outros. Interessa-me apontar possíveis sentidos que teriam orientado as ações e os discursos dos empresários naquela conjuntura.

As circunstâncias históricas de que resultou o “25 de Abril” por certo trouxeram apreensões ao conjunto dos empresários. Como se deduz dos estudos sobre a dissolução do regime ditatorial em Portugal – diferentemente do que ocorreu, por exemplo, no Brasil –, o processo não contou com a participação/conivência dos empresários, tampouco de outros segmentos da sociedade civil. Liderança e base do movimento pertenciam às Forças Armadas, que entre outras medidas tomadas de imediato, revogaram as leis que regulavam o sistema corporativo estatal. Assim, é de se supor que, diante da incerteza e apreensão quanto à condução da ordem política e económica do País, uma conduta racional adequada envolvia o reconhecimento da legitimidade das forças políticas emergentes. Tal estratégia faz mais sentido, ainda, se levarmos em conta, que naquela conjuntura, a economia portuguesa, e não só ela, passava por forte retração, resultante da “crise petróleo”, que havia eclodido no ano anterior²⁵. Retração económica e incerteza quanto à condução política teriam sido fontes motivadoras da ênfase dada pela AIP à sua convergência com os princípios da *Junta*.

Fiz menção, linhas antes, à convergência construída pela aproximação dos discursos, que interpreto como um recurso estratégico para buscar provar afinidades e, como tal, legitimar e legitimar-se. Explicando-me, trata-se do seguinte: os princípios enunciados pela *Junta de Salvação Nacional* como orientadores de suas ações contemplam valores nucleares da democracia moderna, quais sejam os direitos à liberdade de expressão, reunião e de associação; o direito à livre escolha dos dirigentes e a defesa da ordem constitucional uma vez consagrada pelo voto do cidadão. Acresce-se ainda o cumprimento dos contratos internacionais. Se a palavra de ordem “oficial” e popular era *liberdade* (que fora abafada em várias dimensões, ao longo de mais de quarenta anos), a AIP, em sua nota à *Junta*, “traduz” o termo, restringindo-o aos sentidos específicos de liberdade de associação e liberdade de livre comércio. De uma parte, a história da entidade – marcada por sua condição autônoma em relação aos constrangimentos do corporativismo estatal e por sua inserção nos mercados internacionais

– valida as pretendidas convergências de princípios. De outra parte, as condições estruturais criadas para dar suporte à realização das feiras e exposições – desenvolvidas com a proteção estatal do regime decaído – permitem e credenciam a AIP para se apresentar como ente ativo, habilitado para atuar como um outro protagonista no novo regime. O ingresso de Portugal na Comunidade Europeia é apresentado como condição indispensável para promover o desenvolvimento econômico do País.

Especialmente nos dois anos seguintes ao “25 de Abril”, a AIP sofre alguns reveses que abalam sua auto proclamada consonância com o quadro político e sua capacidade de representar interesses dos empresários. O primeiro deles consistiu na perda da exclusividade na representação do conjunto dos industriais, quando um grupo de empresários se mobiliza para criar uma outra associação que daria origem à Confederação da Indústria Portuguesa (CIP), da qual trato mais adiante, circunstância que resulta em conflitos e acomodações, estas asseguradas pela definição de estruturas e competências específicas, tal como se pode conhecer através do estudo de Lucena & Gaspar (1991). O segundo e mais grave revés – que atinge o conjunto diversificado dos grandes proprietários do capital e de médios empresários da indústria – ocorre quando forças de esquerda assumem o poder, em março de 1975, e expropriam, estatizam e intervêm na direção de numerosas empresas. É no âmbito desse processo que a AIP perde o controle sobre as instalações destinadas à realização das feiras e exposições para recuperá-lo em menos de três anos (1978). Ainda que o comando das forças comunistas tenha sido passageiro, deixou suas marcas na ordem política e, sobretudo, na econômica, pois a recomposição plena do regime de propriedade privada – mediante reapropriação do capital e da gestão de empresas e pagamento de indenizações – será regulada e efetivada apenas ao final dos anos 80.

Mas a AIP retorna mais cedo à ribalta, proclamando, em 1979, novos estatutos²⁶ nos quais se consagra como “entidade empresarial de tipo econômico”, que inclui entre seus objetivos (são arrolados onze):

(...) estudar os problemas que interessam ao desenvolvimento industrial português; “estudar e defender interesses comuns ou de sector

dos seus associados”; “colaborar atentamente com a Administração pública em todos os casos em que sua colaboração for solicitada.

O meio por excelência para atingir os fins consiste na “promoção de feiras, certames, conferências, colóquios”.

Após a formalização pelo governo do pedido de adesão de Portugal à CEE (1977) e nos anos seguintes que antecedem a assinatura do ato de integração (1986), as ações da AIP nesta direção assumem características de obstinado proselitismo, quando exerce o papel de interlocutor entre o governo e os empresários. Vale dizer, portanto, que ao longo desse tempo, as aproximações entre empresários e os governos foram feitas em torno da temática da inserção da economia portuguesa na CEE. Formula-se um mote que pode ser assim sintetizado: “a adesão torna imprescindível um efetivo e constante diálogo entre o poder público e os industriais”. Na ausência de um lugar de representação da AIP no aparelho do Estado – o que permite melhor se entender sua auto definição como “entidade empresarial de tipo econômico” –, a interlocução pública se deu dos seguintes modos²⁷:

- a) Ministros de Estado, inclusive o primeiro ministro, fazem palestras na AIP sobre o tema da integração e sobre a implementação do processo em curso;
- b) a AIP é solicitada pelos governantes a opinar sobre ações destinadas à adequação da economia do País à ordem internacional, sendo a maior parte delas já em consonância como as diretivas da CEE.
- c) a AIP oferece aos governantes estratégias para dirigir os processos de transição para uma economia aberta ao mercado europeu;
- d) Governantes informam à AIP sobre o andamento das negociações; esta transmite aos sócios as informações em reuniões organizadas especialmente para tal finalidade, além de fazê-lo regularmente, através de suas publicações periódicas.
- e) a AIP defende a integração em reuniões do Comité Misto Parlamento Europeu/Assembleia da República e veicula entre os filiados os argumentos lá apresentados.

f) a AIP informa aos sócios termos de acordo (especialmente de ajuda financeira) firmados entre Portugal e a CEE;

g) a AIP se faz presente em reunião do Conselho Econômico e Social da CEE (Bruxelas) de cuja pauta consta a discussão sobre o ingresso de novos países (Portugal e Espanha) na Comunidade.

Problemáticas e demandas específicas foram apresentadas aos dirigentes com frequência e tonalidade diversas, dependendo das oscilações no campo político e no econômico, que, aliás, não foram poucas nos anos imediatamente anteriores ao ingresso. De modo recorrente, os representantes da AIP bateram nas seguintes teclas: a) modernização das estruturas produtivas, enunciado que significava especialmente demanda de investimento em portos, sistema viário, aeroportos e, algumas vezes, reclamos dirigidos à “desestatização” de empresas; b) desenvolvimento de programas de apoio às pequenas e médias empresas; c) medidas para proteger a indústria têxtil portuguesa da concorrente espanhola antes mesmo da integração; d) manifestação contrária à prorrogação, após o ingresso de Portugal na CE, das medidas (porque anunciadas) restrições às exportações de têxteis de produção nacional no mercado europeu e restrições ao livre trânsito de mão de obra; e) defesa da adoção de práticas implementadas em outros países da CEE, em vários domínios, tais como: políticas de compras da produção do setor privado pelo público, de subsídio às exportações; e) demandas de programas específicos de recuperação de empresas em dificuldade; f) queixas contra a ausência de uma estratégia global da parte dos dirigentes socialistas para orientar o desenvolvimento da economia quando estão em curso as negociações. A despeito da última consideração, de modo geral, os dirigentes da AIP e os dirigentes socialistas pareciam convergir quanto à necessidade de preparar a economia – um país pequeno e de desenvolvimento retardado em relação aos demais da Europa – de modo a assegurar competitividade da produção portuguesa nos mercados externos.

Resta pontuar sob que argumentos a AIP formulou as razões de seu empenho na causa da integração. De modo preciso e explícito, para os empresários da

AIP, as razões para a adesão são essencialmente de ordem econômica, expressa, nos seguintes termos: o desenvolvimento de um país com as características de Portugal – país pequeno e carente de recursos de toda ordem (particularmente financeiro, tecnológico e de infra-estrutura) – não se fará senão na condição de sua integração plena e efetiva à CEE. Nesta perspectiva, de nenhuma forma era percebida como paliativo para solucionar problemas graves advindos da crise econômica mundial, agravados no conturbado período posterior à queda do regime, em 1974.

Se há menção à existência de possíveis “razões de ordem social e política”, estas nunca são explicitadas, o que suscita a interpretação de que, se existem, não dizem respeito ao universo de preocupação dos empresários. O fundamento econômico da adesão é simples e pode ser assim sintetizado: “é condição para contribuir para a melhoria da capacidade industrial portuguesa e, por via de consequência, da diminuição da distância que separa a economia portuguesa da dos países da Comunidade...”. Vê-se nesta formulação que os benefícios da integração são pensados do ponto de vista dos interesses industriais, que, uma vez atendidos, resultarão vantagens para a economia como um todo, argumento sugestivo de que a indústria é concebida como ramo propulsor da economia. O enunciado que sintetiza o fundamento da adesão é completado com a consideração de que a equiparação da economia portuguesa à dos demais países do Continente “[reforça] a construção de uma Europa mais solidária, política e economicamente”²⁸. Portanto, se há alguma consequência extra econômica resultante da adesão de Portugal, o destinatário mencionado é o continente europeu. Como se sabe, a matriz daquele argumento está nas origens da Comunidade Europeia. Contudo, se a liderança da AIP reproduz o “ideal de uma Europa solidária”, ao se manifestar naqueles termos, o faz de modo contido, isto é, a expressão aparece com frequência muito limitada e destituída de retórica grandiloquente.

Se é recorrente a afirmativa de que a integração aos mercados da CEE é condição para o desenvolvimento da economia portuguesa, deste arraçoado está ausente qualquer apelo de fundo nacionalista ou patriótico. Não há uma nação (ou pátria) a ser engrandecida. Decididamente, não se registram recursos lógicos ou retóricos mobilizadores de categorias tais

como nação e cidadania, pátria e povo. Vale dizer que o que está em causa é o desenvolvimento económico de Portugal. Prevaecem nos discursos termos tais como liberdade de mercado, liberdade de troca, interdependência de mercados, concorrência e mecanismos de concorrência. Assim, o primado das razões de ordem económica converge com pressupostos do liberalismo, também circunscrito às formulações de natureza económica:

(...) a adesão significa optar por um determinado modelo de funcionamento do sistema económico onde prevalecem os mecanismos próprios de um sistema de mercado, onde o papel insubstituível da iniciativa privada é devidamente reconhecido, e onde a intervenção governamental na actividade económica não poderá implicar distorções nos mecanismos da concorrência²⁹.

Não surpreende a mobilização de termos e expressões do vocabulário liberal. Considere-se, em primeiro lugar que, desde inícios da década de 70, a propaganda neoliberal tomava corpo no mundo ocidental sob a liderança dos Estados Unidos e da Inglaterra. Mas, mais do que reprodução dos termos já em voga, a adesão a princípios do liberalismo no plano da ordem económica corresponderia à percepção das possibilidades abertas à acumulação trazidas pela integração da produção ao mercado europeu, à qual fiz menção anteriormente. Às vésperas da formalização do ingresso de Portugal na CEE, em certa medida, parecia aos empresários que o desenvolvimento da economia prendia-se à interdependência de mercados em situação de liberdade de concorrência. Mas, a realidade passada e a presente concorriam para a formulação de liberalismo contido, especialmente por que dele estava ausente qualquer argumento de conteúdo anti estatizante. Como se pode ler nas demandas, já referidas, dos empresários aos dirigentes do País, os benefícios da integração para o desenvolvimento da economia portuguesa estão condicionados à ativa participação do Estado, a quem cabem, inclusive, políticas protecionistas capazes de assegurar competitividade para produtos portugueses em mercados concorrentes, especialmente o espanhol. Assim, se se pode falar em uma profissão de fé

liberal, esta é entrecortada por ressalvas e reticências ditadas pela racionalidade típica da condição empresarial, usualmente denominada de “pragmatismo”, que habilita a categoria para submeter ideologias hegemónicas ao crivo de seus interesses específicos, sejam eles imediatos ou futuros.

A Confederação da Indústria Portuguesa e a “causa europeia”: ideologia e interesses corporativos

Conforme dito anteriormente, a CIP é de formação mais recente, comparativamente a sua congénere. Em raro estudo feito sobre organizações empresariais portuguesas, aqui já citado (LUCENA & GASPAS, 1991: 886)³⁰, a entidade dá seus primeiros passos quando a “Revolução de 25 de Abril” ainda não completara um mês. Segundo os mencionados autores, a aglutinação que viria a dar origem à CIP é de iniciativa de segmentos do grande empresário, os quais, insatisfeitos com a retração da economia – no contexto da chamada “crise do petróleo” – e o imobilismo do governo de Marcelo Caetano, já ensaiavam ações conjuntas, que são aceleradas “perante um novo poder político, ainda nebuloso, e a expansão da Intersindical”. Neste sentido, a aglutinação teria uma função preventiva contra forças potencialmente adversárias. De uma parte, um novo governo liderado por segmentos das Forças Armadas – alguns deles de esquerda – que emergiu sem concurso dos empresários; de outra, a presença ativa de organizações da classe trabalhadora no cenário teriam suscitado algum contrapeso. A formação da entidade é anunciada logo depois (Julho de 1974), “em cerimónia solene, perante o presidente da República”, conforme Lucena & Gaspar (1991: 887).³¹

Seja por razões de ordem estratégica, seja porque as lideranças que assumiram a tarefa de dar corpo e direção³² à entidade comungavam com ideias de alguns dos membros do novo governo e não podiam ainda antever o rumo ideológico que o mesmo tomaria, o certo é que o presidente da entidade, tal como fizeram os da AIP, segundo menção anterior,

(...) declara sua adesão ao novo regime, insistindo nos temas caros ao ‘patronato

progressista: a livre associação e a unidade entre as pequenas e médias empresas... o diálogo com os sindicatos e a orientação europeísta do desenvolvimento económico (grifos meus) *no quadro de um regime pluralista de tipo ocidental. [...] sublinha a ‘responsabilidade social dos empresários’, sugere a sua tradução em medidas concretas (um programa de construção de habitação para trabalhadores, assim como um outro de formação profissional) e dá o seu apoio à fixação de um salário mínimo* (LUCENA & GASPAR, 1991: 888).

Nos turbulentos anos³³ que se seguiram à aludida solenidade que ensejou o reconhecimento público de sua existência, a CIP oscilou entre a tentativa de provar convergência com os dirigentes e a oposição sistemática, o que não surpreende em um contexto em que Portugal foi palco de uma luta de classes como há muito a Europa não via.

Em um primeiro momento, quando tem início a edição de decretos-lei orientando a estatização de algumas empresas – ou nacionalizações, conforme termo de uso corrente em Portugal – e a intervenção do governo na gerência de outras, as lideranças da CIP buscam legitimação junto à opinião pública como representante dos interesses dos empresários, ao mesmo tempo em que reiteram sua adesão à “causa da revolução”, tendo, inclusive, colaborado (discretamente) com a feitura do programa econômico do ministro de Estado que estabeleceu a estatização de empresas (LUCENA & GASPAR, 1991: 890).

Até quando a esquerda das Forças Armadas e o Partido Comunista não assumem o poder (em 25 de Março de 1975), lideranças da CIP mobilizam suas forças para fazer coro com os novos dirigentes do País em sua defesa da valorização do papel da pequena e média empresas no desenvolvimento econômico³⁴. Mas a intensificação da estatização das grandes empresas da indústria naval, companhias de seguro e bancos, as prisões de uns e ameaça de prisão de outros, greves, ocupações de empresas pelos trabalhadores, com apoio de segmentos do governo, decorrentes do domínio político da esquerda das Forças Armadas em aliança com o Partido Comunista resultaram,

como seria esperado, em conversão da aproximação diplomática e cautelosa inicial em oposição frontal da CIP aos governantes. Tratava-se da defesa da propriedade privada em distintos setores da economia. Se o governo de esquerda liderado pela aliança Forças Armadas/PCP foi breve (março a novembro de 1975), as perdas impostas aos empresários foram consideráveis; além do mais, não foram repostas pelos governos subsequentes, hegemonzados pelos socialistas, com a celeridade pretendida pelos empresários.

A respeito da “causa europeia”, evidências empíricas³⁵ permitem afirmar que, ao longo dos anos que medeiam a apresentação do pedido formal de adesão (1977) e a oficialização de Portugal como “membro de pleno direito da Comunidade Económica Europeia” (1986), as manifestações públicas dos empresários – expressas através da CIP – oscilaram entre afirmações de aceitação plena, de aceitação com reservas e de negações. Segundo entendo, tal inconstância decorreu da percepção dos empresários, em diferentes conjunturas políticas, de sua maior ou menor capacidade para se fazerem ouvir pelos dirigentes do País e de verem contempladas nos quadros do poder político e institucional suas contestações e seus interesses corporativos.

Manifestações da convergência plena da CIP com as ações dos dirigentes a respeito da integração de Portugal à CEE são tornadas públicas³⁶ tão logo é empossado (03/1976) Mário Soares, primeiro-ministro no I Governo Constitucional. Uma extensa argumentação – onde se destacam o papel da indústria no desenvolvimento econômico do País e os desafios a serem enfrentados pelos governantes – sobre princípios da racionalidade econômica contemporânea é mobilizada para fundamentar atributos indispensáveis a uma necessária e urgente política industrial. Peça chave no conjunto dos objetivos a serem cumpridos pela mesma é a inserção da economia portuguesa na economia europeia através da adesão à CEE.

As razões apresentadas para a integração podem ser agrupadas em três ordens. Uma delas refere-se à circunstância inexorável do “multilateralismo como via de solução para os problemas econômicos mundiais”; a segunda tem em consideração contingências particulares da economia nacional (*exiguidade de recursos internos e estreita dimensão do mercado*); a

terceira, que figura como derivação das anteriores, destaca o efeito indutor da concorrência externa no processo de transformação das estruturas industriais (*adaptação permanente a novos métodos de produção, gestão e a novas tecnologias... maior produtividade, especialização e eficiência económica como condição de sobrevivência*). Contudo, apenas a vinculação à parte ocidental da Europa contemplaria os interesses da economia industrial portuguesa. Vale dizer, Portugal deve permanecer afastado da Europa comunista.

No documento em exame, vê-se também desenvolvida a ideia de que Portugal, por antecipação e de forma irretorquível, é parte integrante do continente europeu. Neste arrazoado, condicionamentos de ordem política, económica e sociocultural comparecem como provas do “europeísmo” da CIP. O primeiro refere-se ao fato de que Portugal já participa de organismos que agregam países da Europa Ocidental. Segue-se a afirmação de que é nas trocas económicas com as nações situadas na Europa Ocidental que o País obtém as mais altas receitas (mercados de produtos, serviços) e recursos tecnológicos. Aqui reside a razão para que seja percebida como dispensável a implementação de políticas de integração económica de Portugal com outras regiões ou países desenvolvidos (Estados Unidos ou Japão) e com regiões subdesenvolvidas como África e América Latina. Por fim, inclina-se Portugal para a Europa *em face da geografia, da história, da identidade de cultura e de uma vocação e destinos comuns*. Nestes termos, a CIP faria supor que ideias “ultramarimistas” não tinham mais um lugar.

No ano de 1976, quando o governo socialista recém iniciado não havia ainda encaminhado à CEE a solicitação formal de adesão, a CIP faz publicar³⁷ um outro documento pró “causa europeia”. O texto é apresentado como moção aprovada em Assembleia Geral da CIP onde se deliberou “**Exigir do Governo a formalização imediata** de adesão de Portugal à CEE...” (grifos meus). Os termos e a circunstância da produção trazem marcas de uma ação política através da qual a CIP exhibe sua precedência, em relação ao governo dos socialistas, no trato da questão. Ainda que o referido documento não ofereça contradições em relação ao conteúdo do anterior, agrega um novo argumento e formula um alerta:

(...) as dificuldades económicas e sociais dos diferentes sectores da vida social só encontrarão solução natural em esquemas de integração europeia... condição mínima de sobrevivência da Identidade Nacional.

.....
Uma solução política anti-democrática, neste país, impedirá a integração europeia e tornará inviável uma Nação que, tendo perdido a sua dimensão história, só no Espaço Europeu poderá reencontrar-se.

Os termos sintéticos da exposição sugerem cautela na atribuição do sentido da evocação das expressões *identidade nacional, perda da dimensão histórica e reencontrar-se* [da nação] naquele contexto semântico. Contudo, parece que longe era o tempo quando, em Portugal, a participação do país em organizações europeias fora pensada como capaz de ameaçar a nação em sua integridade e identidade. Com aquelas expressões, estariam os empresários sugerindo que a integração de Portugal à CEE seria condição indispensável para promover o desenvolvimento económico, meio através do qual poderia recuperar algo de seu pretérito lugar de vanguarda? É de se supor que o *habitus* pragmático que conforma a mentalidade da categoria dos empresários dificilmente poderia suscitar as ilusões que a questão sugere. Visão de mundo de natureza realista parece estar na raiz do apelo a um nacionalismo sem cor e substância, tornado estratégia de legitimação das posições políticas e dos interesses corporativos dos empresários da CIP, sistematicamente contrariados ao longo dos anos em que esteve em curso o encaminhamento do processo de integração de Portugal à CEE.

Como trato a seguir, o tema da adesão na perspectiva dos empresários compareceu subordinado ao ressarcimento dos capitais expropriados e da recomposição das condicionantes básicas da acumulação capitalista contemporânea, de orientação neoliberal, no que respeita particularmente ao acesso pleno, sem restrições legais, dos capitalistas aos setores da produção de bens e de serviços e ao setor financeiro. Os empresários aglutinados na CIP, ainda que favoráveis à adesão e ansiosos pela sua efetivação, teriam pretendido fazer, em diferentes conjunturas, das

expressões ao avesso de suas posições uma poderosa arma, mobilizada como instrumento de pressão junto aos governos, particularmente aqueles do Partido Socialista. É nesta perspectiva que ganham sentido, por exemplo, o aprofundamento das tensões entre a CIP e o governo do PS e a radicalização da retórica negadora da “causa europeia” quando, na iminência da assinatura do acordo (entre 1984 e 1985), não antevia a CIP as condições políticas necessárias para dobrar as resistências do governo de Mário Soares às suas reivindicações, especialmente o pagamento das indenizações. É também em vista das orientações ideológicas e programáticas do Partido Socialista – partido hegemônico ao longo de quase todo o período de reordenamento econômico e político de Portugal “pós-revolucionário” (1976/1985) – que os obstáculos políticos encontrados pelos empresários à realização das reformas políticas pretendidas suscitam apelos retóricos a expressões típicas de ideologias de fundo nacionalista, tornadas naquela conjuntura arma retórica na luta corporativa.

A elucidação empírico-analítica do esboçado anteriormente será balizada por três conjunturas. A primeira abrange os anos de 1976 a 1978³⁸; a segunda, de 1979 a 1982 e a terceira, entre 1983 e 1985³⁹.

Meu intento é precedido de uma descrição do quadro político e econômico português que, guardadas algumas peculiaridades, marcou a vida portuguesa no conjunto daqueles quase 10 anos.

A institucionalidade democrática que emerge posteriormente à sucessão de revoluções e contra revoluções em Portugal (1974 e 1975) esteve ancorada em uma Constituição definida literalmente como *socialista*, que regulava o controle estatal sobre a propriedade privada e assegurava a coexistência de três setores de propriedade dos meios de produção (público, privado e cooperativo). Ademais, a Carta Magna estabelecia a *irreversibilidade das nacionalizações*⁴⁰ praticadas na vigência do breve governo hegemônico pela esquerda comunista. Estas eram algumas das marcas da “*via portuguesa para o socialismo*”. Contempla ainda o texto constitucional diversas cláusulas referentes aos direitos de cidadania social e a políticas sociais. Assim, resguardados os princípios essenciais de um estado de direito, tal como os demais da Europa Ocidental, o ordenamento socioeconômico português, naquela conjuntura, se estruturava

no sentido contrário às tendências em curso nos países hegemônicos do Ocidente, os quais, orientados pelos princípios do neoliberalismo, preconizavam, liberdade de mercado e revisão dos pressupostos da socialdemocracia no que respeita a direitos sociais.

Segundo mencionei em páginas anteriores, vistos especialmente à luz da queda dos índices de crescimento da economia (LAINS: 1990), no quadro das dificuldades nacionais, dívida externa, pressão inflacionária e desemprego crescentes constavam como muito graves. Contudo, diante das negociações com a CEE, naquela conjuntura, o montante da dívida externa assumia dimensões políticas e aparecia como o mais grave problema a ser solucionado. Não sem razão, portanto, o governo recorreu, em 1977, a um primeiro empréstimo ao Fundo Monetário Internacional (FMI), a ser pago com contenção de gastos públicos e aumento da tributação. Um segundo seria feito em 1984. Os altos índices de desemprego – resultantes da estagnação da produção nos distintos setores da economia, e da migração de refugiados das ex-colônias africanas, especialmente ao longo de 1975 – e da inflação se revestiam também de dimensões políticas em um contexto de intensas mobilizações promovidas pelas confederações de sindicatos de trabalhadores (CGTP-IN e UGT), apoiadas pelos partidos de esquerda, respectivamente, PCP e PS. Não por acaso, registra-se nos governos de Mário Soares a promulgação de amplo conjunto de leis no campo da seguridade social (GUILLÉN & ALVAREZ & SILVA, 2005: 339/341). No que se refere à regulação das relações laborais, foram instituídos direitos do trabalhador – relativos a greve, demissões, contrato coletivo, dentre outros –, a par da manutenção daqueles regulamentados na conjuntura revolucionária (1974/1975). A este respeito, em suas contestações ao governo, a CIP encontra argumentos para considerar a *nação sob a ameaça do coletivismo*.

Nesse tempo, que corresponde ao da gênese da constituição de Portugal como uma sociedade democrática, os empresários da CIP, a partir de seus diagnósticos referidos a dimensões da realidade econômica, política e institucional, formulam a assertiva de que *Portugal é uma nação em perigo; perigo iminente ou futuro*, originário de diferentes causas correlatas. O ordenamento econômico e político, tal como inscrito na Constituição, prenuncia o perigo de

soluções antidemocráticas, ou em outros termos, a *coletivização [da propriedade]*. Documento apresentado em conferência de imprensa e publicado no Boletim CIP (em 11/1977) sob o título “*Salvar Portugal / Preparar o Futuro*” sintetiza argumento com tal conteúdo, repetido à exaustão em diversos outros textos.

Considerando-se a contundência da linguagem e recorrência da menção, a ameaça à nação reside na extensão do controle estatal da economia; este se faz condicionado por circunstâncias diversas, quais sejam: a) manutenção das estatizações – particularmente do sistema bancário – e das intervenções em empresas, anteriormente realizadas; b) ampliação das restrições ao capital privado de investimentos em determinados setores das atividades econômicas; c) distribuição desigual de recursos financeiros públicos entre empresas privadas e estatais; d) isenção das empresas estrangeiras dos controles e restrições impostos às empresas privadas nacionais. Compõe ainda o quadro das condicionantes do perigo a recusa do governo do pagamento justo – relativamente aos critérios concernentes aos valores, à extensão do número de proprietários indenizáveis e às formas das indenizações – aos proprietários expropriados.

Desse modo, reafirmam os empresários portugueses – nos termos suscitados pelas particularidades de seu país – a liberdade de mercado, tema caro a seus pares, na Europa e alhures. Como se sabe, no Brasil, por exemplo, àquela época, ganhavam força as campanhas críticas à presença do Estado na economia, e a favor da privatização.

A regulamentação das relações de trabalho nos moldes em que foi feita, isto é, assegurando aos trabalhadores direitos já consagrados há tempos em outros países da Europa Ocidental, igualmente é tomada como indicativa da intenção, “a longo prazo, da eliminação do empresariado” – forma eufêmica para anunciar/denunciar o projeto socialista de “coletivização” da economia –, uma vez que a implementação de tais direitos foi percebida como barreira aos investimentos nos vários setores das atividades produtivas, necessários à sobrevivência das empresas. Em vista disto, para “*Salvar Portugal*” a CIP propugnava a “*alteração radical*” das leis que: regiam o direito de greve e o de demissão; promoviam o contrato coletivo de trabalho; definiam o regime jurídico de férias,

feriados e faltas e aquelas que regulavam as comissões de trabalhadores nas indústrias.

Pressionadas pela retração da economia (europeia e portuguesa), indignados com a condução do processo de indenização, agastados com as demandas dos sindicatos dos trabalhadores e, situados à direita do repertório das ideologias, num quadro político sob o comando do Partido Socialista, lideranças da CIP viriam representar os governantes como “*incapazes de propor soluções para a crise*”, “*indecisos*” e “*ambíguos*” na tomada de decisões urgentes. Mais do que isto, de modo recorrente, as ações e declarações dos membros do Executivo e do Legislativo foram percebidas como orientadas por *preconceitos ideológicos*, por *obsessão ideológica*, e pelo *marxismo leninista*, expressões que iluminam o sentido da aludida “*condução do país à coletivização*” e, por via de consequência, das *ameaças à identidade nacional*, fundada, segundo a liderança da CIP, na *tradição do livre mercado e da iniciativa privada*. Uma breve remissão à história em tempos ainda próximos, quando vigorou o sistema de condicionamento industrial nos quadros do corporativismo estatal salazarista, possibilita que se constate o sentido ideológico da afirmativa.

A defesa do ingresso de Portugal na CEE emerge no discurso da liderança da CIP como o caminho seguro a ser seguido para a solução dos problemas reais ou imaginados. Por certo, ainda que as evidências atestassem o alijamento das forças de esquerda comunista do poder e que o PS pretendesse viabilizar, segundo entendo, tão somente um projeto social democrata (que conferia ao Estado papel relevante na promoção do desenvolvimento econômico e do bem estar social – diga-se de passagem, àquela época projeto em declínio na Europa sob a vanguarda da Inglaterra), o ingresso de Portugal na CEE para os empresários se configurava, ao mesmo tempo, como caminho indispensável à eliminação em Portugal dos últimos resquícios da curta “*experiência comunista*” e da interposição de barreiras ao projeto de cunho socialdemocrata e estatizante tentado pelo Partido Socialista.

Na primeira conjuntura em exame, o Partido Socialista sob a liderança de Mário Soares, foi governado duas vezes, por um período que não atingiu dois anos completos (1976/1977 e 1978), sintoma a um

só tempo da legitimidade do Partido e de seu líder junto ao eleitorado, e da oposição advinda de outras forças políticas, entre as quais se contam aquelas feitas por integrantes do próprio PS, somadas àquelas dos adversários “naturais” de outros partidos, como o PPD, CPP e CDS. O PS contou especialmente com a hostilidade do Presidente da República, responsável pela demissão de Soares (1987). Alimentavam as oposições partidárias as contestações feitas pela CIP, nos termos antes referidos, e por entidades – como a Confederação dos Agricultores Portugueses (CAP) – que congregavam grandes proprietários de terra, os quais encontravam no governo socialista obstáculos às suas demandas para reversão do regime de propriedade da terra em vigor e indenização pelas terras expropriadas para a reforma agrária feita no sul do País (REIS, 1993: 63).

O enfraquecimento temporário do PS e a ascensão das forças políticas aglutinadas nos partidos de direita⁴¹ – PSD, CDS e PPM que compuseram a Aliança Democrática (AD) e constituíram-se como maioria parlamentar – alimentaram as perspectivas e as pressões no sentido de se promover a reforma da Constituição, sobretudo nos tópicos relativos à ordem econômica e social.

Mudanças registradas na CIP, no início dos oitenta, sugerem interesse em ampliar suas forças também no seu próprio campo: a categoria dos filiados é alargada com a inclusão de associações de empresários dos serviços (bancário e seguro, setores objeto de extensa estatização/intervenção, e serviços de consultoria) e empresário com perfil ideológico radicalmente de direita, afinado com o Centro Democrático Social (CDS), assume a condução da entidade, secundado, na hierarquia, por um grande empresário, cujas empresas haviam sido estatizadas⁴².

Ademais, no quadro político favorável às demandas dos empresários, a economia se recompunha com a política econômica expansionista do governo da AD que, interessada, segundo Reis (1993: 61), no alargamento de suas bases sociais de apoio em vários flancos, promoveu controle da inflação, favoreceu créditos ao setor privado, baixou impostos, aumentou salários e entregou terra a pequenos agricultores, além de fazer gestões junto à CEE, reiterando o interesse da nação na integração de Portugal à CEE.

É nesse contexto que a CIP busca fazer, ela própria – pela primeira vez, tanto quanto pude conhecer –, pressão no interior da CEE, mediante a participação de suas lideranças, acompanhadas de numerosa caravana, em reunião ordinária da Comissão Europeia, na sede da Comunidade em Bruxelas (1981). As demandas apresentadas eram as seguintes: cobrança de crédito (suplementar e emergencial) concedido naquela quadra e ainda não realizado; eliminação das barreiras alfandegárias aos produtos portugueses e encaminhamento em separado do pleito português relativamente ao espanhol. Excetuando-se o primeiro reclamo, os demais eram justificados como meio de livrar os interesses portugueses da concorrência do país vizinho, já de partida favorecido por suas potencialidades econômicas. A CIP tornou o acontecimento uma manifestação de sua força no espaço político português. Talvez tenha sido este o alvo principal da visita. Falando em nome de todos os nacionais, o presidente da entidade constrói argumento no qual os empresários na condição de *construtores da riqueza no país* são representados – por oposição aos governos – como personagens centrais do sucesso do projeto europeu. Ademais, são sugestivos daquele propósito os termos que teriam norteado o discurso do presidente da CIP na CEE⁴³: “O presidente da CIP transmitiu de forma **clara e incisiva** o recado dos industriais”; “o **mínimo** que os industriais **podem exigir** é...”. “**Portugal dará mais a CEE do que dela irá receber**” (grifos meus). Neste enunciado polisêmico, sob a explícita manifestação de ufanismo nacionalista, vêem-se contempladas reminiscências de ideias e do vocabulário do tempo do Portugal imperial. Desdobrando em miúdo, o argumento é o seguinte: se Portugal tem pouco a oferecer à Europa, tendo em vista os limites naturais resultantes de uma economia interna de pequena dimensão, pode favorecer o acesso da economia continental a **países africanos, como Angola, Moçambique e ao Brasil**, que “têm potencial de crescimento maior que muitos países do Continente”. A ingenuidade da formulação do presidente da CIP é plena de sentido se levamos em conta que a remissão ao domínio colonial como meio de afirmação da identidade nacional estava enraizada no universo ideológico português e que há muito pouco tempo servira de referência para

a distinção entre “ultramarinistas” e “europeístas”, segundo menção feita em páginas anteriores.

No decurso dos debates no Legislativo (1982), por ocasião da reforma da Constituição, os empresários da CIP voltam a elevar o tom de suas contestações, tendo em vista que, no jogo das forças políticas, a ampliação do poder de barganha dos socialistas parecia ameaçar as mudanças pretendidas pela direita⁴⁴. Em comunicado à imprensa, o presidente da CIP declara⁴⁵ “Não ao projeto europeu em condições de inferioridade” e responsabiliza o “Partido Comunista e seus aliados” por lograr desviar as discussões no Parlamento para questões menores. Na perspectiva dos empresários, o Legislativo nacional deixava intocadas as *grandes questões*, ameaçando desta forma a *independência nacional... a democracia... a dignidade do Estado*. O apelo aos *responsáveis políticos* contempla a antevisão de um *desastre final* a ser evitado.

A reforma da Constituição concluída ao final de 1982 esteve muito longe de corresponder aos interesses dos grandes empresários – como também dos proprietários de terra –, pois, se foram promovidas significativas alterações na ordem política, estas estavam à margem das cogitações daqueles, tais como eliminação do Conselho da Revolução e consequente demarcação da natureza civil do regime; diminuição dos poderes do presidente da república e ampliação dos poderes do Parlamento. Ainda que tenham sido excluídas do texto constitucional as expressões de inspiração marxista, mantiveram-se intocados os parâmetros relativos à ordem econômica e social, preservando-se, portanto, a orientação estatizante da economia e a cláusula da irreversibilidade das expropriações anteriormente feitas (REIS, 1993). Tal resultado – somado ao reingresso do PS no poder, nas eleições legislativas de 1983, mais uma vez sob a liderança de Mário Soares como Primeiro Ministro – viria potencializar o tom ácido das críticas ao governo. Por via de consequência, a “causa europeia” e as ações governamentais orientadas para finalizar o processo no âmbito da CEE foram contestadas pela CIP. No plano dos conteúdos da retórica, não há nada de novo; apenas o discurso se reveste de maior contundência, assumindo as falas um tom apocalíptico.

A este respeito, alguns enunciados são exemplares. Sob mote “Caminhamos descontroladamente

para a bancarrota!”⁴⁶, o presidente da CIP transmite em emissora de rádio uma *mensagem aos portugueses*, em que forma e conteúdo sugerem a alocação de um mandatário cujo poder foi desacreditado por seus inimigos e pelos inimigos da nação. Em contexto próximo, a Revista da Indústria⁴⁷ publica uma extensa matéria na qual, mais uma vez, os industriais se colocam acima dos partidos e do governo como detentores das soluções para os problemas econômicos de Portugal. Sob o título “Os empresários portugueses têm soluções para a crise”, os diagnósticos da situação e as soluções apontadas compõem o conjunto das formulações já cristalizadas. Contudo, na hierarquia dos problemas e soluções, as mudanças na legislação trabalhista e a protelação do pagamento das indenizações precedem os demais, razão pela qual a “causa europeia” passa, no plano retórico, de condição e meio indispensáveis à inserção de Portugal no concerto das nações europeias à *inglória ilusão socialista*, como registram os trechos seguintes:

- (...) ‘CEE – bandeira que resta a um socialismo decadente’... O PS agita a bandeira de mais uma ilusão... para o que se pedem mais uma vez pesadíssimos sacrifícios à Nação... Sem mudanças da Constituição [lei de greve, lei do despedimento, devolução com indenização das propriedades estatizadas] Portugal não pode vencer a concorrência.

- Portugal está a ser minado, desde 1974, por forças marxistas, cujo objectivo é a destruição dos autênticos valores morais, históricos e materiais da Nação... O estado de degradação económica, social e moral que Portugal chegou só encontra paralelo na nossa história no período que antecedeu a perda da independência e da dignidade nacional em 1850⁴⁸.

Por certo, as condições econômicas internas ao País aguçavam as contestações ao governo. Tal como na conjuntura do primeiro governo do PS (1977), os indicadores econômicos mostravam desequilíbrios graves – dívida externa, deficit orçamental, inflação – problemas de solução premente, tendo em vista as negociações de Portugal com a CEE que supunham, especialmente, contas nacionais estáveis.

Um segundo empréstimo ao FMI (1984) resultou na implementação de uma política econômica pautada na austeridade e, como consequências imediatas, a desaceleração dos investimentos, queda do poder de compra e inflação (REIS, 1993: 75).

Nessa situação, se havia da parte das forças políticas então hegemônicas alguma intenção de promover o pagamento das indenizações⁴⁹ pretendidas pelos industriais, as condições objetivas para tanto eram adversas. A “causa das indenizações” irá constituir-se no centro dos embates da CIP com o governo, ao tempo (1984/1985) em que este buscava obter o reconhecimento de Portugal como membro da CEE, quase sempre expressa nos seguintes termos: “permanece sem solução justa, igualitária e aceitável o problema dos confiscos a que eufemisticamente se tem chamado de nacionalizações e indenizações”.⁵⁰ Vendo-se mal sucedida nas lutas travadas pela via política, a CIP busca solução na esfera jurídica do país, junto ao Tribunal Constitucional. Por outro lado, tendo em conta os obstáculos internos, tenta obter apoio à causa das indenizações na CEE, quando recorreu ao Conselho da Europa – instância deliberativa da CEE –, apresentando à “Comissão de Direitos do Homem queixa contra o Estado nacional pela ‘violação reiterada e manifesta’ de princípios fundamentais de igualdade do cidadão perante a lei e da justa e adequada indenização em matéria de nacionalizações”.⁵¹ Como último recurso contestatório, ficará vazia a cadeira destinada à representação da CIP na cerimônia de assinatura do acordo de integração de Portugal à CEE.

A julgar pelos acontecimentos políticos posteriores, as lutas da CIP frutificaram. Mas, seu êxito dependeu da ascensão e permanência do PDS no poder, na condição de partido majoritário (1985-1995), que contemplou, em grande medida, na terceira reforma constitucional, os interesses dos empresários.

Considerações finais

Após quase vinte e cinco anos do ingresso de Portugal na Comunidade Européia, tudo indica que expressões frequentes no País tais como “nós e os europeus”, “aqui em Portugal... lá na Europa”, “Portugal e a Europa” têm caído em desuso, razão

para que se pense que o sentido original e corrente destes enunciados foi perdido. Particularmente nos centros urbanos irradiadores de novas ideias e práticas – Lisboa, Porto e Coimbra –, podem ser vistas, no cotidiano, marcas do sentimento de pertença dos portugueses à Europa e por extensão ao mundo, sobretudo no campo das artes.

Impressiona hoje a alguém que conheceu Portugal há mais de uma década a variedade de manifestações no campo das artes (“populares” e “eruditas”) que chegam a Portugal, de vários países da Europa e América do Norte e do Sul, e a sedução que as mesmas exercem sobre os portugueses; esta indicada, por exemplo, pelos usuais avisos de “ingressos esgotados” em bilheterias das salas para espetáculos musicais e teatrais.

No âmbito das manifestações artísticas, dois exemplos parecem expressar de modo peculiar os novos trânsitos da cultura portuguesa. O grupo musical português *Madredeus* ganhou notoriedade, desde sua constituição (1985), revivendo o fado – música e canto da tradição popular –, harmonizado com música erudita também portuguesa. Músicos e vocalista, usualmente de vestes sóbrias, expressavam em tom de lamento a assim chamada “alma portuguesa” – devota, discreta e triste. Alterações na composição do grupo foram acompanhadas de pequenas modificações no estilo original, tendo sido, portanto, preservadas as marcas distintivas da cultura musical portuguesa. Contudo, um de seus mais distinguidos componentes, compositor, instrumentista e arranjador, hoje lidera vocalistas que, em línguas diversas (inglês, francês, espanhol, e obviamente, português) e ao som de vários instrumentos (violino, violão, violoncelo, guitarra, guitarra elétrica, baixo, trompa, xilofone e piano), dentre os quais não se inclui a guitarra portuguesa, interpretam peças de outros países e regiões da Europa, situados além da ponta da Península. É significativo que o primeiro CD produzido tenha sido intitulado *O Mundo*.

Em uma outra perspectiva, as artes em Portugal ganham *status* de arte universal. Em 2006, foi organizada em Lisboa, no Centro Cultural de Belém – maior e mais importante espaço destinado a abrigar eventos artísticos do País –, uma exposição de fotografias produzidas por reputada fotógrafa alemã. As fotos, reproduzidas e emolduradas em grandes dimensões,

retratam exclusivamente fachadas e interiores de prédios históricos dos tempos áureos dos descobrimentos (palácios, teatros, igrejas), expressivas obras de arte da arquitetura portuguesa, localizados, sobretudo, em Lisboa. Apesar das marcas portuguesas dos espaços retratados, a exposição foi nomeada e apresentada como “mostra de arte de todo o mundo”. Estes “casos” mencionados oferecem indícios de que o sentimento de pertença dos portugueses ao espaço europeu está em curso e que o mesmo se faz e se refaz mediante processos vários, dentre os quais, parafraseando Hobsbawm, pela “invenção de novas tradições”.

Ainda, em Portugal, o sentimento de pertença à Europa pode e tem sido evocado pela possibilidade que têm os nacionais de ir e vir, de um país a outro, em modos idênticos àqueles tomados para ultrapassar os limites de um município ou região do País. Mas Portugal pode ser percebido como europeu na modernização das vias de transporte, da infra-estrutura de serviços urbanos e, especialmente no centros de compra, que oferecem produtos originários de vários outros países da União Europeia.

Por fim, os cidadãos portugueses *estão na Europa* também e, sobretudo, quando escolhem periodicamente seus representantes no Parlamento Europeu e quando vêem discutidas e votadas na Assembleia da República as diretivas da União Europeia (UE). Expansão econômica e modernização da vida em vários âmbitos, definidas em curto espaço de tempo, oferecem razões de sobra para que os portugueses reafirmem, periodicamente, nas pesquisas de opinião promovidas pela Comissão Europeia, conhecidas como Eurobarômetro, as vantagens do ingresso do País na UE.

E o que dizer dos empresários? O atual presidente da CIP, perguntado por mim sobre possíveis efeitos negativos das diretivas europeias para o mercado de produtos nacionais, com atitude de surpresa diante da indagação afirma: “não há produtos nacionais. Hoje produtos e mercados são europeus; diretivas e instruções que nos chegam de Bruxelas [sede da União Europeia] são incorporadas às políticas e instituições do Estado português”.

Mas, ideologias de conteúdo nacionalista teriam perdido hoje a eficácia antes manifesta nos embates políticos e econômicos? Algumas evidências sugere-

rem que apelos de fundo nacionalista perduram, particularmente, mediando interesses econômicos. A este respeito, é exemplar um movimento organizado (2006/2007) por associação empresarial – a terceira em importância no País –, congregando industriais da região econômica que tem a cidade do Porto como centro. Sob o *slogan* “Compro o que é nosso” – composto graficamente com cores e forma que evocam a bandeira portuguesa –, a campanha oferecia “prêmios” aos consumidores de uma longa lista de produtos. O âmbito nacional da campanha e o patrocínio de grandes empresários são sugestivos de que o apelo correspondia a interesses de industriais de distintas regiões. Outros “casos” menos visíveis, captados no cotidiano lisboense, mas igualmente expressivos da recorrência ao nacional como estratégia de *marketing*, podem ser citados. Em mercado de bairro periférico em Lisboa, modesta vendedora de temperos busca atrair uns e outros para seu box anunciando: “veja ... são produtos nossos”; em jornal de grande circulação, a sessão “Convívio” registra incontáveis anúncios de serviços eróticos nos quais qualidades específicas das ofertantes são associadas à origem nacional, tais como: brasileira fogosa; portuguesa discreta; mexicana de coxa grossa; chinesa bonita; moçambicana escaldante; big espanhola... peitão 58; etc, etc.

A evocação da idéia de nação tem hoje em Portugal trânsitos outros que vão muito além da manipulação ideológica de orientação corporativa e de estratégia de *marketing* para venda de produtos e serviços. Disto é exemplar a campanha em defesa dos “Centros de Decisão Nacional”, iniciada em 2002, com um manifesto assinado por 40 personalidades da vida portuguesa – dentre os quais se incluem empresários, professores universitários, economistas, juristas e engenheiros – e dirigido ao Primeiro Ministro e ao Presidente da República, respectivamente do PS e do PSD. O “Manifesto dos 40”, como ficou conhecido, alertava os dirigentes para a debilidade da economia portuguesa frente ao avanço da concorrência e da concentração do capital no espaço europeu e, especialmente, propugnava mobilização de recursos políticos, tendo em vista preservar no espaço português empresas nacionais de setores estratégicos para o conjunto da economia. Em termos sintéticos, o manifesto defendia a “salvaguarda de relevantes centros

de decisão económica nacionais” como condição indispensável para preservar a autonomia do país. Nesta perspectiva, o apelo à mobilização das forças políticas e sociais se fez em nome da “viabilidade de Portugal como sociedade política”. O relativo consenso em torno de tal posição, ao contrariar diretrizes da União Europeia, traz agora para o centro das discussões a “causa portuguesa”.

(Recebido para publicação em outubro de 2010.
Aceito em janeiro de 2011)

Notas

- 1 A categorização político-ideológica dos partidos mencionados é tomada de empréstimo a António Costa Pinto (2005: 39).
- 2 O referido partido convergiu com o projeto socialista apenas enquanto esteve em questão a integração económica. No início dos anos 1990, quando se debateu no âmbito do poder legislativo (Assembleia da República) sobre competências de natureza política à Comunidade Europeia, o CDS se opôs.
- 3 Nessa altura, é indispensável dizer que os estudos mencionados, além de outros consultados e aqui referidos, foram de grande valia para minha compreensão da realidade portuguesa, seja pela riqueza da fundamentação empírica, seja pela acuidade analítica que apresentam. Se trabalhos com tais atributos valem por si mesmos, valem além disto quando abrem caminhos quase sempre difíceis de serem percorridos por uma pesquisadora estrangeira.
- 4 Acervos colocados à disposição dos interessados na sede das entidades em Lisboa.
- 5 Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, entre 2006/2007.
- 6 Desde o término da Segunda Guerra Mundial, a partir de quando é criada grande parte dos organismos hoje existentes, a participação de Portugal apresenta a seguinte cronologia: Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE) – 1948; Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) – 1949; Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) – 1959; Organização das Nações Unidas (ONU) – 1955; Comunidade Económica Europeia (CEE) – 1986.
- 7 As considerações a seguir têm como orientação os estudos de António Costa Pinto (2004); Maria Fernanda Rollo (1998) e José Manuel T. Castilho (1998).
- 8 Discurso sob o título “Portugal, a Guerra e a Paz” encontra-se no livro *Discursos e Notas Políticas, IV: 1943-1950*, Coimbra: Coimbra Editora, 1951: 108 (*apud* ROLLO, 1998: 52).
- 9 Segundo Rollo (1998: 67), a elite política e intelectual do País tendeu, pela indiferença, fazer coro às posições do regime a respeito do tema da integração europeia, objeto de contínuas discussões desde o término da Segunda Guerra. Contudo, são ilustrativas da existência de posições favoráveis à participação, e, portanto, contrárias à posição do regime, as manifestações de novos integrantes do Executivo e do Legislativo, na vigência do governo de Marcelo Caetano, como se depreende da leitura de Castilho (1998).
- 10 Franco Moreira era diplomata português. Foi Ministro dos Negócios Estrangeiros no Estado Novo até o primeiro ano do governo de Marcelo Caetano. O texto citado foi reproduzido por Castilho (1998: 83).
- 11 A julgar por fotos da época, a cerimônia foi realizada no Mosteiro dos Jerónimos – monumento histórico de maior magnitude material, artística e simbólica de Portugal – sob a direção do Primeiro Ministro Mário Soares, a poucos dias de sua demissão do cargo.
- 12 Cf. Matos (1996: 401), no oitocentos foram também criadas a *Sociedade Promotora da Indústria Nacional* (1822); a *Associação Industrial Portuense* (1852) e a *Associação Promotora da Indústria Fabril* (1860).
- 13 Conforme constatado na leitura de sucessivas edições do *AIP Informação*, disponível no *Centro de Documentação da AIP*.
- 14 Cf. *Enciclopédia da História Portuguesa*, verbete Associação Industrial Portuguesa: 143/144.
- 15 Recorro ao termo na intenção de qualificar a natureza do empreendimento, o que significa dizer que pode não corresponder ao estatuto jurídico da mesma.
- 16 No ano de sua criação, a FIL foi admitida como membro da UFI (União das Feiras Internacionais) e, cinco anos depois, a AIP passou a ocupar lugar de representação no Comité de Direção da UFI. Cf. *Enciclopédia da História Portuguesa*: 145.
- 17 Trechos do discurso do presidente da entidade, em cerimônia comemorativa dos 25 anos de existência da mesma, que contou com a presença do Primeiro Ministro Mário Soares, informam que a FIL realizou entre 1960 e 1985 “11 edições ininterruptas da Feira Internacional de Lisboa e 11 edições da Feira das Indústrias Portuguesas, que se processaram entre 1949 e 1959 [...] exactamente 36 certames, a um tempo dinamizadores e testemunhos do nosso próprio desenvolvimento global” Cf. *AIP Informação*, nº 5/84: 03.

- 18 Para o conhecimento das transformações na economia portuguesa, é indispensável a consulta a P. Lains e Álvaro F. da Silva (2005).
- 19 Cf. várias edições do *AIP Informação*, publicação mensal da entidade.
- 20 Em especial, o Acordo Comercial de 1972 e a União Aduaneira, assim chamado o acordo firmado entre Portugal e Espanha, ambos no quadro da Comunidade Econômica Europeia.
- 21 Tais atividades já haviam se esboçado na década de 60, quando foi introduzida na estrutura da AIP uma comissão encarregada de organizar e ministrar cursos de qualificação de mão de obra. Cf. *Enciclopédia*, *op.cit* 145.
- 22 Curiosamente, a edição da *Revista Indústria*, Ano 47, nº 554, é datada de abril de 1974, e o texto do edital menciona a produção da nota em reunião da Comissão em 02 de maio. Observo que os grifos nos trechos selecionados são meus.
- 23 Os princípios mencionados pela nota foram anunciados pelo general que liderou o movimento, dois dias após a tomada do poder e constam do documento intitulado *PROCLAMAÇÃO AO PAÍS LIDA POR SPÍNOLA em 26 de Abril de 1974*. O documento está disponível no *site* do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra. Em razão da extensão do mesmo, deixamos de reproduzi-lo aqui.
- 24 Grifos meus.
- 25 Enquanto entre 1966-1973 o percentual de expansão da economia industrial fora de 8,6%, entre 1977-1980, baixa para 2,8%. Nos mesmos intervalos de tempo, o índice de crescimento do PIB passa de 7,2% para 3,5% (cf. LAINS, 1994: 936).
- 26 Cf. *AIP Informação*, nº 4/79 – junho. Os estatutos são publicados sob o título “A AIP ao Encontro do Futuro”.
- 27 Cf. consultas feitas a sucessivas edições do boletim *AIP Informação*, publicadas entre 1979 e 1986. A partir das edições de 1980, os assuntos ligados ao tema da integração dominam o espaço do periódico, o qual conta também com uma sessão intitulada “Comunidades Europeias €”.
- 28 Cf. *AIP Informação*, nº 3/83: 3.
- 29 Cf. *AIP Informação*, nº 5/83: 5.
- 30 Cf. nota explicativa dos co-autores, coube a Manuel Lucena elaborar a introdução, a conclusão e o capítulo relativo ao associativismo agrícola, e a Carlos Gaspar o desenvolvimento dos capítulos dedicados às associações patronais e ao movimento sindical. Os escritos do segundo são tomados, aqui, como referência para descrever os processos de que resultaram a constituição da CIP e suas marcas de origem.
- 31 Cf. Lucena & Gaspar (1991: 887), pretendeu-se inicialmente constituir a CIP da junção das duas entidades de classe que pré-existiram ao ordenamento corporativo e que se mantiveram de alguma forma operando como entidades autônomas na vigência do regime de Salazar. São elas a AIP e a “Portuense”, que congregava proprietários de empresas situadas ao Norte do País. Tal não ocorreu por recusa desta última.
- 32 A direção foi entregue a um empresário cujo perfil possibilitaria estabelecer mediações com os dois grandes grupos empresariais e rivais – tinha ligações de parentesco com um grupo e relações cordiais com o outro – e ainda, o que teria sido mais decisivo naquele contexto, tinha também relações cordiais com um dos ministros de Estado (LUCENA & GASPAR, 1991: 887).
- 33 Entre o “25 de Abril de 1974” e Julho de 1976, quando tomam posse o presidente da República e o Primeiro Ministro, Mário Soares, ambos eleitos pelo voto direto, Portugal teve seis Governos Provisórios (*Grande História Universal*, vol. 23, s/d. 199/200).
- 34 O presidente da CIP havia participado do projeto de estatização e havia organizado grande congresso de empresários; neste evento, a tônica fora a discussão sobre o desenvolvimento econômico e o papel das pequenas e médias empresas, teses defendidas por membros do governo militar presentes e empresários.
- 35 Cf. consulta ao *Boletim CIP*, edições de 1975, 1976 e 1977 e *Revista Indústria*, números editados entre 1981 e 1986. A entidade não dispõe de publicações referentes ao período 1978 e 1980.
- 36 Cf. “A Abertura da Economia Portuguesa ao Exterior: Factor de Dinamização Económica e de Progresso Social”, in *Boletim CIP*, nº 19, Julho de 1976: 3/6.
- 37 Cf. “Espaço Europeu”, in *Boletim CIP*, nº 20 Julho – Dezembro de 1976: 2.
- 38 O período registra a composição de dois governos. O primeiro teve vigência entre 1976/1977, sendo o PS partido majoritário; o segundo, em 1978, quando o PS está coligado com o CDS – Centro Democrático Social. Em ambos, Mário Soares foi o Primeiro Ministro (Cf. Magalhães, 2004: 173).
- 39 Nesse terceiro governo de Mário Soares, o Partido Socialista esteve coligado com o PSD – Partido Social Democrata (*op. cit*: 173).
- 40 Termo que designa *estatização* no vocabulário vigente no Brasil.
- 41 Após a demissão de Mário Soares, entre 1978 e 1979, sucedem-se três mandatos de curtíssima duração, de natureza não-partidária, quando o sistema de governo esteve sob o comando do Presidente da República.

Em 1980, mediante eleições gerais, assume o governo o Primeiro Ministro Sá Carneiro, numa composição partidária do PSD com CDS e PPM. (Cf. Magalhães, 2004: 185).

42 *Revista Indústria*, n.º 7/81: 7.

43 *Revista Indústria* n.º 12/81: 39-41.

44 No momento da reforma (1982), a direita não mais contava com maioria parlamentar. O Primeiro Ministro, líder da AD, havia falecido e as eleições para a constituição de novo governo, embora tenham reconduzido a coligação de direita, não lhe asseguraram maioria parlamentar. Por esta razão, as posições dos deputados socialistas têm lugar nas negociações e nas deliberações (REIS, 1993 e MAGALHÃES, 2004).

45 *Revista Indústria*, n.º 4/82: 15-16.

46 *Revista Indústria*, n.º 12/82: 25-26.

47 *Revista Indústria*, n.º 5/84: 29-31.

48 *Revista Indústria*, n.º 5/84: 29.

49 Registra a *Revista Indústria*, n.º 08/85, que o Presidente da República naquele ano havia declarado não considerar justo indenizar os empresários.

50 *Revista Indústria*, n.º 3/85: 8.

51 *Revista Indústria*, n.º 3/85: 7-11.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

CASTILHO, José Manuel Tavares (1998). "O marcelismo e a construção europeia", in A. Costa Pinto & N. Severiano (org.), *Portugal e a unificação europeia*. Lisboa: Edições Cosmo. Penélope 18, 77-122.

Grande História Universal. *Os grandes momentos da História de Portugal*. Vol. XXIII. Lisboa: EDICLUBE, s/d. 155-205.

GUIBERNAU, Montserrat (1997). *Nacionalismo: o estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

LAINS, Pedro (1994). "O Estado e a industrialização em Portugal, 1954-1990". *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 128, p.923-958.

LAINS, Pedro & SILVA, Álvaro F. da. (org.) (2005). *História Económica de Portugal, 1700-2000, vol. III, o Século XX*, 2ª edição. Lisboa: ICS.

LUCENA, Manuel de & GASPAR, Carlos (1991). "Metamorfoses corporativas? – Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal. (I)", *Análise Social*, vol. XXVI, n.º 114: 847-903.

LUCENA, Manuel de & GASPAR, Carlos (1992). "Metamorfoses corporativas? – Associações de interesses económicos e institucionalização da democracia em Portugal. (II)". *Análise Social*, vol. XXVII, n.º 115: 135-187.

MAGALHÃES, Pedro C. (2004). "Eleições, partidos e instituições políticas no Portugal Democrático", in A. Costa Pinto (org.). *Portugal contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote.

MATOS, Ana Maria Cardoso (1996). "Sociedades e associações industriais oitocentistas: projectos e acções de divulgação técnica e incentivos à actividade empresarial". *Análise Social*, vol. XXXI (136-137), p. 397-412.

MONTEIRO, Nuno G. & PINTO, António Costa (2004). A identidade nacional portuguesa, in A. Costa Pinto (coord.), *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Dom Quixote.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (1984). *A invenção da tradição*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

ROBINSON, Richard A.H (1996) "Do PDS ao CDS-PP: o Partido do Centro Democrático Social e o seu papel na política portuguesa". *Análise Social*, vol. XXXI, n.º 138: 951-974.

REIS, António. "Os governos constitucionais: da alternância no poder ao sistema de partido dominante", in Moreira, Vital. A edificação do novo sistema institucional democrático. História de Portugal vol. VI. *Portugal Contemporâneo*, Lisboa: Edição Lisboa.

ROYO, Sebastião (2005). *Portugal, Espanha e a Integração Europeia*. Lisboa: ICS.

ROLLO, Maria Fernanda (1998). "Salazar e a construção europeia", in A. Costa Pinto & N. Severiano (org), *Portugal e a unificação europeia*. Lisboa: Edições Cosmo. Penélope 18: 51-77.

SOBRAL, José Manuel (2003). "A formação das nações e o nacionalismo: os paradigmas explicativos

e o caso português”. *Análise Social*, vol. XXXVII, nº 165: 1003-1126.

PINTO, António Costa & TEIXEIRA, Nuno Severiano (2005). “Portugal e a integração europeia, 1945-1986”, in, A. Costa Pinto & N. S. Teixeira (org.), *A Europa do sul e a construção da União Europeia, 1945-2000*. Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

DA GOVERNANÇA GLOBAL À SUSTENTABILIDADE LOCAL: PORTUGAL E O BRASIL EM PERSPECTIVA COMPARADA

Introdução

Dezoito anos depois do lançamento da Agenda 21 na Conferência das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), e quando já está seguro o retorno à “cidade maravilhosa” para a realização da Rio+20, em 2012, importa perceber até que ponto a consagração aí desencadeada do conceito de desenvolvimento sustentável¹ – e, desde então, promovido pelas instâncias de governança global —, terá contribuído para uma maior consciencialização ambiental e, sobretudo, para ações mais consequentes na promoção da sustentabilidade local.

Debatendo o conceito de desenvolvimento sustentável, assim como processos e ferramentas para alcançá-lo, na Agenda 21 – documento estruturante, assinado no Rio de Janeiro por 178 países –, exortavam-se as autoridades locais (nível de administração mais próximo das populações) a avançarem para formas inovadoras de governança e, muito concretamente, para desenvolverem Agendas 21 de escala local (CNUAD, capítulo 28, 1992). Na óptica dos seus proponentes, este instrumento deveria transformar-se numa plataforma de diálogo e de criação de consensos, numa estratégia participada de sustentabilidade local, pressupondo-se que políticas de maior proxi-

LUÍSA SCHMIDT* | JOÃO GUERRA**

RESUMO

O artigo analisa até que ponto a ideia de desenvolvimento sustentável, vigente desde a Agenda 21 e promovida pelas instâncias de governança global tem contribuído para uma maior consciencialização ambiental e, sobretudo, para ações mais consequentes na promoção da sustentabilidade local. Destaca os diferentes posicionamentos, provenientes de pertenças a blocos regionais distintos e contextos específicos, que implicam respostas igualmente díspares, de países, ao tema da sustentabilidade. A situação se confirma, mesmo quando se comparam duas realidades (a portuguesa e a brasileira), fortalecendo a hipótese de que fatores culturais e sócio-econômicos interferem nas políticas de incentivo à implementação da sustentabilidade.

Palavras-chave: desenvolvimento, sustentabilidade, política Brasil-Portugal.

ABSTRACT

The article evaluates the extent of the idea of sustainable development in effect since Agenda 21 which was promoted by global leaderships as far as it contributes to a better understanding of environment control, especially in relation to consequential actions in advancing local efforts. It highlights different senses of belonging arising from associations with regional separate blocks which in turn give rise to equally different answers to the theme of sustainability by the countries. There is a confirmation of this even when two realities are compared (Portuguese and Brazilian) which emphasizes the hypothesis that cultural and socioeconomic factors interfere with the policies that boost implementation of sustainability.

Keywords: Development, Sustainability, Politics, Brazil, Portugal.

* Professora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Endereço: Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa – Portugal; e-mail: schmidt@ics.ul.pt.

** Professor do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Endereço: Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa – Portugal; e-mail: joao.guerra@ics.ul.pt.

midade geram maior interação entre governantes e governados, tanto na identificação como na resolução de problemas.

Na cena internacional, no entanto, diferentes posicionamentos (pertenças a blocos regionais distintos que implicam especificidades de contexto e diversidade nos compromissos) parecem implicar respostas igualmente díspares. Situação que se confirma, mesmo quando se comparam duas realidades (a portuguesa e a brasileira) que se aproximam, não só culturalmente, mas cada vez mais também do ponto de vista do chamado índice de desenvolvimento humano (IDH)². As razões para as semelhanças e diferenças que procuraremos assinalar neste texto parecem decorrer, portanto, não apenas da simples capacidade de disponibilização de recursos para levar a cabo políticas de incentivo à implementação da sustentabilidade, mas de factores mais plurais que, em parte, decorrem do contexto regional em que os dois países se inserem.

Da governança global à sustentabilidade local

Governança e desenvolvimento sustentável são, muito frequentemente, vistos como filhos da mesma família e parte da mesma história (KEMP, PARTO e GIBSON, 2005), com características comuns e potenciais conexos

e interdependentes. De facto, como sublinhava, já em 2003, o Conselho Nacional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Portugal, no âmbito do processo de adesão portuguesa à Convenção de Aarhus³ (*sobre o acesso à informação, a participação do público na tomada de decisões e o acesso à justiça no domínio do ambiente*),

(...) a experiência nacional e internacional revela-nos, por vezes enfaticamente, que a participação é um processo vital para o êxito das iniciativas políticas. (...) É, aliás, na sequência do desenvolvimento, ao longo das últimas três décadas de políticas de ambiente, que a urgência de encarar a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão se transformou numa tendência política, teórica e prática, progressivamente nítida e incontornável (CNADS, 2003: 12).

O processo de ratificação da Convenção de Aarhus – que reafirma caminhos já antes delineados para a sustentabilidade, como, por exemplo, o princípio 10 da Declaração do Rio – teve início em 1998, ano em que foi assinada pela União Europeia e por mais 36 países (incluindo Portugal). Esse processo tem antecedentes na experiência internacional que compreende legislação diversificada, com origem, nomeadamente, nos Estados Unidos (US Freedom of Information Act – primeira versão datada de 1966) e na União Europeia (Directiva europeia sobre liberdade de informação em matéria de ambiente – 90/313 CE de 7 de Junho de 1990). A convenção confirma a necessidade de promover as parcerias e a participação das populações em confluência com o reforço dos mecanismos de acesso à informação, aos processos de decisão e à justiça em matéria ambiental. Estas serão as condições necessárias que permitirão obter melhores decisões, bem como a sua aplicação mais eficaz, contribuindo, simultaneamente, para uma maior sensibilização do público no que diz respeito às questões ambientais (UNECE, 1998), até porque sem a adesão das populações, as políticas ambientais não têm possibilidade de vingar.

Não estamos, portanto – e continuando com a metáfora sugerida por René Kemp, Saeed Parto e Robert Gibson –, perante um qualquer “filho de pais incógnitos”, cujas origens se desconhecem. Sabemos que a governança ambiental terá dependido de um trabalho mais ou menos prolongado e mais ou menos árduo e subtil que passou por diferentes momentos nas relações entre a administração e a sociedade civil. Sabemos também que, para a afirmação internacional deste processo, contribuíram alguns marcos da governança internacional de que se destaca a Conferência da Terra (Rio 92). Mas, porque o nosso intuito é clarificar melhor as ligações sistémicas entre sustentabilidade e envolvimento público (das instituições da administração, das organizações da sociedade civil e das populações em geral), importa que, para já, nos foquemos um pouco mais no conceito de desenvolvimento sustentável e nos estreitos laços que o ligam aos de governança e de participação.

O Relatório Brundtland (1987), que antecede e informa a Agenda 21 e a Declaração do Rio, é, sem dúvida, um dos documentos mais salientes que marcam a emergência e o início da progressiva visibilidade e afirmação sociopolítica da ideia de desenvolvimento sustentável. Assumindo a necessidade de equidade intra e inter geracional, defende-se no documento publicado sob o título sugestivo e cada vez mais actual – “O nosso futuro comum” – que a justiça social é indispensável para a prossecução de um verdadeiro desenvolvimento sustentável. Justiça social que, para vingar, deve ser coadjuvada por sistemas políticos que garantam a participação efectiva dos cidadãos no processo de tomada de decisão (CMAD, 1987). Também se assume no relatório que, só por si, as normas legais

(...) não podem assegurar o respeito pelo interesse comum. É necessário, acima de tudo, que a comunidade intervenha com conhecimentos e apoio, o que requer maior participação do público nas decisões que afectam o ambiente. (...) É preciso fomentar as iniciativas dos cidadãos, dar poderes às organizações populares e reforçar a democratização local (Ibidem: 78).

Desenvolvimento sustentável e participação pública estão, portanto, indissociavelmente ligados. Baseando-se nas características inerentes aos processos de desenvolvimento sustentável, alguns autores afirmam mesmo a impossibilidade deste se vir a impor, sem a prévia implementação de processos de governança participativa (ZEIJL-ROZEMA *et al*, 2007).

Tabela 1 – Características do conceito de Desenvolvimento Sustentável

Conteúdo	Processo	Contexto
Alcançar um mundo mais sustentável	Envolvimento das várias partes interessadas	Ambiente institucional
As questões da sustentabilidade resultam, normalmente, de situações complexas com origens múltiplas e de difícil solução que exigem uma mudança na abordagem das instituições a elas dedicadas.	A maioria dos projectos e políticas de sustentabilidade têm que lidar com a complexidade social que envolve grupos e agentes com interesses, capacidades e recursos desiguais e, por vezes, antagónicos.	A maior parte das iniciativas de sustentabilidade são confrontadas com uma fraca institucionalização ou um fraco apoio institucional.

Adaptado de Zeijl-Rozema *et al*, (2007: 1-2)

As características do desenvolvimento sustentável expostas na **Tabela 1** ajudarão a justificar esta relação estreita entre os dois conceitos — desenvolvimento sustentável e governança. Em termos de **conteúdo**, postula-se que, para alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessário, desde logo, mudar as lógicas de funcionamento das instituições de poder, como forma de enfrentar a complexidade dos problemas que a sustentabilidade implica. Para tal, espera-se que o **processo** seja visto como um percurso de partilha, negociação e envolvimento dos vários grupos de interesse em presença que deterão

pontos de vista específicos, nem sempre facilmente conciliáveis. Ora, as **instituições** do Estado (seja central, seja municipal), criadas e desenvolvidas numa lógica hierárquica e sectorial, estão em geral pouco preparadas para enfrentar tais problemas e, ainda menos, para partilhar os poderes de decisão. As urgências próprias dos curtos ciclos políticos são um factor negativo a acrescer às dificuldades desse processo.

O desafio que se impõe é, pois, conseguir institucionalizar soluções mais adaptadas à complexidade dos problemas postos pelo desenvolvimento sustentável, de forma a ultrapassar o fosso entre o impacto das actividades humanas no ambiente físico e os objectivos anunciados para o proteger. A complexidade dos problemas e a urgência das soluções são, contudo, difíceis de conciliar. Apesar de todas as políticas e instrumentos difundidos a partir das instâncias internacionais, da crescente mobilização do movimento ecologista/ambientalista que definitivamente se impôs do panorama mundial, a verdade é que os seus efeitos reais permanecem muito aquém do anunciado até pelos menos exigentes (ZACCAI, 2009).

Espelhando a diversidade de situações e contextos socioeconómicos em que se desenrolam as diversas iniciativas de sustentabilidade (sejam de âmbito local, sejam de âmbito global), desde há cerca de três décadas que se sucedem as definições de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável. A definição de Bruntland (já referida no início deste artigo) – “desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (CMAD, 1987:54) – é ainda hoje a mais reconhecida e fundamenta e inspira numerosas variações adaptadas a diferentes contextos socioculturais, onde os termos adquirem especificidades consentâneas com objectivos particulares. Dá-se, por conseguinte, uma ênfase especial a um ou outro aspecto do conceito, associando-se ora a imperativos e realidades gerais – como desenvolvimento (desenvolvimento sustentável), como sociedade (sociedade sustentável), como ecologia (sustentabilidade ecológica), como estratégia (sustentabilidade estratégica)... – ora,

cada vez mais, a propósitos e âmbitos mais específicos, como comunidade (comunidade sustentável), como mobilidade (mobilidade sustentável), ou como energia (energia sustentável).

Criado inicialmente nas ciências biológicas e ecológicas para descrever os limites da extração e do consumo dos recursos naturais visando à integridade dos ecossistemas que lhes subjazem, o conceito de sustentabilidade é, frequentemente, usado, nos outros ramos das ciências e, sobretudo no campo das ciências sociais, como qualidade intrínseca de um desenvolvimento que concilia qualidade ambiental, inovação económica, coesão social e capacitação cívica. Aqui, o foco direcciona-se, principalmente, para as relações entre capital natural, capital social e capital económico, realçando-se as condições de permanência, de sustentação e de equilíbrio dessas relações complexas e interdependentes.

Assim sendo e apesar da multiplicidade de definições de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável que, em boa parte, decorrem dos contextos e finalidades com que são produzidas, há algumas características comuns que se podem referir. Desde logo, a constatação de uma rede de interdependências que impede que, tanto o desenvolvimento social, quanto o crescimento económico, tomem as suas bases de sustentação ecológica como garantidas, sublinhando as dependências socioeconómicas dos ecossistemas naturais actuais.

Esta interdependência entre economia, sociedade e ambiente é geralmente descrita como um ‘triângulo’, um ‘banco de três pernas’, ou uma sobreposição de círculos num diagrama de Venn e, embora os elementos específicos, bem como a ênfase atribuída a cada um, possam mudar, o que distingue a sustentabilidade, “é o olhar dirigido para as interligações sistémicas e a ideia de que os elementos devem e podem apoiar-se ou reforçar-se mutuamente numa cadeia de relações recíprocas” (VOS, 2007: 335).

Para além desta reciprocidade dinâmica e tal como já era sublinhado na definição de Bruntland, o foco sobre a equidade intra e intergeracional é outra das características fulcrais do conceito de sustentabilidade que tende a ser consensual. Nesta perspectiva, os horizontes espaço-temporais alargam-se para

abranger: *i*) todo o sistema mundo, todos os países e todas as comunidades com os seus diferentes, mas interdependentes graus de desenvolvimento, produção e consumo de recursos e *ii*) todas as gerações presentes e futuras, tendo como exemplo a história e as gerações passadas.

Finalmente, um último aspecto compartilhado pela generalidade das definições de sustentabilidade, é a ênfatização do empenho e mobilização que, se insiste, devem ir para além da mera conformidade com as leis e regulamentos. Aos decisores políticos, pede-se imaginação e inovação na administração da coisa pública e desempenhos que ultrapassem os mínimos exigidos pela lei. Aos empresários, pede-se que ultrapassem as normas regulamentares como forma de garantir vantagens competitivas a curto e médio prazos, sem deixar de assumir uma responsabilidade social antes inusitada. Aos cidadãos e à sociedade civil em geral, pede-se maior intervenção na discussão e na defesa da qualidade ambiental e na qualidade de vida que, afinal, dependerão dos equilíbrios conseguidos entre os vértices do triângulo da sustentabilidade. A todos se pede, portanto, uma acção proactiva que, indo para além do cumprimento das obrigações legais, permita reverter processos que estão a colocar em risco a base de sustentação da sociedade actual.

Com efeito, a demonstração científica dos limites planetários deixa estreita margem para dúvidas: já não é possível manter os níveis de crescimento económico baseados na exploração dos recursos naturais, nem há condições para expandir o modelo da sociedade de consumo ocidental tal como hoje o conhecemos. Esta situação requer um programa complexo: por um lado, restaurar os sistemas ambientais e, por outro lado, mobilizar as sociedades para a mudança. Se é certo que o restauro dos sistemas ambientais pode ser aventado na base do saber científico e tecnológico, já a mudança social — sobretudo num contexto de urgência — parece altamente problemática pois implica a construção de um programa de mobilização eficaz (dado que a questão do tempo é decisiva), sem comprometer o quadro de valores em que assenta a democracia, antes os reforçando. Uma democracia informada e participada está, com efeito, no fulcro da mudança de paradigma que a crise ambiental hoje impõe.

Agenda 21 “88”

A Agenda 21 e a Declaração do Rio — ambas resultantes da Conferência do Rio de Janeiro de 1992 — foram os documentos que maior dinamização e visibilidade conferiram à semântica do desenvolvimento sustentável e aos processos participativos. De acordo com Dodds *et al*, a Agenda 21 constitui uma das mais abrangentes tentativas para promover, à escala planetária, um novo modelo que conciliasse os três pilares do desenvolvimento sustentável economia, sociedade e ambiente (2002), num quadro em que o próprio ambiente institucional se requer aberto e envolvente.

A ideia de sustentabilidade (ainda que nem sempre com sucesso) ultrapassou os limites da decisão política nos vários níveis da governação e tem vindo a surgir como um imperativo inadiável na opinião pública. Ao nível local, onde os problemas e a forma de os ultrapassar estão mais próximos dos cidadãos, sublinha-se o vínculo às condições para a sua efectiva prossecução: a democracia e, sobretudo, a democracia participativa, como, aliás, fica claro no repto lançado pela Agenda 21 em 1992:

(...) cada poder local deverá entrar em diálogo com os seus cidadãos, organizações locais e empresas privadas e deverá adoptar uma Agenda 21 Local. Através de processos consultivos e de estabelecimento de consensos, os poderes locais deverão aprender com os cidadãos e com as organizações locais, cívicas, comunitárias, comerciais e industriais e adquirir a informação necessária para elaborar melhores estratégias. O processo de consulta deverá aumentar a consciencialização em questões de desenvolvimento sustentável (CNUAD, 1992: 333).

O que talvez distinga mais a Agenda 21 de outras propostas sectoriais internacionais e, na óptica local, é uma abordagem que alarga o olhar para uma perspectiva abrangente que se integra num processo tendencialmente transversal, com contornos holísticos e globalizantes. Esta transversalidade que teoricamente deverá ocorrer, tanto em termos sectoriais, como em

termos de intervenientes e participantes, é certamente a sua marca mais distintiva e aproxima-a (a Agenda 21) da ideia de governança “glocal”, que se processa num contexto de negociação que há muito extravasou os representantes dos Estados-Nação. Como refere Kahler, a emergência de novos e diferenciados protagonistas no palco da governança global é um indício importante da mudança que terá sido despoletada pela integração económica mundial ocorrida após a queda do muro de Berlim (KAHLER, 2004:15) e decorre, em simultâneo, com uma renovada valorização do envolvimento de actores não-governamentais nos processos de tomada de decisão também em âmbito local.

Com efeito, parece inquestionável que os órgãos políticos da comunidade internacional, pelo menos no plano do discurso, tenham adoptado o desenvolvimento sustentável como objectivo global do desenvolvimento mundial do início do século XXI, vislumbrando-se um progressivo reforço de uma ideia que já surgia no relatório Brundtland: a necessidade de envolvimento e de mobilização das populações no desenvolvimento sustentável local, onde se produzem e ocorrem os problemas globais que, de acordo com o relatório, determinarão o “nosso futuro comum” (CMAD, 1987). É certo que tudo isto se processa ainda em grande parte ao nível do “wishful thinking” (DRYZEK, 1996; NEWTON e HARTE, 1997), mas há já sinais importantes da sua penetração na sociedade. Um é evidenciado pelo potencial de mobilização das redes sociais na *internet* (produzindo fenómenos de subpolítica); outro, pela emergência das dinâmicas locais, de que as Agendas 21 Locais constituem um bom exemplo.

Centremo-nos, então, nestas últimas. Reafirmando, no âmbito das comunidades locais, os objectivos e os princípios presentes na Agenda 21 (global), o intuito é contribuir para um modelo de desenvolvimento que, a um só tempo, integre as necessidades do crescimento económico, a defesa do ambiente e dos recursos naturais e a promoção das condições de vida das populações. Neste sentido, a governação local e as agendas 21 locais ganham uma importância acrescida pela proximidade aos problemas e às populações, representando, por esse facto, um meio mais ajustado à implementação do conceito de desenvolvimento sustentável num território específico.

Tratando-se de um Programa de Acção elaborado de forma participativa e que visa um maior envolvimento entre poder local e agentes locais nas dinâmicas de desenvolvimento, a A21L implica, além da administração autárquica, a participação activa de movimentos cívicos, de grupos de interesse, de empresas, de organizações não-governamentais, ou seja dos múltiplos sectores que constituem a sociedade civil (mais ou menos organizados). É também uma oportunidade para identificar questões prioritárias e delinear estratégias, integrando o contributo dos referidos sectores sociais que, deste modo, se constituem como parceiros na construção do futuro das comunidades locais. Neste sentido, a A21L projecta-se como um potente instrumento de mudança a dois níveis:

- **Ao nível do Planeamento** porque requer uma abordagem contextualizada do acto de planejar que, simultaneamente, se revele abrangente nas variáveis a ter em conta, exigente na integração dos problemas, inovadora nos modelos prospectivos que propuser e que contribua para resolver a tradicional tensão entre ambiente e desenvolvimento.
- **Ao nível da Democratização** porque desafia todos os trâmites de participação pública e exige novos métodos de obtenção de consensos. A participação pública alargada é um elemento-chave deste processo, não só porque permite aos cidadãos o exercício do direito de auscultação nos processos de decisão política, mas também porque aumenta a eficiência dessas decisões, apostando na responsabilidade partilhada, na definição dos problemas e na programação das acções para os resolver.

Atreito a particularismos e dificuldades concretas decorrentes da sua própria natureza, o processo de implementação de uma A21L exige, por isso, uma acomodação permanente a realidades locais específicas, sem receituários únicos nem visões dogmáticas ou estandardizadas. Seja qual for a escala a que se pretenda aplicar (do bairro à nação), os procedimentos a seguir impõem uma criteriosa adaptação aos condicionalismos do local e aos meios logísticos, económicos e humanos disponíveis. Trata-se de um

processo de experimentação, de tentativa e erro, que se constrói à medida que se aplica. Há, contudo, um conjunto de etapas que pauta o desenrolar do processo — desde a reflexão em torno de problemas e oportunidades locais, à discussão partilhada dos objectivos e prioridades entre os vários grupos sociais no contexto de um fórum permanente, até à elaboração de um Plano de Acção e sua posterior execução, monitorização e avaliação.

Determinando um olhar atento sobre as formas e os incentivos à participação, estas experiências de implementação da sustentabilidade local têm vindo a revelar-se numa espécie de laboratórios de aplicação prática de instrumentos deliberativos. Importa, ainda assim, referir que o sucesso não está forçosamente garantido, mas que as sementes que potencialmente podem germinar a partir delas criam inquietação e dinamizam vontade de mudança, bem como maior capacidade de intervenção e consequente reforço da resiliência local.

Agendas 21 locais – Crescimento e insuficiências nos dois lados do atlântico

Como procurámos deixar claro nos pontos anteriores, apesar das insuficiências que sempre se poderão apontar ao processo de disseminação global da ideia de sustentabilidade participada — em que intervêm muitos actores, interesses e, certamente, mais discursos de boas intenções do que acções de efectiva mudança —, as Agendas 21 Locais têm vindo a contribuir para uma progressiva integração de metodologias participativas nos processos locais de tomada de decisão. Mesmo que decorram ou se enquadrem em programas internacionais, lançados a partir de instâncias de governança global.

Prova disso é, como mostram os resultados de dois inquéritos patrocinados pela ONU e aplicados pelo ICLEI (*International Council for Local Environmental Initiatives*), que o processo de implementação de Agendas 21 Locais rapidamente se transformou num preponderante *Zeitgeist* da transição do milénio. Como se constata na tabela 2, é no espaço europeu que se revela maior vigor neste processo, alcançando uma quota-parte superior a 80% do total de iniciativas recenseadas.

Tabela 2 - Número de municípios a desenvolver processos de A21L

	1996	2001
Ásia (excluindo o Médio Oriente)	87	461
América Central & Caraíbas	..	26
Europa	1.576	5.291
Médio Oriente & Norte de África	8	98
América do Norte	26	101
Oceania	44	213
América do Sul	34	93
África Subsaariana	35	133
Países Desenvolvidos	1.681	5,738
Países em Desenvolvimento	131	678
Mundo	1.812	6.416
Portugal	10	27
Brasil	8	36

Fonte: ICLEI, 2002.

Este instrumento participativo de implementação da sustentabilidade local passou de 1.812 iniciativas recenseadas, em 1996 (4 anos após a Conferência da Terra que lhe deu origem) para 6.416, em 2001 (ano em que foi aplicado o inquérito), representando um crescimento superior a 353,8% nesse período e uma taxa de crescimento anual médio de 28,8%. Na inexistência de informações do ICLEI, mais actuais, vejamos os casos de Portugal e do Brasil, para os anos de 2002 e 2009, socorrendo-nos, para o Brasil, da *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* – MUNIC⁴ (CARVALHO, 2010) e, para Portugal, dos dados recolhidos no Portal da Agenda 21 Local (<http://www.agenda21local.info/>), pelo Grupo de Estudos Ambientais da Universidade Católica do Porto⁵.

Tabela 3 – Variação de iniciativas de A21L em curso nos dois países (2002-2009)

País	2002	2002	2009	2009	Variação 2002 / 2009
	N.º de A21L	Municípios com A21L	N.º de A21L	Municípios com A21L	
Brasil	1692	29,7%	1105	19,9%	-37,7
Portugal	27	8,8%	139	38,3%*	414,8%

Fonte: Carvalho, 2010 e www.Agenda21Local.info * Não estão aqui contabilizados os processos inframunicipais.

Como se constata na tabela 3, se no Brasil se assiste a uma retracção do número de Agendas 21

Locais em curso, já em Portugal (que, aliás, partia de uma situação mais desfavorável) o crescimento foi exponencial, atingindo uma variação positiva de quase 415%. Este aumento explica-se por duas ordens de razão. A primeira liga-se ao impulso externo advindo da União Europeia que, em matéria ambiental e de sustentabilidade, assumiu um papel dinamizador e orientador na sociedade portuguesa. A segunda prende-se à falta de enquadramento institucional e, sobretudo, à inexistência de um processo avaliativo, o que permite que se mantenham “A21L fantasmas” *ad infinitum*, independentemente da sua manifesta inactividade.

Começando pela primeira razão do crescendo das A21L em Portugal, importa assinalar o papel desempenhado pelo contexto europeu na promoção dessas iniciativas. Por um lado, através de algum financiamento suplementar conseguido com a mediação de linhas de apoio ao desenvolvimento local e regional e, por outro lado, por meio da Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis⁶ e do impulso que representou no processo gradual de subscrição da Carta e dos Compromissos de Aalborg. Esta conjuntura ajuda a explicar este repentino (e algo enganoso) “sucesso” português que aponta para uma taxa de crescimento anual de 44,3% (desde 1996), atingindo os quase 230%, entre 2005 e 2009.

À escala europeia, o processo de implementação da Agenda 21 Local assumiu, desde a Cimeira do Rio e enquadrado na Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis, um lugar de destaque. Nalguns países (e.g., países nórdicos, Holanda, Reino Unido), onde o processo de implementação foi levado a cabo com o envolvimento directo das Administrações Centrais, atingiu-se o pleno de municípios com A21L e procura-se agora dar continuidade a essas iniciativas com novas abordagens que possibilitem prosseguir e aprofundar o trabalho realizado. Noutros países, o processo de implementação de A21L teve um arranque mais difícil e tardio, tendo, em geral, faltado os indispensáveis enquadramentos técnico-financeiros do Estado Central que permitissem o seu efectivo sucesso. Neste grupo (que inclui Portugal, mas também os seus vizinhos da Europa Meridional, como Espanha e Itália) é, ainda assim, inegável a dinâmica de crescimento atingida nos últimos anos. Com graus de sucesso diferenciados, multiplicaram-se as

iniciativas de A21L, em geral associadas a uma prévia adesão — ainda que não vinculativa — aos princípios e objectivos expressos na “Carta de Aalborg” e nos “Compromissos de Aalborg”⁷.

Entendido como um acto voluntário agregador de vontades de um conjunto de autoridades locais preocupadas com a implementação de processos de sustentabilidade local, o envolvimento na Campanha permite uma interacção frequente *inter pares*, sobretudo, a partir da organização regular de conferências de âmbito europeu⁸. Estas foram pensadas para dinamizar a adesão de novos signatários e alargar o movimento, mas, sobretudo, para disseminar os princípios de sustentabilidade local participada e divulgar os casos de maior sucesso como exemplos a seguir.

Mais recentemente (Fevereiro de 2009), uma nova iniciativa direccionada aos governos locais foi lançada pela Comissão Europeia: o *Pacto dos Autarcas* (*Covenant of Mayors*). Proposto com o objectivo de reduzir (até 2020) as emissões de gases com efeito de estufa em 20%, pretende unir os autarcas europeus numa rede permanente, norteadada pela troca de conhecimentos e boas práticas. Nesta estratégia de envolvimento das autoridades locais nas políticas europeias de redução de emissões de CO², os signatários do Pacto comprometem-se a apresentar os respectivos planos de acção para a energia sustentável no prazo de um ano após a sua adesão e, conseqüentemente, a indicar de que modo alcançarão os seus objectivos até 2020.

É, portanto, dentro deste enquadramento europeu que evoluiu o interesse pela sustentabilidade e, mais especificamente, pela sustentabilidade local e pela Agenda 21 Local em Portugal, muito em confluência com os mecanismos de consulta, acesso à informação e participação institucionalizados, por força da adopção de normas, compromissos e convenções, sobretudo europeias. Para o cidadão comum português, aliás, a União Europeia transformou-se, nestas últimas décadas, numa referência fulcral para as questões ambientais e para aferir da qualidade de muitas decisões nacionais, sublinhando-se frequentemente os desajustes entre as leis e as práticas (SCHMIDT, 2008).

É também o caso das A21L. Assim, se em termos numéricos a sua evolução parece exponencial, na prática, a falta de avaliação dos processos relativiza esses bons resultados. É esta a segunda razão que ajuda a

explicar a discrepância das taxas de variação entre 2002 e 2009, assinaladas na tabela 3, entre Portugal e o Brasil. Ou seja, muitas A21L portuguesas não passam, afinal, de simulacros sem existência efectiva, e a sua permanência nas bases de dados resulta justamente da ausência de um programa ou política nacional que enquadre estas iniciativas e as avalie no terreno. Um programa que, além da avaliação, permitisse também dinamizar e enquadrar as A21L numa rede nacional de boas práticas, impulsionando-as para novas etapas e novos desafios que evitassem a derrapagem para a inércia e para a inacção, fazendo com que se perca um dos objectivos fundamentais de qualquer iniciativa de A21L: a mudança nas práticas de participação (*top-down e bottom-up*). Uma mudança que implique transparência e abertura nas práticas e nos procedimentos da administração nos processos de tomada de decisão, promovendo o conseqüente envolvimento dos cidadãos.

Ora, num inquérito em que procurámos auscultar a totalidade de 308 municípios portugueses sobre as questões da Agenda 21 Local e da participação para a sustentabilidade local (GUERRA, 2009, 2010), percebemos que muitos dos municípios que surgiam na base de dados do Portal da Agenda 21 Local como casos positivos (com A21L em curso) se mostravam, afinal, relutantes em responder. Aliás, mesmo com insistências telefónicas e electrónicas (*e-mail*), para técnicos e para responsáveis políticos, a esmagadora maioria acabou por nunca o fazer.

Estranhámos! Sobretudo porque nos discursos de muitos autarcas portugueses e, provavelmente também brasileiros, a Agenda 21 Local é frequentemente arremessada como um troféu, como um feito de que se tem orgulho, ou mesmo como um capital político distintivo. Procurou-se, por isso, indagar que razões os levariam a tais procedimentos e constatou-se que muitas das equipas de técnicos previamente formadas para implementar e desenvolver o projecto tinham sido desfeitas, que aos técnicos tinham sido assacadas novas funções e responsabilidades e que ninguém tinha sido nomeado para os substituir.

Sem qualquer sinal de acção participativa a acontecer, nem sequer um interlocutor com quem se pudesse conversar sobre esta temática, fomos levados a concluir que muitos destes processos se encontram ou moribundos, ou num limbo de onde dificilmente

sairão, ou, pior ainda, terão iniciado um processo, ganhado a confiança dos cidadãos arriscando-se a perdê-la de modo irreversível por falta de continuidade.

A falta de um organismo de referência nacional que enquadre e avalie o desenrolar desse tipo de processos, permite, e porventura, estabelece, a perpetuação de situações caducas e desgastadas que vão engrossando o número de iniciativas no mapa português sem que, realmente, isso signifique muito mais do que um conglomerado impreciso de experiências fracassadas. Sem prejuízo de existirem muitos casos bem sucedidos (porque também existem!), o problema é a impossibilidade de separar “o trigo do joio”. Há, no entanto, já evidências de que muitos dos casos de insucesso mais flagrante acontecem, majoritariamente, em regiões social e economicamente deprimidas, localizadas, sobretudo, no interior do país, e que se associam para levar a cabo as A21L com o objectivo central de fortalecer as candidaturas a fundos europeus.

Ora, se é verdade que os processos liderados ou organizados por associações regionais de municípios têm dado bons resultados para resolver problemas ambientais específicos (e.g., resíduos urbanos, água), o mesmo não ocorre quando se trata de participação local. Por um lado, porque se perde a crucial proximidade com os cidadãos e com os problemas que os afectam e, por outro lado, porque os Presidentes de Câmara (os “Prefeitos” na nomenclatura do Brasil) não se envolvem seriamente nos processos, remetendo a liderança para uma entidade anónima: a “associação de municípios”. Acresce que, no âmbito dessas candidaturas comuns, o município se limita a cumprir as exigências processuais dos fundos europeus a que se candidatou, encarando a A21L não como um programa sério e aprofundado de envolvimento participativo — o que implica tempo, vontade política e meios —, mas como uma espécie de caderno de encargos a “despachar” tão depressa quanto possível. Se esta parece ser uma consequência perversa das normas e dos procedimentos exigidos pelo financiamento europeu, o mesmo poderá acontecer no caso do Brasil.

Malgrado o discurso de compromisso que, aliás, é transversal a todas as sensibilidades políticas, no Brasil, o processo de implementação da Agenda 21

Nacional teve alguma dificuldade em arrancar, mas, ao contrário de Portugal, acabou por iniciar-se em 1997, ainda durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso,

(...) depois dos reclames dos movimentos ambientalistas, sob liderança do Fórum Brasileiro de ONG e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento; das iniciativas de Agendas 21 Locais efectivadas pela sociedade civil e, principalmente, em função do Brasil sediar um encontro de balanço da Rio-92, a chamada Rio+5, que tinha o início do processo de Agenda 21 como condição de participação dos países (BATISTA, 2003: 15).

Após cinco anos de debate e participação pública e depois de ter sido alcançado o documento final que dá corpo à Agenda 21 Nacional brasileira, ainda segundo Batista, a estratégia seguinte foi fortalecer as comunidades locais através da promoção das Agendas 21 Locais e do desenvolvimento integrado e sustentável — objectivo 13 da Agenda 21 Nacional. Para levar a bom porto esse objectivo, o governo contou com a equipa técnica da Coordenação da Agenda 21, com capacidade para ajudar na construção de processos de Agendas 21 Locais e, sob a responsabilidade do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), foi prevista a disponibilização de recursos financeiros de forma a alcançarem-se as 1.500 iniciativas de A21L até 2007 (*ibidem*: 19). Meta que, com o retrocesso verificado nos últimos anos, acabou por ficar pelo caminho.

Importa, no entanto, assinalar as implicações que o contexto geoestratégico regional onde o Brasil está inserido pode representar neste âmbito. Apesar do diminuto número de Agendas 21 Locais recensado pelo ICLEI (em 2001 não mais de 36) — e independentemente da qualidade da informação recolhida que contrasta com a avançada pelo inquérito MUNIC —, ele representa nada mais, nada menos do que 38,7% do número total para a América do Sul. Para além disso, como refere Samyra Crespo, e um pouco ao revés do que acontece na Europa e nos E.U.A, o processo de elaboração e implementação das Agendas 21 Locais, pelo menos numa primeira fase, emergiu com maior fulgor em municípios de grande

porte, muitos deles capitais estaduais. Em 1998, a autora citava, entre outros, os casos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Santos, de Curitiba, de Vitória, de Angra dos Reis, de Porto Alegre, etc. (CRESPO, 1998). A, ainda assim, relativamente fraca adesão dos municípios brasileiros à Agenda 21 Local (seja por desinteresse e falta de atenção, seja por insuficiências das políticas de apoio criadas) pode, em certo sentido, ser contrabalançada pela presença desses municípios.

Tal como em Portugal, são os municípios mais populosos — aqueles que acumulam mais recursos (recursos técnicos, financeiros e humanos) — que mais apostam em processos de iniciativa municipal. Os municípios menores, pelo contrário, procuram majoritariamente criar sinergias através de processos multimunicipais liderados, comumente, por associações de municípios, o que permite poupança de recursos, mas acarreta outro tipo de problemas. Para já, porém, vejamos como se distribuem as iniciativas de A21L recenseadas nos dois países, tendo como referência as grandes regiões⁹.

Figura 1 - Percentagem de municípios com A21L no Brasil e distribuição de iniciativas pelo território (2009)

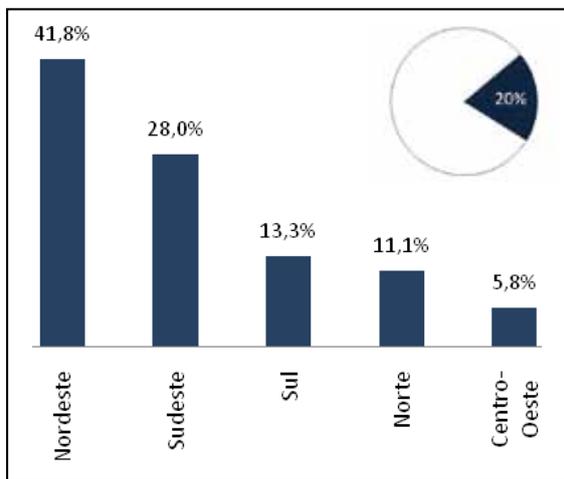
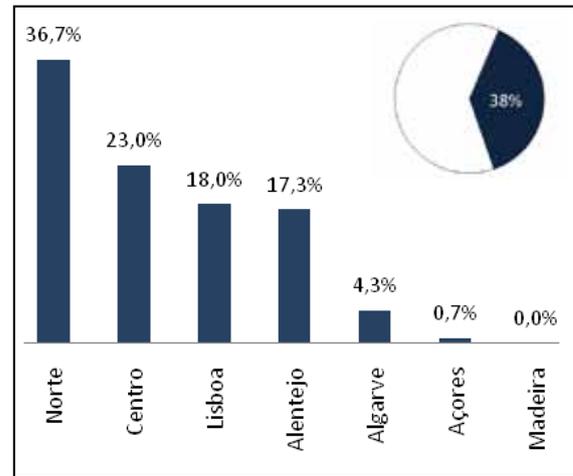


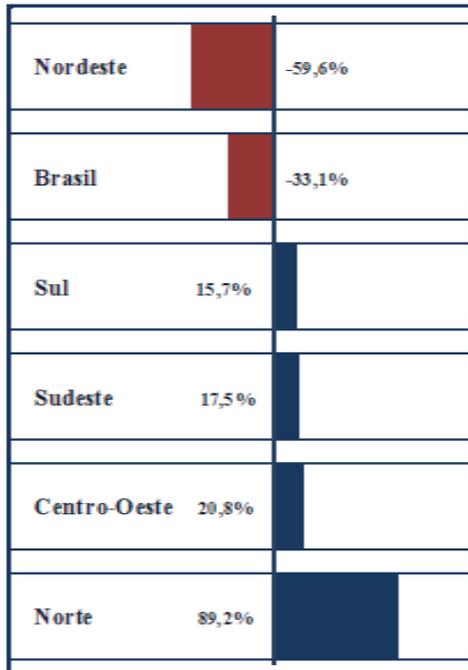
Figura 2 - Percentagem de municípios com A21L em Portugal e distribuição de iniciativas pelo território (2009)



Como se verifica nas figuras 1 e 2, em ambos os países a distribuição das iniciativas de A21L no território é bastante desequilibrada. Começando pelo Brasil, com cerca de 20% do total dos municípios abrangidos, é nítida a predominância do Nordeste (41,8%) e, em menor escala do Sudeste com 28% dos processos em curso. Sendo que os dois extremos (Sul e Norte) se ficam por posições intermédias, no Centro-Oeste ocorre a menor percentagem destes processos participativos, alcançando apenas 5,8% do total.

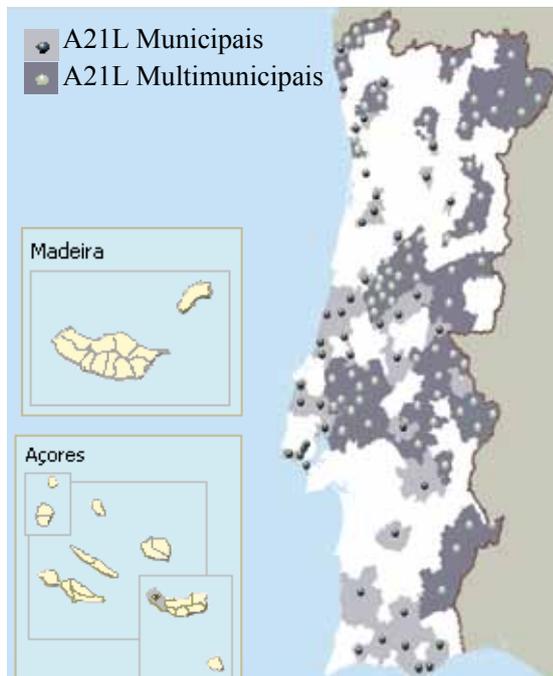
No que diz respeito a Portugal, a situação continua desequilibrada, sendo que as regiões insulares parecem completamente alheias (Madeira), ou quase (Açores) e, no Continente a tendência parece melhorar de sul para norte, com a Região Norte, precisamente, a dominar com 36,7% dos processos recenseados, a Região Centro com 23%, Lisboa com 18%, o Alentejo com 17,3% e o Algarve com a menor percentagem continental com apenas 4,3% do total.

Figura 3 – Municípios com A21L no Brasil (Variação 2002-2009)



Fonte: Carvalho, 2010

Figura 4 – A21 recenseadas em Portugal em 2009



Fonte: www.Agenda21Local.info/

Interessava, então, perceber que dinâmicas acontecem nestas regiões e como terá (ou não) variado o interesse pelas A21L nos diversos contextos. A figura 3 deixa claro que é o Nordeste (a região que, no Brasil, apresenta menor IDH) o responsável pela redução do número de A21L brasileiras. Tendo recuado de 69,2% (em 2002) para 41,8% (em 2009) do total de iniciativas em curso no Brasil, esta predominância do Nordeste nas A21L brasileiras determinou uma descida global, que as subidas registadas nas outras regiões não conseguiram compensar. De facto, todas as outras regiões, com destaque para o Norte (89,2%), mostram taxas de crescimento positivas o que, evidentemente, também se prende com o ponto de partida de cada uma delas¹⁰. Como explicar, então, este retrocesso ou “abate de agendas” no Nordeste? Sendo as A21L, por definição, processos contínuos, dinâmicos e ininterruptos, não é crível que todos os problemas do município tenham sido resolvidos. Parece mais plausível que os processos tenham sido interrompidos, adulterados ou então abreviados apenas para justificar os apoios financeiros, sem efectiva passagem à prática. Querera isto também dizer que, no Nordeste, se assiste a algo parecido com o que foi descrito para Portugal com as Agendas 21 de âmbito multimunicipal, salientando-se a relação entre menores índices de desenvolvimento e maiores fragilidades no desenrolar dos processos de A21L¹¹?

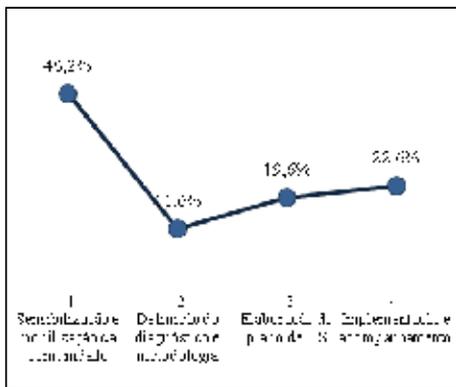
Apesar dos sinais, no caso de Portugal não temos, contudo, dados concretos e objectivos sobre a sobrevivência das iniciativas de A21L. O que o mapa da figura 4 mostra, no entanto, é que a maioria dos processos de iniciativa multi ou supra municipal são, desde logo, uma parcela expressiva do total dos municípios abrangidos (zonas a cinzento mais escuro – que correspondem à área abrangida –, assinaladas por pontos mais claros que correspondem às sedes de cada um dos municípios integrados) e se localizam, majoritariamente, nas regiões económica e socialmente mais deprimidas do país.

Em contrapartida, as iniciativas de origem municipal, derivadas e mais dependentes da vontade-política dos governos municipais (áreas a cinzento mais claro, assinaladas por pontos mais escuros), mostram, em geral, maior resistência ao passar do tempo e acontecem, principalmente, entre os municípios económica e socialmente mais robustos,

encontrando-se os seus melhores exemplos nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e em alguns dos concelhos mais populosos, quer do litoral, quer do interior.

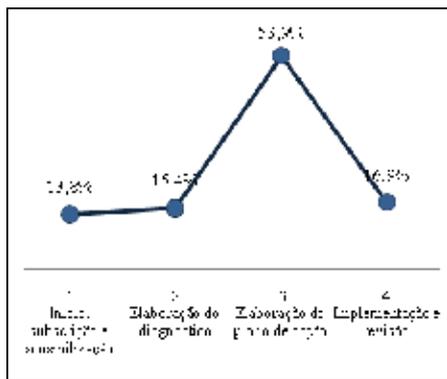
Quanto ao desenrolar dos processos, o que espanta, desde logo, nas figuras 5 e 6, é o facto de a percentagem de A21L que atingiu a fase de implementação em Portugal não chegar aos 17%. Trata-se, afinal, de mais um indício da presença de processos fantasma a engordar as estatísticas. Note-se que a maioria ultrapassou a barreira inicial (fase 1), conseguiu elaborar o diagnóstico (fase 2) e encontra-se na fase de elaboração do plano de acção (fase 3). Implementá-lo é que parece um tanto mais difícil – seja pelas dificuldades inerentes à etapa, seja porque, entretanto, fecharam portas...

Figura 5 - Municípios com A21L no Brasil segundo o estágio de desenvolvimento (2009)



Fonte: Carvalho, 2010

Figura 6 - Municípios com A21L em Portugal segundo o estágio de desenvolvimento (2009)



Fonte: www.Agenda21Local.info/

Quanto ao Brasil, a renovação a que parece estar a assistir-se (CARVALHO, 2010), explica os 46,2% de A21L que se encontram na primeira fase (sensibilização e mobilização da comunidade). As restantes 11,6% ficam-se pela definição do diagnóstico (fase 2), 19,6% pela elaboração do plano de desenvolvimento sustentável e, finalmente, 22,6% (uma percentagem maior que a portuguesa em mais de 5 pontos) pela fase de implementação e acompanhamento (fase 4).

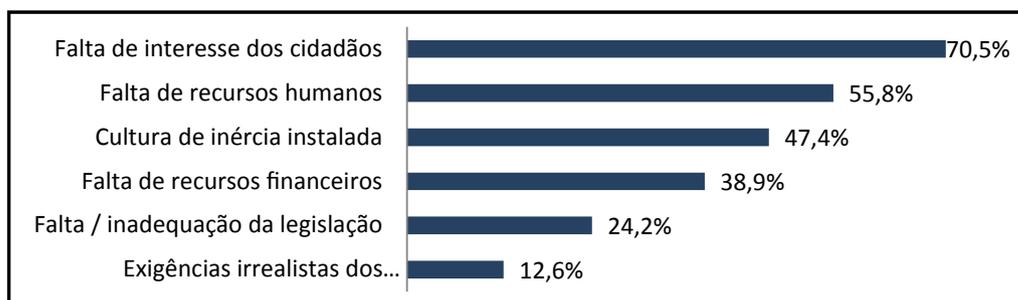
Urge, pois, olhar para a qualidade das iniciativas de forma a poder complementar a informação quantitativa que, apesar de insuficiente, já permitiu clarificar algumas situações. Não sendo fácil fazê-lo num exercício de comparação de dados majoritariamente quantitativos, procuraremos focar-nos nalguns problemas persistentes que explicam a resistência à mudança, mesmo em contextos de existência formal de A21L.

Em Portugal não faltam indícios no terreno que — ao lado e em simultâneo com inegáveis exemplos de sucesso — apontam para a permanência de equívocos e práticas insustentáveis que perpetuam comportamentos, rotinas e modos de agir, quer por parte dos aparelhos administrativos (centralização do poder de decisão), quer por parte dos cidadãos que, em larga medida, permanecem desobrigados de intervir na coisa pública. No Brasil o panorama não parece muito diferente, apesar de experiências que ganharam relevância internacional e serviram de inspiração a muitas iniciativas semelhantes (inclusive em Portugal) de alguns orçamentos participativos, como é o caso do de Porto Alegre (SANTOS, 2002; SHAH, 2007; SINTOMER, HERZBERG e ROCKER, 2008). Se nos restringirmos a processos de Agendas 21 Locais em curso, o coordenador nacional brasileiro, José de Freitas, apontava em Cascais, Setembro de 2009, na Conferência Nacional sobre Agenda 21 Local e Sustentabilidade – GLOCAL 2009, basicamente o mesmo tipo de problemas que se podem recensar em Portugal: dificuldades de compreensão do conceito e dos objectivos do desenvolvimento sustentável; dificuldade de estruturação e manutenção dos *fora*; dificuldades de mobilização da sociedade civil, nomeadamente (no caso do Brasil), do sector produtivo e empresarial (FREITAS, 2009).

Prendendo-se com esta última dificuldade, acresce — seguramente em Portugal, e também muito provavelmente no Brasil —, a enraizada desconfiança das populações na administração pública e que decorre, quer de experiências anteriores inconsequentes ou manipuladas, quer de um passado recente marcado por regimes autoritários (comum

a ambos os países) que deixaram marcas na forma como interagem os cidadãos com a administração, assim como nas práticas pouco transparentes que tendem a perpetuar-se em máquinas burocráticas criadas sob um paradigma menos democrático e menos aberto à participação (VILLAVÉRDE CABRAL, 2000; BARRETO, 2002).

Figura 7 – Principais obstáculos no desenvolvimento dos processos de participação, segundo o inquérito aos municípios portugueses (2008)



Fonte: Inquérito sobre Participação e Sustentabilidade Local, aplicado aos municípios portugueses em 2008 e 2009 (J. Guerra, 2010, investigação em curso).

É por isso comum, mesmo entre processos mais sustentados quer no espaço, quer no tempo, o relato das dificuldades nos processos de envolvimento e mobilização das populações. A figura 7 é bem elucidativa desta situação, apresentando à cabeça a “falta de interesse das populações em participar”, a que se juntam, também com percentagens elevadas, a “cultura de inércia instalada” e “as exigências irrealistas dos municípios”. Discurso que só em parte corresponde à verdade, sendo vários os indícios de resultados inversos. Estudos recentes apontam, de facto, para um crescente interesse dos cidadãos em participar – e.g., o recurso cada vez maior ao Tribunal Europeu; o avolumar das queixas à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos; os resultados que mostram essa tendência dos vários inquéritos levados a cabo... (SCHMIDT, NAVE e GUERRA, 2005: 29-30).

Se, como já salientámos, um passado recente marcado por regimes autoritários, experiências anteriores manipuladas ou pouco transparentes, assim como uma cultura de inércia instalada podem afastar os cidadãos da participação (em Portugal como no Brasil), também é verdade que a engrenagem burocrática das administrações (locais, regionais, nacionais)

e a desconfiança de muitos políticos relativamente aos processos participativos e ao envolvimento dos cidadãos, em geral fazem parte do mesmo jogo de bloqueios. A mudança terá, forçosamente que surgir de ambos os lados e, como já referimos, a A21L é uma ferramenta ideal para despoletar o processo.

Conclusões

1. Contextos regionais – semelhanças e desajustes

Se o contexto europeu e a dimensão do país tornam Portugal atreito às directrizes europeias, também é verdade que o processo histórico que antecedeu a adesão à então Comunidade Económica Europeia — a revolução de Abril e o fim de quase 50 anos de ditadura — fez coincidir a semântica da Europa e, em geral, tudo o que lhe está associado com a semântica da democracia, da liberdade e, claro, do bem-estar social e da protecção ambiental. Daí o papel que na sociedade portuguesa têm desempenhado iniciativas como as da Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis, o Pacto dos Autarcas e a generalidade deste tipo de programas europeus de promoção da

sustentabilidade municipal. Ser deles membro ou signatário é simbolicamente importante porque, de alguma forma, integra o município na “Europa Civilizada”, para usar o mote de uma canção famosa de José Mário Branco.

Assim, e ainda que a Agenda 21 e os seus sucedâneos locais não integrem especificamente directivas e resoluções europeias de transposição obrigatória (como acontece, por exemplo, com as questões da água, ar ou resíduos), a verdade é que a pressão política se faz sentir em simultâneo com a importante possibilidade de aceder a fundos comunitários que, de outra forma, estariam perdidos. O êxito português em termos de A21L que, como verificámos, pode afinal revelar-se bem menos auspicioso, assenta muito nas iniciativas mobilizadoras de influência europeia e nos próprios financiamentos comunitários, em municípios onde houve engenho e à vontade a lidar com as burocracias para lhes aceder.

Internamente, no entanto, a ausência de um programa específico de orientação e apoio que actuasse como dinamizador e facilitador de processos, dificultou a emergência de um número maior de A21L e, conseqüentemente, determinou a não-avaliação do funcionamento das iniciativas já em curso, coarctando a necessária transparência e também a “limpeza periódica” dos casos de insucesso que sustentam estatísticas enganosas. Nestas últimas décadas, aliás, habituámo-nos a assistir ao contraste entre os impulsos de política ambiental que nos chegam da União Europeia (que vão surtindo os seus efeitos, apesar de tudo) e “os persistentes impasses e bloqueios internos no que diz respeito a processos de implementação política desses compromissos, particularmente quando as iniciativas de implementação estão mais dependentes de recursos internos” (SCHMIDT, NAVE e GUERRA, 2010: 214).

Ora, dadas as expectativas criadas em 1992, as dificuldades portuguesas (e em grande parte também brasileiras) podem justificar-se pela forma como a Agenda 21 foi assumida pelo Governo Central. Não como um programa consistente (com regras e vínculos legais que tornassem claros os procedimentos e obrigatórias as diversas etapas de implementação dos processos), mas apenas como uma vaga aspiração a alcançar, como uma cartilha de intenções sem quais-

quer conseqüências para o seu não-cumprimento¹². Juntando-se isto à falta de treino democrático advindo de um passado relativamente recente marcado pelo autoritarismo (nos dois lados do atlântico), não admira que, ao longo destes quase vinte anos, se tenham adiado aspectos cruciais de um modelo de democracia informada e participativa que invista em novos mecanismos e espaços de intervenção cívica, como preconiza a Agenda 21 aprovada na Conferência das Nações Unidas do Rio 92.

Ainda assim, o contexto regional em que se enquadra o Brasil é completamente diferente, e implicará outras pressões e outros anseios. Desde logo, porque o Brasil, no contexto da América do Sul, não é uma economia periférica e dependente; ao contrário, lidera o processo de integração (Mercosul/UnaSul) que, sobretudo se comparado com o europeu, dá ainda os primeiros passos e, por isso, implicará pressões político-económicas bem mais suaves. Acresce a existência — ou, pelo menos, a sua assumpção explícita — de uma Agenda 21 Nacional e sobretudo de uma política oficial direccionada para a promoção das Agendas 21 Locais. Por muitos defeitos que se lhe apontem, este facto faz alguma diferença e possibilita (adivinha-se, deste lado do atlântico), se não melhores e mais sustentáveis iniciativas locais, decerto uma ideia mais próxima da situação real, quer no que se refere à qualidade, quer em relação à taxa de sobrevivência das iniciativas que vão surgindo.

Seja como for, cá como lá, impõem-se mais e melhores meios de informação e diagnóstico que permitam um olhar mais ponderado, a adopção de estratégias mais ambiciosas, maiores ganhos sinérgicos e a emergência de novas iniciativas nos municípios e regiões onde tal ainda não aconteceu.

2. O potencial da Agenda 21 local

Nesta perspectiva, seria importante, tanto em Portugal como no Brasil, — como se defende na Carta de Cascais — promover a avaliação coordenada dos processos de implementação (local, regional e nacional) por entidades independentes, bem como a realização de estudos, a produção de dados e a identificação dos processos de A21L mais positivos que possam

servir de referência às iniciativas emergentes. Para tal, será necessário fomentar a formação de técnicos e facilitadores locais que viabilize um acompanhamento e um desenvolvimento essencialmente endógenos dos processos de A21L. Será também preciso promover e fortalecer parcerias e o intercâmbio de experiências e de conhecimentos entre instituições e agentes (locais, regionais, nacionais e internacionais) envolvidos na implementação dessas iniciativas.

O envolvimento nacional que daqui resulta facultaria um maior entrosamento dos agentes na prossecução dos objectivos e, simultaneamente, permitiria uma presença portuguesa e brasileira — com instituições públicas, municípios, associações de municípios, ONGs, grupos empresariais... — mais apoiada em conhecimento e cimentada em experiência nas diversas iniciativas de A21L nas redes internacionais de desenvolvimento sustentável¹³.

A experiência dos últimos anos nos ensinou que a A21L tem um potencial a não descurar, o que também se concluiu noutras paragens (LAFFERTY, 2001; LAFFERTY e MEADOWCROFT, 2001). Quando os processos são desenvolvidos com transparência e seriedade, verifica-se que as conquistas são inúmeras e fazem a diferença: desde aumentar os níveis de confiança entre governantes e governados, até facilitar a implementação e aquiescência pública de políticas e instrumentos da administração local, reforçando-a face à administração central; passando por melhorar a qualidade de vida local, tanto ao nível do bem-estar social, como da (re)apropriação dos espaços públicos, como, ainda, do exercício de uma cidadania mais pró-activa e eficaz assente em sentimentos de pertença e de identidade local. Em suma, contribuem para o desenvolvimento local, através da dinamização sinérgica das interações entre os vários parceiros em presença (*stakeholders*) nas comunidades locais. Uma autêntica “revolução silenciosa”, poderíamos dizer.

Num momento de transição em que, como referimos atrás, não vai ser possível manter os actuais níveis de crescimento económico baseado na exploração dos recursos naturais, nem expandir o modelo de consumo ocidental a que aspiram (com todo o direito) as populações das economias emergentes, o

desafio é enorme. Mesmo com a preciosa ajuda da tecnologia, se não quisermos cair no autoritarismo cientificamente caucionado, ou nalgum perigoso despotismo esclarecido, vai ser necessário renovar os processos de democratização — onde a escala local assumirá uma definitiva relevância.

Como refere Tim Jackson em “Prosperity Without Growth”, aproximando-nos (a mal ou a bem) do “fim da era da irresponsabilidade” — a tal ‘era’ que pressupunha recursos infinitos —, a prosperidade decorre, em grande parte, da capacidade dos cidadãos para intervir e para participar na coisa pública, implicando isto, uma atenção acrescida aos recursos humanos e sociais disponíveis e que são indispensáveis para levar a efeito qualquer política ou instrumento político de intervenção local. Nesta perspectiva, assumindo-se que cidadãos mais capazes e mais interventivos podem ajudar a promover comunidades mais resilientes e melhor preparadas para enfrentar os choques económicos presentes e futuros (sobretudo os que inevitavelmente decorrerão da transição para uma sociedade pós-carbono), urgem políticas específicas que, como as A21L, promovam a participação (JACKSON, 2009: 105 e seguintes). Nomeadamente, na criação e na protecção da partilha dos espaços públicos; na facilitação e/ou criação de condições de acesso à aprendizagem e à aquisição de competências ao longo da vida e, principalmente, no assegurar de um lugar de maior responsabilidade aos cidadãos e às comunidades no planeamento das cidades e nos processos de tomada de decisão.

A A21L posiciona-se, assim, como um instrumento valioso não apenas no âmbito das comunidades, mas também no plano global, contribuindo para reencontrar um caminho que reintegre o local no quotidiano e, com base nos recursos endógenos, potencie uma prosperidade que não equivalha, necessariamente, a crescimentos inúteis e a desequilíbrios ambientais globais.

3. Uma agenda para a Agenda?

Importaria, por isso, consolidar os resultados que, apesar de tudo, se alcançaram e promover os factores que mais se têm vindo a mostrar determinantes para o êxito das iniciativas de A21L:

- a. Comprometer e envolver o poder político com legitimidade necessária para fazer vingar a vontade de partilha (do poder de decisão) com as populações; para caucionar informação e procedimentos claros e transparentes e para garantir que o processo deliberativo levará em linha de conta os resultados da discussão, da auscultação pública e das aspirações dos cidadãos.
- b. Acautelar a viabilidade dos processos de A21L para além dos mandatos dos executivos municipais procurando, para tal, um envolvimento duradouro e abrangente das forças políticas e cívicas locais em presença.
- c. Actuar de maneira proactiva, para além do cumprimento dos compromissos legais ou oficiais assumidos pelas diferentes administrações locais. Uma A21L deve ser vista, sobretudo, como um processo contínuo que dificilmente se esgota num caderno de encargos assumido para garantir financiamentos. É necessário acautelar resultados consequentes que impliquem mudança nas iniciativas de base local e, também, nas práticas governativas pouco abertas à participação por demais arreigadas nos vários níveis da administração.
- d. Estimular os valores e a cultura local num mundo progressivamente mais globalizado. O enfoque nas questões locais e no envolvimento das populações nos processos de decisão sobre temáticas que mais se relacionam com o seu quotidiano e as suas condições de existência mais imediatas permite valorizar a diferença e a autenticidade, sem que tal implique ignorar os processos globais a que, actualmente, todos estamos sujeitos.
- e. Desenvolver uma agenda inclusiva que envolva todos os cidadãos, tendo por base a justiça social, bem como o apoio às empresas locais e à criação de emprego, de forma a garantir uma prosperidade local consistente, baseada em práticas sustentáveis.

Não se trata de ousar propor uma agenda para a “Agenda de 2012”! Mas, dado que os objectivos

da próxima Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável¹⁴ definiram já como uma prioridade explícita as questões da governança e uma renovada arquitectura institucional para o desenvolvimento sustentável e, dado que actualmente é possível contar com meios de informação e comunicação que, como seria inconcebível há 20 anos atrás, possibilitam um trabalho em rede global e transversal a todos os actores intervenientes — autoridades locais, organizações da sociedade civil, empresas..., não será demais lembrar e reforçar o potencial de mudança que encerra um instrumento como a Agenda 21 Local.

(Recebido para publicação em novembro de 2010.

Aceito em janeiro de 2011)

Notas

- 1 Tratando-se de um conceito polissémico há muitas outras designações alternativas. A designação mais consensual e mais disseminada do conceito de desenvolvimento sustentável é, no entanto, a que foi apresentada em 1987 pela Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, no seminal Relatório Brundtland, “desenvolvimento que dê resposta às necessidades do presente, sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras darem resposta às suas próprias necessidades” (CMAD, 1987: 54).
- 2 Segundo o último PNUD (2010), o Índice de Desenvolvimento Humano situa Portugal na cauda do grupo dos países com “IDH muito elevado”. O Brasil, por seu turno, situando-se no grupo imediatamente anterior, com “IDH elevado”, apresenta uma tendência para uma subida continuada.
- 3 Portugal procedeu à ratificação da Convenção de Aarhus pelo Decreto do Presidente da República nº 9/2003, de 25 de Fevereiro. Quanto ao Brasil, por ocasião do Congresso Internacional “O novo no direito ambiental por Michel Prieur” (São Paulo, 2010), foi aprovada por unanimidade a *Carta de São Paulo* que defendia a adopção e ratificação da Convenção pelo país. O documento foi enviado, em forma de “requisição de compromisso pessoal”, aos candidatos ao cargo de Presidente da República (eleições a decorrer na altura), esperando-se que o vencedor venha a dar andamento ao processo de ratificação.
- 4 Trata-se, neste caso, de uma pesquisa “institucional e de registos administrativos da gestão pública munici-

- pal (...) composta de um questionário de gestão (corpo principal) e suplementos temáticos” (CARVALHO, 2010).
- 5 Não existindo nenhuma política, nem instituição oficial de promoção / implementação da A21L em Portugal, os dados decorrem, basicamente, de informação enviada voluntariamente pelos municípios para o Portal *on-line* dedicado à A21L. As diferenças nas formas e nos instrumentos de recolha de dados implicam, como veremos, um cuidado acrescido na sua leitura e interpretação e, sobretudo, na sua comparação.
 - 6 Lançada em 1996, em Aalborg, Dinamarca, a *Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis* procura incentivar a reflexão sobre a sustentabilidade do ambiente urbano, o intercâmbio de experiências, a difusão das melhores práticas no plano local e o desenvolvimento de recomendações que procuram influenciar as políticas ao nível da União Europeia e ao nível local.
 - 7 Documentos que resultam do desenvolvimento da Campanha Europeia de Vilas e Cidades Sustentáveis, cujo percurso se iniciou em Aalborg (Dinamarca) em 2004.
 - 8 Para além das regionais intercalares contam-se, como marcos importantes, 6 encontros magnos que passaram por Aalborg (1994), Lisboa (1996), Hanôver (2000), Aalborg (2004), Sevilha (2007) e Dunquerque (2010). Em todas elas foram produzidos documentos importantes para o desenrolar da Campanha, destacando-se a “Carta” e os “Compromissos de Aalborg”.
 - 9 Convém ter presente que só a cidade de São Paulo, com mais de onze milhões de habitantes, ultrapassa a população total de Portugal que se situa em cerca de dez milhões.
 - 10 Se em 2002 o Nordeste liderava quase com 70% do total de A21L brasileiras, o Centro-Oeste e o Norte apresentavam os valores mais baixos (3,2% e 3,9% respectivamente) e o Sudeste com 15,9%, em conjunto com o Sul (7,7%) encontravam-se numa posição intermédia que, aliás, ainda se mantém.
 - 11 Há outro indicador que aponta no mesmo sentido. O Alentejo (região que apresenta os maiores índices de despovoamento e envelhecimento e, simultaneamente, dos mais baixos índices de desenvolvimento económico) apresenta, curiosamente, valores próximos do Nordeste no que diz respeito à proporção dos seus municípios com A21L. O Nordeste, em 2002, apresentava uma taxa de 63,8%; o Alentejo, em 2006, quando do lançamento da Agenda 21 Local do Norte Alentejano, atingia 60,3%.
 - 12 Não descuramos, aqui, o facto de o Brasil ter implementado uma Agenda 21 Nacional e disponibilizado meios de financiamento, ao contrário de Portugal, como cremos ter ficado claro.
 - 13 Teses já defendidas pelos autores na Carta de Cascais, documento que rematou a I Conferência Nacional Sobre Agenda 21 Local (Estoril, Cascais, 2010), <http://www.cascaisenergia.org/Carta-de-Cascais.aspx?ID=4076>.
 - 14 Preparatory Committee for the United Nations Conference on Sustainable Development Rio+20, 2010

Referências Bibliográficas

AAVV (1994), *Carta das cidades europeias para a sustentabilidade – Carta de Aalborg*, Aalborg, I Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis.

AAVV (2004), *Compromissos de Aalborg – AALBORG+10 inspirando o futuro*, Aalborg, IV Conferência Europeia sobre Cidades Sustentáveis.

BATISTA, Pedro Ivo (2003), “Agenda 21 como instrumento de construção de sociedades sustentáveis”, in, Hermanns, Klaus e Miguel Macedo (orgs.), *Agenda 21 Local: Experiências da Alemanha, do Nordeste e Norte do Brasil, Fortaleza, Fundação Konrad Adenauer*, pp. 13-22.

BARRETO, António (2002), “A participação cívica e política e a evolução da sociedade portuguesa”, in AAVV, *Actas dos VIII Cursos Internacionais de Verão de Cascais (2 a 7 de Julho de 2001)*. Cascais, Câmara Municipal de Cascais, 1, pp. 45-60.

BROWN, Lester R. (1981), *Building a sustainable society*. Washington, Worldwatch Institute.

CMAD (1987), *O nosso futuro comum: relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento*, Lisboa, Meribérica.

CNADS (2003), *Reflexão sobre o acesso à informação, a participação pública nos processos de tomada de decisão e o acesso à justiça*. Lisboa: CNADS – Fundação Calouste Gulbenkian.

CNUAD (1992), *Agenda 21 – Documento da Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente e desenvolvimento (versão portuguesa)*. Lisboa, IPAMB.

- CARVALHO, Paulo Gonzaga Mibielli de (2010), “Agenda 21 Local segundo as estatísticas da MUNIC”, apresentado na *4th Urbenviron International Seminar on Environmental Planning and Management*, NITEROI 2010 – Sustainable cities for the new millennium, 18-21 de Outubro – Niterói/RJ – Universidade Federal Fluminense.
- CRESPO, Samyra (1998), “Desenvolvimento Sustentável: as ONG’s devem se engajar na elaboração das agendas 21 locais”, *Revista Proposta*, 77.
- Directorate of environment and Local Authorities of Council of Europe (1998), *The size of municipalities, efficiency and citizen participation*. Strasbourg, Council of Europe.
- DODDS, Felix *et al* (2002), *Post Johannesburg – The Future of the UN Commission on Sustainable Development - Paper 9*, Londres, Stakeholder Forum for Our Common Future
- DRYZEK, John S. (1996), “Foundations for environmental political economy: The search for Homo Ecologicus?”, *New Political Economy*, 1 (1), pp.27-40.
- FREITAS, José Vicente de (2009), “Avaliação da implementação da Agenda 21 Local no Brasil”, apresentado em *GLOCAL 2009 – Conferência Nacional sobre a Agenda 21 Local e Sustentabilidade*. Estoril-Cascais, 23 e 24 de Setembro.
- GOMILA, Maria Francesca (2000), “La Agenda 21 Local en Europa: Un análisis comparado” in Font, Nuria & Joan Subirats (eds.) *Local Y sostenible: la Agenda 21 Local en España*. Barcelona: Icaria Editorial, pp. 29-64.
- GUERRA, João (2009), “Sustentabilidade e participação. O papel dos executivos municipais no envolvimento das populações”. *Espacio Abierto*, 18(4), pp. 605-625.
- GUERRA, João (2010), “Agenda 21 Local e sustentabilidade participada: pistas e reflexões sobre processos participativos de Cariz Municipal”, Comunicação apresentada na *GLOCAL 2010 – Conferência Internacional de Agenda 21 e Sustentabilidade Local*, Gondomar, 20 a 22 de Outubro.
- ICLEI (2002), *Second Local Agenda 21 Survey*. Nova York, United Nations Secretariat for the World Summit on Sustainable Development / International Council for Local Environmental Initiatives, http://www.iclei.org/documents/Global/final_document.pdf
- IUCN (1980), *World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development*, Gland, International Union for conservation of Nature – IUCN.
- IVANOVA, Maria (2007), “Moving forward by looking back: learning from UNEP’s History”, in Swart, Lydia & Estelle Perry (eds.) *Global environmental governance: perspectives on the current debate*. New York, Center for UN reform education, pp.26-47.
- IVANOVA, Maria (2009) “The global environmental governance project – global environmental governance in the 21st Century: Way Ahead Wide Open”, Report from the *global environmental governance Forum: Reflecting on the past, moving into the future*, June 28-July 2, Glion, Switzerland.
- JACKSON, Tim (2009), *Prosperity Without Growth – the Transition to a sustainable economy*. Londres, Sustainable Development Commission.
- KAHLER, Miles (2004), “Global governance redefined: revised version”, paper presented at the *Conference on globalization, the State, and society*. Washington University School of Law, St. Louis.
- KEMP, René, Saeed Parto, e Robert B. Gibson (2005) “Governance for sustainable development: moving from theory to practice”, *International Journal of Sustainable Development*, v. 8, nº 1/2, pp.12–30.
- LAFFERTY, William (ed.) (2001), *Sustainable Communities in Europe*. Londres: Earthscan Publications.
- LAFFERTY, William e James Meadowcroft (2001), *Implementing sustainable development: strategies and initiatives in high consumption societies*. Oxford: Oxford University Press.
- LEONARD, Eric (2005), *The onset of global governance: international relations theory and the International Criminal Court*, Hampshire, Ashgate.

NEWTON, Tim e George Harte (1997) “Green business: Technician Kitsch?”, *Journal of Management Studies*, 34 (1), pp.75-98.

Preparatory Committee for the United Nations Conference on Sustainable Development (2010), *Progress to date and remaining gaps in the implementation of the outcomes of the major summits in the area of sustainable development, as well as an analysis of the themes of the Conference - Report of the First session to Secretary-General*. Nova Iorque, Organização das Nações Unidas.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), “Orçamento participativo em Porto Alegre: para uma democracia redistributiva”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Democratizar a democracia. Os caminhos da democracia participativa*. Porto: Edições Afrontamento.

SCHMIDT, Luísa (2008) “Ambiente e política ambiental: escalas e desajustes” in Cabral, Manuel Villaverde, Karin Wall, Sofia Aboim, Filipe Carreira da Silva (orgs.), *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SCHMIDT, Luísa, Joaquim Gil Nave e João Guerra (2005), *Autarquias e desenvolvimento sustentável – Agenda 21 Local e novas estratégias ambientais*. Porto: Fronteira do Caos Editora.

SCHMIDT, Luísa, Joaquim Gil Nave e João Guerra (2006), “Who’s afraid of Local Agenda 21? Top-down and bottom-up perspectives on local sustainability” *International Journal of Environment and Sustainable Development*, 5 (2), pp.181-198.

SCHMIDT, Luísa, Joaquim Gil Nave e João Guerra (2010), *Educação ambiental: balanço e perspectivas para uma Agenda mais sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SHAH, Anwar (2007), *Public sector, governance and accountability series – participatory budgeting*. Washington DC, The World Bank.

SINTOMER, Yves, Carsten Herzberg e Anja Rocker (2008), “Participatory Budgeting in Europe: Potentials and Challenges”, *International Journal of Urban and Regional Research*, 32(1), pp. 164–178.

UNECE (1998), Convention on access to information, public participation in Decision-Making and access to justice in Environmental Matters, Aarhus, United Nations Economic Commission for Europe – Committee on Environmental Policy.

VILLAVERDE CABRAL, Manuel (2000), “O exercício da cidadania política em Portugal”, in Manuel Villaverde Cabral, Jorge Vala e João Freire (orgs.), *Atitudes Sociais dos Portugueses: trabalho e cidadania*. Lisboa: ICS/ISSP, pp. 123-162.

VIOLA, Eduardo e Hector Leis (1991), “Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo”, in, Hector Leis (org) *Ecologia e política mundial*. Rio de Janeiro: Vozes.

VOS, Robert O. (2007). “Perspective defining sustainability: a conceptual orientation”, *Journal of Chemical Technology and Biotechnology*, 82, 334-339.

ZACCAÏ, Edwin (2009), “Développement durable: l’idéologie du XXIe siècle”, *Les Grands Dossiers des Sciences Humaines*, 14, - *Idéologies – le retour de flamme* [http://www.scienceshumaines.com/ideologies-2c-le-retour-de-flamme_fr_338.htm]

ZEIJL-ROZEMA, Annemarie Van, Ron Cörvers & René Kemp (2007), “Governance for Sustainable Development: A Framework”, Apresentado em *Amsterdam Conference on “Earth System Governance: theories and strategies for sustainability”*, 24-26 May.

REPRESENTAÇÕES PORTUGUESAS E BRASILEIRAS DA IDENTIDADE NACIONAL PORTUGUESA NO SÉCULO XX¹

Este texto debruça-se sobre interpretações raciais e não-raciais da identidade nacional portuguesa no século XX, conferindo relevo às que virão a ser adoptadas pelo nacionalismo oficial do Estado português e propondo uma explicação para o facto de uma delas nunca o ter sido. Como se irá ver, a sua importância irá alternar de acordo com as conjunturas nacional e internacional. Conjunturas políticas, mas também ideológicas, pois estão relacionadas com a prevalência de determinados discursos ou saberes científicos sobre o género humano, que informam as interpretações analisadas. Num primeiro momento, que vai dos finais do século XIX aos anos 40 do século XX, prevalecerão explicações raciais (e racistas) da identidade nacional. Num segundo, a partir de meados da década de 30 do século XX, assistir-se-á à difusão crescente da crítica a essas explicações. Nos anos cinquenta, inicia-se o desaparecimento do factor raça das narrativas da identidade, substituído por representações de identidade de tipo histórico-cultural que enfatizam a unidade pluricontinental da nação portuguesa.

Concentrámo-nos na leitura da obra de quatro intelectuais, portugueses e brasileiros, que

JOSÉ MANUEL SOBRAL*

RESUMO

O artigo analisa as interpretações raciais e não-raciais da identidade nacional portuguesa no século XX, considerando suas intercessões com o nacionalismo oficial do estado. O artigo é baseado na obra de quatro intelectuais, portugueses e brasileiros, que exerceram grande influência sobre as representações da identidade nacional portuguesa: Mendes Correia, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Jorge Dias. A reflexão sobre as obras pôs em evidência relações, afinidades e confrontos entre os textos e os seus autores, revelando não só modificações operadas no campo intelectual, mas também evoluções na definição do nacionalismo oficial. A construção da análise levou em conta não só os contextos de produção das obras, mas também suas formas peculiares de recepção.

Palavras-chave: identidade nacional portuguesa, nacionalismo, raça.

ABSTRACT

The article evaluates racial and non-racial interpretations related to Portuguese national identity in the twenty century, considering their intersections with official state nationalism. The article is based on the work of four intellectuals, both Portuguese and Brazilian, who exerted a major influence on representations about Portuguese national identity: Mendes Correia, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda and Jorge Dias. Investigations about these works highlight relations, affinities and confrontation between texts and their authors, revealing not only changes seen within the intellectual field, but also developments in the definition of official nationalism. The analysis buildup took into consideration not only the context for production of the works but also their distinctive forms of receptivity.

Keywords: portuguese national identity, nationalism, race.

* Antropólogo, Investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Endereço: Avenida Professor Aníbal de Bettencourt, 9, 1600-189 Lisboa – Portugal; e-mail: jose.sobral@ics.ul.pt.

exerceram grande influência em representações da identidade nacional portuguesa: Mendes Correia, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Jorge Dias. As razões que nos levam a tratar de dois autores brasileiros devem-se ao facto de ambos inserirem a sua visão particular de Portugal e dos portugueses nas interpretações que produziram sobre o Brasil: os seus retratos dos colonizados estão ligados aos seus retratos do colonizador. Embora todos eles sejam influentes, a verdade é que o seu impacto foi muito diferenciado. A obra dos portugueses apenas teve importância no espaço nacional português: Mendes Correia é uma figura importante desde finais da segunda década do século XX até o período posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a grande referência começa a ser a do jovem Jorge Dias, que dominará a antropologia portuguesa a partir dos anos 1950 até à sua morte em 1973. Freyre foi não só uma figura cimeira no Brasil desde os anos 30, e a partir de inícios da década de 50 também em Portugal, como se tornou uma figura cujo legado continua a ser objecto de reinterpretções e revalorizações. Sérgio Buarque de Holanda, autor de uma das mais influentes representações do Brasil e

grande historiador da sua sociedade, teve um impacto mais restringido ao seu país.

Neste ensaio, procuramos colocar em evidência relações, afinidades e confrontos entre os textos e os seus autores. Este exame revela não só modificações operadas no campo intelectual, como também evoluções na definição do nacionalismo oficial. Dado o carácter de síntese deste texto, não haverá aqui lugar para uma análise exaustiva das suas obras, nem para uma crítica detalhada das suas perspectivas. Iremos prestar atenção, sobretudo, à temática “racial”, bem como aos contextos de produção dos seus textos e ao modo como eles foram recebidos. O nosso objectivo e o carácter distinto da sua produção levaram-nos também a tratar diversamente os seus textos. Assim, abordaremos um maior número de escritos de quem foi mais prolífico – mesmo quando repetitivo – como Gilberto Freyre – também o mais importante no plano internacional – e só evocaremos a obra mais relevante, no referente a Portugal, de Sérgio Buarque de Holanda.

Mendes Correia: uma interpretação racista da identidade nacional

A raça é primeiro evocada em relação com a identidade nacional portuguesa nas últimas três décadas de Oitocentos (SOBRAL, 2004). Procurava-se então encontrar uma razão histórica para a existência de um colectivo cultural independente e explicar as suas características próprias, o chamado “carácter nacional”. O século XIX é dominado por uma visão do mundo nacionalista, que influencia disciplinas como a história e a arqueologia, debruçadas sobre as raízes e a antiguidade dos colectivos nacionais; a filologia, que tratava da língua; a etnografia, debruçada sobre os costumes e tradições e a antropologia (física). A raça, uma noção marcada pela polissemia, não era apenas usada para caracterizar as grandes variedades da espécie humana, como as construídas através de marcadores como a cor da pele. Também servia

como sinónimo de nação e era utilizada como factor explicativo das peculiaridades da sua história, das suas manifestações culturais ou do comportamento dos seus membros.

O primeiro dos autores que abordamos, o eclético médico e professor Mendes Correia, cultivou várias disciplinas, com destaque para a arqueologia e a antropologia (física). Está hoje muito esquecido – a excepção principal é representada pela obra de Matos (2006) –, um facto ligado indubitavelmente ao teor das suas posições no plano político e científico. Foi, no entanto, um homem com imenso poder no decurso do Estado Novo – e a sua principal figura em matéria de estudos coloniais até aos anos 50. Nascido em finais do século XIX, e educado num tempo de enorme influência do nacionalismo e das interpretações raciais da sociedade, Mendes Correia encontra nas raças explicações para as atitudes sociais e culturais, embora a influência do meio devesse também ser tida em consideração. Como afirmou numa obra da maturidade, “(...) Conceito essencialmente histórico-cultural (...) a raça, porém, não deixa de constituir uma realidade” (CORREIA, 1943: 10).

Entre as suas preocupações, reiteradas ao longo de quase meio século, encontram-se a origem dos portugueses e a sua individualidade étnica, a sua existência enquanto tipo antropológico particular e a questão colonial. Nos seus escritos está presente o imaginário da decadência do país, que tanto informa a produção intelectual portuguesa desde, pelo menos, as três últimas décadas do século XIX.

Mendes Correia vê os portugueses como parte dos povos da Ibéria, inseridos por sua vez nas populações mediterrânicas, insistindo nas suas afinidades com os habitantes do Norte de África (Berberes), como já fora proposto por Oliveira Martins. O autor é um dos principais defensores da tese da ligação entre Lusitanos e Portugueses, que, como se sabe, representa um reactivar do “mito étnico” da ascendência dos Portugueses, formulado pela primeira vez no século XV (CORREIA, 1919: 156; 1924: 375).

Contudo, se entendia haver uma raça mediterrânica – raça no sentido de haver um tipo antropológico definido por caracteres somáticos e correlativos traços psíquicos – em que se inseriam os portugueses, achava que estes se distinguiam no seu seio. Se eram o produto de diferentes povos que haviam cruzado a península ibérica, diferenciavam-se, em particular, pela menor percentagem de sangue negro. Escreve então: “Pelo que particularmente respeita ao povo português, conhecem-no mal os estrangeiros ignaros que o julgam um povo de mulatos, portador de todos os defeitos destes...” (CORREIA 1919: 155).

A ansiedade sentida pelo autor em relação à identificação dos portugueses devia-se à influência das interpretações raciais na explicação das diferenças entre as sociedades mais ou menos desenvolvidas. Vivia numa época em que

(...) Publicistas patriotas entre os latinos e os eslavos ressentiam-se da alegada superioridade dos Teutões e dos Anglo-Saxões, e ou apresentavam contra-alegações a favor das raças “Mediterrânea” ou “Alpina”, ou magnificavam o elemento ariano nas suas respectivas nações e apelavam ao seu fortalecimento. De qualquer modo podiam todos orgulhar-se de as suas nações pertencerem à raça “branca”, que era claramente superior aos negros de África, aos castanhos da Malásia e da Oceânia, e que tinha por conseguinte o dever de conquistar e governar estes seres inferiores no interesse do desenvolvimento da civilização. O racismo era uma espécie de vitamina no imperialismo nacional desta época (HAYES, 1963: 260-261).

Os povos ibéricos, com as suas afinidades com os povos do Norte de África, de cor e olhos mais escuros que os outros “brancos”, não só eram suspeitos de ter antepassados negros, como possuíam igualmente uma ascendência semita (dos Berberes, Árabes e Judeus) tida como inferior e de que a situação corrente de inferioridade económica e política das sociedades

vinculadas a essa suposta raça seria uma ilustração.

Um dos grandes defensores do arianismo no tempo de Correia foi Georges Vacher de Lapouge, o “fundador” da antropossociologia, que se apresentava como uma disciplina que via na raça um factor fundamental da explicação histórica. Ora, escrevendo no fim da Grande Guerra, em que alguns dos principais referentes do arianismo – os “germânicos” – haviam sido derrotados, Correia achava digna de preservar tal teoria, pois esta explicaria por que é que algumas nações eram mais adiantadas do que outras. Entendia, no entanto, que se devia corrigir a fórmula que hierarquizava, sob o ponto de vista social, os arianos (dolicocefalos, louros, de olhos azuis, Protestantes, o Homo Europeus de Lapouge), colocados numa posição superior, os braquicefalos [de cor clara, habitantes da Europa central], situados numa intermédia, e os mediterrânicos, que estariam numa inferior. Escreve então:

Indubitavelmente a hegemonia dos nórdicos é um facto da actualidade, que demonstra poderosas qualidades de raça. Mas nem os povos mediterrâneos são desprovidos inteiramente de aptidões e faculdades – di-lo a história – nem todos os nórdicos e braquicefalos os excedem em valor social (CORREIA, 1919: 155).

Note-se que, para Lapouge, o *Homo Mediterraneus* se caracterizava por ser pequeno, delgado, moreno, de cabeça alongada, e também menos criativo e moralmente inferior, covarde, instável, amigo da exibição e de cores brilhantes, sádico e católico (HAYES, 1963: 256).

Não se pense que Mendes Correia estaria apenas a responder aos estrangeiros a que alude, quando nega ser Portugal um país de “mulatos” e residir nessa condição a causa da decadência portuguesa. A questão da dita impureza racial – e concretamente da infecção, passe o termo, do sangue português pelo sangue semita e negro, situado no Sul do país – era

discutida também em Portugal. Foi representada de um modo radical pelo influente escritor republicano Basílio Teles, que a ligou a uma divisão entre o Norte e o Sul. De acordo com este último, a decadência portuguesa devia-se ao predomínio do Sul e duma Lisboa mercantil e semita sobre um Norte – e um Porto – composto por lavradores e guerreiros de ascendência ariana (SOBRAL, 2004). E posteriormente, entre outros, por Raul Brandão. Este escreveu que “(...) a nossa decadência começa com as conquistas, não por causa do ouro, mas por causa dos cruzamentos. O sangue preto alastra ao povo” (BRANDÃO, 1969: 566). Ambos portuenses, mais velhos do que Mendes Correia, estavam activos no tempo da sua formação e do início da sua actividade de publicista. Um seu contemporâneo, o professor da Faculdade de Medicina do Porto, antropólogo e etnógrafo, Joaquim Pires de Lima, reconhecia a mestiçagem presente na etnicidade portuguesa. Mas achava igualmente que “a mistura de sangue semita ou negro na população de Portugal, a cada passo é exagerada por cientistas estrangeiros com intuítos denegridores para nós” (LIMA, 1940: 22). Acrescentava também “(...) Com grande exagero tem sido Portugal acusado, sobretudo por Alemães, de albergar um povo inferior, de carácter acentuadamente negróide” (LIMA, 1940: 167). Está identificada uma proveniência da ansiedade relativamente à pureza racial. O alemão Hans Günther, um académico pouco prestigiado cientificamente, mas que foi no seu tempo um autor bem recebido nos círculos racistas, e que seria favorecido pelos nazistas, havia feito tal afirmação no seu *Rassekunde Europas* publicado em 1926².

Entretanto, a hostilidade à mestiçagem de Mendes Correia manifestar-se-ia em intervenções posteriores (MATOS, 2006), exacerbando-se, como o próprio reconheceu (CORREIA, 1940: 133) –, acompanhando porventura o próprio momento histórico de ascensão racista na Europa. Escrevia em 1924: “(...) O amor da Humanidade não implica o reconhecimento da igualdade psicológica e social

das raças, que seria uma monstruosa mentira” (CORREIA, 1924: 381). Em 1940, defendia uma posição pessimista face à mestiçagem. Era peremptório, em termos genéricos: “(...) não é legítimo proclamar a superioridade do mestiço sobre as raças mais ou menos puras que edificaram a nossa civilização” (CORREIA, 1940: 130). Além disso, a miscigenação punha em causa a continuidade do povo português, pois “essa continuidade depende da permanência de um património de factores germinais que o mestiçamento em larga escala adulteraria e acabaria por destruir nas suas essenciais características” (CORREIA 1940: 131).

Em relação ao Brasil, manifesta, nesta mesma altura, apoio às posições de Oliveira Vianna, um dos intelectuais brasileiros que havia identificado um processo designado como de arianização, isto é, de progressivo “branqueamento” da população brasileira, operado pela emigração (COSTA e SILVA, 2000: 21). Este ponto de vista, que visava refutar as acusações de inferioridade nacional devido à importância do elemento de cor na população brasileira, consolidou-se durante as décadas de vinte e trinta do século XX (SKIDMORE, 2005: 173). Correia, que já conhecia a obra de Freyre – menciona-a, de passagem, no escrito que estamos a citar – constata, e aprova a ideia, de que a gente de cor não ocupava postos dominantes na sociedade brasileira.

Freyre: a exaltação da mestiçagem

Se Mendes Correia é hoje uma figura olvidada, o mesmo não sucede com Gilberto Freyre. Este gozou do estatuto de uma celebridade mundial, que tem perdurado. Ainda há pouco foi celebrado como um cientista eminente, com analogias com os teóricos pós-coloniais contemporâneos, não se ocultando as críticas à sua perspectiva do Brasil e nomeadamente a sua ênfase na harmonia e no consenso (BURKE & PALHARES-BURKE, 2008: 199, 207). Este filho da classe mais elevada do Recife estudou em várias universidades norte-americanas, onde contactou com a

obra anti-racista de Franz Boas e dos seus discípulos e também com o relativismo cultural que lhe era subjacente. Adquire uma educação cosmopolita nos EUA e na Europa. Em 1922 e 1923 está em Portugal. Em 1930, quando era professor e membro do gabinete do governador do Estado de Pernambuco, a revolução chefiada por Getúlio Vargas leva-o ao exílio, passando novamente por Portugal, onde inicia as pesquisas em fontes portuguesas cujos resultados serão utilizados em *Casa-Grande & Senzala*.

É esta obra, a representação da identidade nacional brasileira que conheceu o maior sucesso – em 2005, se encontrava na sua 50ª edição – que nos interessa aqui, pois *Casa-Grande & Senzala* é também uma representação da identidade nacional portuguesa, que valeu ao autor um caloroso acolhimento pelo Estado Novo português (1933-1974). Mas esta só ocorre a partir do momento em que a ideologia da supremacia branca, cara aos homens do regime, e a hostilidade à mestiçagem são substituídas pela defesa de uma postura não-racista e a favor da assimilação da colonização portuguesa (CASTELO, 1998: 84-101). É oficialmente convidado a visitar Portugal e as colónias, em 1951, momento em que se defronta com opositores da sua interpretação da expansão portuguesa e em que se revela a sua aproximação ao regime e o distanciamento de antigas relações da oposição³. Essa relação está acompanhada pelo desenvolvimento do luso-tropicalismo, ou luso-tropicologia, uma ciência que, na sua perspectiva relativista, capturava as especificidades colocadas à acção humana e ao seu estudo pela ecologia tropical. De acordo com o seu ponto de vista, soluções adequadas ao hemisfério Norte, soluções dos “boreais” (um termo seu para designar europeus e norte-americanos) – da arquitectura, à alimentação, ao vestuário, ao saber médico – não eram as adequadas às condições de vida nos trópicos. Rejeitava assim, por etnocêntrico, o universalismo para ele oriundo da ciência dominante do Norte, anglo-americana, em função de um relativismo herdado da história dos hispânicos e, sobretudo,

dos portugueses, que teriam inventado as casas com varanda para se protegerem do clima, descoberto o valor da rede ameríndia para dormir, dos trajes largos do Oriente para sobreviver ao clima, dos alimentos tropicais e das medicinas orientais. Além disso, os hispanos, e principalmente os portugueses, haviam-se comportado de modo absolutamente distinto, em matéria de contacto com outros povos, dos do Norte da Europa – um Outro com quem sistematicamente os confronta – pois haviam-se miscigenado (FREYRE, 1958; 1971).

O luso-tropicalismo de Gilberto Freyre produzia uma imagem lisonjeira da expansão e do colonialismo portugueses – e do catolicismo, um dos pilares do Estado Novo, pois este não seria favorável à discriminação, como, em sua opinião, o seriam as confissões protestantes – iniciadores de uma civilização híbrida desde o século XV (FREYRE, 1958). Não irei desenvolver este tema aqui, pois já existe obra rigorosa sobre a sua recepção em Portugal (CASTELO, 1998). O mesmo não sucedeu à representação da identidade nacional portuguesa que está subjacente às interpretações de Freyre que surge em diálogo e confronto com representações anteriores à sua obra. A sua representação de Portugal constitui uma refutação dos ataques feitos no Brasil desde finais do século XIX ao legado português (SKIDMORE, 2005: 52). Ela é igualmente uma visão contraposta à de Mendes Correia, que conhecia.

A leitura de Freyre da formação do Brasil contesta as interpretações embebidas de racismo, que explicavam os problemas da sociedade brasileira pelo facto de esta assentar numa população em que se inseriam elementos de raças ditas inferiores, como a ameríndia e a negra, e que ainda por cima tinha como elemento branco preponderante os “inferiores” mediterrâneos representados pelos portugueses, pelos italianos e pelos espanhóis. Além disso, a mestiçagem, de acordo com o paradigma rácico dominante, conduziria à degeneração. Contra tais factores de decadência depositava-se esperança no branqueamento progres-

sivo da população, produzido pelo casamento com brancos (SILVA, 2000: 20-21; SKIDMORE, 2005). Como mostram Skidmore (2005: 112-123, 173-192) e Vianna (2005), Gilberto Freyre não foi o primeiro a questionar estas ideias, mas nenhuma crítica teve o impacto da sua.

É impossível resumir num espaço tão limitado o conteúdo do livro fundamental de Gilberto Freyre. Vamos limitar-nos a algumas ideias centrais. Freyre é um autor racista, entendendo por racismo,

A crença na existência de características transmissíveis por herança possuídas por membros da nossa espécie, que nos permitem dividi-los num conjunto de raças de modo que todos os membros dessas raças partilham certos traços e tendências uns com os outros e não os partilham com membros de qualquer outra raça⁴.

As raças, concebidas como populações identificadas por características fenotípicas, reais ou imaginadas, continuam a ter um papel explicativo. Numa perspectiva abertamente evolucionista, fala em “raça adiantada” para identificar os portugueses e “raça atrasada” para classificar os índios ou os negros. Contudo, se entendermos o racismo, nos termos de George Frederickson, como a combinação entre um sentido de diferença face ao “etnoracial Outro”, expresso em crenças, práticas e instituições, e ligado a uma forte assimetria de poder, que permite tratá-lo de um modo que seria considerado como injusto e cruel se aplicado a um membro do grupo a que se pertence, teremos que o classificar como um anti-racista (FREDERICKSON, 2002: 9). Tal nota-se na apologia que faz do negro – e em menor grau do ameríndio, melhor, da mulher ameríndia – e do papel da mestiçagem e por incluir factores económicos, sociais e culturais na explicação da formação do Brasil. Mas também, o que não tem sido devidamente assinalado, na defesa dos semitas (Judeus e Mouros). Ou seja, Freyre ergue-se simultaneamente contra as duas

formas mais importantes de racismo: a supremacia branca e o anti-semitismo (FREDERICKSON, 2002: 156-157).

Para Gilberto Freyre, o português foi um elemento fundamental na formação do Brasil, em que desempenha um papel estruturante o complexo formado em torno da exploração do açúcar, uma forma de organização económica, social e política escravocrata. Raça e condições de vida e ambiente são componentes fundamentais, pois o sistema da Casa-Grande & Senzala assentou na articulação entre raça e ambiente:

Ao mesmo tempo que imprimiu uma imposição imperialista da raça adiantada à raça atrasada, uma imposição de formas europeias (já modificadas pela experiência asiática e africana do colonizador) ao meio tropical, representou uma contemporização com as novas condições de vida e de ambiente [nos trópicos] (FREYRE, 2005: 35).

Não tem pejo em denunciar a violência da relação escravagista, para ele, porém, sempre morigerada pela influência do catolicismo dos senhores e pela miscigenação. No centro deste universo encontra-se a família patriarcal e nela a figura masculina do patriarca. Ora, esses ditos patriarcas, na sequência, aliás, dos primeiros colonos que, ao desembarcarem no Brasil, “escorregaram”, na sua expressão, “em Índia nua”, tomaram como mulheres, concubinas, amantes, companheiras, mulheres ameríndias, negras e mulatas. Foi essa miscigenação que produziu o Brasil, pois permitiu fomentar alianças entre os primeiros povoadores portugueses e os ameríndios, com os primeiros a aumentar o seu séquito com os mestiços seus filhos. Mais tarde, com o sistema de plantação, a miscigenação amplia-se. O papel dos negros (melhor, das negras) nessa mestiçagem, como de resto – e ao contrário dos ameríndios, tidos por “molengos e inconstantes” (FREYRE, 2005: 80) – o papel do homem negro, como força de trabalho, é exaltado.

Não só como força de trabalho, mas como exemplar ideal de humanidade na sua robustez e beleza física, transmitida os mestiços de negro (FREYRE, 2005: 107). A miscigenação produziu muitos mulatos, muitos bastardos – incluindo os filhos dos padres – dos quais afirmou: “quando mestiços resultaram quase sempre da união do melhor elemento masculino – os brancos afidalgados das casas-grandes – com o melhor elemento feminino das Senzalas – as negras e mulatas mais bonitas, mais sadias e mais frescas” (FREYRE, 2005: 536). Esta citação, reveladora, aliás, da presença de perspectivas oriundas da eugenia no seu discurso, permitirá classificá-lo como um “racialista romântico”⁵.

O elemento fundamental que explicava essa miscigenação radicava, para Gilberto Freyre, na composição étnica dos Portugueses. O autor brasileiro retoma explicitamente a ideia de uma origem africana dos povos peninsulares (FREYRE; 2005: 278-281), bem como as ideias acerca da origem dos portugueses do influente intelectual e político português Teófilo Braga. Este não concebeu sempre a composição étnica da população portuguesa do mesmo modo, mas tendeu a ver o povo português como o resultado da fusão dos hispano-romanos ou hispano-godos com populações semitas, cartagineses, árabes, berberes, mouros, enfim – e mesmo judeus. O moçárabe, produto destas uniões, seria a matriz étnica do povo português. A fusão – entre arianos (romanos e godos) e semitas (os outros) – seria, aliás, uma prova de superioridade (SOBRAL, 2004). Gilberto Freyre recupera as posições de Teófilo Braga, valorizando o papel dos semitas em geral – incluindo os judeus (FREYRE, 2005: 285-293). O português já seria mestiço antes de chegar ao Brasil.

Não procuremos neste tipo de afirmações – e em muitas outras – qualquer rigor em matéria de comprovação. Só para dar um exemplo, atente-se que Freyre detecta o dito elemento mouro em indicadores como o ideal da mulher gorda e bonita, o hábito das avós preferirem sentar-se em tapetes e esteiras, o uso

dos azulejos na decoração das casas, o gosto brasileiro pelo cuscuz (FREYRE, 2005: 299).

Há muitas razões que explicam o enorme sucesso que viria a ter esta obra prolixa, que utiliza múltiplas fontes, da sociologia à história, à literatura de viagens, à etnografia, à arquitectura, à culinária. Todavia, o seu impacto não terá vindo propriamente deste recurso original a estes materiais, mas fundamentalmente por constituir uma representação que contestava o arianismo e a defesa da supremacia absoluta do branco, afirmando a importância do elemento negro na formação do Brasil, e, em muito menor grau, do ameríndio: sobretudo da mulher deste. Contra o anti-semitismo extremamente influente no momento da sua publicação – o da época do triunfo do nazismo – proclamava as virtudes semitas. Contra a “pureza” da raça, a mestiçagem. Como escreveu Antonio Candido, estudante universitário na época do lançamento de Casa-Grande & Senzala, só mais tarde se viu quanto havia de “extrapolação e arbítrio na obra”. Na época, ela representou um “choque revelador”, que revolucionou a percepção que os brasileiros tinham do Brasil (CANDIDO, 1993: 83). Pode acrescentar-se que também propunha uma visão específica de Portugal, país colonizador, e dos portugueses, confrontando-se directamente com representações da identidade nacional portuguesa que lhe são anteriores, como referimos.

Esta sua representação da identidade nacional portuguesa conhecerá uma grande influência em Portugal, na sequência da 2ª Guerra Mundial. Afinal, fazia uma apologia global dos portugueses, num contexto de conflito com outras interpretações da nacionalidade brasileira. Freyre era um Lusófilo que se opunha a Lusófobos⁶. Defendia a ideia de o catolicismo ser o cimento da unidade brasileira e portuguesa e de os colonizadores portugueses não terem preocupações de unidade ou pureza de raça (FREYRE, 2005: 91-92) – ao contrário dos anglo-saxónicos e protestantes (FREYRE, 2005: 231). Estes aspectos granjearam-lhe a simpatia do Estado Novo

português, que cresce a partir do momento em que este enfrenta o nacionalismo africano emergente, adopta uma política tímida de promoção de elites coloniais, oculta o racismo e favorece as proclamações oficias das virtudes da miscigenação. Apesar disso, a recepção do luso-tropicalismo pelo Estado Novo, como já se assinalou, foi acentuadamente selectiva e manipuladora, pois este nunca aceitou todas as suas implicações, como a revalorização dos contributos negros, ameríndios, mouros, semitas, tão patente na obra cimeira de Freyre, ou a ideia de que a comunidade luso-tropical transcendia a soberania portuguesa e poderia sobreviver-lhe (CASTELO, 1998: 139-140). Freyre lamentava, aliás, em 1972, “que o conceito de uma civilização e de uma sociedade transnacionais [sic] que se denominem luso-tropicais” não despertasse maior entusiasmo em Portugal e na África e no Oriente de “formação lusitana” (FREYRE, 1971: 13). Mas as suas ideias sobreviveriam e seriam elogiadas, nomeadamente a defesa do carácter mestiço dos portugueses, e, de um modo geral, o elogio da mestiçagem, por um importante dirigente político africano de visita a Portugal, quando o fim do colonialismo português estava à vista: o então Presidente da República do Senegal, Senghor (1975).

Buarque de Holanda: um essencialismo cultural

O pensamento do terceiro dos autores que abordaremos neste texto, Sérgio Buarque de Holanda, o escritor de *Raízes do Brasil* (1936), livro que o consagrou, não pode ser compreendido sem ser em diálogo com a obra de Freyre e outros autores brasileiros, anteriores ou contemporâneos, empenhados em interpretar o carácter nacional (SILVA, 2000). Natural de São Paulo, teve uma formação intelectual muito influenciada pelo movimento modernista brasileiro, e, como Freyre, a sua obra só é compreensível no contexto do ambiente de análise social e radicalismo intelectual que eclodiu depois da revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder (CANDIDO,

2005). Foi jornalista e estudante em Berlim nos últimos anos da República de Weimar. Contactou aí com a obra de Max Weber, que muito o dirigiu para uma sociologia da compreensão, para a utilização dos “tipos ideais” na análise, para a consciência da importância do patrimonialismo e para a valorização do papel da religião em matéria de organização social e atitudes económicas⁷.

Obra publicada menos de três anos depois de *Casa Grande & Senzala*, de Freyre – que Holanda conhecia pessoalmente desde novo (FRANÇOZO, 2004: 43; VIANNA, 2005) – é bem distinta desta. É de uma grande contenção descritiva face à do primeiro, o que se reflecte no número de páginas. Também a formação disciplinar distingue ambos. Embora Holanda cite alguns antropólogos, a antropologia ocupa nesta obra um lugar periférico, ao contrário do que sucede ao texto de Freyre. E a antropologia mencionada não envolve as amplas referências à antropologia física, racalista e muitas vezes racista, influente em finais de Oitocentos com que se confronta Freyre. Também não se revela aqui o conhecimento detalhado de múltiplos autores portugueses, nem a interpelação frequente dos mesmos, que atravessa a obra de Freyre. Mas o que respeitava a Portugal era uma preocupação periférica para o sociólogo e historiador interessado, sobretudo, no Brasil, enquanto em Gilberto Freyre a temática portuguesa parece desde logo desempenhar um papel mais importante. Esta última adquire ainda maior importância a partir do momento em que o escritor nordestino se torna uma figura de algum relevo em Portugal – o que nunca viria a suceder com Holanda, por motivos que se tornam notórios ao examinarmos esta sua obra. Também a trajectória política de ambos os autores é distinta, o que se reflectiria na sua diferente recepção por um regime autoritário, anti-democrático e colonialista como o foi o colonialismo português. A evolução num sentido conservador de Freyre facilitava a sua aceitação oficial em Portugal, enquanto o esquerdismo de Holanda⁸ era um factor que pesava em sentido contrário.

A colonização portuguesa surge para Holanda na matriz explicativa da formação social brasileira. Como escreveu logo no início, “(...) É significativa, em primeiro lugar, a circunstância de termos recebido a herança através de uma nação ibérica” (HOLANDA, 2005: 31). É claramente a principal das “raízes” de um Brasil olhado de modo muito crítico – como atrasado – na década de 1930 (COSTA e SILVA, 2005: 28-30). Embora se fale no ameríndio e no negro, bem como na hibridação cultural, estas temáticas não ocupam neste texto o papel central que possuem no de Freyre, que parece muito mais preocupado em debater a problemática racial. Poderá mesmo dizer-se que, enquanto para o autor pernambucano as sociedades da Europa do Norte e dos EUA são refutadas em função de uma valorização das sociedades tropicais estruturadas pela colonização portuguesa (e ibérica), na obra de Buarque de Holanda elas possuem um papel exactamente contrário: servem de referente a mais das vezes positivo a uma colonização portuguesa criticamente avaliada. De facto, as nações ibéricas nem seriam integralmente europeias, mas zonas de fronteira, uma “região indecisa” entre a Europa e a África (HOLANDA, 2005: 32)⁹.

Liga-se a essa situação periférica a ausência de “orgulho de raça” que caracterizaria os portugueses, como os latinos, mestiços ainda antes de chegarem ao Brasil e próximos, sobretudo, dos muçulmanos do Norte de África (HOLANDA, 2005: 53)¹⁰. Tal não significava que não houvesse discriminação contra gente negra (Idem: 56). Apesar de tender a achar “natural” que os portugueses – que descreve como já mestiços antes – continuassem a misturar-se com outras populações, não deixa de considerar que a mestiçagem, que empresta aos portugueses, constituiu “um notável elemento de fixação ao meio tropical”, que lhes permitiu “construir uma pátria longínqua longe da sua”¹¹. De uma maneira geral, embora ainda um racista – nos termos da caracterização que mencionámos, pois aceita a existência de raças¹² e de comportamentos fixos ligados às mesmas – como quando refere ter a

colonização uma “fisionomia mercantil quase semita” [italico nosso] (HOLANDA, 2005: 106), não dá a importância explicativa a este factor que lhe confere um Freyre – ou os autores portugueses citados antes. Afirma peremptoriamente que as características dos povos ibéricos não provêm de qualquer “inelutável fatalidade biológica” (HOLANDA, 2005: 36). Mas pode-se dizer que, de alguma maneira, o lugar do racismo é substituído nas suas páginas por um certo essencialismo cultural, que aponta para um carácter psicológico dos portugueses definido em poucos traços – os que convêm a um tipo ideal – generalizador, inimigo da variedade e desprovido de carácter histórico. Tal é detectável no modo como reduz a história a dois tipos, dotados de uma psicologia atemporal: o aventureiro e o trabalhador. Para o primeiro tipo, audacioso, que ignora fronteiras e “vive dos espaços ilimitados”, o que conta “é colher o fruto sem plantar a árvore”. Foi este tipo que levou a cabo a conquista e a colonização. O segundo, mais consciente das dificuldades, com perspectivas mais restritas, caracteriza-se pelo esforço lento e persistente. Apesar de chamar a atenção de modo weberiano para o facto de estes tipos não possuírem “existência real fora do mundo das ideias” e de haver múltiplas combinações entre ambos, não deixa de identificar os portugueses como aventureiros (HOLANDA, 2005: 44-45).

O português é assim, na sua construção – em que o contraponto diferenciador (e modelar) é representado, como já se disse, pelos povos da Europa protestante do Norte – um aventureiro, que busca no Brasil, como na Índia, uma “riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho” (HOLANDA, 2005: 49). O trabalho era-lhe fornecido pelos escravos. Não fundou, com a lavoura de cana, uma verdadeira civilização agrícola, por tal não coincidir com esse “espírito aventureiro”, por não haver em Portugal população suficiente para exportar para o trabalho da terra e a actividade agrícola não ser prestigiada aí (Idem, *ibidem*). O português desprezava a moral fundada no “culto

ao trabalho” – identificado genericamente com “os povos do Norte” ou “povos protestantes” – e prezava a ociosidade e a contemplação (HOLANDA, 2005: 38). Era individualista, questionando as hierarquias, os privilégios hereditários, cultivava um sentimento de dignidade pessoal que corresponde a uma ética de fidalgos (HOLANDA, 2005: 31-37).

Estas observações de Holanda estribavam-se nas considerações de Weber sobre a articulação entre a ética protestante e o capitalismo e estabeleciam uma diferença entre o “amor às riquezas” – que os ibéricos, como outros, tinham – e a “mentalidade capitalista, assente em virtudes como a honorabilidade a exactidão” (HOLANDA, 2005: 135). Num apontamento que sintetiza bem a sua postura, escreveu:

(...) As qualidades morais que requer naturalmente a vida de negócios distinguem-se das virtudes ideais da classe nobre nisto que respondem, em primeiro lugar, à necessidade de crédito, não à de glória e de fama. São virtudes acima de tudo lucrativas que à honra cavalheiresca e palaciana procuram sobrepor a simples honorabilidade profissional, e aos vínculos pessoais e diretos, a crescente racionalização da vida (HOLANDA, 2005: 133).

Portugal e a sua colónia são observados e avaliados pelo prisma das sociedades do Norte – as mais industrializadas, escolarizadas, urbanizadas (e poderosas) – com as quais ambos contrastam. O patriarcalismo, o compadrio e o patrimonialismo da vida brasileira – supremacia dos vínculos familiares, do afectivo e do irracional sobre a organização e a racionalidade, interferência do privado na esfera pública e não a sua descontinuidade – eram herança colonial. O prestígio dos títulos académicos – sobre o trabalho utilitário – eram o legado de um colonizador que buscara ouro e diamantes, tratara o território como uma feitoria – a fixação fizera-se no litoral – não instituíra centros de saber (universidades) e desenvolvera uma sociedade dominada pelos senhores de engenho e assente na escravatura (HOLANDA, 2005:

73-92). Modelos de vida e valores que persistiram para lá do ocaso do poder colonial que moldara a sua génese. Para o Brasil se modernizar, os brasileiros “tinham que deixar de ser portugueses transplantados nos trópicos” e adoptar o modelo americano (COSTA e SILVA, 2000: 30).

Não é difícil perceber porque é que Holanda não parece ter tido grande recepção em Portugal. Apesar de encontrar algum traço positivo na colonização portuguesa, por os portugueses serem amoldáveis (HOLANDA, 2005: 32), de um modo geral via nela a raiz dos males... do Brasil. A própria religiosidade católica era criticada, por não conduzir ao capitalismo, e por ser uma religiosidade de superfície, sendo vista sob o prisma do... protestantismo; a Europa do Norte é ainda e sempre o modelo (HOLANDA, 2005: 150-151). Para não falar de os brasileiros serem herdeiros de traços pouco recomendáveis, como a “pieguice lusitana”, e “uma sentimentalidade lacrimosa”, vinda da “metrópole” e que viera a alastrar numa “sensibilidade feminina, deliquescente, linfática” (HOLANDA, 2005: 148, 162).

Jorge Dias: mestiçagem, nacionalismo e providencialismo

O último dos autores que tratamos, Jorge Dias, natural do Porto, doutora-se em Etnologia (Volkskunde) em Munique em 1944, pouco antes do colapso do nazismo. Virá a ser a figura principal da antropologia portuguesa até à sua morte, substituindo nesse papel Mendes Correia, cuja influência começa a declinar, bem como a antropologia física que este praticara, por uma antropologia inspirada pela etnologia e pela obra de alguns antropólogos culturais norte-americanos.

Embora doutorado na Alemanha nazista, Dias não atribuirá à raça – nem mesmo na sua dissertação de doutoramento sobre Vilarinho das Furnas (1944) – um papel determinante na explicação do comportamento humano (SOBRAL, 2007: 488-490). Mais tarde, quando a influência da antropologia cultural

norte-americana nos seus textos se amplia, afirmará que não existe qualquer relação entre raça e psicologia (DIAS, 1961: 150). O oposto do que sustentara antes um Mendes Correia – as diferenças entre um e outro já foram devidamente assinaladas (PEREIRA, 1998: 26-27). Jorge Dias é um nacionalista católico e este último aspecto deve ser tido em conta para explicar o seu anti-racismo, e as suas afinidades nesta matéria com grandes nomes da antropologia americana¹³.

Para Dias, a miscigenação seria parte do “carácter nacional”, pois Portugal já era um produto da mistura de diversos povos – Iberos, Celtas, Lusitanos, Romanos, Germanos, Árabes, Berberes e Judeus (DIAS, 1961: 154). Por isso, os portugueses reconheceriam os filhos mestiços e não possuiriam o orgulho e superioridade racial de outros, tratando os escravos como família (seriam incorporados na vivência da família extensa).

O papel da religião católica teria sido capital, pois o catolicismo estaria desprovido do espírito capitalista que Weber associara ao protestantismo (como Sérgio Buarque de Holanda assinalara). Jorge Dias representa a identidade nacional portuguesa como assente na articulação entre a família extensa, o comunitarismo e a miscigenação¹⁴. Escreve:

A composição heterogénea do povo português e a estrutura tradicional e comunitária e patriarcal permitiram-lhe uma perfeita assimilação do espírito cristão da fraternidade, inteiramente coerente, mesmo quando posto à prova em situações de grandes contrastes raciais e culturais (DIAS, 1961: 155).

Por isso, Portugal, não fizera uma expansão como as outras: a “chamada expansão ultramarina portuguesa” distinguia-se dos “movimentos colonizadores das nações capitalistas” (DIAS, 1961: 153).

Embora muito influenciado pela antropologia cultural norte-americana (SOBRAL, 2007) imbuída de um relativismo valorizador das outras culturas, Jorge Dias produz uma narrativa da expansão colonial

portuguesa – o mesmo é dizer, da identidade nacional – dominada por um nacionalismo cristão etnocêntrico, em que Portugal aparece como instrumento da Providência Divina na história da humanidade. Esta última começa com o estágio dos caçadores-recolectores, passa pelo Neolítico, pela agricultura e pela sedentarização, e culmina numa terceira fase, que já não é uma fase de “evolução inconsciente como as anteriores”, mas envolve a emergência de um programa doutrinário: é inaugurada com o nascimento de Cristo, que traz uma mensagem de união para toda a humanidade “sob um símbolo de paz, justiça e amor” (DIAS, 1961:153; 1965-66: 149-175). Os portugueses teriam difundido a mensagem universalista de Cristo através da sua colonização. Esta é uma visão nacionalista, eurocêntrica, que valoriza o cristianismo – e o catolicismo, em particular –, tido como veículo de uma forma superior de humanidade, tudo combinado com uma hostilidade marcada ao Islão, cujos adeptos entende serem adversários dos portugueses (DIAS e GUERREIRO, 1957).

Apesar de Gilberto Freyre (1971: 13) citar Jorge Dias como um dos que apoiava as suas ideias de construção transnacional luso-tropical, verificamos que esta asseveração não correspondia efectivamente às suas posições, pois o centro para ele continuava a ser representado por Portugal. Não há uma exaltação do papel dos mouros ou judeus – o Cristianismo é representado como uma moral superior – nem do dos negros. Faz-se a defesa da mestiçagem, associando-a a uma imagem positiva – e superior – do português e da “sua” religião.

As ideias de Freyre eram, assim, apropriadas selectivamente no que continham de denegação do racismo português, como de resto terá sucedido, em nosso entender, com tópicos de Buarque de Holanda. A atribuição de traços específicos dos portugueses como o desprezo pelo interesse mesquinho, o gosto pelo luxo, a ausência de sentido capitalista, o individualismo – que tornaria os portugueses “um povo difícil de governar” – a importância dada às relações

humanas ecoam tópicos encontrados no discurso deste último (DIAS, 1961: 97-119). Até a “cordialidade” – hospitalidade, generosidade, emotividade rica – retirada da caracterização de Buarque de Holanda do brasileiro como “homem cordial” e inspirada na concepção de *Gemeinschaft* de Tönnies (HOLANDA, 2005: 139-151) – é apropriada como característica portuguesa. Todavia, tal é feito sem que as dimensões negativas da mesma para o autor brasileiro – ausência de distinção entre o público e o privado, ligada ao patrimonialismo – sejam devidamente retidas (DIAS, 1961: 147). As temáticas de Freyre e Holanda eram selectivamente adaptadas a um discurso nacionalista católico, que lhes alterava o sentido que possuíam nos discursos originais, e que estava em sintonia com o do Estado português.

A deslocação ao Norte de Moçambique em finais dos anos 1950 confrontará o antropólogo português com o racismo evidente da população portuguesa “branca” em relação à população africana – cujo terror e hostilidade face aos portugueses assinala –, aos originários do subcontinente indiano e aos mestiços. Escreve, então, a propósito da atitude local face aos mestiços, esse suposto produto de um comportamento singular dos portugueses em matéria de “relações raciais”:

*(...) é certamente índice de recalçamento e de grande descontentamento de uma população que deveria constituir um elo entre a população branca e a negra, como sucedeu no Brasil, mas que se sente aqui relegada para um plano inferior, pela atitude racista da população branca*¹⁵.

Num tom que evidencia o paternalismo condescendente e superior do colonizador, diz dos africanos: “(...) Eles no fundo contentam-se com pouco, estender-lhes a mão e falar-lhes com respeito e simpatia”¹⁶. Insistirá, neste relato ansioso e pessimista – presente a luta anti-colonial que se avizinha – no papel ideal de fraternidade humana representado pelo cristianismo

e na necessidade de, através de uma política de assimilação, “transformar estas dezenas de milhares de pretos em bons cristãos e bons portugueses”¹⁷.

Esta visão da história e da essência portuguesa, que ecoava representações antigas dos portugueses como povo eleito para executar planos da providência divina para cristianizar o mundo (SOBRAL, 2007: 496), tinha todos os ingredientes para ser recebida positivamente no seio do Estado Novo dos anos 50. Num tempo de conflito, em plena época da descolonização, a teorização de Dias revela-se adequada a uma retórica oficial que proclama a unidade entre aquém e além-mar e que postula a existência de um povo português alargado a todos pela assimilação. O discurso da superioridade da raça branca, da hostilidade aos mestiços, do orgulho imperial, hegemónico no tempo de Mendes Correia, saía de cena. Entrara-se na época da representação oficial da expansão como encontro de povos e de culturas (DIAS, 1961: 174).

Conclusão: representações da identidade e nacionalismo oficial português

Quatro autores, quatro representações da identidade nacional portuguesa e dois momentos do nacionalismo oficial português. O primeiro destes, que aqui representámos através dos escritos de Mendes Correia, é marcado por uma grande preocupação com as origens dos portugueses, pela ansiedade em demonstrar que este povo também se integrava plenamente no mundo superior da raça branca e pela defesa da supremacia racial desta no contexto colonial. Num tempo de triunfo racista e de apogeu do imperialismo, no tempo nacionalista das comemorações dos Centenários da “fundação” e “restauração” de Portugal (1940), mostra-se hostil à mestiçagem. O segundo momento é representado pelo aparecimento da obra capital de Gilberto Freyre, que valoriza o contributo de outras “raças” e da mestiçagem, oferecendo uma representação da identidade nacional portuguesa oposta à de Correia e de outros publicistas anteriores.

A obra de Freyre deve a sua aceitação em Portugal ao facto de aparecer como uma apologia histórica da acção portuguesa, cuja utilidade era tanto maior quanto esta era posta então em questão. A obra de Buarque de Holanda aqui examinada data da mesma época. Esta partilha tópicos da narrativa de Freyre e, sobretudo, a referência à ausência de preconceito racista dos portugueses, que tão importante se tornaria para o Estado Novo no ambiente crescentemente anti-racista pós Segunda Guerra Mundial. Todavia, este sociólogo e historiador não apresentava uma visão apologética da acção dos portugueses, pelo que a sua produção não foi inscrita nas representações do nacionalismo oficial português.

Jorge Dias fez circular e adaptou tópicos das representações de ambos no âmbito de uma narrativa centrada na exaltação do povo português e seus feitos. A sua formulação e a de Freyre puderam ser aceites como representações oficiais do povo e da nação portugueses no contexto anti-racista internacional inaugurado pela derrota dos nacionalismos frontalmente racistas em 1945.

(Recebido para publicação em setembro de 2010.

Aceito em janeiro de 2011)

Notas

- 1 As ideias contidas neste ensaio foram desenvolvidas pela primeira vez, mas de modo mais resumido, num texto anterior que não abordava um dos autores aqui examinados, publicado com o título “Povo, Raça, Nação: representações raciais e não raciais da identidade nacional portuguesa” in José Neves (ed.), *Como se Faz um Povo*, Lisboa, Tinta da China, 2010.
- 2 Günther seria o principal pensador racial sob o nazismo, segundo Josep Llobera (2003: 141). Ver igualmente Klautke (2007: 23-40).
- 3 Nota Biobibliográfica, CG & S, p. 648. Aliás, viria a elogiar Salazar, a quem atribui uma ascendência semita em *Aventura & Rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, Lisboa, Livros do Brasil, s.d. (provavelmente de 1953), pp. 105-106, 127 – sem deixar de ter admiração por adversários do Estado Novo como o conhecido ensaísta António Sérgio e o célebre escritor Aquilino Ribeiro (A & R, p. 149); renega, todavia, o que entende serem os excessos da “interpretação materialista da expansão” (de António Sérgio), em particular da parte de Vitorino Magalhães Godinho (pp. 192-194), um importantíssimo historiador antifascista português, ligado à Escola dos Annales.
- 4 Kwame Anthony Appiah (1990: 4-5). O racismo não é, para este autor, uma doutrina necessariamente perigosa, mas é falsa, e pode ser perigosa como pressuposto de outras doutrinas às quais foi dado o nome de racismo [porque implicam hierarquia].
- 5 A expressão “racialismo romântico” foi criada por George Frederickson para designar os abolicionistas norte-americanos do período anterior à Guerra Civil nos EUA, pois estes acreditavam numa diferença intrínseca entre as “raças” em termos de psicologia e temperamento. Como ele assevera, pelo menos alguns destes não aceitavam que houvesse uma inferioridade negra ou qualquer justificação para a instituição da escravatura (Frederickson, op. cit., p. 154), por isso recusa designá-los como racistas.
- 6 Não era o único. Cf. Skidmore, *Black into White*, op. cit., pp. 73-74.
- 7 Assinale-se que (ainda) não tivemos acesso à 1ª edição de *Raízes do Brasil* (1936), pelo que citamos aqui a 2ª (de 1947), corrigida pelo autor e reeditada sucessivamente.
- 8 Maria Amélia Buarque de Holanda, “Apontamentos para a cronologia de Sérgio”, in Sérgio Buarque de Holanda – 100 anos”, in <http://www.unicamp.br/siarq/sbh/>, acesso em 8-7-2010.
- 9 Esse lugar intermediário de Portugal entre a Europa e a África, já era assinalado por Freyre. Ver Bastos (1999: 226).
- 10 Em outra obra, caracterizou o Portugal dos séculos XV-XVI como um “*melting-pot* de raças”. Cf. França (2004:72).
- 11 Não deixa de ser significativo que Holanda tenha deixado no seu texto a referência ao racista Günther, cujas posições parecem ter angustiado Pires de Lima e Mendes Correia, e que afirmara ostentarem os portugueses uma “maior percentagem de sangue negro” do que os espanhóis (Holanda 2005: 53).
- 12 Ainda fala, por exemplo, em “raça dominante” para designar os portugueses (Holanda 2005: 48).
- 13 A crítica ao “preconceito racial” e ao “racismo” vinha-se a desenvolver na sociedade americana – e também na antropologia, em autores que muito influenciaram Dias, como Ruth Benedict, desde os anos 1940. Cf. Frederickson, *Racism...*, op. cit., p. 165 e segs.

- 14 Jorge Dias estudara aldeias nas montanhas do Norte de Portugal, onde parte da vida social era ainda controlada pela população local, que pastoreava gado em conjunto e possuía terrenos de pastagens colectivos. Caracterizou essa realidade como comunitarismo e seleccionou-a em textos mais tardios como especificidade nacional, embora tais práticas fossem raríssimas. Também a família extensa era rara, o que não constituiu obstáculo à sua generalização ao país pelo autor.
- 15 Jorge Dias e Manuel Viegas Guerreiro, *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Português, Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1958, p. 24. A citação é de Jorge Dias. Este relatório, já citado por outros investigadores, está carimbado como “Confidencial”.
- 16 Idem, p. 74.
- 17 Idem, p. 84.

Referências Bibliográficas

- APPIAH, Kwame Anthony (1990). “Racisms”, in David Theo Goldberg (org.), *Anatomy of Racism*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- BASTOS, Elide Rugai (1999). “Gilberto Freyre, Casa-grande & senzala”, in Lourenço Dantas Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*. São Paulo: Editora SENAC.
- BRANDÃO, Raul (1969). *Memórias*. Lisboa: Jornal do Foro.
- BURKE, Peter & PALHARES – BURKE, Maria-Lúcia (2008). *Gilberto Freyre: social science in the tropics*. Oxford: Peter Lang.
- CANDIDO, Antonio (1993). *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CANDIDO, Antonio (2005). “O Significado de Raízes do Brasil” (1967), in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASTELO, Cláudia (1998). “O Modo português de estar no mundo”: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961. Porto: Edições Afrontamento.
- CORREIA, António A. Mendes (1919). *Raça e nacionalidade*. Porto: Renascença Portuguesa.
- CORREIA, António A. Mendes (1924). *Os povos primitivos da Lusitânia*. Porto: Casa Editora de A. Figueirinhas.
- CORREIA, António A. Mendes (1940), “O mestiçamento nas colónias portuguesas”, in Comissão Executiva dos Centenários (org.), *Congresso do Mundo Português Publicações – XIV volume, Memórias e Comunicações apresentadas ao Congresso Colonial (IX Congresso), Tomo I*. Porto: Imprensa Portuguesa.
- CORREIA, António A. Mendes (1943). *As raças do Império*. Porto: Portucalense Editora.
- COSTA e SILVA, Alberto da (2000). “Quem fomos no século XX: as grandes interpretações do Brasil”, in Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – a grande transacção*. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC.
- DIAS, Jorge & GUERREIRO, Manuel Viegas (1958). *Missão de estudos das minorias étnicas do ultramar Português, Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, Jorge (1961). *Ensaios etnológicos*. Lisboa: Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar.
- DIAS, Jorge (1965-66). *Antropologia cultural (Lições dadas ao 1º ano do Curso Complementar pelo Prof. Doutor Jorge Dias)*. Lisboa: Associação Académica do I.S.C.S.P.U.
- FRANÇOZO, Mariana de Campos (2004). *Um outro olhar: a Etnologia Alemã na obra de Sérgio Buarque de Holanda*, Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/UmOutroOlhar.pdf> (último acesso em 11-11-2010).
- FREDERICKSON, George M. (2002). *Racism: a short history*. Princeton NJ: Princeton University Press.
- FREYRE, Gilberto (2005 [1933]), *Casa-Grande & Senzala*. São Paulo: Global.

- FREYRE, Gilberto (s.d.). *Aventura & rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*. Lisboa: Livros do Brasil.
- FREYRE, Gilberto (1958). *Integração portuguesa nos trópicos*. Lisboa: Ministério do Ultramar.
- FREYRE, Gilberto, *Novo Mundo nos trópicos* (1971). São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- HAYES, Carlton J. H. (1963 [1941]). *A generation of materialism 1871-1900*. New York: Harper and Row.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de (2005 [1936]). *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- HOLANDA, Maria Amélia Buarque de. “Apontamentos para a cronologia de Sérgio”, in Sérgio Buarque de Holanda – 100 anos”. Disponível em <http://www.unicamp.br/siarq/sbh/> (último acesso em 8-7-2010).
- KLAUTKE, Egbert (2007). “German race psychology and its implementation in Central Europe: Eggon von Eickstedt and Rudolf Hippus”, in Marius Turda e Paul J. Weindling, (orgs.), *Blood and Homeland: Eugenics and Racial Nationalism in Central and Southeast Europe 1900-1940*. New York: Central European Press.
- LIMA, J. A. Pires de (1940). *Mouros, judeus e negros na História de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.
- LLOBERA, Josep (2003). *The making of totalitarian thought*. Oxford: Berg.
- MATOS, Patrícia (2006). *As côres do Império – representações raciais no Império Colonial português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MELO, Evaldo Cabral de (2005). “Posfácio: Raízes do Brasil e depois”, in Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- PEREIRA, Rui (1998). “Introdução à reedição de 1998”, in Jorge Dias, *Os Macondes de Moçambique*, Vol. I – Aspectos Históricos e Económicos. Lisboa: Comissão Nacional para as comemorações dos descobrimentos portugueses e Instituto de Investigação Científica e Tropical.
- SENGHOR, Léopold Sedar (1975). *Lusitanidade e negritude*. Lisboa: Academia das Ciências.
- SKIDMORE, Thomas E. (2005 [1993]). *Black into white: race and nationality in Brazilian Thought*, Durham e Londres: Duke University Press.
- SILVA, Alberto da Costa e (2000). “Quem fomos no século XX: as grandes interpretações do Brasil”, in Carlos Guilherme Mota (org.), *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000) – A grande transacção*. 2ª edição. São Paulo: Editora SENAC.
- SOBRAL, José Manuel (2004). “O Norte, o Sul, a raça, a nação – representações da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)”, *Análise Social*, vol. XXXIX, 171, pp. 255-284.
- SOBRAL, José Manuel (2007). “O Outro aqui tão próximo: Jorge Dias e a redescoberta de Portugal pela Antropologia Portuguesa”, *Revista de História das Ideias*, vol. 28, pp. 479-526.
- VIANNA, Hermano (2005). *The mystery of samba: popular music and national identity in Brazil*. Chapel Hill & Londres: The University of North Carolina Press.

LUTA EM TORNO DO PARQUE ESTADUAL CRISTALINO (MT): QUAL A NATUREZA DO CONFLITO?

Introdução

Situado no norte do Mato Grosso, o Parque Estadual Cristalino (PEC ou PE Cristalino) foi criado em 2001, com uma área de 66.900 hectares.¹ Em maio daquele mesmo ano, a sua área foi ampliada em 118 mil hectares.² Desde a sua criação, a integridade do PE Cristalino vem sendo ameaçada; tanto é que uma área considerável sofreu degradações em meio à pressão de grandes fazendeiros para formação de pastagens e criação de gado, exploração irregular de madeira e construção de infra-estrutura (como as Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs – Nhandu e Rochedo).

Para analisar o conflito que ocorre na região, é imprescindível a caracterização do PEC e do território onde se situa, bem como dos atores envolvidos. Para isso, foram reunidas informações provenientes de sites de ONGs envolvidas no conflito, da Assembleia Legislativa e do Tribunal da Justiça do Estado de Mato Grosso, assim como de clipping eletrônico, a partir de sites de veículos de comunicação regionais, como Diário de Cuiabá. Além disso, foram realizadas entrevistas com o coordenador do Instituto Centro de Vida (ICV); o diretor da Fundação Ecológica Cristalino; a proprietária da Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN)

CRISTIANE LEITE PEREIRA* |
ELIMAR PINHEIRO DO NASCIMENTO**

RESUMO

O Parque Estadual Cristalino é tido como uma das unidades de conservação de maior relevância para a Amazônia. Desde a sua criação em 2001, mas, sobretudo após 2006, desenharam-se disputas sucessivas sobre a sua existência. A mais importante delas situa, de um lado, os defensores da manutenção da área definida para o parque e, de outro, aqueles que defendem a sua redução. Este artigo examina a natureza desse conflito, considerando os principais aspectos que lhe dão suporte, em particular o seu campo de embate, os atores envolvidos e as suas posições e interesses. Utilizando a literatura existente sobre o conflito, documentos disponíveis, entrevistas e observação em loco, o presente artigo pergunta-se sobre a sua natureza concluindo pela dimensão socioambiental.

Palavras-chave: conflitos socioambientais, Parque Estadual Cristalino.

ABSTRACT

The Cristalino State Park is considered one of conservation areas of greatest relevance to the Amazon. Since its establishment, especially after 2006, drew up successive disputes about its existence. The most important of which is located on one side, advocates of maintaining the defined area of the park and on the other, those who advocate the reduction. This article examines the nature of this conflict, considering the main aspects that give support, in particular its field of struggle, the actors involved and their positions and interests. Using the existing literature on the conflict, available documents, documents, interviews and observation in loco, this article asks about the nature of completing the environmental dimension.

Keywords: Environmental Conflicts, Cristalino State Park.

* Jornalista, mestranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB). E-mail: crislpjor@yahoo.com.br.

** Sociólogo, diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável e professor do Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). UNB SAS Quadra 05 Bloco H – 2º andar, Asa Sul, 70803-260 – Brasília/DF – Brasil; e-mail: elimar.nascimento@uol.com.br.

Cristalino; a responsável pela Coordenadoria de Unidades de Conservação da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Mato Grosso e membros de associações de assentados no Parque (reunidos na Oficina de Planejamento Participativo para o Plano de Manejo do PEC em junho de 2009)³.

Teoricamente, as perguntas que nortearam o trabalho foram: qual a natureza do conflito entre os que querem reduzir as dimensões do Parque Estadual Cristalino e os que querem mantê-las? Trata-se de um conflito socioambiental? Em que aspectos?

O trabalho está estruturado em cinco partes. Na primeira é construído um referencial teórico acerca dos conceitos de conflito e especificamente de conflitos socioambientais, optando-se pela definição de Little (2001). A segunda traz a descrição do espaço do conflito, com seus aspectos físico-geográficos, socioambientais, político-institucionais e econômicos. A terceira parte analisa a dinâmica social que conforma o campo do embate, por meio da caracterização de seus principais atores. A quarta caracteriza o conflito, explicando as

suas origens, os elementos motivadores e a situação atual. Na quinta parte, abordam-se as posições, as motivações e os recursos dos atores envolvidos na disputa. A conclusão aponta a natureza do conflito

socioambiental, em dois de seus aspectos essenciais, sinalizando algumas de suas implicações.

1. Referencial teórico

Entre os teóricos das ciências sociais que atribuem relevância aos conflitos na explicação da dinâmica da sociedade, predominam duas versões distintas. Uma visão negativa, encontrável em Emile Durkheim, com suas reflexões a respeito da entropia social, e uma visão positiva, dominante em Karl Marx, expressa de forma emblemática na noção de que “a história é a história da luta de classes”⁴, e sobretudo em Simmel.

Durkheim trabalhou, na verdade, com três noções de conflito. Na primeira, persiste uma visão positiva, pois ele é visto como um choque, no qual as novas normas econômicas, sociais e políticas destroem as do antigo regime, garantem a sua implantação e a construção da sociedade moderna. A segunda aborda o confronto de interesses entre grupos sociais, como as classes detentoras do capital e as proprietárias da força de trabalho, com prejuízo para o processo produtivo e para os integrantes das classes laboriosas. Na terceira noção, a de anomia, Durkheim identifica reações de indivíduos ou grupos sociais sem objetivos definidos, que não se identificam com as novas normas e, por isso, reagem desorganizadamente, protestando contra algo que não faz sentido para eles (DURKHEIM, 1984; NASCIMENTO, 2001).

Marx, por sua vez, argumenta que os principais conflitos da sociedade capitalista são manifestações da luta de classes (MARX e ENGELS, 1998), intimamente associados ao modelo de organização das relações de produção (GIDDENS, 1972: 70). Dessa forma, a teoria de Marx tem no conflito uma essencialidade, como reconhece Ianni (1980: 8), entre outros: “O princípio da contradição governa o modo de pensar e o modo de ser [...]” dos homens e mulheres. Vale ressaltar a positividade presente nessa noção, na medida em que, para o pensador alemão, a luta de classes é o motor da história da humanidade e de suas transformações sociais e, conseqüentemente, portadora do progresso. É no conflito que habita o processo civilizacional.

George Simmel é o expoente máximo da ideia positiva de conflito como forma de interação social, considerado como um componente indispensável para a coesão da sociedade. Isso porque, segundo o autor, a unidade de uma relação historicamente real não é alcançada somente pela harmonização de seus conteúdos, mas é precedida pela contradição e pelo conflito, que podem conferir um equilíbrio interior ao grupo ou aos componentes da relação.

Nesse sentido, hostilidades e oposições permitem erguer barreiras e limites ao desaparecimento gradual do grupo, já que colocam a força de seus integrantes à prova e conferem vitalidade e reciprocidade às condições que unem tais integrantes uns aos outros, que de outra maneira se afastariam a todo custo.

O conflito pode não só elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos, que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si (MORAES FILHO, 1983: 157).

Essa coesão torna-se possível a partir da união dos integrantes do grupo, conforme os tipos de interesse envolvidos no conflito, caracterizando, assim, o que Nascimento (2001) denomina de sua natureza, um dos elementos essenciais na definição do conflito. Dessa forma, os conflitos podem ser de natureza individual (psíquicos), domésticos, locais, regionais, nacionais ou internacionais, conservando uma ou mais das seguintes dimensões, entre outras, de forma simples ou, mais frequentemente, articuladas: política, econômica, religiosa, social, cultural, ideológica, ambiental etc.

No século XX, os conflitos foram objeto de interesse contínuo de pesquisadores e estadistas, em função de suas múltiplas manifestações: primeira e segunda guerras mundiais, guerras de independência africanas, guerra do Vietnã, guerrilhas latino-americanas, guerras locais no Oriente Próximo, mas também os conflitos entre trabalhadores e empresários em toda a Europa e no continente americano (WEHR, 1998).

Mais recentemente, surgiu uma nova preocupação sobre um conflito singular, denominado

socioambiental por uns, ou simplesmente ambiental, por outros (GLEDITSCH, 1997; BARNETT, 2000; BUCKLES e RUSNAK, 2000; BILLON, 2001; ROSS, 2004), e que constitui o objeto do presente artigo.

1.1. Definindo conflito socioambiental

Dada a complexidade das questões ambientais, que perpassam dimensões diversas, da social à ideológica, passando pela econômica e pela cultural, entre outras, a precisa conceituação de conflito socioambiental tem sido objeto de intensa controvérsia. Cada autor enfatiza um aspecto como causas e/ou consequências do mencionado conflito. Na literatura internacional existem, em geral, duas tendências na conceituação de conflitos socioambientais: uma ampla, que se refere a toda e qualquer disputa a respeito de recursos naturais, e outra restrita, que se refere apenas à escassez ou ameaça de extinção dos recursos naturais.

Libiszezowski (1992) é um dos defensores dessa última vertente. Utiliza a denominação de conflito ambiental apenas para aqueles conflitos que são causados pela escassez de recursos ambientais, isto é, pela “perturbação antrópica na taxa de regeneração normal do ambiente”. Tal escassez pode resultar do sobreuso de um recurso renovável ou da maximização da tensão da capacidade de sumidouro de resíduos, podendo ambos os casos alcançar o estágio de destruição do espaço para viver. Vale aqui ressaltar a ênfase nos recursos renováveis, pois, segundo este autor os não-renováveis não podem ser degradados, mas somente esvaziados (ou consumidos), já que não estão integrados no (eco)sistema circular de *feedback* que garante sua substituição ou a preservação de sua qualidade.

Libiszezowski distingue quatro tipos de escassez: *física*, relacionada à disponibilidade finita de um recurso; *geopolítica*, significando que os recursos são frequentemente distribuídos de maneira desigual pela superfície da terra, o que acarreta a necessidade vivida por alguns países do provisionamento de outros em relação a determinados recursos; *socioeconômica*, referente à distribuição desigual entre as sociedades do poder de compra ou de propriedade sobre recur-

sos naturais; e por fim a *escassez ambiental*, devida à degradação ambiental que leva ao fato de que recursos considerados suficientes e renováveis passem a se tornar escassos, em consequência da falha de grupos humanos em adotar métodos sustentáveis de manejo.

Dessa forma, Libiszezowski se recusa a usar a denominação ambiental para um conflito que se desenvolve a partir da simples disputa pela posse de algum recurso natural, como o petróleo no Iraque, por exemplo. Com isso, são aceitos por este autor como conflitos ambientais somente aqueles que se referem a um dos três tipos de degradação dos recursos renováveis: uso excessivo, poluição ou perda de espaço vital. Dessa perspectiva, muitos conflitos que ocorrem na Amazônia, tidos como socioambientais, não teriam esta natureza, tendo em vista a inexistência de escassez.

Ainda levando em conta o fenômeno da escassez, Hagmann (2005) elenca a possibilidade da emergência de três tipos principais de conflitos causados por escassez ambiental. Segundo ele, podem surgir, nesse sentido, os conflitos por escassez simples de recursos; os referentes à identidade de grupos sociais; e os ligados à *privação relativa de grupos de menor status social* (HAGMANN, 2005: 08).

Barbanti Júnior (2002) raciocina distintamente. Defende que a caracterização específica de um conflito como “ambiental” recai num recorte limitador, excluindo-o de outras dimensões que necessariamente o perpassam. Por isso, o autor sugere uma outra denominação, a de “conflitos sociais relacionados ao meio ambiente”. Dessa forma, os conflitos ambientais são concebidos como conflitos sociais sobre o acesso e posse de recursos próprios ao meio ambiente. Isso permitiria compreender mais profundamente as características essenciais de tais conflitos sociais. A separação das dimensões, porém, causa mais problema do que soluções, pois os conflitos socioambientais detêm, simultânea e articuladamente, as dimensões social e ambiental. No caso presente, *social* compreende também as dimensões econômica, política e cultural.

A proposição de Libiszezowski (1992) tem a vantagem da precisão, mas a desvantagem de subvalorizar os atores sociais e suas percepções. Afinal, a escassez de recursos naturais pode ser objetiva ou simples-

mente ser uma percepção equivocada dos atores. Na concepção deste autor, esta última acepção não tem sentido. Por sua vez, a conceituação de Barbanti Júnior peca por falta de precisão e pela separação das esferas social e ambiental.

Parece-nos, por outro lado, que as denominações utilizadas por esses dois autores são impróprias. Por essa razão, optamos por utilizar o conceito sugerido por Little (2001), por sua abrangência e precisão, de conflito socioambiental. Para Little, os conflitos socioambientais são “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (2001: 107). Diante da complexidade das relações entre o mundo humano e o biofísico e dos ciclos naturais do mundo biofísico, o autor classifica os conflitos socioambientais em três categorias: em torno dos recursos naturais, dos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural, e do uso dos conhecimentos ambientais.

Na primeira, os conflitos geralmente se desenvolvem sobre as terras que abrangem tais recursos, entre os grupos humanos que as reivindicam como seu território de moradia e vivência, e aqueles que dela querem auferir simplesmente lucro. Aqui são abarcadas, entre outras, as dimensões políticas (a disputa acerca da maneira pela qual a distribuição geográfica dos recursos é decidida); sociais (disputa pelo acesso aos recursos naturais) e jurídicas (disputas pelo controle formal dos recursos).

Os conflitos referentes aos impactos ambientais e sociais gerados pela ação humana e natural – segunda categoria – ocorrem em situações nas quais grupos sociais que intervêm nos ciclos naturais e se beneficiam dessa intervenção não sofrem os impactos negativos, em contraposição a outros que, sem receber bônus, sofrem diretamente tais impactos, como a contaminação do meio ambiente, o esgotamento dos recursos naturais e a degradação dos ecossistemas. Entre as consequências de tais situações, estão as ameaças à saúde, a injustiça e os distintos impactos sobre as populações locais.

Por fim, na terceira categoria encontram-se os conflitos entre grupos sociais em torno das percepções, visões e conhecimentos dos recursos naturais, incluindo seus riscos. Por exemplo, conflitos envolvendo o controle formal dos conhecimentos ambien-

tais e aqueles sobre os lugares sagrados, colocando em choque várias cosmovisões divergentes.

Como se vê, em Little já se percebe a interação entre os aspectos simbólicos e materiais em jogo nos processos conflituos relacionados a temáticas socioambientais. É justamente considerando tal interação, que Acselrad (2004) defende que os conflitos ambientais devem ser analisados simultaneamente nos espaços de apropriação material e simbólica dos recursos naturais do território. Nessa vertente, ele define tais conflitos como aqueles ligados a grupos sociais com modos distintos de apropriação, uso e significação do território, originando-se quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade de suas formas sociais de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis, como decorrência das práticas de outros grupos.

O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos ou de bases distintas, mas interconectadas por interações ecossistêmicas mediadas pela atmosfera, pelo solo, pelas águas etc. Esse conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo “acordo simbiótico” é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes.

Dessa forma, Acselrad (2004) situa dois planos de análise como essenciais na compreensão da dinâmica do conflito: a apropriação simbólica e a material; e a durabilidade e interatividade especial das práticas sociais. Isso porque, segundo ele, em cada configuração do modelo de desenvolvimento de um território, encontram-se modalidades específicas de conflitos ambientais predominantes, tendo o “ambiente” como meio de transmissão dos impactos indesejáveis que impedem as práticas sociais acima citadas.

Como se vê, o terreno dos conflitos socioambientais é sempre tensionado pelo jogo entre embates e tentativas de diálogo entre grupos sociais com interesses e projetos diferentes (FERREIRA, 1999). Por isso mesmo, a sua caracterização, ao abarcar todas as suas dimensões e implicações, faz com que a opção metodológica para a sua análise seja sempre um desafio. Tentamos enfrentar esse desafio nos itens seguintes, sabedores de que essa caracterização não será de forma alguma exaustiva.

2. Caracterização do campo de conflito

Para a caracterização do campo do conflito, que na maioria das vezes não se confunde com o território imediato de sua incidência, selecionamos quatro dimensões compostas: a físico-geográfica, a socioambiental, a político-institucional e a socioeconômica. A escolha deve-se ao fato de que elas permitem, em seu conjunto, apreender as principais facetas que desenham o terreno de embate.

2.1. Dimensão físico-geográfica

O Parque Estadual Cristalino está localizado no extremo norte de Mato Grosso, na fronteira do chamado “arco de desmatamento” da Amazônia. Está situado, aproximadamente, entre as coordenadas de 9°25’ e 9°43’S e de 55°09’ e 56°02’W, e tem a maior parte da sua área no município de Novo Mundo; o extremo oeste da unidade encontra-se no município de Alta Floresta. Seu formato lembra um retângulo, com comprimento máximo aproximado de 89 km (sentido leste-oeste) e largura máxima em torno de 32 km (sentido norte-sul). A região está classificada como “de extrema importância para a conservação da biodiversidade” (FARIAS & MICOL, 2005: 3). A elevada biodiversidade se deve, dentre outros fatores, à grande quantidade de ecótono. Enquanto em outras regiões a presença de dois ou três ecótonos é considerada um bom sinal de biodiversidade, o Parque Estadual do Cristalino conta com seis: (1) floresta de igapó, (2) floresta de terra firme, (3) floresta estacional semidecidual, (4) afloramentos rochosos, (5) campos rupestres e (6) campos inundáveis (varjões e buritizais).

Os principais municípios vizinhos (ao sul, Alta Floresta e Carlinda; ao leste, Guarantã do Norte) sofreram muito desmatamento. Já ao norte, o Parque faz divisa com o campo de provas Brigadeiro Velloso (Serra do Cachimbo), uma área de 2,2 milhões de hectares sob jurisdição da Força Aérea Brasileira que se encontra em excelente estado de conservação; faz divisa ainda com a Reserva Biológica, Nascentes da Serra do Cachimbo e com Terras Indígenas (Kayabi/Munduruku, do lado oeste, e Baú/Menkrangnoti, do

lado leste e nordeste), compondo um corredor de conservação que constitui uma imensa barreira ao avanço do desmatamento ilegal.

Segundo Sasaki *et al.* (2008), o clima na região é considerado quente e úmido, com temperaturas médias anuais acima de 24°C e pluviosidade média anual acima de 2.400 mm. Vale destacar que o Parque é cortado por dois grandes rios: o rio Cristalino, ao norte, e o Teles Pires, a sudeste. Há, porém, uma estação seca definida (maio-setembro), com duração de três a cinco meses e totais mensais de precipitação inferiores a 100 mm.

2.2. Dimensão socioambiental

O Parque Estadual Cristalino (PEC), apesar de seu tamanho relativamente pequeno em termos amazônicos (184.900 ha), é tido como uma das unidades de conservação de maior relevância, pois está localizado numa das portas de entrada da Amazônia Brasileira e tem uma biodiversidade excepcional, por estar numa faixa de transição entre cerrado e floresta amazônica.

Na área do PEC habitam 515 espécies de aves, sendo 50 endêmicas (espécies encontradas somente naquela região); 43 espécies de répteis; 29 de anfíbios, 36 de mamíferos e 16 de peixes de valor comercial ou esportivo. A diversidade de habitat nessa região de ecótonos é uma característica importante do Parque. Em sua área relativamente pequena existe um número considerável de diferentes formações vegetais, a maioria florestal, com áreas menores de fisionomias savânicas.

O Parque protege inúmeras nascentes de águas puras, sendo atravessado pelo rio Cristalino – que lhe dá o nome –, pelo rio Rochedo com suas belas cachoeiras e pelo rio Nhandu. Essas nascentes, bem como tais córregos e rios deságuam no rio Teles Pires, que é formador do rio Tapajós, importante afluente do Amazonas.

No que tange às características sociais, a região do Cristalino contava, em 2007, no município de Alta Floresta, com uma população de cerca de 49.140 habitantes e, em Novo Mundo, com aproximadamente 6.725 habitantes (IBGE, 2007), perfazendo 55.865 habitantes nas áreas lindeiras.

Há manifestações da sociedade a favor do Parque, partidas de vários atores sociais, como professores do ensino médio e superior, estudantes, profissionais liberais, empresários, trabalhadores rurais, “do lar”, assentados, prefeitos, vereadores, biólogos, engenheiros, e outros envolvidos nas diversas instituições presentes nos municípios do entorno⁵. Por outro lado, alguns segmentos, como grandes fazendeiros e madeireiros que atuam na região, apoiados por deputados, defendem a redução da área do PEC.

2.3. Dimensão político-institucional

A região se constitui alvo de grandes disputas políticas. De um lado, ambientalistas e grupos sociais propugnam a conservação do Parque; de outro, fazendeiros, pecuaristas e colonos defendem sua redução. Os primeiros alegam a rica biodiversidade existente na região, enquanto os segundos argumentam que parte da referida área já era ocupada por eles. Fato é que, com a criação do Parque, agudizaram-se os conflitos possessórios. Vale ressaltar que nessas disputas, parlamentares, particularmente da Assembleia Legislativa do Estado, ingressam no embate em defesa dos proprietários de terra.

Os recursos discursivos nos dois campos variam segundo as circunstâncias e seus efeitos sobre a opinião pública. Alguns desses parlamentares⁶, em 2007, utilizaram o argumento do desenvolvimento sustentável da região. Nesse sentido, defenderam a adequação da área do Parque para nela assentarem 300 famílias de trabalhadores rurais acampados nas estradas das cercanias havia mais de dois anos⁷.

Desde 2005, o Parque está sob gerência da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) que, com entidades como Fundação Ecológica Cristalino, ICV, Instituto Floresta e UNEMAT, vem construindo o plano de manejo da unidade. Para elaboração desse plano, foi instalado o Conselho Consultivo do PEC em 2007, composto por representantes de entidades da sociedade civil organizada e de órgãos públicos.

Quanto à atuação do poder público, em especial o Ministério Público, os entrevistados em Novo Mundo apontaram a morosidade, a ausência de fiscalização – resultando em falta de punição para os

grandes proprietários que realizam desmatamentos no interior do Parque – e falta de apoio à comunidade local.

2.4. Dimensão socioeconômica

A região do Parque Cristalino engloba diferentes atividades econômicas:

- **criação de gado de corte e leiteiro:** de acordo com Sasaki *et al.* (2008), as grandes fazendas representam a maior ameaça à biodiversidade do Parque, pelo desmatamento que provocam e pela extensão das fazendas, algumas com mais de 30 mil hectares. Além disso, a produção leiteira é atividade marcante também nos assentamentos rurais, com produção de mais de cinco mil litros de leite por dia⁸;

- **extração irregular de madeira:** de acordo com Emílio (2006), estende-se progressivamente para o norte do Parque, na sequência da ocupação ilegal das terras. As indústrias de madeira concentram-se nos centros urbanos. Geralmente, a madeira é extraída ilegalmente, sem autorização ou plano de manejo;
- **agricultura familiar:** desenvolvida pelos colonos, que produzem culturas anuais (como arroz e feijão). Amado Santos, da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa (ADSGLED), afirma que as famílias assentadas no entorno do Parque produzem predominantemente banana;
- **extrativismo:** destacam-se as árvores frutíferas e as plantas consideradas medicinais, na tradição local. Destas, as mais conhecidas e de uso tradicional são a *quina* (usada contra a malária, e que tem outras propriedades terapêuticas); o *paratudo* (com diversos usos, podendo suas folhas tostadas ser utilizadas como estimulantes ou substituir a erva-mate no preparo do chimarrão); o *jaborandi*, conhecido como anestésico; o *cipó-mil-homens* (diurética, sedativa, tônica); a *espinheira-santa* (utilizada no combate à acidez estomacal, além de possuir, segundo os moradores, ação

cicatrizante); a *embaúba* (diurético enérgico, tônico, adstringente, entre outros); a *copaíba* (usada como agente antiinflamatório). Dentre as árvores frutíferas, destacam-se: castanha, guaraná, cupuaçu, cacau, caju-do-mato, pitanga, açaí, pupunha, patuá e palmitos.

Quanto ao ecoturismo, a região é classificada, nos diferentes polos do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR), como Polo Amazônico⁹. Em seu planejamento, o PEC constitui o núcleo central e principal atrativo dos roteiros turísticos da região. Tal destaque é justificado por uma série de características do cenário regional (FARIAS & MICOL, 2005):

- empreendimentos ecoturísticos bem-sucedidos, como o Cristalino *Jungle Lodge* e a Pousada Thaymaçu, especializada em pesca esportiva, entre outros;
- a boa infraestrutura da cidade de Alta Floresta, incluindo um aeroporto que comporta aviões de grande porte, malha viária e sistema de comunicação bem desenvolvidos, vários hotéis de padrão diferenciado, duas universidades e uma rede escolar de qualidade, diversos hospitais etc.;
- a riqueza dos atrativos: além do Parque, há sítios arqueológicos (como a Pedra Preta de Paranaíta), corredeiras (como a de Sete Quedas), rios e outras áreas naturais bem preservadas e ainda inexploradas pelo setor.

3. Quadro de atores sociais

A luta pela manutenção ou pela redução da área do Parque Cristalino se dá entre dois campos, envolvendo, cada um, vários atores sociais. Os que têm maior destaque, por sua capacidade de mobilização de recursos e de influência sobre a sociedade, são os seguintes: grandes fazendeiros e proprietários de terras; colonos e famílias assentadas; organizações diversas da sociedade civil; professores, universitários e pesquisadores; parlamentares e Ministério Público.

Todos são brevemente descritos em seguida.

- **Grandes fazendeiros e proprietários de terras:** há na região do Parque três grandes fazendeiros, sendo os maiores Antônio José Junqueira Vilela e Wilson Sierra. O primeiro, considerado pelos entrevistados locais como o maior invasor do PEC, é proprietário da Fazenda Nhandu (cuja área, mesmo avançando em mais de 40 mil hectares do Parque, teve apenas 11 mil hectares declarados pelo concessionário na SEMA, em 2006) e, ainda, de duas PCHs locais (Nhandu, nos limites do Parque, e Rochedo, na zona de amortecimento). As obras dessas PCHs estão suspensas pelo Ministério Público. Nhandu, cujo canteiro de obras se localiza a cerca de 800 metros dos limites da unidade, é provavelmente um dos maiores motivos da disputa. Em outubro de 2006, foi apresentada proposta, por deputados estaduais, de reduzir o Parque em 27 mil ha (inclusive favorecendo as PCH). Tal proposta foi suspensa, em caráter liminar, por decisão da Justiça, em 26 de janeiro de 2007, mas a obra continua a ocupar parte de uma área de proteção integral. Segundo Emilie (2006), os grandes proprietários de terra de Alta Floresta ou Guarantã do Norte tornaram-se proprietários de maneira ilegal. Atualmente, nenhum deles tem título de propriedade. A atividade principal nessas propriedades é a criação de gado de corte. O gado é enviado para os matadouros de Guarantã ou de Alta Floresta.
- **Colonos e famílias assentadas:** os colonos foram instalados no âmbito da reforma agrária sobre lotes cujas dimensões variam de 10 a 50 hectares. Sua atividade principal é a criação de gado de leite ou corte. Os agricultores de pequenas propriedades, inferiores a 15 hectares, preferem culturas temporárias (arroz e feijão) e o cultivo de banana, como forma de assegurar a sua subsistência, praticando também o extrativismo vegetal (castanhas e outros). A maior parte dos colonos e assentados (distribuídos em 12 lotes) considera a

terra excelente para a agricultura. Contudo, a sua falta de organização, o isolamento, o mau estado das estradas e a falta de apoio por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) tornaram a comercialização difícil.

- **Organizações da sociedade civil:** no total, são 30 instituições que lutam pela preservação da unidade do Parque Estadual Cristalino. Aparentemente, as principais são: Instituto Centro de Vida – ICV (gestão ambiental, ecologia e conservação, comunicação); Fundação Ecológica Cristalino – FEC (incentivo a UC/RPPN no entorno, Plano de Manejo do Parque, educação ambiental no entorno); Instituto Ouro Verde (educação rural, comunicação rural); COOPERAGREPA (Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia, alternativas de agricultura ecológica); Sociedade Formigas (mobilização). Os ambientalistas defensores da manutenção da atual dimensão do PEC têm desenvolvido diversas iniciativas visando a alcançar esse intento, e mobilizado vários atores da sociedade local: professores do ensino médio e superior, estudantes, profissionais liberais, empresários, trabalhadores rurais, do lar, assentados, prefeitos, vereadores, biólogos, engenheiros e profissionais liberais.
- **Professores, universitários e pesquisadores:** esse grupo é considerado, juntamente com essas outras organizações da sociedade civil, um dos mais ativos na defesa da implantação do Parque e na manutenção de seus contornos originais. Seus integrantes alegam como motivação a excepcional riqueza de biodiversidade da região. Pesquisadores de todo o mundo são atraídos para estudar a área. Vale ressaltar que Alta Floresta é a única cidade da região que tem um *campus* da UNEMAT (Universidade do Estado do Mato Grosso) com cursos de graduação em biologia, em agronomia e em engenharia florestal.
- **Ministério Público:** o MP age no conflito no sentido de verificar as irregularidades

cometidas pelas partes conflitantes; para tanto, tem como norte a observância das leis e o atendimento dos interesses da sociedade.

- **Parlamentares:** a maior parte dos parlamentares, sobretudo os da esfera estadual, entra no conflito atendendo aos interesses dos grandes proprietários de terra locais, quase sempre apoiando os interesses dos grandes fazendeiros.

4. Caracterização do conflito

Para caracterizar a origem e aspectos motivadores do objeto da disputa, desenhamos uma linha do tempo, conforme será visto a seguir (ASSAD, 2009):

Quadro 1 – Linha do Tempo do conflito.

2000 – Parque Estadual Cristalino é criado pelo Decreto 1.471, de 9 jun. 2000, com 67 mil hectares.

30 maio 2001 – Decreto 2.628/2001 amplia o parque em 118 mil hectares. A parte criada um ano antes passa a ser chamada Cristalino I e a porção ampliada, Cristalino II.

2002 – Projeto que pretende reduzir em 46% a área do Parque tramita na Assembleia Legislativa (AL) de Mato Grosso, mas as tentativas de redefinição dos limites ficam suspensas.

Dez. 2002 – Juiz federal Julier Sebastião da Silva determina sequestro judicial da Gleba Divisa, área de 423 mil hectares onde o PEC está localizado, e nomeia o IBAMA como depositário.

Jul. 2004 – Surge a Associação dos Amigos do Parque Cristalino.

15 mar. 2006 – Governo estadual envia à AL o Projeto de Lei 67/2006, propondo a unificação das áreas do Cristalino I e II, e uma revisão dos limites que visa retirar áreas que já estavam desmatadas antes da criação da unidade em 2001 – cerca de 4 mil hectares.

Mai 2006 – Deputados propõem emendas ao projeto do governo.

5 maio 2006 – AL e a Prefeitura de Novo Mundo realizam uma audiência para discutir a proposta dos deputados para o parque, defendendo a sua redução.

27 out. 2006 – Divulgado o texto do Substitutivo Integral ao PL 67/2006, propondo a redução do Cristalino em 27 mil hectares e incluindo a RPPN Cristalino em seus limites.

30 nov. 2006 – AL aprova o substitutivo, incluindo nos limites do parque a RPPN Cristalino. Começa a campanha SOS Cristalino e é lançado o abaixo-assinado da EcoBrasil que pede o vetar ao projeto.

6 dez. 2006 – Deputados aprovam substitutivo modificando os limites e excluindo a RPPN. O abaixo-assinado da EcoBrasil recolheu mais de 1,5 mil assinaturas ligadas ao turismo ecológico.

14 dez. 2006 – O governador Blairo Maggi veta projeto de redução do Cristalino.

18 d dez. 2006 – Deputados derrubam veto de Maggi ao substitutivo e votam projeto que cria anexo de 7 mil hectares, transformando em parque estadual a RPPN Cristalino.

28 dez. 2006 – Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente de Cuiabá protocola na Justiça pedido de suspensão dos efeitos da votação da AL que reduziu a área do Parque.

9 jan. 2007 – MP move ação civil pública contra a redução do Cristalino.

26 jan. 2007 – Liminar do juiz José Zuquim Nogueira suspende a redução do parque.

2007 – Ação Civil Pública paralisa as instalações das PCHs Nhandu e Rochedo.

2007 – Instalação do Conselho Consultivo do Parque.

2009 – Retomada do Conselho Consultivo (cujas atividades foram paralisadas em 2008). Reunião com atores locais em Alta Floresta (abril) para a elaboração do Plano de Manejo.

2009 – Persiste a liminar que mantém o tamanho original do PEC.

Jun. 2009 – Oficina de Planejamento Participativo para o Plano de Manejo em Novo Mundo.

Jul. 2009 – Reunião técnica finaliza o zoneamento para o Plano de Manejo.

Mar. 2010 – Aprovação do Plano de Manejo (PORTARIA Nº. 031, DE 19 DE MARÇO DE 2010).

Fonte: pesquisa dos autores, julho 2009 a junho 2010.

Desde a criação do Parque, em 2000 e, sobretudo, após 2001, com a ampliação em 118 mil hectares¹⁰, iniciou-se uma disputa entre, de um lado, os que queriam a redução da área¹¹ e, de outro, os que defendiam o tamanho estendido (atual) da área. Em paralelo à criação do Parque, o governo estadual desenvolveu um projeto de assentamento da reforma agrária e de regularização fundiária das grandes propriedades. Dividiu a Gleba Divisa¹² em duas partes: ao norte, o PEC, e ao sul, assentamentos e fazendas. Entidades ambientalistas, alguns parlamentares e setores da sociedade local alertaram sobre a dificuldade de compatibilizar essa política com as necessidades e os objetivos de conservação, especialmente a proteção do Parque. Estes encaminharam, com segmentos do empresariado local, a proposta de criação de uma Floresta Estadual no entorno do PEC, como alternativa ao projeto de reforma agrária. Tal proposta, porém, não foi acatada e o governo anunciou, no início de 2002, a criação dos assentamentos, com o reconhecimento do INCRA.

Ao longo do primeiro semestre de 2002 (FARIAS & MICOL, 2005), a INTERMAT instalou cerca de 500 famílias em 11 novos assentamentos. Elas se somaram às 100 famílias presentes, desde 1999, no assentamento “Gleba 5000”. Os lotes variavam de 10 a 60 hectares, com média de 35 hectares. Foram iniciados também processos de regularização fundiária, visando titular áreas de posseiros.

Conforme Emilie (2006), em setembro de 2002, um projeto de lei que previa a redução de 46% da superfície do PEC foi votado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Isso seria um meio para

regularizar a situação de fazendeiros. Parte das terras seria destinada à reforma agrária. Setores da sociedade local, ONGs internacionais solicitadas pelos movimentos ecologistas locais e alguns parlamentares organizaram-se para protestar sob diferentes formas, especialmente buscando apoio do Ministério Público Federal. Após tal pressão, a lei não foi promulgada pelo governador do Mato Grosso.

Uma comissão foi, então, criada com o objetivo de conduzir acordo sobre um traçado definitivo do Parque: reuniram-se representantes da Assembleia Legislativa, Fundação Estadual do Meio Ambiente, ONGs com atuação na região do parque, procuradores federais e o Governo Estadual do Mato Grosso. Essa comissão não obteve êxito e os limites do Parque Estadual Cristalino não foram alterados. Enquanto isso, a pressão antrópica continuou aumentando e, com ela, o desflorestamento.

Assim, em dezembro de 2002, a Justiça Federal retirou a região que corresponde à Gleba Divisa da autoridade do Estado do Mato Grosso (EMILIE, 2006). O INCRA foi nomeado depositário da gleba e ao IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) foi atribuída a responsabilidade pela proteção e implantação do PEC. Tal decisão visava impedir a distribuição ilegal de títulos na Gleba Divisa e preservar a integridade do Parque. De acordo com os dados do PRODES (Programa de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite) e do IBAMA, a taxa de desflorestamento do PEC atingiu, somente no ano de 2003, ano de transição das responsabilidades do FEMA ao IBAMA, um valor recorde de mais de 5% da área total, valor que diminuiu para menos de 0,5% em 2004, graças às ações de controle efetuadas pelo IBAMA. No entanto, Emilie lembra que, de acordo com um estudo realizado em 2004, 22 proprietários sem título estavam situados dentro do PEC (os dois maiores eram responsáveis por 71% da superfície do Parque). Além disso, 45 propriedades de uma dimensão média de 3.800 hectares e cerca de 600 famílias foram instaladas em assentamentos a menos de 10 km do Parque.

Em março de 2006, o conflito ganhou força, com a proposta do governo estadual de unificar o Cristalino I e o Cristalino II, reduzindo o território da unidade em 4 mil hectares. O objetivo declarado foi o de retirar do PEC áreas que já estavam desmatadas antes da sua criação, e o não-declarado diz respeito à construção das PCHs. Segundo o coordenador do Instituto Centro de Vida, Sérgio Guimarães, a proposta foi amplamente apoiada por organizações da sociedade civil, nas audiências públicas realizadas em 2006, convocadas para facilitar uma negociação. Contudo, após o apoio da população à redução de 4 mil ha do Parque nas audiências públicas e reuniões do Conselho Consultivo do Parque, deputados estaduais apresentaram, em outubro de 2006, o Substitutivo Integral ao Projeto de Lei (PL) 67/2006, que pretendia reduzir em 27 mil ha a área do Parque e incluir a RPPN Cristalino em seus limites.

Eis o clímax do conflito. ONGs, ambientalistas, professores universitários, pesquisadores e outros membros da sociedade civil exigem do governador Blairo Maggi o veto do referido Substitutivo. O veto foi acordado, mas os deputados o derrubaram. A situação estende-se até janeiro de 2007, quando o juiz José Zuquim Nogueira concede liminar suspendendo a redução do Parque. Com isso, o Parque Estadual Cristalino voltou a ter sua configuração original, de quase 185 mil hectares.

É importante ressaltar, ainda em 2007, a instalação do Conselho Consultivo do Parque Estadual Cristalino, que no ano seguinte elaborou o Plano de Proteção do PEC. Suas atividades, porém, foram interrompidas, até que, em 2009, o Conselho retoma as mobilizações para a elaboração do Plano de Manejo da unidade. Após uma Oficina de Planejamento Participativo, em junho, e a conclusão do diagnóstico técnico em julho desse ano, o plano de manejo entrou em fase de redação final.

Segundo os representantes das ONGs Fundação Ecológica Cristalino e Instituto Centro de Vida, a situação não mudou desde janeiro de 2007, com a liminar que suspendeu a redução do Parque. No entanto, o coordenador geral do ICV, Sérgio

Guimarães, ressaltou que, embora o Parque mantenha o seu tamanho original, essa situação não é definitiva. Para ele, somente com a implantação do Plano de Manejo, trazendo as diretrizes de ações e medidas de preservação e uso sustentável dos recursos da área, o conflito terá um desfecho concreto e favorável à manutenção da UC em questão. Caso contrário, os fazendeiros da região e os seus representantes políticos poderão ingressar com novas ações para reduzir a área do PEC. Já o diretor executivo da Fundação Ecológica Cristalino, Renato Farias, pondera:

Não sei se o Plano de Manejo seria o desfecho de tudo isso, mas é algo bastante importante para contribuir positivamente para que o Parque seja, de fato, implementado. Isso porque o Parque Estadual Cristalino está criado desde 2000/2001, mas [...] falta realmente tirá-lo do papel e implementar ações e para que seja algo efetivo (entrevista, em 8 janeiro de 2009).

Segundo Vitória da Riva Carvalho, proprietária da RPPN Cristalino e fundadora da Fundação Ecológica Cristalino, para se resolver o impasse com a população da zona de amortecimento do Parque é necessário que o plano de manejo contemple ações de capacitação e geração de emprego e renda, mas de forma a proteger a biodiversidade local (entrevista, em 8 janeiro de 2009).

Depreende-se, assim, que o conflito encontra-se estagnado, dependendo da implantação do plano de manejo finalizado em março de 2010.

5. Posições, motivações e recursos

Para melhor visualização da dinâmica dos atores sociais quanto a posições, motivações e recursos, construiu-se o Quadro 2. Nele, os atores podem teoricamente assumir cinco posições: promoção da redução da área do PEC, apoio à redução, neutralidade, contrária à redução da área e veto (radicalmente contra) à redução da área.

Quadro 2 – Resumo das posições dos atores sociais do conflito em torno do Parque Estadual do Cristalino.

Atores sociais	Posição no conflito	Motivações	Recursos
Fazendeiros e grandes proprietários	Promoção: propagam a redução da área do Parque	Desenvolver atividades agropecuárias. Alegam que parte da área do Parque já era ocupada pelas fazendas.	Grande poder econômico, apoio de deputados e mídia.
Colonos e famílias assentadas	Apoio: defendem a redução da área do Parque	Ampliar as oportunidades de acesso à terra, e o desenvolvimento de suas atividades agrícolas.	Unem-se aos fazendeiros na luta pela redução do Parque; sensibilização do público ao apelo de Reforma Agrária, o que é aproveitado pelos políticos no argumento de reduzir o parque para assentar famílias e garantir a sua inclusão.
Sociedade civil organizada	Veto: à redução da área, propagando a manutenção dos 185 mil hectares de área do Parque	Luta pela qualidade de vida e manutenção da biodiversidade no PEC que, além disso, lhe serve de fonte de renda (pelo extrativismo e pelo turismo).	Grande capacidade de mobilização empreendida pelas mais de 30 ONGs envolvidas na defesa do parque; <i>sites</i> de tais instituições e inúmeras campanhas em favor do parque, com parceiros em vários locais do mundo.
Pesquisadores	Veto: idem a anterior	Preservar a biodiversidade excepcional do Parque.	Credibilidade e poder de influenciar a opinião pública pelo prestígio da ciência que confere aos pesquisadores verbas para pesquisa, acordadas pelos órgãos de fomento.
Deputados	Apoio: legislam pela redução do Parque	Defendem os interesses dos pecuaristas, aparentemente financiadores de suas campanhas políticas.	Detêm o Poder Legislativo e apóiam os fazendeiros.
Governos federal e estadual (órgãos ambientalistas)	Oposição: defendem a manutenção da área do Parque	IBAMA e SEMA são os órgãos responsáveis pela gestão, controle e preservação ambiental do Parque.	São os órgãos máximos em âmbitos federal e estadual que tratam das questões ambientais da região do Parque Estadual Cristalino.
Ministério Público	Neutralidade: verifica o cumprimento das leis e as irregularidades das ações	Não apresenta motivação explícita, além do cumprimento das leis.	Tem o poder <i>sui generis</i> de zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública, bem como pelos direitos assegurados na Constituição, promovendo as medidas necessárias à sua garantia.

Fonte: pesquisa dos autores, agosto 2009.

Conclusão

Com base nas informações apresentadas neste artigo, pode-se depreender, à luz de Little (2001), que o conflito em torno da redução do Parque Estadual Cristalino se constitui em um conflito socioambiental. Trata-se de uma disputa pelo controle e destinação dos recursos naturais. A luta em torno da área do Parque não é apenas uma questão fundiária, pois o fundamental é a conservação, ou não, de um determinado volume de recursos da biodiversidade em região de grande sensibilidade ambiental. Dos outros dois aspectos citados por Little (2001), um parece presente de maneira explícita, embora indireta: os impactos ambientais decorrentes do desflorestamento da área do Parque e de seu entorno. Sobre o outro – disputa pelo uso dos conhecimentos ambientais –, não se encontraram evidências.

No que concerne às dimensões do conflito, foram contempladas, na sugestão metodológica de Nascimento (2001), sobretudo, quatro dimensões que ocupam a cena mais visível do conflito: a *econômica*, com a disputa pelo acesso aos recursos naturais, em particular a terra, com seus recursos hídricos e minerais, a flora e a fauna; a *jurídica*, com a luta pelo controle formal dos recursos, seja para a conservação integral, seja para o desenvolvimento de atividades agropecuárias, de grande escala ou familiar ou, ainda, atividades extrativistas; a *política*, com os atores pressionando os poderes constituídos, Legislativo e Executivo, a decidirem a seu favor. A dimensão *ambiental*, no entanto, ocupa o pano de fundo do conflito de maneira transversal, com a disputa entre os destinos opostos que se pretende dar à área do PEC e aos seus recursos naturais: conservar para visitação ou utilizar para a pecuária e agricultura.

Com a devida caracterização dos atores e grupos sociais envolvidos no conflito aqui tratado, é possível apresentar de maneira clara as relações de aliança e conflito entre eles. A Figura 1 representa a relação de forças entre as alianças ou blocos de atores que conformam os principais campos em disputa reunidos em torno de interesses comuns ou convergentes no conflito:

Figura 1 – Agrupamento dos atores sociais no conflito do Parque Estadual Cristalino.



Se esta figura tem a vantagem de indicar os campos em que se situam os atores, tem a limitação de não representar a flexibilidade e o movimento dos campos. A ideia de que os campos de atores são rígidos é falsa. É falsa também a dicotomia entre o bem e o mal, o primeiro representado pelas organizações da sociedade civil e seus parceiros e o segundo, pelos grandes proprietários de terra, com o Ministério Público neutro. Por outro lado, o pertencimento a qualquer dos campos em disputa se dá de forma distinta. Os atores têm motivações diferentes, embora possam estar no mesmo lado do conflito.

Grandes proprietários e agricultores familiares se colocam no mesmo campo, mas por razões diferentes. Os agricultores familiares, habitantes do entorno, são impulsionados, por uma questão de sobrevivência, a extraírem castanha do interior do PEC, e os fazendeiros deixam o gado nele pastar. A diferença é que os primeiros o fazem por uma questão de sobrevivência, enquanto os outros são impulsionados pelo lucro, ou seja, para adquirir bens que estão além das suas necessidades de sobrevivência imediata. As razões são diferentes, mas o resultado similar: o descumprimento da lei pela invasão do Parque e a destruição da biodiversidade.

O MP ocupa um campo aparentemente neutro. No entanto, influenciado pelos atores sociais, ele se movimenta, ora favorecendo uns, ora favorecendo outros. Assim como as leis não nascem por acaso, ele tende a refletir a relação de forças existente na sociedade, em conformidade com suas atribuições, na forma como os seus membros as interpretam. No caso, o MP tem favorecido, assim como a Justiça, a preservação da área do Parque.

A Assembleia Legislativa, por meio da maioria dos deputados, quer reduzir a área do Parque, conforme o desejo do campo dos grandes proprietários e agricultores. Não significa que assim se mantenha e que não haja modificações ao longo do conflito que ainda está longe de se encerrar.

O governo estadual é forçado pelo MP e pela mobilização da sociedade a assegurar, pelo menos por enquanto, a velha demarcação. Se os movimentos da sociedade civil são internamente frágeis, ao mesmo tempo, eles são capazes de acionar aliados internacionais que pressionam a opinião pública e a mídia local. Assim, conseguem pressionar eficientemente os governos.

A democracia não é um simples jogo formal, nem uma simples farsa para encobrir e legitimar a ação dos mais poderosos. Toda simplificação tende mais a encobrir que revelar as nuances de um conflito dessa natureza. Os poderes constituídos refletem os interesses de seus integrantes e a sensibilidade que eles têm em função do posicionamento de outros atores.

Finalmente, não há certeza de que a implantação do Plano de Manejo conduza a bom termo os embates ou ao término dos conflitos. O chamado encerramento de um conflito dessa natureza parece tomar mais tempo do que as previsões comumente feitas por seus atores.

(Recebido para publicação em novembro de 2009.

Aceito em abril de 2010).

Notas

1. Por meio do Decreto Estadual nº 1.471, de 9 de junho de 2000, e da Lei nº 7.518, de 28 de setembro de 2001.
2. De acordo com Decreto Estadual nº 2.628 / 2001.
3. Oficina realizada em Novo Mundo-MT, nos dias 20 e 21 de junho de 2009. O evento, com 35 representantes de organizações não-governamentais e órgãos públicos de Novo Mundo, Alta Floresta e Guarantã do Norte, integrou a etapa do diagnóstico da realidade local para a elaboração do Plano de Manejo do Parque Estadual Cristalino.
4. MARX e ENGELS. *Manifesto comunista*, 1983.
5. Entre elas: Instituto Centro de Vida – ICV; Fundação Ecológica Cristalino – FEC; Instituto Ouro Verde; COOPERAGREPA (Cooperativa dos Agricultores Ecológicos do Portal da Amazônia); Sociedade Formigas. Há ainda organizações estatais como a Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT; o Escritório Regional da SEMA (Secretaria de Estado do Meio Ambiente) e do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis).

6. Matéria intitulada *Decisão judicial será avaliada pela nova MD*, publicada pela Secretaria de Comunicação da Assembleia Legislativa em 26 jan. 2007 no site: www.al.mt.gov.br.
7. Atualmente, segundo representante da Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Gleba Divisa (ADSGLED), Amado Santos, do total de famílias acampadas, ficaram apenas 60. As demais foram assentadas em Cristalino, Araúna, Cristalino II e Pacuri. Quanto aos assentamentos, chegam a 12 (vide Figura 1).
8. Amado Santos, da ADSGLED, em entrevista a Cristiane Leite, ressaltou que, mesmo com essa produção, os assentados não recebem créditos do governo nem subsídios técnicos para melhorar a atividade.
9. Plano de Desenvolvimento do Polo de Alta Floresta – MMA (realizado pela MRS/Turis).
10. Área que passou a chamar-se Cristalino II.
11. Em geral, envolvidos no desflorestamento – pecuaristas, comercializadores ilegais de madeira e madeiras.
12. Área de 423 mil hectares que abriga, além da unidade de conservação, grandes fazendas de gado e assentamentos estaduais de reforma agrária.

Referências bibliográficas

- ACSELRAD, Henri (org) (2004). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll.
- ALONSO, Angela. & COSTA, Valeriano (2000). *Por uma sociologia dos conflitos ambientais no Brasil*. Mimeo. Trabalho preparado especialmente para o encontro do Grupo Meio Ambiente e Desenvolvimento da CLACSO – Rio de Janeiro.
- ASSAD, Tadeu; LITTRE, Gabriela e NASCIMENTO, Elimar P. do (2009). *A vida por um feixe de lenha: experimento metodológico de gestão de conflitos socioambientais*. Brasília: Abaré / IABS.
- BARBANTI JÚNIOR, Olympio (2002). “Conflitos socioambientais: teorias e práticas”. *I Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade – ANPPAS*. Indaiatuba-SP.
- BARNETT, Jon (2000). “Destabilizing the Environment-Conflict Thesis”, *in Review of international studies*, 26, pp. 271-88.

- BILLON, Phillippe Le (2001). "The political ecology of war: natural resources and armed conflicts", in *Political Geography*, 20, pp. 561-584.
- BUCKLES, Daniel. e RUSNAK, Gerett. (2000). "Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales", in D. Buckles (ed.). *Cultivar la paz: Conflicto y colaboración en el manejo de los recursos naturales*. Ottawa: IDRC.
- DURKHEIM, Emile (1984). *A divisão do trabalho social*. Lisboa: Presença, 2 volumes.
- EMILIE, D (2006). *L'aménagement du territoire par l'environnement en Amazonie – Étude de la région du complexe Cristalino (Mato Grosso, Brésil)*. Paris: Institut National Agronomique Paris-Grignon.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (2002). *Parque Estadual Cristalino: um lugar para se conservar*. Cuiabá: FEMA.
- FARIAS, R. & MICOL, L. *Parque Estadual Cristalino – Amazônia norte-mato-grossense: Avaliação geral e propostas*. Alta Floresta, 2005.
- FERREIRA, Lúcia da Costa (1999). "Conflitos sociais contemporâneos: considerações sobre o ambientalismo brasileiro", in *Ambiente & Sociedade*. Ano II – n. 5.
- GIDDENS, Anthony (1972). *Capitalismo e moderna teoria social*. 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença.
- GLEDITSCH, Nils Petter (ed.) (1997). *Conflict and the environment*. Dordrecht: Kluwer.
- HAGMANN, Tobias. "Confronting the Concept of Environmentally Induced Conflict", in *Peace, Conflict and Development*. Issue Six, January 2005.
- IANNI, Octavio (org.) (1980). *Karl Marx. Sociologia*. 2ª edição. São Paulo: Ática.
- LIBISZEWSKI, Stephan (1992). *What is an environmental conflict?* Center for Security Studies (CSS), ETH Zurich. Swisspeace.
- LITTLE, Paul. E. (2001). "Os conflitos socioambientais: um campo de estudo e de ação política". in BURSZTYN, M. *et alli, A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond.
- MARX, Karl (1982). *Obras escolhidas*. v. 2. São Paulo: Alfa-Ômega.
- MARX e ENGELS (1983). MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. Tradução de Maria Lucia Como. 15ª edição. Rio de Janeiro Paulo: Paz e Terra.
- MORAES FILHO, Evaristo (org); PAVANELLI, Carlos Alberto (trad.) *et al* (1983). *George Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática.
- NASCIMENTO, Elimar (2001). "Os conflitos na sociedade moderna: uma introdução conceitual" in BURSZTYN, M. *A difícil sustentabilidade: política energética e conflitos ambientais*. Rio de Janeiro: Garamond.
- ROSS, Michael (2004). "What Do We Know About Natural Resources and Civil Wars?". *Journal of Peace Research* 41 (3), pp. 337-356.
- SASAKI, D. et al (2008). *Vegetação do Parque Estadual Cristalino Novo Mundo – MT: Relatório Preliminar*, Abril 2008. Programa Flora Cristalino.
- WERH, Paul (2009). "The Development of Conflict Knowledge". *Conflict Research Consortium*, 1998. <http://www.colorado.edu/conflict/peace/essay/wehr7492.htm>. Acesso em: 3 fev.

Sites pesquisados

- www.al.mt.gov.br. Acesso em: 21 dez. 2008.
- www.icv.org.br. Acesso em: 4 dez. 2008.
- www.soscristalino.org.br. Acesso em: 4 dez. 2008.
- www.reporterbrasil.org.br. Acesso em: 10 dez. 2008.
- <http://www.socioambiental.org/uc/1391/noticia/18063>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=287669>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- <http://www.diariodecuiaba.com.br/detalhe.php?cod=300703>. Acesso em: 15 jan. 2009.
- www.tj.mt.gov.br. Acesso em: 2 fev. 2009.

REDES DE CIDADES E INOVAÇÃO SOCIAL

“Redes de cidades e inovação social” é um título que pretende destacar a relação que, no domínio das políticas urbanas e das políticas culturais locais, existe entre a atuação em rede e a capacidade de inovação. Partindo-se do rifão que postula que “o mundo, embora mudando, não muda uma pessoa de cada vez”, argumenta-se neste texto que as mudanças, ou o desenvolvimento, ocorrem por via de redes de relações que se estabelecem entre pessoas, ou entre cidades, que se dão conta que partilham uma causa comum e uma visão conjunta do possível, sendo capazes de constituir comunidades de ação.

A atuação em rede, contrariamente ao que seria desejável, fica, frequentemente, presa a uma lógica mimética e performativa. A este respeito, é curial recordar que, nos anos 30 do século passado, Lewis Mumford (1996), que inspirou muitos outros autores nesta forma de problematizar a cidade, propôs-se a entender a cidade como um *teatro da ação social*. A perspetiva de Mumford continua tão atual quanto o era há 80 anos. E isso na medida em que a teatralidade e a performatividade são eixos estruturantes da economia das experiências (PINE II e GILMORE, 1999) que anima, cada vez mais, as culturas e as economias urbanas e que conduziu as cidades a serem elas próprias performativas na forma como são representadas pelo poder público dominante.

PAULO PEIXOTO*

RESUMO

O artigo destaca a relação vigente no domínio das políticas urbanas e das políticas culturais locais, polarizadas entre a atuação em rede e a capacidade de inovação. As redes associam-se também à *iconiCidade*, conceito que permite justapor linguisticamente a ideia de ícone e de cidade, dando conta de um outro fenómeno referente ao jogo da concorrência entre urbes. A dimensão personificada e essencializada de cidade faz com que os espaços urbanos congreguem, cada vez mais, dinâmicas concebidas e operacionalizadas para alimentar conceitos de desenvolvimento que se apresentam sob a forma de rede.

Palavras-chave: cidade, inovação social, redes.

ABSTRACT

This article highlights the prevalent relationship in the field of urban policies and local cultural policies, polarized between network performance and capacity for innovation. The networks are scrutinized from the point of the view of *iconiCity*, a concept which allows contrasting linguistically the ideas of icon and city, and putting in evidence the competition between cities. The personified and essentialized dimensions of the city leading the urban spaces to gather dynamics designed and operated to feed concepts of development which assume the shape of networks.

Keywords: city, social innovation, networks.

* Investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Endereço: Colégio de São Jerónimo, apartado 3087, 3001-401 Coimbra – Portugal. E-mail: pp@uc.pt

Podemos achar estranho, sobretudo na nossa cultura ocidentalizada, que uma pequena cidade do Canadá (Halifax) tenha proibido o uso de qualquer tipo de perfumes e de cosméticos em lugares públicos e de uso público. E que tenha perseguido exemplarmente quem infringiu a lei. Como podemos estranhar que, mais ou menos pela mesma altura, a administração do Rio de Janeiro – através da Fundação de Parques e Jardins do Rio, conforme o presidente desta, Vicente Cantini –, numa medida desesperada para reagir ao mau hábito das pessoas se aliviarem em público nos lugares mais procurados pelos turistas, tenha decidido recorrer ao aroma de morango para borrifar, com um perfume americano cujo odor dura 6 meses, 850 praças no Rio de Janeiro, de modo a substituir o cheiro de excrementos pela fragrância de morango. Estes exemplos permitem enfatizar que quando os norte-americanos, há

cerca de 30 anos, inventaram a aromacologia¹ estavam longe de antecipar as consequências coletivas de usos individualizados dos aromas, como estavam longe de pensar que a aromacologia poderia ser, como aconteceu em anos mais recentes, usada como estratégia de *marketing* para promover a diferenciação de espaços públicos. Tanto mais que, há 30 anos, para legitimar a aromacologia, foi preciso contornar problemas éticos ligados à influência dos aromas no comportamento, quando o seu uso, para promover a diferenciação do espaço público se baseia, agora, ironicamente, nos efeitos positivos que eles podem ter

nos comportamentos, designadamente em termos de performatividade urbana. A aromatização do espaço público, aqui trazida a título de exemplo, é uma das muitas soluções de radicalização da diferença que está disponível para converter cada ato quotidiano numa experiência singular e memorável, ou pelo menos diferenciada das demais. Juntamente com outros fenómenos, como por exemplo, o *light design* (ou seja, o processo de iluminar edifícios e monumentos de forma a reforçar a sua atratividade), a arte pública, a coloração garrida das fachadas de edifícios, a recriação de episódios históricos, a tematização das cidades, o recurso a artes e decorações florais, a animação do espaço público através de artes de rua, etc., todos estes fenómenos estão ligados à economia das experiências que apela à teatralidade e à *performance*. Fenómenos que, conjugados, procuram compor um contexto sensorial, e sobretudo visual, que se pretende seja capaz de adquirir um valor emblemático e de gerar significados sociais, como se o visual e a participação lúdica fossem a condição fundadora de novas sociabilidades, de sentimentos identitários e de valores de cidadania e de participação cívica. E que, uma vez testados e validados podem ser mimetizados.

Parece, por outro lado, que, nessa economia das experiências, tudo é reproduzido e nada acontece. Que estamos perante um mero efeito de reprodução em série de modelos. É precisamente esta sensação que tem originado, num efeito de escalada, uma exacerbação hiperbólica dos modelos, que benévola e acriticamente se designa amiúde por “rede” e por criatividade. A matriz dos modelos é, na essência, a mesma, estando radicada no lúdico e no espetacular, mas não faltam tentativas de os tentar diferenciar de tentar disfarçar esse efeito de modelação. E isso na medida em que já não vivemos hoje apenas numa economia de serviços. Não saímos de casa apenas para adquirir um serviço. Saímos de casa para um lugar da cidade onde temos a expectativa de que alguma coisa pode acontecer. Não sabemos nem o quê, nem quando, mas temos a expectativa de que, a qualquer instante, possamos estar perante uma experiência única. Os eventos culturais ou os mais banais momentos de consumo que nos coloquem em contato com o efémero, com o exótico, com o outro, que nos

colocam perante ações que ocorrem em espaços não consagrados a essas ações, motivando uma espécie de transgressão, são essenciais numa sociedade que parece estar condenada à reprodução em série de modelos bem sucedidos.

Isso suscita, por outro lado, evidentes episódios de escalada, a que parece associar-se cada vez mais, e de forma limitada, a ideia de criatividade. A dramatização a que estão sujeitos os mais variados lugares de memória é disso um exemplo. Os lugares de memória, na devoradora economia do consumo, parecem ser tão melhor sucedidos quanto forem capazes de mobilizar os cinco sentidos e mais um. Ou seja, enquanto forem capazes de provocar um arrebatamento sensorial que mobiliza o sexto sentido da expectativa de que algo pode acontecer. Assistimos assim a uma espécie de rarefação da memória, na medida em que ela parece diluir-se um pouco, tornar-se menos espessa, em favor da espetacularização necessária para criar um efeito diferenciador.

A arquitetura pós-moderna, que não deixa de ser uma cenografia urbana desse teatro da ação social, uma arquitetura que separa a forma da função, que não permite uma identificação taxativa entre a forma e a função, é ela própria uma cenografia de rarefação da memória. Ou seja, as narrativas e as trajetórias urbanas não são tão marcadas pela rigidez de um carácter oficial e teleológico. Têm essa função específica que toda manifestação artística tem: a de permitir imaginar uma outra realidade. Motivam um enredo do *suspense* através de mediadores como a arquitetura, a tecnologia, o *décor*, a cenografia.

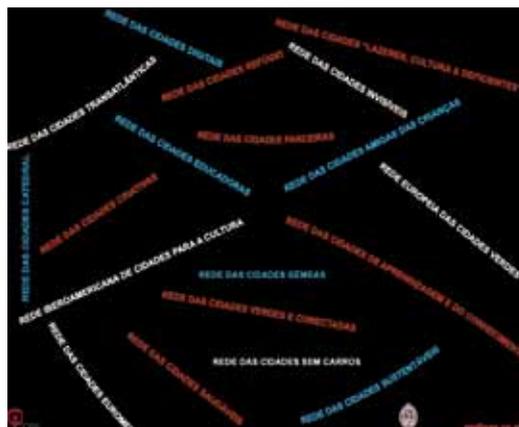
As cidades são performativas na forma como as vivemos e como as verbalizamos. A iconicidade é, cada vez mais, um jogo de falsas aparências. Nem sempre um elevado grau de iconicidade de um signo corresponde a um baixo grau de abstração. Os signos que representam o óbvio são muitas vezes abstrações elaboradas e dramatizadas da realidade. A fábrica afinal é um restaurante. A igreja afinal é um centro comercial. O violinista incógnito que toca na estação de metro de Washington durante 45 minutos sem que ninguém lhe preste atenção, e que 3 dias antes tinha esgotado o *Symphony Hall de Boston*, com bilhetes a 1000 dólares, tocando na estação de metro com um

Stradivarius de 1713 – que vale 3,5 milhões de dólares –, é afinal Joshua Bell, um dos mais famosos violinistas do Mundo a executar uma performance sobre arte, beleza e contextos. A *iconiCidade*, encarada como um conceito que nos permite justapor linguisticamente a ideia de ícone e de cidade, permite-nos dar conta de um outro fenómeno das cidades performativas. Para responderem ao jogo da “concorrência entre cidades”, para responderem à crescente lógica dos *rankings*, estamos a assistir a uma crescente essencialização e até a uma personificação das cidades. Essencialização porque a logística iconográfica das cidades, naquilo que tem de performance e de encenação teatral, é cada vez mais mobilizada para funcionar metonimicamente. Ou seja, as cidades são, elas próprias, um ícone de qualquer coisa: são cidades criativas, ou são cidades digitais, ou são cidades amigas das crianças ou outra coisa qualquer. Personificação porque às cidades são cada vez mais atribuídas qualidades humanas.

Ou seja, para entendermos a cidade como um *teatro da ação social* temos de reconhecer que as cidades são hoje, elas próprias, encaradas como sendo atores sociais que têm uma identidade única, forçadamente essencializada, e que a podem gerir. Nesse sentido são uma espécie de *persona*, com um papel social, representado por um ator, quem quer que ele seja, desde que esteja a fomentar essa identidade essencializada. Como temos, também, de reconhecer que essa sua dimensão personificada e essencializada as congrega, cada vez mais, à volta de dinâmicas concebidas e operacionalizadas para alimentar conceitos de desenvolvimento urbano que se apresentam sob a forma de rede.

É inequívoco que vivemos, não só “em sociedades em rede”, mas também que vivemos, sobretudo, na era das “redes de cidades”. Aliás, se alguma dessas duas realidades nos oferece alguma dúvida relativamente à sua existência é mais a primeira que a segunda. A segunda é inequívoca perante a constatação de um fenómeno que, se não virou moda, não deixa nenhuma cidade de fora.

Figura 1: A indecifrável trama da rede de cidades.



Fonte: autor

Bastará, de resto, um breve exercício – não exaustivo – de recenseamento das redes existentes para nos darmos conta, quer da quantidade, quer da diversidade de designações. Ao ponto de – embora sem subestimar a imaginação e a criatividade – ser difícil imaginar uma nova designação para uma qualquer rede sem que ela não esteja já abarcada pelas existentes. A Rede das Cidades Saudáveis; a Rede Europeia das Cidades Verdes; a Rede das Cidades Sustentáveis; a Rede das Cidades Educadoras; a Rede das Cidades de Aprendizagem e do Conhecimento; a Rede das Cidades Digitais; a Rede das Cidades sem Carros; a Rede das Cidades Amigas das Crianças; a Rede das Cidades Asilo ou Refúgio; a Rede das Cidades Criativas, entre outras, são designações que ilustram este fenómeno de organização e de actuação das cidades.

Mas é ainda mais relevante constatar-mos que a filosofia que anima essas redes se condensa numa ideia transversal centrada na ideia de criatividade e de inovação (KONG e O’CONNOR, 2009).²

A convicção de que as cidades estão em crise parece ter-se tornado um lugar-comum. A concentração da população nas cidades; o crime e a violência; a degradação paisagística e ambiental; a decadência das infraestruturas; o declínio da economia industrial; o aumento do desemprego; o trânsito e o estacionamento; a falta de habitação e a marginalidade; todos eles, e cada um à sua maneira, são factores recorrentemente apontados como sintomas da crise das cidades. Asfíxiadas pelo crescimento incessante da sua malha urbana, ou vítimas de um declínio incontornável e

agonizante, as cidades parecem não conseguir escapar aos discursos negativistas que sobre elas se produzem. A ideia de inovação e de busca da criatividade através da cultura decorre deste sentimento generalizado da crise das cidades, perante o qual é preciso reagir com imaginação (KONG e O'CONNOR, 2009).

Por outro lado, porque a criatividade não tem só um lado reativo, com a afirmação de um mundo manifestamente urbano, dir-se-ia que vivemos no tempo das cidades e que elas assumem hoje um protagonismo crescente enquanto atores políticos, económicos e culturais. Nessa perspectiva pede-se às cidades que sejam engenhosas, que marquem a diferença e que promovam a participação ativa dos cidadãos nas políticas públicas (PEIXOTO, 2000).

Estabelecido este ponto estruturante para analisarmos a relação entre a atuação em rede e a inovação, constatada a profusão de redes de cidades e a sua preocupação comum com a criatividade e a inovação, e fixando-me agora em três ideias concretas, discuto de seguida a relação entre redes e inovação em três planos.

Em primeiro lugar, este lote infindável de redes de cidades parece predispor, de certo modo, as cidades a escolher o seu nicho a partir de um cardápio. Nessa medida, se assim for, e podemos até admitir que em alguns casos o é mesmo – até porque com tantas redes, as cidades se sentem, de algum modo, pressionadas a não ficar de fora –, se assim for, dizia, as redes de cidades não potenciam a criatividade ou têm sobre ela um efeito muito limitado, não permitindo que a criatividade fomente a inovação. Ou porque se está a escolher uma designação vazia de conteúdo e de alcance, na medida em que se adere a uma rede como se poderia aderir a outra qualquer. Ou porque se está genuinamente apostado em aderir e implementar a filosofia de uma rede, mas isso não deixa de ser redutor, dado que parece querer confinar a cidade a um certo conceito, quando a essência da própria cidade é a diversidade.

Os problemas não podem ser resolvidos ao mesmo nível em que foram criados

Se olharmos para essa miríade de problemas que afetam as cidades, concluímos que “os problemas não

podem ser resolvidos ao mesmo nível em que foram criados”. E é nesta constatação que começa a criatividade. Tal como não há inovação sem participação social, é difícil que a criatividade fomente a inovação se a base da sua emergência não tiver uma vincada dimensão local. Embora se fale na crise das cidades, e nos seus problemas, é a sociedade que está em crise e esses problemas são problemas da sociedade.

Por isso, grande parte desses problemas, senão todos, é de origem global. Mas a sua resolução concreta é preferencial e forçosamente local. Ou seja, contrariamente ao que pode deixar transparecer a existência de um vasto cardápio de redes, que se pode apresentar, para muitos, como uma solução geral para problemas que se manifestam localmente, considero que a resolução desses problemas deve partir de soluções locais, potenciando as redes e fazendo-as evoluir para comunidades de ação e para sistemas de influência (WHEATLEY e FRIEZE, 2009; DE MAGGIO, GLOOR e PASSIANTE, 2009).

Nas abordagens mais inovadoras, em que a sociedade civil é encarada como o principal agente de promoção da cidadania (ARCIÉNAGA, 2009), as metodologias usadas para promover a participação ativa das pessoas servem para difundir e para “vender” comportamentos; ou seja, não só promovem a ação, como procuram ser contagiantes e exemplares. Na verdade, muitas vezes, os projetos que visam promover a mudança e o desenvolvimento não são mobilizadores porque se fecham numa lógica redutora de sensibilização e de educação, que parecem ser a solução mais imediata para os problemas identificados. Essa é, frequentemente, a tentação instantânea de cidades recém-chegadas a redes, cuja ação mais visível é a de querer sensibilizar os seus cidadãos que agora, por via da inclusão numa rede, são uma coisa diferente. Sensibilizar é importante, mas é querer abrir a porta por fora, e, como diz um provérbio francês, “a mudança é uma porta que só se abre por dentro”. É criar pouco mais que a ilusão da mudança em processos que se fecham numa criatividade improdutiva e esquizofrénica (ANDRIOPOULOS e DAWSON, 2009). Há, seguramente, muitas cidades criativas, ou que desejam sê-lo, mas há poucas cidades inovadoras. O problema da sensibilização é que não se pode ter a certeza absoluta de que ela resulte.

Em si, uma ação de sensibilização pode ter sido um sucesso porque muita gente a frequentou ou muita gente a conhece. A questão será sempre: “que mudança positiva de atitudes, ainda que limitada, essa ação teve?” O princípio de uma ação de sensibilização não é apenas levar a que as pessoas fiquem a saber mais coisas. É levá-las a mudar aquilo que fazem. Este é verdadeiramente o problema e o desafio dos projetos mobilizadores que pretendem incrementar a qualidade da cidadania e conduzir à inovação social, fazendo evoluir as redes para comunidades de ação e para sistemas de influência.

Para cumprir este objetivo é importante perceber que, na maior parte dos casos em que as pessoas têm um problema, o problema das pessoas não é a ignorância. Elas não precisam ser educadas ou sensibilizadas para deixarem de ser ignorantes. Elas precisam ser mobilizadas para mudarem aquilo que fazem. E a palavra “mobilizadas” é aqui uma palavra importante, na medida em que as redes são, a um tempo, um vetor fundamental: i) das ações de mobilização, ii) da criação de condições que favoreçam uma intervenção ativa e implicada e iii) ainda da difusão e imposição de novos comportamentos.

Sabemos muitas vezes o que temos de fazer para fazer bem, mas há muitas situações em que, conscientemente, continuamos a fazer mal. Por isso, a maior parte das vezes, o problema das pessoas não é a ignorância. De resto, as pessoas tendem a mostrar grande sabedoria e capacidade de agir quando têm de fazer julgamentos acerca das suas vidas. Se as pessoas sabem que deveriam mudar mas não mudam é porque algo as imobiliza. Para além do saber ou não saber há outras barreiras mais sérias para além da ignorância. Qualquer projecto que queira ser mobilizador, que queira promover a mudança e fomentar o desenvolvimento, não se pode limitar a preencher lacunas de ignorância. Tem também de ajudar a remover um conjunto de outros obstáculos, entre os quais, além da ignorância, se destacam: i) a falta de vontade, ii) a ausência de competências, iii) o pessimismo em relação ao projecto, iv) a inexistência de apoio externo, v) a debilidade dos estímulos e vi) a ausência de um sentimento de reforço. É na confluência destes objetivos que o triângulo redes-comunidades de ação-sistemas de influência se

torna relevante (SIMON, 1987; ELLSWORTH, 1994; CONGER e KANUNGO, 1998).

Quando se recorre a metodologias para promover a participação ativa das pessoas e para concretizar a inovação social, no sentido de fomentar a mudança e elevar a qualidade da cidadania, é óbvio que as pessoas têm de começar por perceber que têm um problema. Mas têm também de perceber que há uma solução para ele. Adicionalmente, têm de perceber os custos pessoais de não reagirem ao problema. Quando esta etapa estiver cumprida está aberta a janela do conhecimento. As pessoas já sabem. Mas mudar comportamentos envolve também imaginação. As pessoas têm de ser capazes de imaginar um futuro diferente para elas próprias. Imaginar isso é diferente de reconhecer benefícios imediatos e tangíveis. A vontade e o desejo são emoções. Não é um tipo de conhecimento. O desejo pode ser criado evocando um futuro diferente. É aí que a questão da criatividade se torna importante. Os projetos orientados para a inovação têm de ter esta capacidade; e serão tão mais capazes de dotar-se desta quanto mais se basearem em redes envolventes. As comunidades de ação não podem ser só constituídas por atores institucionais; têm de estar voltadas para a inclusão de *stakeholders* e da sociedade civil. Caso contrário, como tantas vezes acontece, a criatividade torna-se uma ação meramente performativa, dramatizada por atores institucionais, fechada na espetacularidade e na teatralidade das iniciativas.

Depois de serem capazes de imaginar um futuro diferente, as pessoas têm de ser capazes de saber que passos dar para atingir um objetivo. Isso já não é uma emoção. É uma competência. E uma das maneiras mais eficazes de as pessoas aprenderem competências é verem alguém fazer. E tentarem fazer coisas em conjunto com essas pessoas. Ora o Estado é incapaz de desempenhar este papel sem um forte envolvimento da sociedade civil. A maior vantagem das redes e das comunidades de ação é que elas ajudam a desenvolver competências.

Para além das competências, os projetos inovadores têm de difundir perspectivas optimistas e desenvolver mecanismos de estímulo externos. Para que o projeto possa ser mobilizador, as pessoas têm de acreditar que o sucesso é provável ou inevitável; têm de ter uma expectativa optimista. Só assim adquirem as

bases que lhes permitam converter-se num sistema de influência. Ter a ideia que vale a pena participar no projeto é algo que só acontece com um forte empenho político ou comunitário que atue como um ingrediente de otimismo. Comumente, o sentimento de isolamento ou de pobreza não estimula comunidades de ação, em particular, nem a inovação, em geral. Se os governantes e a comunidade não se empenham quem pode culpar os indivíduos por sentirem que os seus esforços são fúteis?

Frequentemente, os recursos e as opções para promover a constituição de redes e para fazê-las evoluir para comunidades de ação e para sistemas de influência são limitados, até porque os aparelhos estatais não os acolhem positivamente. Todavia, há que fazer a devida ressalva para a diferença que existe no domínio da governação local. Daí ser legítimo sustentar que a resolução de problemas globais tem passado fundamentalmente por soluções locais. Sem serviços, sem infra-estruturas e sem apoios que removam os obstáculos à concretização do projeto, o projeto pode ficar comprometido. O estímulo à participação precisa sempre de um elemento desencadeador; não aparece por si só. Esse elemento desencadeador pode ser um equipamento, pode ser um evento, pode ser qualquer outra coisa. Mas a verdade é que as pessoas tendem a se sentir mais inspiradas, mais motivadas para participar, em contextos de envolvimento coletivo.

Nessa perspetiva, há quatro razões que nos permitem concluir que fomentar as redes e a sua evolução para comunidades de ação e para sistemas de influência é hoje um projeto mobilizador e fundamental em termos de promoção da mudança e do desenvolvimento, sobretudo para a governação local.

A primeira razão é que um projecto mobilizador, assente na participação ativa, tendo em vista a inovação, tem sempre de transportar a ideia segundo a qual uma outra sociedade e uma outra cidade diferente das actuais são possíveis e desejáveis. Designadamente, que uma sociedade que inclua mais as pessoas não é uma miragem.

A segunda razão é que um projecto mobilizador, assente na participação ativa, tendo em vista a inovação, tem sempre de procurar desenvolver uma ideia de comunidade. Uma sociedade inclusiva e

participada produz relações sociais, não as destrói, e encara essas relações como um bem público. Assim, deve procurar evitar, acima de tudo, que as pessoas se tornem entidades anónimas. Deve fazer com que elas partilhem experiências e discursos. Em certo sentido, é urgente levar os indivíduos a redescobrir a comunidade, como se depreende das palavras de Augusto de Franco:

Uma mudança significativa em nossa visão sobre a sociedade vem ocorrendo nos últimos anos com a descoberta das redes sociais. Com efeito, as redes sociais são surpreendentes. Elas surpreendem, em primeiro lugar, os que vivem antenados com as novidades e esperam assumir uma posição de vanguarda ou de destaque ao “aderirem” a elas. Essas pessoas, muitas vezes, ficam chocadas quando se lhes diz que a rede social não é nada mais do que a sociedade. Em geral, elas “entram na onda” das redes porque acham que descobriram um novo modo de chamar a atenção para si próprias, para suas idéias ou para seus produtos. (FRANCO, 2008: 2)

A terceira razão é que um projecto mobilizador, assente na participação ativa, tendo em vista a inovação, tem sempre de apontar para o reforço da identidade local. Quando os lugares se descaracterizam e não têm uma identidade singular, os cidadãos não se apropriam desses lugares. Para que os lugares tenham identidade é preciso saber conjugar a tradição com a transformação e a redescoberta de lugares e de funções.

A quarta razão é que um projecto mobilizador, assente na participação ativa, tendo em vista a inovação, tem sempre de permitir que a sociedade seja um lugar de aprendizagem mútua. Num projeto mobilizador não deve haver aqueles que ensinam e aqueles que aprendem. Por isso insisti que os processos mobilizadores e bem sucedidos são aqueles em que todos têm a possibilidade de se envolver ativamente, aprendendo e ensinando.

Figura 2: As condições da inovação social.

Fonte: autor.

Usualmente, a mudança que permite resolver problemas ocorre através de ações locais que são capazes de se disseminar simultaneamente em diferentes áreas. Se essas ações ficarem desligadas nada vai acontecer para além da escala meramente local. Mas quando encontram um modo de se conectar, as ações locais conseguem emergir como um poderoso sistema de influência a uma escala mais ampla. Assim, podemos dizer que a criatividade é a capacidade de encontrar relações onde elas não existem. Ou seja, as redes resultam da auto-organização de cidades que reconhecem a sua interdependência e que se organizam de modo a garantir a diversidade e a viabilidade de todos os participantes. O que significa que as redes criam a primeira condição necessária à inovação.

A criatividade é a capacidade de encontrar relações onde elas não existem

São vários os exemplos de ações e de decisões locais, a maior parte das quais são invisíveis umas em relação às outras (até a criatividade fazer emergir uma determinada relação), em que, por si só, nenhuma delas é suficientemente poderosa para provocar a mudança, mas, uma vez colocadas a funcionar em rede, são capazes de conduzir à inovação. E o que muitas vezes não é alcançável pela diplomacia, pela política, pelas ações de protesto ou pela estratégia é alcançado pela capacidade de relacionamento de ações criativas (WHEATLEY e FRIEZE, 2009). É essa,

podemos dizê-lo, a característica básica dos fenômenos inovadores. Ou seja, a capacidade em alcançar um poder muito maior que a soma das suas partes.

Reitero, portanto, a ideia de que as redes são apenas o primeiro estágio dos processos de inovação e que o seu papel é fomentar a criatividade. Mas as redes só são operativas se fizerem emergir comunidades de ação. As cidades em rede que são capazes de se converter em cidades de ação usam essa comunidade para partilhar conhecimentos e experiências, para se apoiarem mutuamente e, particularmente, para criarem novos conhecimentos para o seu campo de ação. As comunidades de ação diferem das redes, na medida em que as partes envolvidas se comprometem a fazer parte da rede, não apenas para garantir os seus interesses, mas para servir as necessidades dos outros. Numa comunidade de ação, o *focus* está para lá da necessidade do grupo, havendo essa ambição de partilhar os novos conhecimentos com uma audiência mais vasta.

A terceira fase do processo de inovação é a emergência de um sistema de influências, o que implica que o conhecimento alcançado tem uma utilidade socialmente reconhecida. Ou seja, aquilo que eram esforços pioneiros e conhecimentos marginais adquire a capacidade de se converter em norma, tornando-se convincente e exemplar para uma vasta comunidade.

A criatividade é um descontentamento transformado em cultura

Termino, evocando um terceiro plano, e declarando que a criatividade é um descontentamento transformado em cultura. A ideia de inovação esteve, durante muito tempo, quase exclusivamente ligada ao domínio tecnológico; mas, recentemente, a ideia de inovação social, e a ideia de que a inovação é, sobretudo, social, tem vindo a impor-se em vários contextos (ANDRÉ e ABREU, 2006). Um dos efeitos mais marcantes da inovação tecnológica acaba por ser a exclusão que ela concretiza. É mais um exemplo de um problema global que exige uma resposta local. Já a inovação social, sendo uma resposta nova e socialmente reconhecida, orientada para a mudança social, para além de visar a satisfação de necessidades não satisfeitas pelo mercado, e de promover a inclusão

social, caracteriza-se por fomentar uma mudança de relações de poder no sentido de as democratizar (*idem*). Nesse sentido, a criatividade é um descontentamento transformado numa cultura política. A ideia do Tratado de Maastricht, de converter a cultura em fator de desenvolvimento, consagra uma viragem importante na forma de pensar o desenvolvimento (*ibidem*). A cultura, ainda que possa ser também encarada como um recurso económico, reforça a auto-estima e as identidades coletivas, promove a ideia de bem público e de sentido comum, fomenta a criatividade e a cidadania, põe em causa ideias prévias, apelando à inovação e, inevitavelmente, transforma as relações de poder. É nesse sentido, e na medida em que um determinado descontentamento dá lugar a uma iniciativa cultural, que a inovação se afigura como algo de fundamentalmente social.

Recebido para publicação em setembro de 2010.

(Aceito em novembro de 2010)

Referências Bibliográficas

- André, Isabel e Abreu, Alexandre (2006), “Dimensões e espaços da inovação social”. *Finisterra*, 81 (XLI), 121-141.
- Andriopoulos, Constantine e Dawson, Patrick (2009), *Managing Change, Creativity & Innovation*. Londres: Sage.
- Arciénaga, Antonio A. (2009), “Innovación Social y Tecnologías Sociales: Similaridades y Diferencias de Enfoques Políticos”. Página consultada em 17 de Novembro de 2009, disponível em http://www.mincyt.gov.ar/documentos/Jornadas_tecno_soc_Antonio_Arcienaga.pdf
- Conger, Jay A. e Kanungo, Rabindra N. (1988), “The Empowerment Process: Integrating Theory and Practice”. *Academy of Management Review*. 13 (3), 471-482.
- De Maggio, Marco, Gloor, Peter A., Passiante, Giuseppina (2009), “Collaborative innovation networks, virtual communities and geographical clustering”. *International Journal of Innovation and Regional Development*, 4 (1), 387-404.
- Ellsworth, Elisabeth (1994), “Why doesn't this feel empowering? Working through the repressive myths of critical pedagogy” in Lynda Stone (Org.), *The Education Feminist Reader*. Londres: Routledge, 300-327.
- Franco, Augusto de (2008), *Escola de Redes: novas visões sobre a sociedade, o desenvolvimento, a Internet, a política e mundo glocalizado*. Curitiba: Escola de Redes.
- Kong, Lily e O'Connor, Justin (Orgs.), (2009), *Creative Economies, Creative Cities. Asian-European Perspectives*. Londres: Springer.
- Mumford, Lewis (1996), “What is a City?” in Richard T. LeGates e Frederic Stout, *The City Reader*. Londres: Routledge, 183-188.
- Peixoto, Paulo (2000), “Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56, 99-122.
- Pine II, B. Joseph e Gilmore, James H. (1999), *The Experience Economy: Work is Theatre & Every Business a Stage*. Boston: Harvard Business School Press.
- Simon, Barbara Levy (1987), “Rethinking Empowerment”. *Journal of Progressive Human Services*, 1 (1), 27-39.
- Yusuf, Shahid (2009), “From creativity to innovation”. *Technology in Society*, 1 (31), 1-8.
- Wheatley, Margaret e Frieze, Deborah (2009), “Using Emergence to Take Social Innovation to Scale”. The Berkana Institute. Página consultada em 14 de Novembro de 2009, disponível em http://www.berkana.org/pdf/emergence_web.pdf

Notas

- 1 A aromacologia é o estudo dos odores e o efeito que eles têm nas pessoas, no seu estado de espírito e na sua saúde.
- 2 É forçoso distinguir criatividade e inovação. A criatividade é uma condição necessária mas não suficiente para a inovação. Qualquer nova solução depende de um processo criativo, mas a solução só é inovadora se tiver uma utilidade socialmente reconhecida e valorizada (ANDRÉ e ABREU, 2006; ARCIÉNAGA, 2009; ANDRIOPOULOS e DAWSON, 2009; YUSUF, 2009).

IMIGRANTES, CIRURGIAS PLÁSTICAS E PODER EM DOIS TEMPOS: CONTRIBUIÇÃO PARA UMA HIPÓTESE DE PESQUISA

Introdução

O que haveria de novo na redefinição do corpo e dos traços fenóticos étnicos de imigrantes por meio de cirurgias plásticas? Como poderíamos pensar a intervenção cirúrgica como estratégia identitária? Quais seriam os significados sociológicos desse “acontecimento”, cada vez mais recorrente, no contexto do debate sobre multiculturalismo? Trata-se de uma expressão da liberdade de escolha e de adesão às identidades na chamada sociedade pós-moderna? Ou seria mais pertinente ver nesse procedimento cirúrgico um limite para a idéia de pluralidade das identidades?

O objetivo do presente trabalho é estabelecer as bases de um estudo que contribua para o debate sobre os limites da liberdade dos sujeitos sociais e sobre aspectos da construção de suas identidades descentradas e móveis. A recorrência à cirurgia plástica como recurso de redefinição da identidade pessoal não é recente. Aliás, essa relação entre identidade e corpo não pode ser reduzida às cirurgias plásticas, pois, como demonstra Marcel Mauss (2003), os gestos e técnicas corporais masculinos ou femininos; adultos ou infantis, de classes subalternas ou de classes dominantes, são

MARCELO ALARIO ENNES*

RESUMO

Este artigo formula uma hipótese de pesquisa sobre o uso de cirurgia plástica por imigrantes em dois cenários diferentes política, social e culturalmente: na passagem do século XIX para o XX, as cirurgias plásticas podem ser compreendidas como recurso de afirmação de identidades centradas e unívocas legitimadas científica e politicamente por idéias como a de superioridade racial e evolução social. Já na transição do século XX para o XXI, as intervenções cirúrgicas para mudar traços físicos se constituem estratégia que não elimina a possibilidade de adesão a outras identidades (gênero, orientação sexual etc.). Nos dois cenários, as cirurgias plásticas realizadas por imigrantes possuiriam, assim, em comum a necessidade de “apagar” marcas corporais que denunciavam sua condição de estrangeiros e podem representar obstáculos nos campos social e do trabalho.

Palavras-chave: imigrantes, cirurgias plásticas, relações de poder.

ABSTRACT

This article formulates a research hypothesis about the use of plastic surgery by immigrants in two political differing scenarios both socially and culturally at the time frontier between the XIX and XX centuries, plastic surgery being seen as a resource for affirmation of a sole and centered identity that were scientifically and politically legitimated by ideas propounding racial superiority and social evolution. In the transition of XIX century to the XX century, however, surgical interventions to change physical appearance was a strategy approach that did not eliminate the possibility of acquiring other identities (gender, sexual orientation etc). In the two scenarios, immigrants that underwent plastic surgeries were searching to “erase” bodily marks that would reveal their foreign condition and hamper their search of advancement in the job market and social environment.

Keywords: immigrants, plastic surgery, power relations.

* Sociólogo. Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe/Campus Prof. Alberto Carvalho, Itabaiana. Endereço: Av. Vereador Olímpio Grande, Centro, 46500-000 Aracaju/SE – Brasil. e-mail: nnes@uol.com.br.

socialmente e culturalmente definidos. O problema não parece ser a existência de conexões entre identidade e corpo, mas identificar as disputas e as lutas políticas a partir das quais agentes sociais moldam e transformam o seu corpo.

As cirurgias plásticas podem ser entendidas como radicalização daquilo que é feito pela etiqueta social ou pelo treinamento físico (MAUSS, 2003). Ou seja, são mecanismos, embasados na ciência e na tecnologia modernas, por meio dos quais o corpo humano pode ser alterado nas suas formas. As diferenças entre os modos e as técnicas que possibilitam tais alterações mudam de acordo com padrões estéticos e culturais e com recursos científicos e tecnológicos disponíveis em determinados contextos históricos.

Para os objetivos deste artigo, compreendo o corpo como produto da cultura e como elemento indissociável do “Homem” (LE BRETON, 2009). O corpo, assim, não é um simples suporte para as identidades; é, ele mesmo, um de seus componentes, o mais visível e, por isso, o que mais contribui para a definição do “eu” e do “outro”.

Por sua vez, de todas as partes do corpo, o rosto é a que mais evidencia as marcas da identidade e da alteridade. É ele a parte mais exposta e onde se concentram os sentimentos, as representações e os esforços dos

agentes sociais em sua busca de aproximações e distanciamentos.

A importância do corpo e do rosto nos processos identitários é “otimizada” na condição de imigrante. Em muitos casos, são as marcas mais evidentes do corpo e rosto que denunciam o pertencimento a um determinado país ou a condição de “estrangeiro”. Isto é, a cor da pele, dos olhos, do cabelo e o formato do nariz, dos olhos e do queixo são sinais que identificam a condição de estrangeiro e das quais o imigrante não consegue se desvencilhar com facilidade. De acordo com Le Breton, em circunstâncias como a da migração “[...] o corpo deve ser apagado, diluído na familiaridade dos sinais funcionais” (2009: 50). O corpo e o rosto do imigrante, por mais que este não sinta como tal, são vistos e identificados como de alguém que é de fora, não pertencente ao grupo hegemônico. “[...] O corpo estrangeiro torna-se corpo estranho. A presença do outro se resume à presença de seu corpo: ele é seu corpo” (LE BRETON, 2009: 72). A cirurgia plástica, em especial as realizadas no rosto, parece ser, assim, um mecanismo capaz de ao menos amenizar traços físicos que expõem a condição de estrangeiro e de alteridade dela decorrente.

O presente artigo está estruturado em três partes principais. As duas primeiras foram desenvolvidas com base em dois contextos históricos: o da passagem do século XIX para o XX e o da passagem do século XX para o XXI. Para a definição destes dois contextos foram levadas em conta as idéias predominantes sobre diferenças raciais e/ou étnicas, o fluxo migratório internacional, as formas hegemônicas de organização do Estado-Nação e o uso de cirurgias plásticas entre imigrantes.

O primeiro contexto foi caracterizado pela afirmação do Estado-Nação, inclusive, por meio da noção de raça que não era apenas aceita, mas, também, consistia em um importante fator de legitimação das hierarquias entre sociedades e culturas diferentes e entre a população nativa e os imigrantes. Nesse palco, já era possível observar o uso, ainda que incipiente, da cirurgia plástica entre imigrantes que a ela recorriam para “corrigir” traços fenótipos que os “denunciavam” como estrangeiros e pertencentes a raças e nacionalidades consideradas, na época, inferiores e atrasadas.

Na passagem do século XX para o XXI, observa-se que a idéia de raça foi colocada em segundo

plano no campo científico. Essa mudança revela um deslocamento do argumento sobre a diferença entre sociedades e povos do fator biológico (raça) para o cultural (etnia). Nesse contexto, a imigração ocorre em um cenário de desestabilização dos Estados Nacionais.

Na terceira parte do artigo procuramos, a partir das contribuições de Giddens (1997) e Bourdieu (2007), pensar sobre aproximações e distanciamentos entre os dois contextos, no que diz respeito, fundamentalmente, ao significado do uso da cirurgia plástica por imigrantes. Foi com base nas categorias “habitus” e “segurança ontológica” que analisamos a prática de cirurgias plásticas destinadas a atenuar traços étnico-raciais e, desse modo, decidimos pensá-las como práticas orientadas por estratégias no interior de campos e de relações de poder.

O artigo é concluído com a formulação de uma hipótese de pesquisa segundo a qual o uso de cirurgia plástica por imigrantes inscreve-se em dois cenários diferentes política, social e culturalmente. Em particular, se diferenciam quanto às dinâmicas identitárias. A esse respeito, podemos dizer que na passagem do século XIX para o XX as cirurgias plásticas podem ser compreendidas como recurso de afirmação de identidades centradas e unívocas, legitimadas científica e politicamente por idéias como a de superioridade racial e evolução social. Já na transição do século XX para o XXI, transformar o corpo por meio de intervenções cirúrgicas com o propósito de mudar traços físicos que remetem às origens nacionais e étnicas, pode ser entendido não como uma forma de adesão a uma única identidade, mas, ao contrário, ao descentrá-la, passa a ser uma estratégia que não elimina a possibilidade de adesão a outras identidades (gênero, orientação sexual etc.).

A hipótese aqui desenvolvida contempla, também, a idéia de que a despeito das diferenças políticas, históricas e culturais existentes em contextos sociais diferentes, a cirurgia plástica realizada com o propósito de amenização de traços étnicos revela relações de poder e disputas pela legitimação de identidades e que, por isso, evidenciam a existência de processos de estratificação e hierarquização social. As cirurgias plásticas realizadas por imigrantes nos dois cenários possuíam, assim, em comum, a necessidade de

“apagar” marcas corporais que podem representar obstáculos nos campos social e do trabalho, e que denunciam a condição de estrangeiros daqueles que optam por tais práticas.

Primeiro tempo: imigração e superioridade racial

O período compreendido entre 1870 e 1930 concentra um intenso fluxo migratório. Essa situação foi política e economicamente definida pela coincidência de fatores que contribuíram para a saída dos imigrantes de seus países de origens, como a Revolução Industrial e o processo de formação e consolidação dos Estados Nacionais¹ e, por outro lado, os atrativos dos países de destino, como a perspectiva de ascensão social e capitalização associados às promessas de emprego, acesso à propriedade da terra e acúmulo de capital².

No campo das idéias, esse período foi influenciado por uma tradição que nos remete ao botânico e naturalista Carolus Linnaeus (1707–1778), criador do atual sistema de classificação dos seres vivos, a quem é atribuída a criação da expressão *Homo Sapiens*. Também é de Linnaeus a divisão dos seres humanos em “vermelhos americanos”, “amarelos asiáticos”, “negros africanos” e “brancos europeus”, aos quais atribuiu, respectivamente, as seguintes características psicológicas e comportamentais: despreocupados, generosos e livres; severos e ambiciosos; arditos, irrefletidos e ativos; e inteligentes e engenhosos.

A tensão criada na luta pela legitimação de aspectos políticos e culturais, em contraposição às referências biológicas como explicação das diferenças e desigualdades entre os povos ganha contornos mais definidos nos séculos XVIII e XIX. O Iluminismo e a Revolução Francesa ajudaram a alicerçar o ideal igualitário da sociedade liberal burguesa, que ainda que fosse pensado como “igualdade natural”, era inspirado em princípios políticos.

Nesse mesmo período, ressurgiu a velha questão sobre a “origem da humanidade” cuja explicação assentava-se em supostas diferenças³ biológicas. São essas explicações que dão origem ao debate entre monogenistas e poligenistas (SCHWARCZ, 1993: 47). De um modo geral, o monogenismo “[...] dominante até o meado do século XIX, congregou pensadores

que, conformes às escrituras bíblicas, acreditavam que a humanidade era una” (SCHWARCZ, 1993: 48). Na segunda metade do século XIX, passaria a predominar o poligenismo. Os representantes dessa corrente “[...] partiam da crença na existência de vários centros de criação, que corresponderiam, por sua vez, às diferenças raciais observadas” (SCHWARCZ, 1993: 48).

Para os objetivos deste artigo, interessa notar que tanto monogenistas quanto poligenistas, cada qual a partir de suas especificidades, fundamentavam suas hipóteses sobre a diversidade humana em suas supostas diferenças biológicas, o que as distanciavam dos princípios iluministas.

De acordo com Schwarcz, a publicação de *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin, em 1859, representou a emergência de um novo paradigma para o debate sobre as diferenças entre as sociedades humanas, o que significou, inclusive, uma amenização temporária das divergências entre monogenistas e poligenistas.

A obra e as idéias de Darwin repercutiram de modo decisivo no pensamento social do período. Nesse contexto, a miscigenação ganha terreno e torna-se a categoria central para explicação sobre as desigualdades entre as sociedades e suas culturas. A obra de Darwin forneceu “combustível” necessário para reacender o debate entre monogenistas e poligenistas, agora com a participação das ciências sociais emergentes: “[...] enquanto a etnografia cultural adaptava a noção monogenista aos novos postulados evolucionistas, darwinistas sociais ressuscitavam, com nova força, as perspectivas poligenistas de início do século” (SCHWARCZ, 1993: 56).

Desse modo, a questão da miscigenação passaria a ser central para a antropologia cultural ou etnologia social cujos representantes passaram a ser conhecidos como “evolucionistas sociais” e para o “darwinismo social” ou a “teoria das raças” cuja origem está ligada à emergência do chamado “determinismo racial” (SCHWARCZ, 1993: 58).

Ainda que os fatores culturais e sociais tenham sido valorizados na segunda metade do século XIX, as explicações baseadas em aspectos biológicos reapareceram e formaram a base do pensamento eugenista. Originária do determinismo racial, a eugenia questionava as teses evolucionistas da antropologia

cultural, de acordo com as quais todas as sociedades ao evoluírem alcançariam o estágio civilizatório, e defendia que as sociedades poderiam sofrer um processo de degeneração.

*[...] Com efeito, punha-se por terra a hipótese evolucionista, que acreditava que a humanidade estava fadada à civilização, sendo que o termo **degeneração** (grifo da autora) tomava aos poucos o lugar antes ocupado pelo conceito de evolução, enquanto metáfora maior para explicar os caminhos e desvios do processo ocidental. Para os autores darwinistas sociais, o progresso estaria restrito às sociedades “puras”, livres de um processo de miscigenação, deixando a evolução de ser entendida como obrigatória (SCHWARCZ, 1993: 61).*

Como se vê, mais uma vez, ao privilegiar a idéia de raça e ao propor a miscigenação como fator de degeneração, os darwinistas sociais recolocam os fatores biológicos no centro das explicações sobre a desigualdade entre os povos.

Na interpretação de Schwarcz,

[...] é apenas no século XIX, com as teorias das raças, que a apreensão das “diferenças” transforma-se em projeto teórico de pretensão universal e globalizante. “Naturalizar as diferenças” significou, nesse momento, o estabelecimento de correlações rígidas entre características físicas e atributos morais (SCHWARCZ, 1993: 65).

A segunda metade do século XIX é o contexto comum do desenvolvimento do eugenismo e da intensificação do processo de migrações internacionais que radicaliza a problemática da diversidade racial. Os processos migratórios colocariam em contato povos de origens distintas e suas diferentes características físicas eram facilmente associadas à nacionalidade, por sua vez, explicados pelas categorias associadas, sobretudo, à idéia de raças humanas.

É também nessa conjuntura que se registra, pela primeira vez, a realização de cirurgias plásticas por imigrantes. Esses casos podem ser observados, no

final do século XIX, por exemplo, nos Estados Unidos, área de grande fluxo migratório. Os irlandeses estavam entre os maiores grupos de imigrantes e eram identificados fisicamente pela chamada “orelha de abano”⁴. Para se livrarem do estigma de estrangeiro, irlandês e, portanto, não-americanos, alguns desses imigrantes recorreram ao procedimento cirúrgico que lhes “corrigisse o defeito” da orelha. De acordo com Gimlan,

Em Nova Iorque, os imigrantes irlandeses solicitavam os serviços de [um cirurgião plástico] para operar as orelhas e eliminar este signo de ‘natureza irlandesa degenerada’ de forma que pudesse passar por norte-americanos (GIMLAN, 2005: 112).

A mudança do corpo, em especial do nariz e dos olhos, por meio de cirurgia plástica também foi utilizada por pessoas que não eram estrangeiras, mas pertenciam a grupos étnicos não-hegemônicos dentro de seu próprio país. Esse foi o caso dos judeus na Alemanha, nas primeiras décadas do século XX. Como destaca Gimlan (2005), os traços físicos que os remetiam ao seu grupo étnico os colocavam numa situação desfavorável no campo econômico: “[...] a visibilidade dos judeus os impedia de competir em igualdade com os não judeus no âmbito econômico por culpa da estigmatização que sofriam” (GIMLAN, 2005: 116).

Há registros de que o mesmo aconteceu com americanos de origem africana de pele clara que, ainda de acordo com (GIMLAN, 2005), após a Guerra Civil e a abolição da escravidão nos Estados Unidos, recorreram a procedimentos cirúrgicos para afinar os lábios e reconstruir o nariz “para poder cruzar a fronteira da cor da pele” (GIMLAN, 2005: 118).

É importante notar que a cirurgia plástica representa, já na passagem do século XIX para o século XX, uma estratégia para o rompimento de barreiras socialmente impostas a indivíduos pertencentes a grupos não-hegemônico⁵.

Como já foi dito, a partir do século XVIII, surgiram teorias que contribuíram para compor o quadro de referências que orientaram as relações sociais e as disputas políticas entre grupos de origem

étnica/racial, quer naturais do mesmo país, quer de países diferentes. Desse modo, forneceram algumas das bases científicas para legitimação do processo de estratificação entre nações mais desenvolvidas e menos desenvolvidas, culturas mais ou menos evoluídas, entre grupos sociais superiores e inferiores, e subjetividades que se legitimavam ou não em função do posicionamento dos agentes sociais de acordo com sua nacionalidade e origem étnica e cultural.

São idéias como de *pureza, superioridade e degeneração racial* que expressam essas relações de poder e podem ser consideradas parte da explicação do uso, naquele momento, de cirurgias para atenuação de traços étnicos. Por sua vez, são essas mesmas idéias que explicam, ao menos em parte, a disseminação de teorias racistas, como a eugenia e o fortalecimento e a emergência de fenômenos sociais e políticos de grande amplitude e de grande repercussão histórica, a exemplo do nazismo, e o etnocídio praticado contra judeus, ciganos e outros povos por ele considerados racialmente inferiores.

No campo do debate sobre identidade, a idéia de raça é uma das principais referências para aquilo que Hall (2002) define como “sujeito soberano” que sintetiza a tradição do pensamento liberal iluminista centrada na razão e na liberdade como elementos da autonomia do indivíduo. A referência à raça foi, ainda, fortalecida por sua instrumentalização pelos Estados Nacionais em seu esforço de construção de uma identidade nacional associada à idéia de pureza racial. Esse é o cenário no qual a estratificação social no interior de cada nação e entre as várias nações do planeta era justificada com base em referências mais unívocas quando comparadas à dos dias atuais. Nesse sentido, poderíamos entender que, naquele momento, o recurso da cirurgia plástica era uma estratégia de ascensão social e de superação das fronteiras sociais e econômicas impostas pela cor da pele, pelo tipo de nariz e de orelhas que “denunciavam” seu pertencimento a nações e povos considerados racialmente inferiores. A crença na liberdade individual, otimizada pelo avanço das técnicas e procedimentos da cirurgia plástica⁶, tornou possível recorrer a “atalhos”, como a cirurgia plástica, para superar situações de desvantagem nos campos econômico, social e cultural impostos por traços fenotípicos.

Se a estratificação e a hierarquização social parecem ser bastante evidentes em relação ao período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, o mesmo não se pode dizer em relação aos dias atuais. Hoje, a desestabilização dos Estados Nacionais fragiliza referenciais identitários até então hegemônicos e cria brechas para a emergência e a legitimação de identidades até então secundarizadas.

Segundo tempo: imigração, multiculturalismo e “redefinições” da estratificação social

As idéias sobre raça e eugenia desenvolvidas no final do século XIX influenciaram, de modo profundo, a história mundial nos quarenta primeiros anos do século XX. As atrocidades cometidas em nome da superioridade e pureza raciais, observadas principalmente durante a Segunda Guerra Mundial, impuseram a necessidade de mudança quanto às formas de se explicar as diferenças culturais e fenotípicas entre os povos e suas culturas.

Um novo cenário toma forma na passagem do século XX ao XXI. Nele, observa-se o crescimento da importância da dimensão cultural na análise social, seja contra a idéia de raça, seja em oposição às interpretações que privilegiavam os processos econômicos entendidos como determinantes das demais dimensões da sociedade.

As mudanças em relação às diferenças culturais observadas nos dias atuais remontam ao debate político e teórico que emergiu no período que se seguiu à Segunda Guerra Mundial. As novas formas de compreensão da problemática das diferenças culturais e raciais devem ser entendidas como resultado da mudança de correlação de forças no campo científico, uma vez que idéias como a de relativismo cultural e etnocentrismo⁷ já vinham sendo desenvolvidas, desde o final do século XIX, e permaneceram em um segundo plano no campo científico – e também, no campo político – quando confrontadas, por exemplo, com as teorias eugenistas.

Ainda nesse contexto, outra contribuição teórica significativa para o debate sobre diferenças culturais foram as formulações de E. P. Thompson, Richard Hoggart e Stuart Hall. De comum, esses autores

promovem um deslocamento do lugar da cultura, tanto no que diz respeito à realidade, quanto no que concerne à análise social. Isto é, para os fundadores do Centro de Estudos Culturais⁸, a cultura era entendida em seu sentido amplo, antropológico, e não apenas como uma esfera ou dimensão da sociedade. E conseqüência dessa perspectiva analítica observou-se um outro deslocamento por meio do qual a cultura passou a ser pensada como expressão de relações de poder entre grupos sociais (classe, etnia, gênero, orientação sexual), em contraste com a tradição que a associava à nacionalidade (MATTELART, Armand; NEVEU, Érik, 2004: 13 e 14).

No campo da formação de um novo ideário e de um outro referencial teórico sobre diferenças “raciais”, destaca-se o convite da UNESCO a Gilberto Freyre⁹ para compor um grupo de estudiosos que deveriam contribuir para o desenvolvimento de um novo referencial de convivência entre povos e nações. Nessa mesma direção, a UNESCO publicou em 1960 uma longa coletânea de estudos¹⁰ que pode ser compreendida como um novo marco teórico para se pensar a diversidade cultural. De uma maneira geral, tanto o convite à Freyre, quanto a coletânea publicada pela UNESCO, podem ser entendidos como parte do esforço da reversão da idéia de miscigenação como degeneração racial¹¹ e do deslocamento da base do argumento sobre diferenças da ênfase racial/biológica para a étnica/cultural.

Assim, a partir do início da segunda metade do século XX, observa-se o crescimento do interesse pelo estudo sobre a emergência de novas formas e manifestações de conflitos e movimentos sociais, tais como os associados ao gênero, ao meio ambiente, à orientação sexual e às origens étnicas. É esse o contexto da emergência política e conceitual da crítica aos modelos e ideologias que hierarquizavam as várias e diferentes culturas a partir da ótica do Ocidente. Nessa direção, é recolocada a questão da diferença cultural e identitária de modo a contestar a idéia de homogeneidade cultural e expressar a luta pelo direito de existência, por parte de grupos e culturas considerados inferiores ou não-legítimos, na passagem do século XIX para o século XX.

De modo diferente do que se observava na passagem do século XIX ao XX, recentemente, a ge-

nética demonstrou que as características fenotípicas (cor da pele, tipo de cabelo, formato do nariz, queixo ou olhos) não são suficientes para definir diferentes raças humanas e, conseqüentemente, hierarquizá-las entre superiores e inferiores. Desse modo, hoje, nos primeiros anos do século XXI, o argumento predominante, dentro e fora do mundo acadêmico, é o de que existe apenas uma raça humana, que comporta diferenças culturais, e que tais diferenças não podem ser tomadas como critério para hierarquização de sociedades ou culturas.

No atual contexto, parte importante do debate sobre diferenças culturais está associada aos estudos sobre processos identitários na sociedade contemporânea e que ressaltam, de um modo geral, aspectos como a fragmentação, o hibridismo e a provisoriidade (HALL, 2002; BHABHA, 2007 e BAUMAN, 1999).

O descentramento (HALL, 2002) das identidades resulta do enfranquecimento das meta-referências (Estado-Nação, socialismo, liberalismo, entre outras) e traduz um processo segundo o qual a sociedade passa a legitimar não apenas um, mas vários elementos identitários (etnia, orientação sexual, gênero etc.), o que torna possível que os agentes sociais possam assumir vários pertencimentos sociais¹².

Associada às noções de descentramento e fragmentação, a idéia de hibridismo (BHABHA, 2007) procura dar conta de identidades não-homogêneas e não-unívocas; refere-se aos processos de composição de várias referências (etnia, gênero, nacionalidade etc.) que podem ou não ser contraditórias. Nesse sentido, o hibridismo é um processo de negociação de identidades que se dá no que o autor chama de “entre-lugar”. O “entre-lugar” é, ele mesmo, uma referência às idéias de hibridismo e negociação e indica uma situação intermediária, um “lugar” que é ao mesmo tempo um movimento que se orienta pela diferença cultural.

O mundo atual tem sido apreendido como o mundo do movimento e da provisoriidade das identidades. Nesse sentido, Bauman (1999) acrescenta ao léxico acadêmico contemporâneo a noção de “liquidez” como expressão da mobilidade e fugacidade da chamada pós-modernidade:

[...] É nisso que nós, habitantes do líquido mundo moderno, somos diferentes. Busca-

mos, construímos e mantemos as referências comunais de nossas identidades em movimento – lutando para nos juntarmos aos grupos igualmente móveis e velozes que procuramos, construímos e tentamos manter vivos por um momento, mas não por muito tempo (BAUMAN, 2005: 32).

Como escreve Bauman, a provisoriidade das identidades revela a curta duração da adesão e do sentimento de pertença. A adesão e o rompimento sucessivo e permanente dos “habitantes do líquido mundo moderno” a grupos sociais, alimentaria, continuamente, o movimento dos agentes sociais e suas identidades.

No entanto, se essas categorias parecem ser pertinentes para se pensar o mundo contemporâneo, elas podem também produzir um “nevoeiro” traduzido pelo sentimento de incerteza, insegurança e de ceticismo que dificulta a análise social e a crítica política. A despeito das novas dinâmicas sociais-subjetivas, faz-se necessário não perder de vista que essas relações são também produto e produtoras de relações de poder e dominação e são inerentes a processos de produção de identidades descentradas, fragmentadas e efêmeras. Nesse sentido, parecem ser pertinentes as críticas, por exemplo, às idéias multiculturalistas de descentramento e pluralidade como um caminho para a fragmentação e para segregacionismo políticos.

[...] as lutas atuais em defesa do multiculturalismo [...] o direito dos vários grupos étnicos e culturais de declararem suas diferenças e seus separados desenvolvimentos. Esse é o caminho para o auto-apartheid [...] é o segregacionismo total, a mera oposição de um particularismo ao outro (LACLAU, 2001: 244).

Observa-se, pois, que ao mesmo tempo em que expressa uma nova ordem política de afirmação do direito à diferença, o multiculturalismo pode representar a despolitização e a (re)naturalização das diferenças. Ou seja, perde-se a dimensão dos embates e coerções políticas constitutivas das relações sociais que agora são reificadas, justificadas por esse mesmo direito à diferença.

Vista de modo despolitizado e naturalizado, a idéia de diferença nos remete a uma suposta desestratificação e des-hierarquização sociais. Ao contrário disso, é necessário pensar o descentramento, a pluralidade, o hibridismo e a fugacidade, para além da expressão da liberdade plena das escolhas individuais, como pretende o senso comum veiculado dentro e fora do mundo acadêmico.

Imigrantes e cirurgia plástica na sociedade contemporânea

A prática de cirurgias plásticas por imigrantes nos dias atuais pode ser visualizada com base nos dados publicados pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2008). Esses dados indicam que no ano de 2005 cerca de 191 milhões de pessoas (aproximadamente 3% da população mundial) eram classificadas como migrantes internacionais. Esse dado é importante para que possamos visualizar a intensidade do movimento migratório no contexto da globalização. Por sua vez, o mencionado relatório enfatiza a discussão sobre “negociação cultural”, o que é bastante ilustrativo das questões identitárias produzidas por esse fluxo migratório, também, no campo da política internacional.¹³

De modo mais específico, a problemática que envolve imigração, cirurgias plásticas e a produção de identidades descentradas pode ser ilustrada com base no caso recentemente publicado pela imprensa espanhola. No dia quatro de agosto de 2008, o jornal espanhol *El País* publicou uma reportagem (PRATS, 2008) sobre um jovem imigrante equatoriano que fez cirurgia plástica em seu nariz. Segundo o jornalista responsável pela matéria, movido pelo desejo de “chamar menos atenção na rua”, esse jovem pagara, pela cirurgia, quatro mil e duzentos Euros, para minimizar o que chamou de “traços incas”.

De acordo com dados da Sociedade da Espanha de Cirurgia Plástica, Reparadora e Estética (SECPRE) ocorrem, anualmente, cerca de 400.000 intervenções cirúrgicas estéticas. Para alguns profissionais como o que operou o imigrante equatoriano, as cirurgias de “ocidentalização” chegam a 10%. As intervenções mais comuns são as de mudança do nariz, mas há também, mudanças da forma do queixo,

do rosto e dos olhos. Na Espanha, ainda de acordo com a mesma reportagem, a maioria das pessoas que recorre a esse procedimento cirúrgico é de origem latino americana, havendo também, entre elas, imigrantes de países orientais¹⁴. Em todos os casos, a referência perseguida nas intervenções cirúrgicas são os traços ocidentais: nariz, queixo e rosto mais afilados, entre latinos americanos e olhos mais arredondados, entre orientais.

É importante ressaltar que as próprias conclusões do jornalista do “El País” apóiam-se nas declarações do imigrante e, também, de cirurgiões plásticos entrevistados. Desse modo, a idéia que fica ao concluir a leitura da reportagem é a de que os imigrantes fazem cirurgias plásticas para “se adaptarem” ao meio.

É exatamente essa idéia de “adaptação” que coloca em xeque as interpretações que se apropriam da idéia de “escolhas” para fazer referência a um contexto onde as diferenças são valorizadas e onde a explicação sobre adesão às identidades parece não dar conta das relações de poder nas quais os agentes sociais estão inseridos.

O uso de cirurgia plástica entre imigrantes e seus descendentes para modificação de *traços étnicos* recoloca o debate sobre a associação entre identidade e traços físicos, já que a noção de traços étnicos é socialmente construída a partir da associação entre características físicas, “tipos” de personalidade e origens culturais, e expressa as relações e a hierarquização entre povos e culturas diferentes.

Assim, o desejo e a tentativa de eliminação de traços étnicos por meio de cirurgias plásticas revelam uma estratégia que visa “apagar” diferenças físicas, o que expressa a atuação de forças homogeneizadoras e coercitivas que contrastam, pelo menos em parte, com a exaltação das diferenças. Tratam-se de formas de “assujeitamento corporal” observadas também em cirurgias plásticas estéticas ou, mesmo, na modelação do corpo em academias (MISKOLCI, 2006: 683).

Novas e velhas relações de poder

Antes de prosseguir na análise, é necessário retomar dois pontos. Primeiro, realçar a idéia segundo a qual o corpo é uma produção da cultura humana.

As associações entre traços fenótipos e as noções de *pureza* e *superioridade* raciais são produzidos historicamente. Segundo, devemos nos afastar das concepções que separam o “Homem” de seu corpo, como se fossem duas coisas distintas. Conforme nos ensina Le Breton, [...] “o homem não é o produto do corpo, produz ele mesmo as qualidades do corpo na interação com os outros e na imersão no campo simbólico. A corporeidade é socialmente construída” (LE BRETON, 2009: 18/19).

É a partir dessas idéias que o presente artigo tem como objeto a prática de intervenções cirúrgicas para atenuação de traços étnicos em dois contextos sociais bastante diferentes, o da transição do século XIX para o século XX e o da passagem do século XX ao XXI. O objetivo não era demonstrar que nada mudou nos dias atuais em relação ao passado, mas formular uma hipótese segundo a qual mecanismos de dominação e de estratificação social têm se reconfigurado por meio de “novas” dinâmicas sociais.

Desse modo, é possível dizer que vivemos, de fato, novos processos de produção de identidades sociais. Isso em grande parte, em função das mudanças ocorridas nas últimas décadas do século XX, em consequência da globalização e de seus impactos sobre o poder dos Estados Nacionais e sua capacidade de orientar e produzir identidades culturais, políticas e sociais. Segundo Bauman,

[...] o estabelecimento de qualquer Estado soberano exigia em regra a supressão das ambições de formação de um Estado por muitas populações menores, solapando ou expropriando mesmo o pouco que tivessem de capacidade militar incipiente, de auto-suficiência econômica e de especificidade cultural referencial identitária (BAUMAN, 1999: 70).

Além do enfraquecimento das identidades centralizadas e unificadas como resultado da desestabilização dos Estados Nacionais, o desfecho da experiência real do socialismo e o fim das polarizações entre bloco comunista e bloco capitalista também contribuíram para o enfraquecimento das meta-referências identitárias ante a demandas mais

pragmáticas e pontuais como as relacionadas a gênero, orientação sexual, e direito às diferenças culturais, religiosas e étnicas. Na interpretação de Castells,

[...] a identidade islâmica é (re)construída pelos fundamentalistas por oposição ao capitalismo, ao socialismo e ao nacionalismo, árabe ou de qualquer outra origem, que, em sua visão, são todas ideologias fracassadas provenientes da ordem pós-colonial (CASTELLS, 2000: 33).

São claras, portanto, as mudanças sócio-subjetivas pelas quais o século XX passou, de modo que hoje o processo de configuração das identidades é distinto do observado no início daquele século. No entanto, a despeito das mudanças já apontadas observa-se que os processos identitários, em qualquer um dos cenários apontados, expressam dinâmicas de coerção e de estratificação sociais. Ao mesmo tempo, se isso tem sido mais facilmente reconhecido em relação à passagem do século XIX para o XX por meio da denúncia e crítica ao racismo e ao etnocentrismo ocidental, o mesmo não se pode dizer em relação ao período mais recente. Isto porque, como já vimos, algumas abordagens e categorias analíticas que procuram explicar os processos de descentramento, fragmentação e hibridismo das identidades podem desviar o foco de análise para fora dos contextos das relações de poder e de dominação nas quais são produzidas.

Para irmos além da compreensão da cirurgia plástica como expressão do descentramento das identidades, entendido este como um processo dissociado das pressões sociais, convém recorrer à crítica de Giddens à idéia de “escolha”. De acordo com o autor, “nos contextos pós-tradicionais, não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir” (1997: 94.). Assim, sugere que “escolher” não é apenas uma questão de direito e de capacidade dos agentes sociais, mas, também, uma imposição social. Giddens chama atenção para o caráter ilusório das escolhas com base em três constatações: a) as “emoções inconscientes”, adquiridas na trajetória dos agentes, “bloqueiam” o poder de escolhas; b) a existência de mecanismos de garantia da “segurança ontológica”, como a rotinização. A rotinização, por sua vez, é um processo

de adesão a práticas e valores sociais que implica na abdicção de “escolhas”; c) as escolhas são frutos de coações sociais. Nas palavras do autor, “As escolhas que são constitutivas das opções do estilo de vida são muito freqüentemente limitadas por fatores que estão fora do alcance do indivíduo ou dos indivíduos que elas afetam” (GIDDENS, 1997: 94/95).

No lugar de “escolhas”, Giddens prefere falar de “decisões”, nos seguintes termos:

*[...] é mais preciso afirmar que todas as áreas da atividade social vêm a ser governadas por decisões [...]. Quem toma essas decisões, e como, é fundamentalmente uma questão de poder. Uma decisão, é claro, é sempre a escolha de alguém e, em geral, todas as escolhas, mesmo aquelas dos mais pobres ou aparentemente impotentes, sofrem refração das relações de poder preexistentes. Por isso, a abertura da vida social à tomada de decisão deve ser identificada **ipso facto** com o pluralismo; é também um meio de poder e estratificação (GIDDENS, 1997: 95/96).*

Como se vê, a questão de fundo é a do poder. A realização de cirurgias plásticas precisa ser pensada, seja qual for o contexto histórico, no interior do campo de disputas entre forças assimétricas. No caso de imigrantes, releva seu posicionamento claramente desfavorável seja no campo econômico (mercado de trabalho), seja no campo social (in-visibility).

Ainda de acordo com Giddens, a cirurgia plástica pode ser compreendida como um mecanismo de monitoramento reflexivo no contexto da alta modernidade onde segurança ontológica¹⁵ é garantida pelo sentimento de maior liberdade. Desse modo, recorrer à cirurgia plástica como expressão da liberdade de escolha dos agentes sociais seria, de acordo com Giddens, uma forma de garantir o sentimento de segurança ontológica na sociedade contemporânea.

Além das contribuições de Giddens, a noção de *habitus* de Bourdieu, em particular a exposta em *Meditações Pascalinas*, é, aqui, esclarecedora:

*[...] os agentes sociais são dotados de **habitus**, inscritos nos corpos pelas experiências passa-*

das: tais sistemas de esquemas de percepção, apreciação e ação permitem tanto operar atos de conhecimento prático, fundados no mapeamento e no reconhecimento de estímulos condicionais e convencionais a que os agentes estão dispostos a reagir, como também engendrar, sem posição explícita de finalidade nem cálculo racional de meios, estratégias adaptadas e incessantemente renovadas, situadas, porém, nos limites das restrições estruturais de que são o produto e que as definem (BOURDIEU, 2007: 169).

A partir dessa idéia, o corpo pode ser pensado com expressão do *habitus* e a cirurgia plástica como estratégia de capitalização e reposicionamento social. Ademais, pode-se compreender a cirurgia plástica como expressão do “senso prático” do agente na busca de adequar-se ao campo do qual faz parte na condição de imigrante. (BOURDIEU, 2007: 169).

De acordo com Bourdieu, o corpo é o principal alvo das “injunções sociais” que procuram inscrever as diferenças sejam de sexo ou etnia que sobre ele recaem sob diversas formas e maneiras:

As injunções sociais mais sérias se dirigem ao corpo e não ao intelecto, o primeiro tratado como um ‘rascunho’. O essencial da aprendizagem da masculinidade e da feminilidade tende a inscrever a diferença entre sexo nos corpos (sobretudo por meio do vestuário), sob a forma de maneiras de andar, de falar, de se comportar, de dirigir o olhar, de sentar-se etc. (BOURDIEU, 2007: 172).

Mais do que isso, o recurso da cirurgia plástica ainda que possa ocorrer em contextos distintos como o das identidades centradas e soberanas e o das descentradas e fragmentadas, revelaria estratégias de ascensão ou mobilidade social, em situações onde a origem étnica/nacional é determinante para o acesso, por exemplo, ao mercado de trabalho. A cirurgia plástica materializaria as relações sociais nas quais se fazem necessárias estratégias de capitalização simbólica, no caso, a modificação do corpo.

Em busca de uma hipótese de pesquisa

O corpo é um produto da sociedade a que pertence. Edifica-se por meio das e nas relações sociais e de poder entre indivíduos e grupos sociais. O corpo é, assim, moldado pelas disputas de forças que se configuram a cada época e em cada contexto. Desse modo, a realização de cirurgias plásticas com o objetivo de atenuação de traços étnicos seria uma expressão de relações que se materializam no corpo, em especial no rosto. Isto é, os traços étnicos expressos como aspectos do corpo, em especial do rosto, são apropriados historicamente. No caso dos imigrantes, as representações sobre tipos, olhos, nariz, por exemplo, remontam ao processo de colonização e ocidentalização do planeta. Assim, a identificação como irlandês, oriental, árabe, judeu, latino-americano etc., retoma a relações historicamente construídas entre colonizados e colonizadores e dominados e dominadores.

Essa prática não é nova e tem raízes em períodos em que as técnicas de cirurgia plástica eram muito rudimentares e, sequer contavam com a existência de anestesia e regras de assepsia. O que é de estranhar é que em uma época como a que vivemos, na qual se acredita ter superado, inclusive a duras penas, teorias e senso comum racista, ainda temos a recorrência às modificações físicas como estratégia de agentes sociais para transpor barreiras sociais, econômicas, políticas e estéticas.

As cirurgias plásticas entre imigrantes na atualidade, assim, como na passagem do século XIX para o XX poderiam ser compreendidas como uma estratégia dos agentes sociais no interior do campo de forças, com o objetivo de reposicionamento, por meio da legitimação de sua aparência como “menos oriental”, “menos andina”, “menos árabe” e “mais ocidental”. Tratam-se de relações sociais de poder orientadas pela associação entre as representações de traços físicos e ocidentalidade.

Na realidade, o que se questiona é o uso de cirurgia plástica como imposição de uma sociedade que contraditoriamente diz-se multicultural, mas que descriminaliza, segrega, hierarquiza e inferioriza a partir de traços fenótipos que remetem a uma origem distinta (distinção imaginada, ou não) da sociedade receptora. Tal prática, na perspectiva aqui apresen-

tada, coloca em xeque o alcance prático e político do multiculturalismo como expressão da igualdade na diferença. Nessa direção, mudar o corpo parece ser um caminho mais curto para um reposicionamento social que, por outros meios, demoraria tempo demais para ser vivenciado pelo agente social.

(Recebido para publicação em abril de 2010.

Aceito em agosto de 2010)

Notas

- 1 O final do século XIX e o início do século XX foram marcados por forte movimento de afirmação da nacionalidade, processo profundamente ligado às transformações sociais e econômicas engendradas pela Revolução Industrial, pela Unificação Italiana (1861), e Unificação Alemã (1871), pela Reforma Meiji no Japão (1868), pela expansão do Imperialismo e a conseqüente partilha da África e da Ásia pelas velhas e novas potências européias.
- 2 A imigração para o Brasil, por exemplo, esteve associada, entre outras causas, à demanda por mão de obra assalariada no contexto na expansão da cultura cafeeira na região Sudeste.
- 3 De acordo com Schwarcz, “A noção de desigualdade implicaria a continuidade da concepção humanista de uma unidade humana indivisível, somente marcada por dissimilaridades acidentais e contingentes. As diversidades existentes entre os homens seriam apenas transitórias e remediáveis pela ação do tempo ou modificáveis mediante o contato cultural. Já o conceito de diferença levaria à sugestão de que existiriam espécies humanas [...] as quais não compartilhariam de uma única linha de desenvolvimento. As diferenças seriam, portanto, [...] definitivas e irreparáveis [...]” (SCHWARCZ, 1993: 61/62).
- 4 Aqui, é menos importante saber se realmente os irlandeses tinham ou não “orelhas de abano”, do que constatar que o não-pertencimento era chancelado por traços fenótipos utilizados para distinguir quem era ou não era “americano puro”.
- 5 A hegemonia de grupos étnicos/raciais e de suas respectivas marcas de distinção física não pode ser pensada apenas no plano do Estado-Nação. O uso de cirurgias plásticas para o “arredondamento dos olhos” em países orientais, a exemplo do que se encontra no Japão, China e outros (GILMAN, 2005), nos remete a uma reflexão sobre as lutas e disputas políticas entre grupos étnicos/raciais em âmbito planetário. Essa reflexão, no entanto, foge aos limites deste artigo.
- 6 De acordo com Taschen, os registros sobre cirurgias para embelezamento remontam ao Egito Antigo. No início da Era Moderna, esse tipo de cirurgia foi aplicado, principalmente entre homens, para corrigir as seqüelas deixadas pela sífilis. “Cabe recordar que naquela época não existia anestesia (esta não seria inventada até 1846) e tampouco se tinha consciência das causas e conseqüências das infecções, de modo que não apenas toda intervenção devia ser muito dolorosa, senão o risco de morrer no transcurso da operação era altíssimo”.
- 7 Atribui-se a Franz Boas a compreensão de que as culturas não poderiam ser pensadas em termos absolutos e que cada sociedade deveria ser entendida a partir de seu próprio contexto.
- 8 Sua institucionalização formalizada pela Fundação do Centro de Estudos Culturais na década de 1960 é precedida por várias iniciativas acadêmicas e artísticas voltadas à emergência e valorização da cultura popular e da vida cotidiana expressas de diversos modos, a partir da década de 1930 por Humphrey Jennings, autor de *Panaemonium*, Walter Benjamim, e pelos intelectuais emigrados para a Inglaterra “[...] Karl Mannheim, Karl Polany, Arnold Hauser, Norbert Elias. O CCS contribuirá para o assentamento de uma visão positiva das ciências sociais e terá uma profunda incidência sobre a formação de uma ‘sociologia da cultura’ e de uma ‘ciência da sociedade’ (MATTELART, A.; NEVEU, É., 2004: 40).
- 9 Sabe-se que o Brasil era visto como um exemplo de convivência de pessoas e grupos de diferentes origens. Essa representação sobre o Brasil foi fortalecida, inclusive, com a publicação de *Casa Grande e Senzala* e suas inúmeras traduções.
- 10 UNESCO. *Raça e Ciência*. 2 vol. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- 11 É conhecida a tese de Freyre sobre a importância da miscigenação étnica/racial para a constituição e afirmação do brasileiro como povo.
- 12 Pode-se dizer que esse processo traduz o deslocamento da referência do nacional (Estado-Nação) para o ocidental. Por sua vez, ainda que não se possa pensar na categoria ocidental como homogênea, é certo que em seu conjunto representa valores e práticas que não apenas se distinguem do “não-ocidental”, mas também se impõem sobre ele.
- 13 Com o subtítulo “Construindo consenso: cultura, gênero e direitos humanos”, o documento está dividido em sete capítulos que abordam sempre o tema “negociação

cultural” de questões relacionadas a gênero, direitos humanos, saúde reprodutiva, pobreza e desigualdades (UNFPA, 2008).

- 14 No Brasil, entre os meses de setembro de 2007 e agosto de 2008, foram realizadas 629 mil cirurgias plásticas (SBCP, 2009). Em 2002, estima-se 14 mil pessoas, grande parte de origem japonesa realizaram cirurgia de ocidentalização (ZAKABI, 2002).
- 15 Segundo Giddens, “Em todas as sociedades, a manutenção da identidade pessoal, e sua conexão com identidades sociais mais amplas, é um requisito primordial de segurança ontológica” (1997: 90).

Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. Depois da Nação-estado, o quê? In: _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999, p. 63–84.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- BHABHA, Homi K. Locais da cultura. In: *O local da cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. O conhecimento pelo corpo. In: _____. *Meditações pascalinas*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 157–198.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FUNDO de População das Nações Unidas (UNFPA). Relatório sobre a situação da população mundial – 2008. Disponível em < http://www.unfpa.org.br/pcp_publicacoes.htm>. Acesso: 05.09.2009.
- GIDDENS, Anthony. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: BECK, Ulrich GIDDENS, A., LASH, Scott. *Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: UNESP, 1997, p. 73–133.
- GIMLAN, Sander L. Etnicidad y cirugía estética. In: KRUMHAUER, Angelika. *Cirurgia Estética*. Köln (Alemanha): TASCHEN, 2005.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª edição. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.
- LACLAU, Ernesto. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. In: MENDES, Cândido. *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. São Paulo: Record, 2001, p. 229–250.
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 3ª edição. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009.
- MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. Nas origens dos estudos culturais: os pais fundadores. *Introdução aos Estudos Culturais*. São Paulo: Parábola, 2004.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosak Naify, 2003.
- MISKOLCI, Richard. *Corpos elétricos: do assujeitamento à estética da existência*. Revista Estudos Feministas; Florianópolis, 14(3): 272, Set-Dez/2006, p. 681-693.
- PRATS, Jaime. Centenares de inmigrantes recurren al bisturí para limar rasgos étnicos. *El País*, Madri. Disponível em: http://www.elpais.com/articulo/sociedad/Centenares/inmigrantes/recurren/bisturi/limar/rasgos/etnicos/elpepusoc/20080804elpepisoc_6/Tes#despiece. Acesso: 28/10/008.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2003.
- SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: _____. *Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 73–102.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SOCIEDADE Brasileira de Cirurgia Plástica. *Cirurgia Plástica no Brasil*. São Paulo: SBCP/DATAFOLHA, janeiro de 2009.
- UNESCO. *Raça e Ciência*. 2 vol. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- ZAKABI, Rosana. De olhos abertos. *Veja*. São Paulo. Disponível em [HTTP://veja.abril.uol.br/070802/p_062.html](http://veja.abril.uol.br/070802/p_062.html). Acesso: 17/11/2008.

A PRESSA NOSSA DE CADA DIA: TEMPO E ESPAÇO NA VIDA URBANA MODERNA

De: José Machado PAIS

Lufa-lufa quotidiana: ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana. Lisboa: Editora do ICS, coleção Breve Sociologia, 2010. 227 páginas.

Por: Irllys Alencar F. Barreira

Doutora em Sociologia, professora Titular do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará.

Inicialmente, é importante analisar o significado da expressão *lufa-lufa*, que nomeia o livro, presente na linguagem da sociedade portuguesa, mas pouco usual no Brasil. O título pode ser substituído pelo termo “corre-corre”, evocando o sentido da pressa associado aos malabarismos enfrentados diariamente pelo morador urbano para realizar trajetos da casa ao trabalho.

O mérito da investigação que dá subsídios à obra caracteriza-se pela abordagem original e inovadora que se apresenta na forma sensível de observar e tematizar a vida cotidiana. O livro de Machado Pais, que integra a coleção *Breve Sociologia*, se inicia com uma reflexão sobre o tempo, ou melhor, a “falta de tempo” característica da sociedade urbana contemporânea.

É essa dificuldade de equacionar as atribuladas agendas que modula o agir recorrente de indivíduos, em permanente tentativa de evitação do caos e busca de compatibilidade de participação e conciliação de atividades.

A estratégia de regulação do tempo invade também o circuito da vida privada, refletindo-se no “amor depressa mal feito fazer a barba e partir”, já sinalizado na música de Chico Buarque, *Deus lhe pague*. A condição urbana não se restringe, entretanto, ao operário sinalizado pelo compositor brasileiro, pois o tempo na cidade impõe sua lógica inexorável a todos os habitantes. Define um ritmo, um comportamento e também um modo de pensar que fundamentam a abordagem do livro: “Tomando a cidade como objecto de reflexão, levanto a hipótese

de dissensão entre o mundo cifrado das políticas culturais, o mundo dos constrangimentos reais e o mundo imaginário de desejos por realizar, incluindo os sonhos de consumo” (p. 17).

O tempo é também expressão de uma história, havendo sido anteriormente marcado por rituais (o toque do sino) que organizava as atividades da vida coletiva, sendo depois substituído pela contabilidade abstrata do relógio que regulou a produção e o circuito de mercadorias presentes na sociedade industrial.

O livro de Machado Pais segue a tradição de suas investigações, emblemáticas e singularizadas pela aliança entre ensaio e pesquisa. A observação do cotidiano é considerada pelo autor como um lugar de sintomas, pois é nos sinais da vida do dia a dia que a abordagem sociológica tira sua matéria prima, tal como fizeram os pintores impressionistas na construção de suas obras. As reflexões de Simmel, Walter Benjamin e Lefebvre, para citar alguns clássicos, servem de referência a uma “escuta” da vida social, em sua profusão de manifestações e ritmos, nem sempre compassados.

Em que consiste uma observação da vida urbana baseada no cotidiano? Na percepção de Machado Pais, o cotidiano é uma alavanca metodológica do conhecimento sobre a cidade. Opondo-se a uma concepção estática baseada exclusivamente em números ou estruturas fixas, o autor destaca o movimento presente no fervilhar das ruas e no deslocamento dos passantes. Trata-se de assumir a postura metodológica de ver a sociedade nos indivíduos e seu reflexo

em suas vidas. Sinais aparentemente banais como adesivos colados em vidros traseiros de veículos, publicidades, músicas, expressões corporais, cheiros, cores etc. constituem, assim, retalhos do cotidiano, sendo a porta de entrada para análise da relação entre os indícios e os paradigmas que eles evocam.

A idéia do sociólogo do cotidiano inspirado na imagem de um detetive já se faz presente em outra de suas obras. Em livro enfocando o tema da solidão¹, por exemplo, Machado Pais analisa sentimentos de personagens encontrados na rua, capturando a expressividade dos transeuntes anônimos que aparecem invisíveis ao olhar comum. Desse modo, as deambulações sociológicas tornam-se capazes de agregar, pela flexibilidade e pela abertura da investigação não-convencional, as diferentes semânticas e práticas sociais que compõem o universo das vivências cidadinas.

As cidades contemporâneas podem, assim, ser lidas a partir de banalidades do cotidiano, indicando a constância de modelos.

Expressiva da rapidez e do olhar efêmero, a sociedade que emerge desde o final do século XIX substitui o *paradigma da lentidão* pelo *paradigma do encontro*. Trata-se do chamado mal da civilização moderna que aparece nas ambições incessantes, nas viagens apressadas e nas tantas irritações que configuram uma espécie de “doença da cidade”. Essa configuração ampla encontra-se explorada no capítulo que inicia o livro. Na cidade é difícil encontrar-se, argumenta o autor, embora haja muitos encontros.

O *paradigma da lentidão* possui forma. Aparece na maneira de falar, de andar e realizar uma performance no espaço público. Trata-se de uma prática que se encontra aliada à ociosidade típica dos rituais de interação nos meios burgueses no século XIX. As convenções desse período supunham determinadas contenções e gestos, realizados na cadência de uma época histórica na qual era possível “dar tempo ao tempo”. O paradigma tinha também suportes filosóficos e literários, conformando gestualidades e modos de ver o mundo. Em consonância com uma espécie de percepção que deu subsídio à “história das mentalidades”, Machado Pais inspira-se na relação entre percepções e processos sociais. Incorpora ainda

analogias literárias, recuperando autores como Ítalo Calvino que aconselha como método para o trabalho intelectual o princípio da pressa lenta.

Opondo-se ao “paradigma da lentidão”, emerge o “paradigma do encontro”. Nele, se observa a presença de sinais: a desconfiança, a reserva e outros gestos ritualizados da vida social, já sinalizados por Goffman, que são típicos da “desatenção cortês” observada na correria urbana. A cidade torna-se o lugar da pressa e se regula por um mecanismo de intensidade. O movimento supõe também uma semiótica de sinais, as paisagens achatadas, quando observadas de dentro do veículo, capturadas pelo olhar breve, que não se detém. O Sociólogo na condição de observador do cotidiano deveria portanto, na visão de Machado Pais acompanhar esse ritmo imiscuindo-se na multidão, preocupando-se não apenas com o subjetivo e o objetivo, mas o trajetivo.

Uma perspectiva fenomenológica baseada na observação de mensagens, anúncios publicitários, expressões indicadores dos modos de “a cidade se fazer e se dizer” é explorada no capítulo II do livro. Observando a invasão da cidade pelos painéis de publicidade, alunos do curso *Sociologia do cotidiano* ministrado pelo autor, registraram 158 anúncios publicitários, em 20 minutos de trajeto feito a pé, ou seja, 8 anúncios por minuto. Na interpretação de Machado Pais, a publicidade urbana ficciona a cidade, estimulando o mundo da fábula e da arquitetura imaginária. Revela também o caráter fragmentário da vida urbana dominada pela lógica do efêmero.

É nesse contexto que aparece também o “sigalês”, termo inventado por Pais para referir-se ao uso das siglas presentes no mundo moderno, cujo exemplo mais evidente se encontra na linguagem da administração pública expressiva da economia de vocábulos e racionalização das políticas culturais. As siglas contribuem, assim, para a “mitologização” das estruturas, modulando clichês alheios ao cidadão comum, considerando-o um alienado ou um estranho em sua própria cidade.

A polis e a urbes encontram-se dissociadas nas formas contemporâneas da vida urbana, prevalecendo a atenção mais voltada à marca do que ao produto. A reconquista da cidade vivida supõe, por outro lado, a possibilidade de o morador ou observador ser turista

em seu próprio local de moradia, dando-lhe novo sentido, para além da condição de cidadão como consumidor.

Os temas da reflexividade e da ação, expressivos dos dilemas do cotidiano, são enfocados no capítulo III do livro. Baseado em Giddens, Beck e Lash, o autor observa os dramas de uma reflexividade impositiva que além de expressar uma “sociedade de risco” aponta para uma “sociedade dilemática”, na qual as pessoas são impelidas a tomarem decisões baseadas em possibilidades de complexa escolha. O chamado dilema da gravata, por exemplo (qual delas utilizar para apresentar-se em um evento), metaforiza os limites da autonomia face às possíveis perdas de aceitabilidade. As liberdades e os constrangimentos têm como referentes fundamentais o consumo e as demandas de conhecimento e reconhecimento.

A modernidade não pode, entretanto, ser entendida como um empolamento de opções, pondera o autor. Ela está na origem de crescentes diferenciações entre quem pode e quem não pode aceder a realização de identidades projetadas. Nesse contexto, a liberdade subjetiva não deve estar separada de processos sociais mais amplos, pois a reflexividade transformadora se insere em uma temporalidade social.

O capítulo seguinte discorre sobre a cidade, a cidadania e a participação, considerando as possibilidades e os limites da associação entre defesa da igualdade e reconhecimento das diferenças. Observa o autor que as identidades constituem uma construção simbólica que se efetiva em vários planos: no visual, na linguagem e nas formas de comunicação. Nesse momento, são retomadas investigações anteriores sobre as culturas juvenis e suas maneiras de afirmação no espaço público². Os jovens permitem pensar a cidadania não apenas vinculada ao discurso da integração, contemplando também o tema da diversidade.

A noção de cidadania é, assim, alargada para além da forma tradicional concebida com base nos direitos, nas responsabilidades, nas obrigações e prerrogativas. Os sentimentos de pertença e as subjetividades como elementos de análise contemplam o universo dos sentimentos e fantasias, ajudando a compreender os investimentos emocionais dos jovens. À cidadania de novos direitos conquistados,

baseada em necessidades mutáveis da vida, acrescenta-se a cidadania baseada em direitos estabelecidos.

Outras formas de conquista da cidade emergem de usos não-convencionais do cenário urbano, cuja metáfora encontra-se nos *skates* praticados por jovens. Machado Pais, inspirando-se em Deleuze e Guatarri, refere-se à possibilidade de subversão das hierarquias espaciais e linguísticas indutoras de outras vertentes criativas de cidadania.

A “cidadania participada” supõe, nessa perspectiva, fluidez, empatia e trajectividades em oposição à idéia de fixidez e lugar imutável. Uma análise de contextos de vida deveria, portanto, regular sentidos de cidadania comprometidos com dimensões de heterogeneidade e reconhecimento das diferenças.

Seguindo o circuito da busca de criatividade, presente na definição de cidadania analisada nas páginas anteriores do livro, a análise prossegue na reflexão sobre a arte como forma de libertação. Recompõe os pregões, o *rap* e outras experiências, como o projeto *batoto Yetu*, em Cabo Verde, envolvendo crianças e jovens. A ideia de movimento e criação apresenta-se reeditando lendas e capacidade de improvisação dos participantes, assemelhando-se, em certos momentos, à arte do grafite. “O bater, o dançar e o cantar são instrumentos de uma figuração da vida feita de aquarelas de desejo. Superariam essas práticas as vicissitudes da vida?”, indaga o autor.

O projeto vigente em Cabo Verde busca também uma abertura à pluralidade étnica sem abdicar da revalorização do que é desvalorizado: as artes e as expressões consideradas de segunda categoria. Trata-se de uma perspectiva que evoca a arte de improvisação, similar às tradições vigentes no Brasil e em Portugal.

A parte final do livro examina a necessidade de fazer uma distinção entre mudanças materiais e mudanças de atitude, observando alterações de sensibilidade presentes em novas emergências culturais. Uma reflexão sobre a temática das diferenças e das desigualdades é recuperada com base na possibilidade de uma formulação de políticas de identidade.

O conjunto das idéias apresentadas no livro, embora partindo das vicissitudes sombrias da pressa como expressão da sociedade contemporânea, não pautava sua conclusão nas imagens pessimistas sobre

o futuro da sociedade e da cultura. A observação das possibilidades de experiências criativas no contexto urbano deixa em aberto as reconstruções possíveis da vida social.

Do ponto de vista metodológico, ressalto ainda no livro o recurso a fontes documentais não como prova objetiva dos fatos, mas portas abertas à imaginação sociológica. O uso de cartas, as biografias e os vestígios da vida social não são apenas modos de investigar, mas também maneiras de descobrir as mudanças por meio de sinais. Supõe que “o social também muda por efeito da mudança dos imaginários que povoam as fontes documentais, embora não sejam eles suficientes fora das condicionantes estruturais nas quais se produzem lentamente as mudanças de atitude”.

(Recebido para publicação em outubro de 2010.
Aceito em novembro de 2010)

Notas

- 1 Ver *Nos rastros da solidão*, deambulações sociológicas. Porto: Ambar, 2006.
- 2 Ver, por exemplo, *Ganchos, Tachos e Biscates*, jovens, trabalho e futuro. Porto: Âmbar, 2001.

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

A Revista de Ciências Sociais da UFC está aberta a contribuições na forma de:

Artigos de demanda livre – ao receber os trabalhos, a Comissão Editorial verifica se estão de acordo com as normas exigidas para publicação (o não-cumprimento das orientações implicará a interrupção desse processo); analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial da Revista, e delibera sobre encaminhamentos. Posteriormente, os textos são remetidos para avaliação de pareceristas, garantido o anonimato de autores e consultores.

Dossiê temático – a Comissão Editorial solicita aos autores que encaminhem artigos originais, relativos à temática previamente definida, conforme o planejamento da Revista e delibera sobre a sua publicação com base em pareceres. A mesma comissão faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da Revista. Eventualmente, a organização do *Dossiê temático* pode ficar sob a responsabilidade de um editor convidado.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela editora, mas essas serão previamente acordadas com os autores. Uma vez iniciado o processo de composição final da edição, a Revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores.

Resenhas – podem ser encaminhadas à Revista como demanda livre ou por convite. Considerando a temática, a qualidade da redação e a atualidade do texto, a Comissão Editorial decide quanto à sua publicação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou da Comissão às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e, somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final, será indicado em que número cada um será publicado. Cada autor receberá dois exemplares da respectiva edição.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesses** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício

a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesses relativos ao texto em análise.

Todos os direitos autorais dos artigos publicados são reservados à Revista, sendo permitida, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

Normas Editoriais

Os textos poderão ter até 30 laudas em espaço um e meio (1,5), incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados pelo autor através do e-mail rcs@ufc.br, em Word, fonte Times New Roman, corpo 12, inclusive para os títulos e subtítulos. As resenhas devem ter, no máximo, 06 laudas.

A página inicial deve indicar: *título do artigo; nome do(s) autor(es); resumo* (até dez linhas), *abstract, palavras-chave e keywords* (no máximo 05). O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões.

Na identificação dos autores, além de sinopse curricular (dados sobre a formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras), devem constar também endereço postal para correspondência e endereço eletrônico.

Os títulos das seções devem ser ressaltados por meio de dois espaços dentro do texto, sem utilização de formatação especial para destacá-los.

As *notas* (numeradas) e a *bibliografia*, em ordem alfabética, deverão aparecer no final do texto.

O autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.

Palavras em outros idiomas, nomes de partidos, empresas etc deverão ser escritos em itálico.

Formas de citação

As citações que não ultrapassarem 3 linhas devem permanecer no corpo do texto. As citações de mais de 3 linhas devem apresentar recuo da margem esquerda de 4cm, espaçamento simples, sem a utilização de aspas, justificado e com fonte menor que a do corpo do texto.

As referências bibliográficas no interior do texto deverão seguir a forma (Autor, ano) ou (Autor, ano, página) quando a citação for literal (neste caso, usam-se aspas): (BARBOSA, 1964) ou (BARBOSA, 1963, p. 35-36).

Quando a citação imediatamente posterior se referir ao mesmo autor e/ou obra, devem-se utilizar entre

parênteses as fórmulas (*Idem*, p. tal) ou (*Idem*, *ibidem* quando a página for a mesma).

Se houver mais de um título do mesmo autor no mesmo ano, deve-se diferenciar por uma letra após a data: (CORREIA, 1993a), (CORREIA, 1993b).

Caso o autor citado faça parte da oração, a referência bibliográfica deve ser feita da seguinte maneira: Wolf (1959, p.33-37) afirma que...

Citações que venham acompanhadas de comentários e informações complementares devem ser colocadas como *nota*.

Formato das referências bibliográficas

As referências bibliográficas (ou bibliografia) seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor. Devem conter todas as obras citadas, obedecer às normas da ABNT (NBR 6023/ 2002), orientando-se pelos seguintes critérios:

Livro: sobrenome em maiúsculas, nome. Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano.

Exemplo: HABERMAS, Jürgen. *Dialética e hermenêutica de Gadamer*. Porto Alegre: L&PM Editores, 1987.

Livro de vários autores (acima de 3): sobrenome em maiúsculas, nome *et al.* Título da obra em itálico. Local da publicação: Editora, ano.

Exemplo: QUINTANEIRO, Tania *et al.* *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1990.

Obs: até três autores deve-se fazer a referência com os nomes dos três.

Artigo em coletânea organizada por outro autor: sobrenome do autor do artigo em maiúsculas, nome. Título do artigo, seguido da expressão In: e da referência completa da coletânea, após o nome do organizador, ao final da mesma deve-se informar o número das páginas do artigo.

Exemplo: MATOS, Olgária. Desejos de evidência, desejo de vidência: Walter Benjamin, *in*: NOVAES, A. (org.). *O Desejo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 157-287.

Artigo em periódico: sobrenome do autor em maiúsculas, nome. Título do artigo sem destaque. Nome do periódico em negrito, local de publicação, número da edição (volume da edição e /ou ano), 1ª e última numeração das páginas, mês abreviado, seguido de ponto final e do ano em que o exemplar foi publicado.

Exemplo: VILHENA, Luís Rodolfo. Os intelectuais regionais. Os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 32, ano 2, p.125-149, jun.1996.

Obras online: sobrenome do autor (se houver) em maiúsculas, seguido de Nome. Título da obra (reportagem, artigo) destacado. Logo após virá o endereço eletrônico entre os sinais < >, precedido pela expressão “Disponível em”. Após o endereço eletrônico (*site*) deverá vir a expressão “Acesso em”: dia do acesso, mês abreviado. Ano.

Exemplos:

Livro

BALZAC, Honoré. *A mulher de trinta anos*. Disponível em: <<http://www.terra.com.br.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2009.

Periódico em meio eletrônico

GUIMARÃES, Nadeja. Por uma sociologia do desemprego. **Rev. Bras. Ci. Soc**¹, São Paulo, v. 25, n. 74, out. 2010. Disponível em: <<http://www.Scielo.br/scielo.php?script>>. Acesso em: 11 mar. 2011.

Jornal em meio eletrônico

Sem o nome do autor. Quando a matéria não informa o autor, iniciamos pelo título.

TSUNAMI no Japão. **O Povo online**, Fortaleza, 11mar. 2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011.

Com o autor

BRÁS, Janaína. Fraternidade: campanha discute proteção à natureza. **O povo online**, 11mar.2011. Disponível em: <<http://www.jornal o povo.com.br>>. Acesso em: 11mar. 2011.

1 Nomes de periódicos podem ser abreviados na referência.



EXPRESSÃO
GRÁFICA

Rua João Cordeiro, 1285
(85) 3464.2222 • Fortaleza-CE
www.expresso Grafica.com.br

FILIADA À CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO

